



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O ASILO DE ALIENADOS SÃO VICENTE DE PAULA E A
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA NO CEARÁ (1871-1920)**

CLÁUDIA FREITAS DE OLIVEIRA

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da UFPE, sob a orientação
do Professor Doutor Carlos
Alberto Cunha Miranda.

Recife-PE

Março, 2011

**O ASILO DE ALIENADOS SÃO VICENTE DE PAULA E A
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA NO CEARÁ (1871-1920)**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da UFPE, sob a orientação
do Professor Doutor Carlos
Alberto Cunha Miranda.

Recife-PE
Março, 2011

Dedico esse trabalho a todos os loucos internos no São Vicente de Paula e, sobretudo, às mulheres loucas que corresponderam à sua maioria durante quase toda a história da instituição. Algumas delas internadas somente porque, de alguma forma, romperam com os papéis culturais impostos de serem boas mães, esposas e filhas. Dedico em especial esse trabalho a duas mulheres maravilhosas cujas gerações são bem distintas: à minha querida mãe, Dalva, e à minha adorável sobrinha, Ravena.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador Carlos Alberto Cunha Miranda, sempre prestativo e acolhedor, que vem acompanhando minha trajetória acadêmica desde o Mestrado, ao participar da banca de defesa da Dissertação com suas atentas observações. À professora Regina Beatriz Guimarães, por suas brilhantes e inteligentes construções reflexivas em sala de aula e durante a banca de qualificação da Tese. Ao professor Dênis Bernardes por suas considerações lúcidas e perspicazes, desenvolvidas durante a banca de qualificação da Tese. À professora Regianne Leila Medeiros que aceitou imediatamente em participar da banca examinadora da Tese e que tive o prazer de conhecê-la em atividades desenvolvidas pelo GT História da Saúde e das Doenças (ANPUH-CE). Ao professor Antônio Paulo Resende por sua sensibilidade no trato do ofício do historiador. A todos os colegas, professores e funcionários da Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

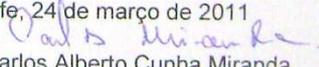
A todos meus queridos amigos e amigas. À cidade de Fortaleza que aprendi a amar e isso se deu muito em virtude desta pesquisa. Agradeço ainda à minha família. Minha mãe, meu pai, irmãs, tios, sobrinhos, primos, cunhado.

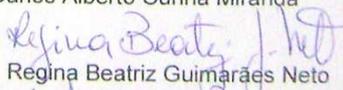


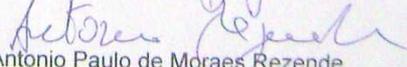
ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA CLÁUDIA FREITAS DE OLIVEIRA

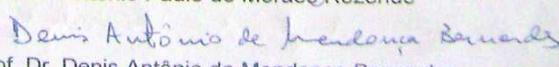
Às 14h. do dia 24 (vinte e quatro) de março de 2011 (dois mil e onze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Cláudia Freitas de Oliveira** intitulada "**O ASILO DE ALIENADOS SÃO VICENTE DE PAULA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA NO CEARÁ (1871-1920)**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Carlos Alberto Cunha Miranda (orientador), Regina Beatriz Guimarães Neto, Antonio Paulo de Moraes Rezende, Denis Antônio de Mendonça Bernardes e Regianne Leila Rolim Medeiros. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

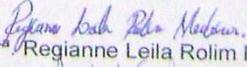
Recife, 24 de março de 2011

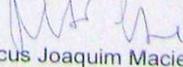

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda


Profª. Drª. Regina Beatriz Guimarães Neto


Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende


Prof. Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes


Profª. Drª. Regianne Leila Rolim Medeiros


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho


Sandra Regina Albuquerque

Catalogação na fonte

O48a Oliveira, Cláudia Freitas

O asilo de alienados São Vicente de Paula e a institucionalização da loucura no Ceará (1871-1920) / Cláudia Freitas de Oliveira. – Recife: O autor, 2011.

274 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

Inclui bibliografia e anexos.

RESUMO

O Asilo de Alienados São Vicente de Paula foi a primeira instituição voltada para o recolhimento de loucos na Província do Ceará. Fundado em 1886, na vila de Porangaba ou Arronches, ele esteve vinculado diretamente à mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, através da qual os vice-provedores e mordomos discutiram as principais demandas enfrentadas no estabelecimento. Esta pesquisa visa analisar aspectos da história do São Vicente de Paula, tendo como recorte temporal o ano de 1871, quando surgiram os primeiros relatos produzidos pela Santa Casa a respeito da necessidade da construção de uma instituição destinada ao abrigo de loucos até 1920, quando ocorreram reformas internas com o intuito de oferecer melhorias quanto a seus aspectos físicos e espaciais. As principais problemáticas norteadoras deste trabalho visam responder sobre quais circunstâncias o São Vicente de Paula foi construído, qual o perfil dos chamados alienados ingressos na instituição e quais as principais dificuldades enfrentadas em seu cotidiano. Em termos do manuseio documental, foram analisados: os Relatórios dos Presidentes da Província, os artigos da Revista do Instituto Histórico do Ceará, os ofícios e demais documentação do Arquivo Público do Ceará, mas, sobretudo, foram investigadas as atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Santa Casa de Misericórdia, que permitiram um maior aprofundamento sobre as problemáticas acima mencionadas.

PALAVRAS CHAVES: Asilo de Alienados São Vicente de Paula, Ceará, Loucura, Santa Casa de Misericórdia.

ABSTRACT

The São Vicente de Paula's Asylum was the first institution devoted to the gathering of lunatics in the province of Ceara. Founded in 1886 at the village of Porangaba or Arronches, he was linked directly to the administration of the Santa Casa de Misericórdia, in Fortaleza, where vice-providers and stewards discussed the main demands faced in the establishment. This research aims to examine aspects of the São Vicente de Paula' story, having a temporal cutout of 1871, when the first reports was produced by the Santa Casa about the necessity of building an institution for the madhouse until 1920, when occurred internal reforms in order to deliver improvements in its physical and spatial aspects. The main questions guiding this study seek to answer under what circumstances São Vicente de Paula was built, what was the alienated profile inserted in the institution and what the main difficulties faced in their daily routine. In terms of handling documents, were analyzed: the reports of the Presidents of the Province, the journal of the Historical Institute of Ceará, crafts and other records of the Public Archives of Ceará; but mostly, the protocols of the ordinary and extraordinary sessions of the Santa Casa de Misericórdia were investigated. That allowed a greater depth on the issues mentioned above.

KEYWORDS: São Vicente de Paula's Asylum, Ceará, madness, Santa Casa de Misericordia,

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	03
AGRADECIMENTOS	04
FOLHA DE APROVAÇÃO	05
FICHA ATALOGRÁFICA	06
RESUMO	07
ABSTRACT	08
SUMÁRIO	09
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - A Construção Histórica dos Espaços da Cidade de Fortaleza: uma introdução do problema da alienação no Ceará	17
1. Os Loucos e a questão da invisibilidade: Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública de Fortaleza.....	20
2. A Construção do Espaço Asilar no Discurso dos Primeiros Médicos Alienistas.....	31
3. A Vila de Arronches e as Construções Narrativas dos Memorialistas e Literatos.....	35
4. Fortaleza e Arronches: dois espaços sócio-históricos de oposição e integração.....	45
5. A Estrada de Ferro de Baturité: Elemento de articulação entre a capital e o sertão.....	48
CAPÍTULO II - A Seca de 1877-1879 e o Asilo de Alienados	64
A Idealização do Asilo de Alienados: Do projeto às doações para a construção da obra.....	64
2. A Seca de 1877-79 e As Construções Narrativas na Imprensa e na Literatura.....	73

2.1. Os Relatos de Memória da Seca nas Obras de Rodolfo Theófilo: <i>Variola e Vacinação e A Violação</i>	80
3. O Início do Processo de Construção do Asilo de Alienados: a problemática da localização definitiva do edifício e a execução das obras.....	85
4. Instituições de Assistência aos Retirantes da Seca: o Asilo de Mendicidade e a Colônia Orfanológica Christina.....	95
CAPÍTULO III - Asilo de Alienados São Vicente de Paula: da inauguração ao fim do século XIX	111
1. Os Anos 1880: Dialogando com as fontes.....	111
2. Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e a Ação dos Vice-Provedores na Concretização do Asilo de Alienados.....	113
3. A Loucura Assistida no Ceará: a inauguração do Asilo São Vicente de Paula.....	127
4. O Asilo São Vicente de Paula: as primeiras demandas e problemas em seu cotidiano durante o período monárquico.....	133
4.1 Perfil dos Loucos do Asilo São Vicente de Paula e a Problemática da Lotação.....	137
5. A República e o Asilo São Vicente de Paula: permanências e discontinuidades.....	144
CAPÍTULO IV – Medicina Alienista e o Corpo Administrativo do Asilo São Vicente de Paula: o cotidiano da instituição	158
1. <i>Cartas Sobre a Loucura</i> : A teoria médica sobre a problemática da loucura.....	159
2. Por Dentro do São Vicente de Paula: O cotidiano e o trabalho exercido por diretores, médicos e irmã superiora.....	167
2.1. Gestão do Diretor Theophilo Rabello (03/1886 a 11/08/1890): da contestação do laudo do médico à prática de violência contra um louco.....	167

2.2. Gestão do Diretor: João Ribeiro Pessoa Montenegro (13/08/1890 – 06/1891): A má alimentação dos alienados.....	173
2. 3. Gestão do Diretor: Zacharias Thomaz da Costa Gondim (11/06/1891- 01/1895): crises financeiras e novo regulamento.....	176
2.4. Gestão do Diretor: Antônio Pinto Nogueira Brandão (02/03/1895 -13/03/1912): o médico-diretor e suas permanências e ausências no asilo de alienados.....	184
2.5. Gestão do Diretor: José Odorico de Moraes (13/03/1912): Dos problemas Financeiros à <i>Reforma Radical</i> no São Vicente de Paula.....	195
3. Entre a Problemática da Loucura como Doença e as Condições de ‘Cura’ no Asilo São Vicente de Paula.....	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
BIBLIOGRAFIA.....	227
LISTAS DE DOCUMENTAÇÃO.....	235
ANEXOS – MAPAS DEMONSTRATIVOS DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULA, CORRESPONDENTES AO SÉCULO XIX (1886-1889).....	236
ANEXOS – FOTOS.....	270

INTRODUÇÃO

Poucas são as pessoas que passam hoje pela Av. João Pessoa, na Parangaba – um bairro com grande tráfego de carros e ônibus – e observam que existe ali um hospital psiquiátrico com 124 anos de memória repleto de história de privações, sofrimentos e dificuldades. O Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula é um prédio amplo, construído no entorno da ainda bonita, mas pouco cuidada lagoa da Parangaba. Ao lado do hospital, há a capela Bom Jesus dos Aflitos e próximo encontram-se os antigos trilhos da Estação de Ferro de Baturité. Internamente, o hospital possui um espaço extenso onde, além das dependências comuns pertinentes a qualquer estabelecimento médico, como enfermarias, refeitório, administração, existe um terreno onde no final do século XIX correspondia a um sítio que lhe pertencia. Há algumas salas vazias no hospital que poderiam ser aproveitadas – como disse o então diretor, Coronel Bonfim, em 2005, quando estive lá a primeira vez – para fins diversos, inclusive para a construção de um museu da loucura, ampliando assim o pequeno memorial do acervo documental localizado em frente à diretoria.

O trabalho **‘O Asilo de Alienados São Vicente de Paula e a Institucionalização da Loucura no Ceará’** consiste na investigação da história do primeiro estabelecimento voltado para a loucura da Província, inaugurado em 1886. O corte temporal inicia-se em 1871, quando surgiram os primeiros registros feitos pelas autoridades públicas destacando a necessidade da construção de um local para o abrigo de loucos e termina em 1920, quando ocorreu uma grande reforma no asilo de alienados chamada de *reforma radical*. O objetivo geral desta pesquisa é investigar a teia discursiva em torno da história do asilo de alienados no período enfocado, reconstruindo as redes sociais norteadoras para sua construção e as principais demandas enfrentadas no cotidiano asilar.

Reconstruir a história do antigo Asilo de Alienados São Vicente de Paula é revisitar a memória da cidade de Fortaleza e do Ceará através da análise das práticas discursivas de suas elites sociais, políticas, caritativas e religiosas sobre uma parcela pobre da população, advinda de várias localidades do interior, silenciada e condenada ao ostracismo social e historiográfico, formada por homens e mulheres nomeados de loucos.

Esta pesquisa teve grandes dificuldades durante o seu percurso posto que a bibliografia sobre o universo da loucura no Ceará e sobre Asilo de Alienados São Vicente de Paula durante o século XIX e início do XX é ainda incipiente, apesar dos mais de 120 anos de existência do hospital psiquiátrico. Na historiografia cearense, o hospital mereceu destaque apenas de maneira pontual, seja na forma de capítulos, seja de subtítulos de capítulos (PONTE:1990; PONTES:2006). Entretanto, e talvez exatamente por isso, o maior desafio enfrentado pelos historiadores é referente à limitação ou mesmo inexistência de fontes sobre o perfil e os prontuários dos loucos, o que dificulta o aprofundamento acerca de quem foram as mulheres e os homens que ingressaram, viveram e morreram no São Vicente de Paula. Existem ainda muitos silêncios sobre os receituários submetidos aos internos. Contudo, é importante ressaltar que, se as fontes internas referentes aos prontuários e receituários são inexistentes, em compensação, existe um amplo acervo documental das atas de sessões da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, ainda pouco manuseado pelos pesquisadores.

Do período correspondente de 1871 a 1920, existem mais de 18 Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias realizadas pela mesa regedora da Santa Casa de Misericórdia. Cada um deles, com uma média de 200 páginas, de registros sobre o cotidiano administrativo do hospital da misericórdia e do asilo de alienados. Ou seja, há um arsenal de informações computadas em milhares de páginas, ainda não catalogadas ou organizadas. Bem ou mal conservados, os arquivos existem e neles, observamos falas e silêncios que precisam ser interpretados.

O material documental tem uma dimensão riquíssima, pois enfoca, entre outros temas, aspectos sobre: O processo de construção do asilo de alienados; Os nomes dos homens e mulheres admitidos no asilo; Os nomes das cidades do interior do Ceará de origem dos internos loucos; A situação na qual alguns se encontravam ao ingressarem na instituição; As ações cotidianas realizadas pelos médicos e diretores-médicos do asilo; As condições estruturais e financeiras do asilo; As denúncias de maus tratos sofridos pelos pacientes; As principais demandas enfrentadas no cotidiano asilar.

Através da análise do variado e grande corpus documental produzido pela Santa Casa de Misericórdia e organizado, investigado e interpretado pelo trabalho historiográfico, esta pesquisa propõe oferecer, a partir da experiência do Ceará, uma contribuição à historiografia brasileira. Ao destacar o processo de institucionalização da loucura, através da análise dos mecanismos e estratégias da grande produção discursiva promovida pela elite 'caritativa' de

Fortaleza, objetiva-se reconstruir aspectos da história do asilo de alienados São Vicente de Paula, proporcionando uma releitura em torno dos novos sujeitos históricos – os loucos – dando-lhes maior visibilidade na narrativa historiográfica.

Como as páginas dos Livros de Atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Santa Casa são numerosas e o tempo de construção da Tese de Doutorado é relativamente pequeno para a análise do arsenal documental, tornou-se necessário fazer uma seleção sobre as fontes consultadas desta pesquisa. Nesse sentido, apesar de terem sido trabalhados artigos de jornais cearenses como: *O Retirante*, *O Libertador*, *Gazeta do Norte*, entre outros, a imprensa não ocupou um espaço prioritário nesse trabalho, resultando conseqüentemente, na seleção dos sujeitos enfocados que não foram contemplados, ou seja, os intelectuais, colaboradores e redatores de jornais.

A metodologia aplicada, referente aos cortes documentais e de sujeitos da pesquisa, priorizou a análise dos discursos dos agentes sociais responsáveis diretamente pela construção e existência do Asilo São Vicente de Paula, ou seja, os presidentes da Província, os vice-provedores e os mordomos da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Desta forma, a documentação investigada teve como foco, sobretudo, a análise dos relatórios dos presidentes de Província e dos Livros de Atas da Santa Casa. Contudo, paralelamente a essas fontes, foram analisados também os discursos de outros conterrâneos, como os intelectuais e políticos que produziram artigos, sobretudo na Revista do Instituto do Ceará – instituição análoga ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – sobre aspectos da história da Província e do Estado. O debate historiográfico referente à história do Ceará e à historiografia brasileira sobre as instituições hospitalares voltadas para a loucura, também foram objetos de reflexão desta pesquisa, bem como à bibliografia teórica que abordou as principais questões relativas ao discurso alienista europeu desenvolvido em fins do século XVIII e século XIX.

Este trabalho não é pretensioso nem modesto. Ele pretende oferecer à historiografia cearense e brasileira uma contribuição no limite de suas possibilidades. A trajetória desta pesquisa foi bastante alterada desde sua concepção e objetivos originais até o resultado final, motivada, sobretudo, pela documentação que ora apresentava-se escassa referente a determinadas problemáticas, ora abundante, relativa a outras.

Os capítulos deste trabalho estão divididos da seguinte forma, em seus objetivos e abordagens:

O capítulo 1 tem como proposta analisar os aspectos constitutivos em torno da temática da loucura no Ceará antes da construção do Asilo São Vicente de Paula, investigando, inicialmente, os espaços tradicionais onde foram abrigados os alienados, a saber: a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública, ambas localizadas em Fortaleza. Serão construídas problemáticas referentes à formação espacial e social dessas instituições na capital, bem como será feita uma análise das práticas discursivas em torno da vila de Arronches – local onde foi erguido o asilo de alienados – que passou de antiga aldeia indígena à vila em vias de desenvolvimento no final do século XIX. O objetivo central deste capítulo é construir uma abordagem espacialmente histórica de Fortaleza e Arronches, como forma de reconstruir a tessitura das redes sociais, políticas e econômicas motivadoras para a escolha do local de construção do Asilo São Vicente de Paula.

O capítulo 2 propõe-se a investigar os primeiros relatos sobre a proposta de construção do Asilo São Vicente de Paula no início dos anos 1870, refletindo que, da idealização do projeto até o início das obras, o percurso não se deu de forma imediata. Nesse sentido, serão observadas as circunstâncias e motivações que levaram o processo de construção do asilo a seguir adiante, tendo como enfoque o episódio da seca de 1877-79. Ao estabelecer uma relação entre a alienação e a indigência crescente em Fortaleza, em decorrência do flagelo da seca, a proposta é problematizar o lugar que a loucura ocupou no cenário de miséria, privações e doenças. Será observada ainda a relação entre a construção do Asilo São Vicente de Paula e a criação de mais duas instituições assistenciais voltadas aos retirantes da seca – o Asilo de Mendicidade e a Colônia Orfanológica Christina – numa perspectiva de compreender que a loucura, a mendicidade e a orfandade fizeram parte de um mesmo cenário de fome, miséria e práticas caritativas.

O capítulo 3 visa analisar a construção do Asilo São Vicente de Paula durante a década posterior à seca de 1877-79, no período cronológico correspondente entre a década de 1880 até o fim do século XIX, observando aspectos do processo de sua inauguração, o perfil dos loucos ingressos e os principais problemas enfrentados pela instituição. Será abordada também a influência exercida pela Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza nos assuntos internos do asilo de alienados, através da figura de seus vice-provedores que desempenharam

na prática cotidiana um poder maior que o desempenhado pelo próprio médico da instituição asilar.

O capítulo 4 está dividido em duas ‘partes’. A primeira se reporta à análise do documento publicado pelo médico cearense Francisco Ribeiro Delfino Montezuma que pela primeira vez escreveu na imprensa fortalezense uma ampla matéria sobre a loucura, dividida em 10 *Cartas*. O objetivo é observar como a loucura foi tratada teoricamente no jornal *Gazeta do Norte*. No segundo momento, será analisado o cotidiano asilar tendo como foco a atuação dos médicos, diretores, irmã superiora e mordomo responsável pelo asilo frente às suas principais demandas internas. Investigar a nomeação do que seria ‘louco’ pelas autoridades responsáveis do São Vicente de Paula no ingresso e na saída de mulheres e homens do asilo também será objeto de análise.

Como instituição historicamente situada em tempo e espaço, a São Vicente de Paula guarda embates, discussões e segredos nem sempre ‘revelados’, ou ainda, desordenadamente encontrados em fontes fragmentadas, mas inseridas dentro do lugar da cultura. Segundo Foucault em ‘Doença Mental e Psicologia’: *Um fato tornou-se, há muito tempo, o lugar comum da sociologia e da patologia mental: a doença só tem realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal* (FOUCAULT: 1988, p. 71).

A loucura, enquanto fenômeno historicamente construído, insere-se em várias perspectivas de abordagem. O vasto campo de possibilidades que o São Vicente de Paula proporciona para a compreensão não somente da problemática da loucura institucionalizada no Ceará, mas das teias discursivas sobre o próprio funcionamento da cidade de Fortaleza é representativo no universo de possibilidade histórica e historiográfica que este trabalho se propôs a reconstruir.

CAPÍTULO I

A Construção Histórica dos Espaços da Cidade de Fortaleza: Uma Introdução ao Problema da Alienação no Ceará

...Cidade, palavra-chave de uma lei anônima, substituto de todos nomes próprios...

(CERTEAU, 1994, p.189)

A construção do asilo para alienados constituiu-se, segundo o sociólogo Robert Castel, numa proposta nova para as cidades nas quais estiveram inseridas, em um cenário de práticas e discursos institucionais modernos onde médicos, juristas e administradores estatais tematizaram sobre os conceitos, intervenções e tratamentos dados à loucura. A base da problemática moderna da loucura fundamentou-se na ideia de que o louco deveria receber o status de ‘doente’, não sendo visto apenas como mais um marginalizado socialmente e, como tal, deveria ser encaminhado para uma instituição específica que tratasse de sua enfermidade (CASTEL: 1978).

Este projeto foi inovador na medida em que, antes da fundação do hospício, os loucos não possuíam lugar especializado para serem recolhidos ou tratados, permanecendo em estabelecimentos denominados pelo sociólogo Erving Goffman de *instituições totalitárias* (GOFFMAN: 2005). Ou seja, na inexistência do hospício, homens e mulheres denominados de anormais foram, via de regra, ou destinados aos hospitais gerais, quando diagnosticados como doentes, ou foram conduzidos para as cadeias públicas, quando representavam potencialmente um perigo à sociedade (ANTUNES, 1999). Nessas instituições, os loucos tornaram-se invisíveis, pois foram confundidos com os demais doentes ou criminosos, respectivamente.

A invisibilidade da loucura nos espaços dos hospitais gerais e das prisões constituiu-se naquilo que o filósofo Michel Foucault nomeou de a *grande internação*, onde pobres, infratores e insanos pertenceram a uma *mesma pátria* (FOUCAULT, 2003, p. 48), pois na medida em que não havia distinção entre esses indivíduos, todos ocupavam os mesmos espaços indistintos de exclusão. Somente a partir da construção de estabelecimentos próprios

para o recolhimento dos loucos, como os hospícios e asilos, a loucura passou a ser institucionalizada, a partir da constituição de novas práticas e discursos.

A construção dos hospícios constituiu-se como uma prática discursiva adotada em várias sociedades modernas, tanto na europeia a partir do final do século XVIII como no Brasil, em fins do século XIX, estabelecendo uma nova configuração política e social dada à loucura.

Para que se possa compreender o novo momento da construção de representações e apropriações sobre a loucura em que os conceitos e tratamentos foram instituídos, sobretudo pelos discursos e práticas dos médicos alienistas, é necessário analisar, inicialmente, a problemática da instituição asilar como um lugar que representava, na sua própria dimensão arquitetônica e espacial, um ambiente inaugural da loucura. Ao contrário das antigas *instituições totalitárias* nas quais os loucos definham-se em ambientes fechados e insalubres, o hospital de alienados foi idealizado pelos médicos para proporcionar uma atmosfera mais saudável para o doente. Destarte, a primeira geração de alienistas cujo nome de maior projeção historiográfica foi Philippe Pinel propôs construir o asilo de alienados como um ambiente espacialmente arborizado, agradável, oferecendo grandes dimensões arquitetônicas, elementos considerados fundamentais para o tratamento e melhora da loucura. O espaço físico, dessa forma, ganhou uma importância até então minimizada na medida em que visou livrar os loucos das correntes que os mantinham presos, submetendo-os agora ao contato direto com a natureza.

O espaço asilar representou a construção de novas redes sociais, constituindo-se como um ambiente inaugural para a loucura. Parafraseando o geógrafo Milton Santos quando se reportou à ideia do espaço numa perspectiva de compreensão das novas redes constitutivas do mundo contemporâneo: *cada lugar é, à sua maneira, o mundo onde quando revisitado, novos significados são apreendidos, possibilitando o entendimento sobre seu cotidiano* (SANTOS: 2002, p. 314). O espaço asilar construído no Ceará é um mundo a ser revisitado historiograficamente, no qual, adentrando em seu universo, torna-se possível construir redes de significações sobre suas demandas e necessidades internas.

O asilo de alienados São Vicente de Paula, construído na vila de Arronches¹ em 1 de março de 1886, seguiu a mesma proposta adotada pelos médicos alienistas, em fins do século XVIII e início do XIX, em termos de referências quanto à espacialidade. Ou seja, situado numa área distante da cidade de Fortaleza, ele apresentou-se como uma estrutura física e geográfica condizentes com o tratamento proposto pela medicina alienista. Localizado no entorno da lagoa de Porangaba, o terreno doado pelo capitão Manoel Francisco da Silva Albano e sua mulher², Maria Theófilo Albano, destinado para a construção do asilo, representou um bom lugar para oferecer à assistência aos insanos da Província do Ceará.

Para construir as redes sociais em que o asilo de alienados São Vicente de Paula esteve inserido, é necessário situá-lo em outro cenário maior, o da própria cidade de Fortaleza. Este capítulo propõe-se compreender as espacialidades constitutivas da capital cearense e de suas adjacências como forma de perceber a inserção do asilo de alienados São Vicente de Paula na história da Província cearense. O cenário físico da cidade que se propõe abordar neste capítulo vai além de uma mera disposição geográfica. Ele refere-se às redes sociais e políticas historicamente constitutivas da cidade e de seu cotidiano no sentido de se compreender o espaço novo destinado à loucura a partir da construção do asilo de alienados.

Neste sentido, cabe a investigação da seguinte problemática: se a construção do asilo São Vicente de Paula em fins do século XIX representou um instrumento novo no tratamento dado à loucura no Ceará, como era tratada a alienação antes de sua construção? Ou ainda, quais os espaços institucionalizados anteriores a sua criação quanto à absorção dos loucos?

Como foi mencionado anteriormente, no que concerne às *instituições totalitárias* analisadas por Erving Goffman, os espaços destinados aos loucos no Ceará, antes da construção do asilo de alienados, foram ou a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza ou as cadeias públicas da capital e do interior. Como não possuíam um local especializado para tratamento nesses espaços, os loucos tornaram-se invisíveis haja vista que eles não se distinguiram com nitidez dos demais doentes ou presos comuns.

¹Arronches que se chamou Porangaba e depois, Parangaba é hoje um bairro de Fortaleza. O Município da Parangaba foi extinto oficialmente em 31 de Outubro de 1921 (Lei 1913) pelo Presidente Justiniano de Serpa tornado distrito de Fortaleza em 1926 pela Lei 2455.

² *Escreitura de doação que fazem o capitão Manoel Francisco da Silva Albano e sua mulher á Santa Casa de Misericordia desta cidade, de um terreno na estrada empreitada de Arronches, para o edificio do azilo de alienados, por 1:000\$000* (Acervo do Hospital São Vicente de Paula).

1. Os Loucos e a questão da invisibilidade: Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública de Fortaleza:

Situada entre a Praça dos Mártires, as ruas da Misericórdia e Senador Pompeu e tendo ao lado Norte o mar, a Santa Casa de Misericórdia estava localizada espacialmente muito próxima à cadeia pública de Fortaleza³. Segundo o memorialista Gustavo Barroso, a Santa Casa de Misericórdia e o quartel compuseram o mesmo cenário genealógico da cidade.

Na crista da colina, ao pé do conjunto, ainda hoje existente, da fortaleza e quartel, começou a viver a capital do Ceará. Deu-se àquela plataforma natural fronteira ao mar o nome de Campo ou Largo da Pólvora. Com o tempo, as edificações o limitaram a um retângulo, dum lado o quartel, do outro a Santa Casa de Misericórdia, e no terceiro, casas de moradia baixas, humildes, de biqueiras corridas, das quais algumas ainda existiam, vai para um quarto de século⁴.

Considerando um dos melhores *edifícios da capital por suas proporções, asseios e aplicações*⁵, o literato e pesquisador Antônio Bezerra fez, em 1895, uma descrição minuciosa sobre sua estrutura física, em artigo publicado na revista do instituto histórico e geográfico da Província, o Instituto do Ceará.

A Santa Casa de Misericórdia, segundo sua narrativa, possuía uma *elegante e nobre entrada*. Pelo lado da frente havia uma capela, um salão onde funcionava a mesa administrativa, seguido de dois quartos pequenos: um para a secretaria e outro que servia para o parlatório das irmãs de caridade. Além do refeitório e da sala de costura, havia um dormitório para trinta e três órfãs *empregadas no serviço da casa*. Constava ainda farmácia, laboratório, armazéns, consultório médico, depósito de flores, *uma enfermaria de medicina para homens indigentes, dividida em quatro sessões, um quarto para distribuição de comida aos doentes*, um local para depósito de drogas, uma enfermaria para cirurgia de homens indigentes, uma sala para tratamento médico cirúrgico aos pensionistas militares e um quarto anexo que servia de xadrez.

Ao lado do fundo, havia um quarto para comida, um para operações e depósitos de instrumentos cirúrgicos e mais seis para pensionistas civis. Ao lado do portão que dava entrada para uma saleta, havia um compartimento espaçoso para necrotério. Ao lado do mar, existiam duas enfermarias de medicina e cirurgia para mulheres, um quarto para despensa,

³ Hoje, a Santa Casa de Misericórdia e antiga Cadeia Pública estão separadas apenas por um quarteirão.

⁴ BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC. Editora 2004, p. 271.

⁵ BEZERRA, A. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, Revista do Instituto do Ceará, 1895. p; 187.

outro para consultório, uma enfermaria nova para *mulheres indigentes*, dividida em três sessões com dez portas de frente, consultório, despensa, varanda e subterrâneo. Pelo lado do centro havia uma casa para cozinha, despensa, refeitório com quarto para depósito de carne verde, outra para banhos com uma caixa para depósito de água, outra para lavanderia, três poços com bombas e dois cata-ventos⁶.

As obras de construção do Hospital foram iniciadas em 1847, durante a administração do presidente da Província, Inácio Correia de Vasconcellos. Assim, como ocorreu com o asilo de alienados São Vicente de Paula, a obra somente pôde ser concluída através dos donativos em dinheiro enviados pelas autoridades públicas e por pessoas de posses, além da extração de loterias e dos rendimentos do cemitério público, perfazendo um total de 3:450\$000 réis, em 1854.

Quatorze anos depois do início das obras, em março de 1861, o presidente da Província, Nunes Gonçalves, inaugurou o Hospital de Caridade, recebendo em setembro do mesmo ano a denominação de Santa Casa de Misericórdia. Na ocasião, foram realizadas solenidades oficiais e religiosas quando foi expedido o Compromisso da instituição através do qual ficou estabelecido que o presidente da Província fosse o provedor nato e o protetor da irmandade⁷.

Em 1867, a mesa administrativa contratou quatro irmãs de caridade do Rio de Janeiro, chegando a Fortaleza em 1870, e mais outras: Marie Benoit, Vicence Merrie, Josefa Nunes e Vicência Ferreira⁸. Elas foram responsáveis pelos serviços internos e pela administração da Santa Casa. Em 1869, o hospital ficou submetido à administração da Irmandade da Misericórdia, que esteve encarregada da organização de seus Estatutos Provisórios e Compromissos, conforme a Lei Provincial nº 928, de 4/8/1860.

A Santa Casa de Misericórdia, ao longo de sua existência, passou por algumas reformas estatutárias. A primeira ocorreu em 1861, através da Lei, nº. 1009, de 19 de setembro quando foi elaborado seu 'estatuto definitivo'⁹. A segunda ocorreu em 1875, sob a direção da irmã superiora, Marie Chorioux, conforme a Lei 1701¹⁰. E em 1891, uma nova

⁶ BEZERRA, p. 188.

⁷ Relatório do Presidente da Província Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, 9 de abril de 1861, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 16.

⁸ BEZERRA, A. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, Revista do Instituto do Ceará, 1895. p; 192.

⁹ STUDART, Guilherme. *Succinta Noticia sobre a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza*. Revista do Instituto do Ceará, 1915.

¹⁰ BEZERRA, 1895, p; 192.

reforma se efetivou através do decreto nº. 177, de 04 de abril, expedida pelo presidente da Província Benjamim Liberato Barroso, sendo concluída em 30 de abril durante a administração do presidente José Clarindo.

Especificamente na reforma de 1875, Capítulo I, Art. 3, constava que a Irmandade Santa Casa de Misericórdia seria responsável administrativamente por três *estabelecimentos pios*: o Hospital da Misericórdia, o Cemitério de São João Baptista¹¹ – ambos localizados em Fortaleza – e o asilo de alienados, situado nas *proximidades da Villa da Porangaba*¹². Convém observar que mesmo o asilo São Vicente de Paula ainda inexistindo na década de 1870 – pois só foi inaugurado mais de dez anos depois do início do projeto de sua idealização – seu nome já constava como estabelecimento pertencente à Irmandade.

Os capítulos e artigos do Estatuto da Santa Casa referiam-se basicamente às questões de ordem interna administrativa onde ficaram expostas, sobretudo as competências do vice-provedor e dos mordomos. Os Estatutos são registros importantes para a análise das propostas de funcionamento da instituição, pois a partir deles, poder-se-ia investigar qual o lugar que ocupou a loucura em suas dependências. Entretanto, observa-se que neles, não há informações sobre a questão da loucura e seu tratamento no hospital da misericórdia. No item referente ao perfil dos doentes tratados, os mesmos foram nomeados basicamente como *pobres e desvalidos*¹³. O termo alienação não se apresentou como um enunciado constitutivo de seu regimento interno. Apesar dessa lacuna, não seria correto afirmar que a loucura não estivesse presente no ambiente hospitalar, sobretudo se for considerado que a Santa Casa não abrigou somente os doentes, mas uma massa de pessoas heterogêneas que receberam a alcunha de *indigentes*.

Outra instituição que por um lado, tradicionalmente, abrigou os insanos, mas por outro silenciou sua existência nos documentos, foi a cadeia pública de Fortaleza, sendo peça

¹¹ O Cemitério São João Batista iniciou sua edificação a partir da Lei 318, art. 3º a 1 de agosto de 1844 e foi concluído em 5 de abril de 1865. Em seu art. 5º, reafirmava-se que ele ficaria sob a propriedade do Hospital. Até 1ª de maio de 1848, os enterros eram realizados dentro das igrejas. Depois dessa data, passaram a ser feitos no Cemitério São Casimiro. Contudo, por ser pequeno, sobretudo em época de epidemias, foi fechado mesmo havendo ampliações durante a década de 1850. O Cemitério de São João Baptista, assim como a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeia Pública, estava espacialmente situado no coração da cidade de Fortaleza.

¹² *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 a 1897. Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

¹³ *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*. Cap. I; art. 4, p.184. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 a 1897. Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

fundamental para a compreensão das redes sociais que envolveram a loucura no Ceará antes da construção do Asilo São Vicente de Paula.

A partir de 1840, um grande número de cadeias públicas foi construído em várias Províncias brasileiras, atendendo a proposta de construção do Estado Nacional forte e centralizado. Segundo o historiador Flávio Albuquerque Neto, nesse período houve uma *reforma do aparato prisional no Império*, proposto, sobretudo pelo Partido Conservador, no sentido de viabilizar a correção moral do criminoso a partir do trabalho realizado nas oficinas dos presídios. Nesse sentido, a Casa de Detenção de Recife, por exemplo, inaugurada em 1850, foi projetada e construída, buscando integrar-se à proposta da moderna reforma criminológica por que passaram Europa e Estados Unidos, apresentando-se em um discurso inaugural como pertencente a uma *nova fase da história prisional da capital pernambucana*, atendendo aos preceitos da modernidade e da civilização (ALBUQUERQUE NETO: 2009, p. 106).

A cadeia pública de Fortaleza esteve inserida na mesma perspectiva de integração da Província do Ceará ao Estado Nação, propondo-se a adotar o modelo prisional norte-americano de Auburn, considerado um dos mais modernos até então. Segundo os historiadores Pimentel Filho, Mariz e Fonteles Neto, a construção da cadeia visou exercer um efetivo controle da população do Ceará que, em 1848, apresentou o maior índice de homicídios e ferimentos em comparação às demais brasileiras. (PIMENTEL FILHO *et alli*: 2009, pp. 156 e 167), o que proporcionou um discurso de urgência na realização da obra por parte das autoridades públicas.

Situada no centro da cidade, entre as ruas Senador Pompeu, Misericórdia e General Sampaio e do lado norte, com acesso ao mar, a cadeia de Fortaleza foi planejada pelo engenheiro Manuel Caetano de Gouveia e orçada em 1832. Segundo o contemporâneo Antônio Bezerra, em artigo publicado na revista do Instituto do Ceará de 1895, ela teve várias etapas de construção, sendo aprovada pela lei nº. 454 de 4 de agosto de 1848 sob a quantia de 40:000\$000 reis¹⁴.

O projeto de construção da cadeia foi apresentado como uma necessidade urgente para a Província, pois segundo o relatório do presidente, Ignácio Francisco Silveira da Motta, de 1851, a falta de segurança atingiu todo o Ceará. Faltavam prisões *na maior parte dos termos, e a pouca segurança das existentes, contribuem muito para a impunidade, pelos meios fáceis*

¹⁴ BEZERRA, Antônio. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, Revista do Instituto do Ceará, 1895. p; 184.

de evasão que se oferecem aos criminosos¹⁵. No caso da cadeia da capital, a situação não foi diferente. Segundo o presidente da Província, não havia estrutura adequada para oferecer condições de vigilância e segurança dos presos. Assim, naquele ano, dois contos de réis foram destinados ao início das obras para a realização de bem feitorias no prédio¹⁶. Em 1853, as reformas tiveram *um grande impulso*, sendo encomendado de Pernambuco um portão de ferro que, segundo o presidente da Província, Joaquim Marcos d’Almeida Rego, seria assentado e receberia os *presos mais importantes* em um salão com a capacidade para acomodar cem homens¹⁷.

Mesmo não estando finalizadas as obras, a cadeia recebeu muitos criminosos em fins dos anos cinquenta¹⁸. Em 1865, o volume de presos foi tão grande, advindo de várias localidades do Ceará, que o presidente Lafayette Rodrigues Ferreira afirmou:

Urge terminar esta obra. A cadeia com as acomodações existentes, mal pode conter, em globo e sem a separação recommendada por lei, o grande numero de condemnados e detidos de todos os pontos da província são enviados.

Em virtude de representação do Dr. Chefe de polícia, autorizei a construção de uma parede, destinada a dividir em duas a grande sala do centro, na qual se achava aglomerado um excessivo numero de presos¹⁹

Segundo Antônio Bezerra, apesar de planejada na década de 1830, a obra só foi concluída mais de trinta anos depois, em dezembro de 1866, com o custo total aos cofres públicos de 156:672\$032 reis²⁰. Para o chefe de polícia, a capacidade de lotação da cadeia em 1869 era de duzentos e cinquenta presos. Naquele momento havia duzentos e vinte cinco detentos, dentre os quais apenas quatorze eram mulheres²¹.

Como a cadeia pública da capital foi responsável pelo recebimento dos presos de várias localidades, o presidente da Província, Francisco d’Assis Oliveira, recomendou ser necessária a construção de outras prisões em pontos estratégicos no interior para atender a demanda da circunvizinhança. Enviar os detentos somente à capital representava não somente ônus a mais para o governo, como a possibilidade de maiores episódios de fugas²². Destarte,

¹⁵ Relatório do Presidente da Província, Ignácio Francisco Silveira da Motta, de 7 de julho de 1851, p. 7.

¹⁶ Idem, p. 7.

¹⁷ Relatório do Presidente da Província, Joaquim Marcos d’Almeida Rego, de 28 de abril de 1853, p. 15

¹⁸ Relatório do vice-presidente Joaquim Mendes da Cruz Guimarães a João Silveira de Souza, a 27 de julho de 1857, p. 11.

¹⁹ Relatório do Presidente da Província, Lafayette Rodrigues Ferreira, a 10 de junho de 1865, p.18.

²⁰ BEZERRA, Antônio. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, Revista do Instituto do Ceará, 1895. p; 184.

²¹ Appensos de 1869 – Appensos ao Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província, João Antonio Araújo Freitas Henrique (1870). Item: *Relatório do Dr. Chefe de Policia (1869) – Cadeias Públicas*, p. 3.

²² Falla do Presidente da Província, Francisco D’Assis Oliveira Maciel, 7 de julho de 1873, item: *Cadeias*, p. 5.

paralelas à construção da cadeia na capital, outras prisões do interior foram também erguidas, como nas cidades de Icó, Crato e Granja²³.

As prisões existentes em localidades do interior cearenses não se encontravam em estado satisfatório, pois segundo o presidente da Província, Rodrigues Ferreira, além da falta de segurança que provocava as fugas de presos²⁴, não havia condições mínimas quanto ao estabelecimento de critérios e normas internas na organização dos detentos, onde ocupavam em um mesmo espaço homens e mulheres, crianças e adultos, todos juntos, indistintamente. Em 1867, o chefe de polícia da localidade de Tamboril reconheceu a *palpitante necessidade de separação dos presos por sexo, classes e idades, como quer a lei e o exige a moralidade*²⁵. Segundo o presidente de Província, Francisco Teixeira de Sá, as cadeias em geral eram de *péssimas condições* e quase todas estavam situadas em prédios particulares²⁶.

Comparada às do interior, a cadeia da capital, apresentou melhores condições de atender aos princípios constitucionais, e, por isso mesmo, recebeu criminosos de várias localidades, principalmente *os presos de crimes graves*²⁷. Apesar disso, ela esteve *bem longe de satisfazer as vistas da lei criminal, com relação á perfeita commodidade e separação dos detentos*²⁸.

Nesse mesmo período, o presidente da Província Esmerino Gomes Parente descreveu a estrutura da cadeia da seguinte forma:

[...]compreendendo um pavimento térreo e andar superior com 28 células ou prisões, duas das quaes são ocupadas por mulheres e fechadas por quatro grades de ferro, ficando no corredor o oratório. No andar superior estão a enfermaria e o archivo. Alta e extensa muralha circunda o edificio, e serve de fundo á uma vasta cosinha e a quatro compartimentos destinados para officinas, e deposito de objetos pertencentes ao estabelecimento. O corpo de guarda está situado entre dous grandes portões, um de ferro e outro de madeira, com a necessária commodidade para uma guarnição de 25 a 35 praças, e domina a entrada única para o edificio²⁹.

²³ Relatório do Presidente da Província, Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, 9 de abril de 1861, p. 15.

²⁴ Relatório do Presidente da Província, Lafayette Rodrigues Ferreira, 10 de junho de 1865, p. 24.

²⁵ Relatório do Presidente da Província João de Souza Mello e Alvim ao Sebastião Gonçalves da Silva, 6 de maio de 1867, p. 10.

²⁶ Relatório do Presidente da Província, Francisco Teixeira de Sá, item: *Cadêas*, de 21 de março de 1874, p. 6

²⁷ Relatório do Presidente da Província, Senhor Comendador João Wikens de Mattos à Assembléia Provincial do Ceará, 20 de outubro de 1872; item *Cadeias*, p. 16.

²⁸ Relatório do Presidente da Província, Heraclito d'Alencastro Pereira da Graça, de 1 de março de 1875 item: *Cadêas*, p. 6.

²⁹ Falla do Presidente da Província, Esmerino Gomes Parente, de 2 de julho de 1875, item: *Cadêa da Capital*, p. 4.

Nos anos de 1880, as prisões da Província *foram consideravelmente melhoradas* em decorrência da utilização de abundante mão de obra dos retirantes da seca³⁰. A cadeia de Fortaleza tinha capacidade para receber duzentos e cinquenta presos³¹, existindo duzentos e vinte em suas dependências, sendo oito mulheres³².

Em 1895, a cadeia apresentou uma melhor estrutura. Segundo Antônio Bezerra, ela esteve dividida em dois pavimentos. Na parte superior estiveram *alojados o carcereiro, o arquivo e as enfermeiras que recebem ar e claridade por grades de ferro que as fecham, e duas janellas que olham para o mar*³³. Na parte inferior, havia vinte e oito prisões ou células. A estrutura da cadeia atendeu aos critérios básicos de funcionamento. Havia um poço, água potável e gás encanado para o edifício e corpo da guarda. Quanto aos presos, no ano de 1895, existiram cento e trinta e seis pessoas. Em cada uma das celas havia uma média de doze a vinte detentos. Duas vezes ao dia, eles ficavam em contato com pessoas estranhas, que através das grades, traziam-lhes alimentos³⁴.

Através da análise do Regulamento da cadeia pública de Fortaleza de 1884³⁵, torna-se possível identificar informações referentes ao seu funcionamento interno, onde foram abordadas questões pontuais como: as punições sofridas pelos presos, o trabalho realizado pelo médico, padre e professor na cadeia, entre outras temáticas. Através da análise do Regulamento pode-se observar o lugar da invisibilidade que ocupou a loucura no espaço da cadeia pública.

O capítulo I, art.19º referiu-se aos castigos aos quais os presos foram submetidos *que se mostrarem desobedientes* às normas internas, podendo variar desde a prisão na solitária, por período de um a três dias, ao uso de ferros por quinze dias, *conforme a quantidade de falta*, cabendo somente ao chefe de polícia o poder de minorar seu castigo³⁶. Toda a movimentação interna da cadeia foi registrada em um livro, constando informações desde a entrada do preso – onde se especificava: nome, filiação, idade, naturalidade, profissão,

³⁰Falla do Presidente da Província, José Julio de Albuquerque Barros, de 1º de julho de 1880, item: *Cadeias*, p. 7.

³¹ Relatório do Presidente da Província, Carlos Benedicto Ottoni, 19 de dezembro de 1885, item: *Cadeias*, p. 76.

³² Falla do Presidente da Província, Sival Odorico de Moura, 2 de julho de 1885, p. item: *Cadeias*, p. 15.

³³ BEZERRA, Antônio. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, Revista do Instituto do Ceará, 1895, p. 183.

³⁴ *ibidem*

³⁵ *Regulamento da Cadeia Pública de 1884*. Fundo: Secretaria de Polícia da Província do Ceará. Grupo: Cadeia Pública da Capital. Série: Regulamento. Cx.: 3522, de Fevereiro de 1884. Nº. 693. Regulamento da Cadeia Pública de 1884, assinado pelo chefe de polícia, João dos Reis de Souza Dantas Filho, em conformidade com o “artigo 146 do regulamento nº. 120, de 31 de janeiro de 1842” (Arquivo Público do Ceará).

³⁶ *Regulamento da Cadeia Pública de 1884*, p. 7.

residência, ordem de prisão e *os signaes característicos de cada preso* – até sua saída na cadeia e o lançamento de óbitos³⁷.

O capítulo IV referiu-se à função do médico da cadeia. A ele esteve incumbida a função de *visitar todos os dias a enfermaria, às oito horas da manhã* ou todas as vezes que fossem necessárias e percorrer *uma vez por semana, às quintas feiras, todas as prisões para verificar o estado de asseio e condições hygienicas de cada uma dellas, fazendo-se acompanhar pelo Carcereiro, seu ajudante e as praças necessarias*. As atribuições do médico iam desde o exame da alimentação dos doentes e prescrição dos medicamentos à escrita de *um mappa demonstrativo do movimento da enfermaria, com todas as occorrencias de cada semestre*³⁸.

Outros indivíduos que fizeram parte do cotidiano da cadeia foram o capelão e o professor. Quanto ao primeiro, era ele obrigado a rezar a missa *na cadeia, todos os domingos e dias santificados* e se não pudesse realizá-la, outro padre deveria ser chamado para substituí-lo. Competiu-lhe ainda dar *aos presos, nas quintas feiras, a instrucção moral e religiosa*. Já no que se referiu ao professor, era seu dever ministrar aula aos presidiários *procurando inculcar em seus espiritos os verdadeiros principios da moral e religião*. Os conteúdos das disciplinas lecionadas foram: instrução moral e religiosa, leitura, escrita, noções de gramática portuguesa e princípios elementares de aritmética³⁹. A escola funcionava nos dias úteis da semana, com apenas duas horas de duração: das sete às nove da manhã. Os presos que não sabiam ler ou escrever eram obrigados a frequentar a escola, *exceptuados os maiores de 50 annos, salvo si quizerem*⁴⁰, e se acaso não cumprissem as normas estabelecidas, os alunos estariam sujeitos às penas disciplinares, levadas pelo professor ao conhecimento do chefe de polícia, através do carcereiro⁴¹. Segundo o historiador Sebastião Pontes, a escola primária e oficinas para detentos foram fundadas em 1882 (PONTES: 1999, p.32).

Quanto às atividades relacionadas ao trabalho, os presos poderiam exercê-las nas oficinas disponibilizadas na cadeia, desde que tivesse bom comportamento, conhecimento do ofício e possuísse utensílios para realizá-lo⁴². Eles saíam das celas para oficinas, pela manhã,

³⁷ Idem. Capítulo II. Art. 20, pág. 8

³⁸ Idem. Artºs: 29, 30, 31 e 32.

³⁹ Idem. Cap. 5, Art. 34, pp.12 e 13.

⁴⁰ Idem. Cap. 5, Arts. 39 e 40, p. 13

⁴¹ Idem. Cap. 5. Art. 4. p. 14

⁴² Idem. Cap 7, p 17.

às seis horas, e regressavam às quatro da tarde, sempre escoltados⁴³.

Logo após a apresentação dos capítulos e artigos do Regulamento da cadeia pública de Fortaleza, o chefe de polícia, João dos Reis de Souza Dantas Filho, expôs modelos de ficha dos presos contendo filiação, sinais característicos e entrada na cadeia. Entre os modelos, incluiu-se o de nº. 03, intitulado: *Modelo para Folha das Diárias dos Presos Pobres* em que, como o próprio nome demonstrava, houve uma classificação específica para um tipo de preso – o pobre – que, segundo Antônio Bezerra, representou a grande maioria do perfil dos presos⁴⁴. É importante, contudo, observar a variedade e quantidade de prisioneiros que deram entrada à cadeia pública de Fortaleza, pois como ela recebia indivíduos não só da capital como de outras localidades, os detentos incluíam desde os prisioneiros políticos aos escravos⁴⁵.

Dividido o Regulamento da cadeia pública em oito capítulos e sessenta e nove artigos, convém ressaltar que, em toda a análise da documentação, não houve menção em nenhum momento à classificação de *presos loucos*, ao contrário do que ocorreu nos ofícios posteriores à criação do asilo São Vicente de Paula, como será visto no capítulo 3⁴⁶. Apenas no cap.1, artigo 4, em que tratava da manutenção da cadeia limpa feita pelos próprios presos, houve referência sobre aqueles que apresentavam alguma dificuldade ou impossibilidade na realização desse trabalho, por motivos de doenças ou problemas semelhantes. No único parágrafo deste artigo constava que a cadeia *será varrida todos os dias, e lavada de quinze em quinze dias, por turmas de presos, que se revezarão, com exceção apenas dos presos que apresentarem molestia ou defeito physico* e, mesmo assim, estes deveriam ter o parecer do médico, sendo-o encaminhado ao carcereiro⁴⁷.

Apesar de não ser especificado no regimento interno sobre o perfil dos presos recolhidos na cadeia pública de Fortaleza, entre eles incluíam-se os loucos. Em 1872, segundo o relatório de presidente da Província, João Wikens de Mattos, constavam duzentos e vinte e cinco presos, sendo três alienados⁴⁸. Este foi o único registro de loucos criminosos expostos nos relatórios da presidência da Província referentes à cadeia pública durante a década de

⁴³ Idem. Cap. 7, Art. 53, p. 17.

⁴⁴ BEZERRA, A. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, Revista do Instituto do Ceará, 1895, p. 184.

⁴⁵ ARAGÃO, R. Batista. *Pena de Morte*. Barraca do Escritor Cearense. Fortaleza, 1991.

⁴⁶ *Ofícios*: de 18 de Novembro de 1914 nº. 73 (nº. 1703) e 9 de Setembro de 1914, Nº. 50 (nº. 1300). (Arquivo Público do Ceará). Este tema será abordado em capítulo posterior.

⁴⁷ *Regulamento da Cadeia Pública de 1884*. Cap. 1, Art. 4, p. 2.

⁴⁸ Relatório do Presidente da Província, Senhor Comendador João Wikens de Mattos à Assembléia Provincial do Ceará, 20 de outubro de 1872; item *Cadeias*, p. 16.

1870, ou seja, antes da fundação do asilo São Vicente de Paula, numa demonstração de que o tema da loucura não ocupava espaço nos relatórios oficiais.

A invisibilidade da loucura também esteve presente no documento regimental das normas internas da cadeia pública. Apesar de existirem loucos em suas dependências, não emergiram desses documentos práticas discursivas que registrassem a sua existência. Nesse sentido, não pertencia às representações sociais das instituições da cidade, como a Santa Casa de Misericórdia e a cadeia pública, a visibilidade dos sujeitos considerados loucos.

Os momentos nos quais houve enunciados discursivos sobre a existência de loucos nas cadeias públicas da Província corresponderam basicamente ao advento da construção do asilo de alienados. Em 1886, no primeiro mês de funcionamento do São Vicente de Paula, deram entrada quatorze alienados provenientes da cadeia da capital⁴⁹. Em relatório de 1887 da Santa Casa de Misericórdia, o vice-provedor Silva Albano afirmou que antes da construção do asilo de alienados, os *infelizes loucos* ou vagavam *por estradas e povoados (...) no maior abandono, ou definhavam nas cadeias publicas*⁵⁰. Nos ofícios do século XX, trocados pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia, Joaquim Olympio de Paiva, e secretário de justiça e segurança pública, Dr. José Lima da Justa, o termo *presos loucos*⁵¹ foi amplamente utilizado, demonstrando a relação existente entre presidiários e insanos. Ou seja, o termo *preso louco*, enquanto produção discursiva construída pelas autoridades públicas cearenses, passou a ser tematizado dentro do ambiente carcerário, basicamente quando o asilo São Vicente de Paula foi construído. O projeto de fundação dessa nova instituição asilar possibilitou a visibilidade da loucura não somente na cadeia pública, como em outros espaços constitutivos da cidade, como a Santa Casa de Misericórdia, que passaram a referir-se sobre a existência de mulheres e homens loucos na sociedade em seus documentos internos.

Em sentido oposto, tratar da questão da loucura nos estabelecimentos de saúde e segurança de Fortaleza, antes da construção do Asilo São Vicente de Paula, passa, indubitavelmente, pela problemática da sua invisibilidade. O silêncio dos discursos sobre a alienação, constitutivos tanto dos enunciados regimentais da cadeia pública de Fortaleza como da Santa Casa, durante as décadas de 1870 e início da de 1880, não implicaram, entretanto, que os loucos não existissem de *fato* naquelas instituições. Para Michel Foucault, loucura e

⁴⁹ Jornal *O Libertador*, 3 de abril de 1886, p. 2 (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública do, Ceará).

⁵⁰ Relatório da Santa Casa: 19 de março de 1887, p.7 e 8. (Ofícios da Santa Casa - APEC).

⁵¹ Ofício de 9 de Setembro de 1914, nº. 50 (nº. 1300). (Arquivo Público do Ceará).

crime não se excluem, ao contrário: *implicam-se um ao outro no interior de uma mesma consciência que será tratada, com a mesma racionalidade, conforme as circunstâncias o determinem, com a prisão ou com o hospital* (FOUCAULT: 2003, p. 137).

A inexistência dos termos ‘alienação’ e ‘alienado’ nos relatórios das autoridades públicas e da Santa Casa representou mais que uma simples omissão de vocabulário. Representou uma invisibilidade social da loucura nos espaços institucionais de Fortaleza, onde a linguagem de sua existência foi silenciada.

Assim, Foucault afirma em “Doença Mental e Psicologia”, que antes do grande internamento, os loucos tinham uma relação com a sociedade, quando não representavam perigo para si e outrem. Entretanto, após o internamento nas instituições gerais, sua existência foi silenciada:

Êste fenômeno foi duplamente importante para a constituição da experiência contemporânea da loucura. Inicialmente, porque a loucura, durante tanto tempo manifesta e loquaz, por tanto tempo presente no horizonte, desaparece. Entra num tempo de silêncio do qual sairá durante um longo período; é despojada de sua linguagem; e se se pôde continuar a falar dela ser-lhe-á impossível falar de si mesma (FOUCAULT: 1988, p. 79)

Apesar de não estar o termo ‘louco’ claramente posto nos documentos oficiais e da Santa Casa, ele esteve presente no cotidiano de Fortaleza, haja vista que em determinadas circunstâncias, tornou-se ‘real’, sobretudo quando incomodou seus moradores e comprometeu a normalidade do espaço urbano, como ocorreu durante a seca de 1877-1879⁵².

Em termos de organização institucional do espaço, houve semelhanças entre a cadeia pública e a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Ambas, estavam localizadas no mesmo cenário físico e social da cidade e recolhiam um público semelhante em termos de situação de pobreza e desamparo. Ao contrário delas, o asilo de alienados foi erguido fora do coração da cidade, representando uma prática espacial e social distinta, na construção de uma noção de loucura no Ceará. Para compreender o local escolhido para o funcionamento do São Vicente de Paula, torna-se necessário analisar aspectos dos discursos dos médicos alienistas europeus, quanto ao desenho de um modelo de institucionalização da loucura na sociedade moderna que teve influência na Província cearense.

⁵² A seca e sua relação com a visibilidade da loucura serão abordadas no capítulo 2.

2. A Construção do Espaço Asilar no Discurso dos Primeiros Médicos Alienistas

À primeira vista, poder-se-ia justificar a escolha, por parte de autoridades públicas sobre o local distante do centro de Fortaleza para a edificação do asilo de alienados, como uma forma de atender às expectativas construídas pela psiquiatria moderna européia, através da qual os médicos defendiam a idéia de que era necessário um ambiente saudável e agradável para um eficaz tratamento terapêutico da loucura.

Em fins do século XVIII e durante o século XIX, os médicos alienistas desenvolveram diversas teses reformulando o conceito e tratamentos da loucura. Historiograficamente, o médico francês Pinel foi enfocado como o defensor entusiasta da construção de um estabelecimento voltado especialmente para a loucura, considerando-o fundamental para o processo terapêutico, pois, a partir dele, evitar-se-ia o uso abusivo das correntes que, de um modo em geral, era a única realidade vivida pela grande parte dos doentes recolhidos nos hospitais gerais. Embora Pinel seja mais lembrado como aquele que possibilitou a retirada das correntes dos alienados trancafiados nas instituições gerais, para Robert Castel, seu grande ato merecedor de destaque foi ter criado os princípios de uma *tecnologia alienista* na qual o hospício cumpriu uma função inédita nas sociedades modernas ao colocar o louco em evidência, diferenciando-se dos demais marginalizados e dos doentes comuns, permitindo assim o surgimento de novas práticas para a medicalização da alienação:

O ato fundador de Pinel não é retirar as correntes dos alienados, mas sim o ordenamento do espaço hospitalar [...]. A categoria da loucura se destaca, então, em sua especificidade, decantada dessas cumplicidades ligadas pela universalidade da desgraça. E, dessa maneira, ela se tornou doença. (CASTEL: 1978, p. 83).

Com a criação de um espaço ordenado para o recolhimento dos loucos, a medicina alienista instituiu uma *distribuição metódica* no hospício onde foi possível estabelecer uma nova ordem interna, construindo uma *rede de regras imutáveis* e uma incontestada *relação de autoridade* por parte do médico dentro da instituição (CASTEL: 1978, pp. 85-88). Para Robert Castel, a ênfase dos discursos dos primeiros alienistas quanto à necessidade da construção de um estabelecimento específico para a alienação foi peça diferencial não somente para a redefinição da loucura, como para a construção de novas simbologias em torno do próprio hospital. O espaço físico hospitalar passou a ser - não raro às vezes - associado à própria noção de cura. Para o alienista Jean-Étienne Esquirol: *Uma casa de alienados é um instrumento de cura; nas mãos de um hábil médico é o agente terapêutico mais poderoso contra as doenças mentais* (CASTEL: 1978, p. 61). A defesa do hospital

especializado, como lugar que proporcionava a cura para os doentes, foi uma prática discursiva que esteve inserida em uma rede de novas simbologias e representações acerca da loucura. A instituição asilar representou o surgimento de um novo corpo administrativo, uma nova estrutura de ordenação do espaço físico e uma nova configuração teórica e terapêutica da loucura.

Contudo, ao mesmo tempo em que o recolhimento do doente em um espaço especializado possibilitou, em tese, sua melhora ou cura, o hospício retirou o louco do convívio com as outras pessoas, contribuindo para seu isolamento social. Segundo o historiador Roy Porter, o *movimento do asilo marca o grande divisor de águas no modo como os loucos eram vistos e tratados* (PORTER: 1987, p. 26), na medida em que o confinamento e a exclusão proporcionados pelo hospício fizeram parte de uma nova ordem social. Para o autor, antes da institucionalização espacial da loucura através da construção dos asilos, havia certa convivência entre loucos e as pessoas ‘normais’ na sociedade. Ou seja, mesmo estando marginalizadas socialmente, as pessoas tidas como anormais tinham mais oportunidade de se expressar e fazer parte do cotidiano da cidade. Condição essa que foi silenciada a partir do surgimento da instituição asilar (PORTER: 1987, p. 44).

O hospício representou um marco inaugural de práticas e discursos sobre a nomeação teórica do que foi a loucura, se for considerado que: *A sabedoria tradicional*, afirma Roy Porter, *dizia que o lunático só devia ser confinado se fosse perigoso para si mesmo ou para os outros. A loucura em si não era base suficiente para o encarceramento. Mas essa política foi se apagando aos pouco* (PORTER: 1987, p. 169), pois através da fundação do hospício, caberia ao médico a grande responsabilidade e detenção do saber autorizado sobre o que era um indivíduo alienado ou normal.

Para a historiadora Lília Lobo, o louco durante o Brasil colonial também se conservou muitas vezes no âmbito da família e da sociedade, caso ele apresentasse comportamento inofensivo. *Um pouco semelhante ao que ocorria na Idade Média: desde que não perturbasse a ordem, [o louco] podia circular livremente, apesar de ser visto com desconfiança...* (LOBO: 2008, p. 271). Situação essa que foi alterada com o surgimento das instituições especializadas no tratamento da alienação.

Se por um lado a construção do hospício representou a elaboração de práticas de silenciamento e invisibilidade social do louco porque agora ele estaria confinado a um local reservado sem o contato com outras pessoas, por outro o discurso elaborado pela primeira geração de alienistas objetivou a construção de saberes não só racionais e científicos, mas

autodenominados como *humanitários*, pois a intenção dos médicos alienistas foi introduzir a concepção do *tratamento moral* aos seus pacientes.

O tratamento moral foi uma técnica através da qual se fundamentou na relação de poder e controle exercido pelo médico sobre o paciente, sustentada, em tese, a partir do vínculo de *carisma pessoal do médico* na conquista de sua confiança. Para o historiador Roy Porter: *Esse movimento, de fato, tinha como objetivo reviver a humanidade adormecida do louco, tratando-o como um ser que dispõe de pelo menos um resquício de emoções normais, capaz ainda de ser excitado e treinado* (PORTER: 1987, p. 29).

Segundo Michel Foucault, o tratamento moral realizado nos primeiros asilos dos grandes centros europeus foi fundamentado no uso terapêutico do castigo e da punição, apresentando-se com uma prática de *dupla eficácia, na cura dos corpos e na purificação das almas*, denominada de *remédios morais* (FOUCAULT: 2003, p. 88). Além da técnica estabelecida no interior no hospital, o tratamento moral introduziu a concepção de que o louco estava em dissintonia com a convivência das regras sociais estabelecidas nas cidades, apresentando-se como aquele que desordenava a moralidade pública e que, por isso, deveria ser tratado, valendo-se da mesma concepção moral.

A criação de um hospital específico para os alienados atenderia ao propósito terapêutico moral, pois para Robert Castel, conseguiria estabelecer uma articulação entre teoria e prática, através da manutenção de condutas claramente definidas, como disciplina, regras, estabelecimento de horários fixos, imposição de rotina de trabalho e *interdição aos jogos que excitam as paixões* (CASTEL: 1978, p.115). Práticas estas que as demais instituições que, tradicionalmente recolhiam o louco, não possuíam. A defesa de valores morais que seria, pedagogicamente, dirigida ao louco, como por exemplo, a valorização do trabalho em detrimento da ociosidade, fazia com que o hospício ganhasse uma conotação de *escola reformatória* (PORTER, p.29) onde os loucos eram tratados pelos médicos de forma semelhante ao que se fazia com crianças que precisavam ser reeducadas, introduzindo-lhes valores condizentes com a boa convivência em sociedade.

O estabelecimento asilar representou um movimento de sistematização e institucionalização da loucura no qual um novo modelo e uma nova racionalidade médica foram propostos, diferenciados das práticas anteriormente realizadas em instituições nas quais o louco não se distinguia significativamente em relação aos demais marginalizados socialmente, como presos e indigentes. Para que as novas ações fossem efetivadas e o hospital para alienados fosse erguido, era necessário que as autoridades públicas envolvidas nesse

processo fizessem uma escolha cuidadosamente planejada sobre o local de edificação da instituição asilar, pois o espaço físico do hospício representava, para a medicina alienista, um elemento constitutivo para o bom êxito da nova proposta terapêutica.

Estes princípios nortearam a medicina alienista desenvolvida, sobretudo na França, durante a transição dos séculos XVIII e XIX, que circularam em outros países, chegando ao Brasil. Na Província do Rio Grande do Sul, o hospital de alienados, fundado dois anos antes do São Vicente de Paula, também apresentou no seu espaço físico, condições fundamentais para o bom tratamento à alienação. Segundo a historiadora Yonissa Wadi, sua localização foi destacada positivamente pelo médico alienista que acompanhou a escolha do local, afirmando que: ... *‘cercado de um lado de esplendida vegetação, de outro lado por lindas colinas, possuindo água em abundância, o Hospício S. Pedro, por sua posição, realiza as condições necessárias a uma casa desta ordem; satisfaz, plenamente, as exigências científicas’* (WADI: 2002, p.135).

Em Fortaleza, os fundamentos do discurso moderno e científico sobre a loucura também tiveram ressonância⁵³. Entretanto as experiências de localidades distintas proporcionam elaborações e apropriações históricas diversas do cenário original onde as teorias foram construídas. No Ceará da segunda metade do século XIX, o governo provincial e a Santa Casa de Misericórdia procuraram um local para erguer o asilo de alienados de acordo, sobretudo, com as peculiaridades e conjunturas sociais porque passava a Província, resultando na vila de Arronches como o local escolhido para a construção do São Vicente de Paula.

Em relatório da Santa Casa de Misericórdia de agosto de 1877, o terreno onde seria erguido o asilo de alienados apresentava as melhores condições para um bom tratamento da cura da alienação, como afirmou a comissão encarregada para sua avaliação:

Nenhum terreno compreendido na planta da Cidade julga a Comissão estar nas condições de ser indicado para a obra de que se trata, pois como sabeis o edifício que nos propomos construir ou antes o estabelecimento que se projecta crear não reclama só um terreno de grande dimensoens, mas que possua agora em abundancia para diversos misteres, não esteja em contacto com habitações aglomeradas e offereça capacidade para um sitio aprasivel, que tanto influencia exerce na cura da moléstia que nos propomos tractar⁵⁴.

⁵³ Em 1882, o médico cearense Francisco Ribeiro Delfino Montezuma escreveu no jornal “Gazeta do Norte” matérias intituladas *Cartas Sobre a Loucura*, onde abordou temáticas sobre definições e tipologias da loucura. Este documento será trabalhado no capítulo 4.

⁵⁴ Sessão de 16 de agosto de 1877, p. 22, do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

A vila de Arronches foi escolhida como o lugar para a edificação do asilo de alienados por apresentar condições favoráveis, físicas e simbólicas, para um novo modelo de concepção de loucura. Arronches estava inserida em outra construção de espacialidade da Província cearense, distinta da capital.

3. A Vila de Arronches e as Construções Narrativas dos Memorialistas e Literatos

Localizada a 7 km e 200 metros ao sudoeste de Fortaleza, a vila de Arronches⁵⁵ – também chamada de Porangaba – foi tema trabalhado por literatos, memorialistas e historiadores cearenses sobre variados aspectos de sua história e seu povo, seja através de uma abordagem cujo foco foi a formação sócio-territorial durante o período colonial, seja através do desenvolvimento desempenhado pela vila em fins do século XIX e início do XX. O tratamento dado à positividade da natureza e do ambiente bucólico de Arronches foi um elemento marcante em todas as narrativas.

Literariamente, Juvenal Galeno – escritor cearense que se destacou na Província por produzir poemas e prosas dedicados às crenças, aos folclores e costumes populares – prestou uma homenagem à antiga vila indígena e à memória histórica do lugar, através da publicação do poema intitulado, *Porangaba – Poema Indianista*⁵⁶. Segundo Alberto Santiago Galeno, em apresentação do livro, a obra tratava-se de um poema indianista, publicado pela primeira vez em março de 1872 no qual abordou a tragédia ocorrida durante o período colonial na aldeia de Porangaba tendo *como palco a lagoa que lhe tomou o nome*, a partir do contato entre a Nação Tabajara e um português colonizador.

O poema trata da história de amor entre uma índia chamada Porangaba, *uma das mais belas cunhas* de sua aldeia e um *aventureiro lusitano em busca de ouro*. Após manter contato com a índia, o português a abandonou, para adentrar-se pelas matas em busca do metal. Numa espera em vão do retorno do amado, a índia Porangaba casou-se com o guerreiro Pirauhá, *um dos mais bravos da tribo*. Após três anos de ausência, o português retornou à aldeia e reencontrou Porangaba, em frente à lagoa onde foram, surpreendentemente, flagrados pelo marido, Pirauhá. Do encontro dos três personagens – o português, a índia e o marido – travou-se uma luta entre o guerreiro tabajara e o aventureiro lusitano, resultando na morte deste.

⁵⁵ Arronches ou Porangaba refere-se ao mesmo lugar. A Vila mudou de nome em vários momentos, como será visto, posteriormente.

⁵⁶ GALENO, Juvenal. *Porangaba – Poema Indianista* IN *Porangaba: a lagoa e a índia Porangaba (Poema Indianista)*. Fortaleza: Edição da Casa Juvenal Galeno/Stylus Comunicações, 1991.

Após o combate, o destino de Porangaba foi selado pela tribo, que a julgou pelo crime de adultério, sendo *condenada e executada às margens da lagoa*⁵⁷.

O poema de Juvenal Galeno está inserido no gênero literário do Romantismo. Natureza e personagens são descritos de forma idílica e paradisíaca. Porangaba, a índia, é assim retratada:

Quem é? Porangaba, a cabocla formosa
D'aquelas campinas das flores a flor,
Ai, cujos olhares são setas que matam,
Ai, cujos sorrisos são mortes de amor!
“Porangaba, Porangaba,
Quanto és formosa e louçã
Tens o poder dos Piagas,
És divina qual Tupan; Porangaba,
*Tu és a doce manhã*⁵⁸

E adiante, ainda sobre os encantos de Porangaba, o poeta continua:

- Quem lá no banho, entre as outras,
Quando passas a nadar.
quem nas selvas, ou na taba
Pode ver-te sem amar?...
sem enlevos,
*Até perdendo o falar?...*⁵⁹

Numa narrativa em que busca carregar nas ações e nos sentimentos tanto de dramaticidade, Juvenal Galeno compôs o amor de Porangaba pelo aventureiro lusitano, com elementos de intensidade romântica:

⁵⁷ GALENO, Alberto Santiago. Introdução: *Palavras de Apresentação* IN. Galeno, Juvenal p. 5.

⁵⁸ GALENO, Juvenal, p. 9.

⁵⁹ Idem. p.10

*Amou e muito – com delírio e fogo,
 Com extremoso ardor,
 Amou, aí como só amar se pode
 No primeiro amor⁶⁰*

Se o amor é descrito com veemência, a espera pelo amado representou para a índia um quadro de incessante dor:

*E um inverno se esvai, - vem outro e outro,
 Porangaba a esperar;
 depois – coitada – já perdida a esperança.
 Passa a vida a chorar.*

A alegria do retorno do português foi abreviada rapidamente com a chegada de Pirauhá e a luta travada entre marido e ‘amante’. Sobre a morte do português pelo índio guerreiro, o poeta narra:

*É morto o luso! E o vitorioso índio
 De força exausto, mas de raiva cheio
 Contempla a vítima de sua arma infausta.
 Contempla aquele que angustiá-lo veio,
 Não ter sentido a divinal pajaça
 De dar-lhe a vida p’ra maior vingança.*

Entregue à sua própria sorte, a índia Porangaba se resignou ao seu esperado fim. A execução da índia teve várias etapas de preparativos e solenidade, como a dança, a fogueira acesa e, finalmente, a ordenação do Pajé para a execução da sentença de morte.

*E tudo se prepara. Do grosso tronco
 De velho cajueiro
 A esposa giminosa eis amarrada.*

⁶⁰ Idem. p.16.

Com a fina mussuruna; - assim medita
Em seu viver fragueiro! Sem adornos está, - é condenada
A morrer como vil
 (...)

“Mas não a torpe ré, - é morte infame,
Que ela tem de sofrer;
ninguém lhe inveja a sorte miserenda;
É grande o crime seu, não há defesa/
*Que lhe possa valer!*⁶¹

A tribo, sem piedade pelo escândalo do adultério provocado por Porangaba, esbravejou que ela seria *pasto d'urubús negritos*⁶², desfechando o cenário ritualístico, com o vôo das flechas sobre o corpo da índia.

Numa flecha mais voa e logo um'outra
Em quanto soa o pavoroso canto,
E em quanto dura o infernal tripudio!
Ai entretanto
*A imbele delinqüente – em triste pranto*⁶³

Após o contato com as flechas a selar seu destino, Porangaba emitiu suas últimas palavras:

Que sorte! Que vida!
Que dor!
Que morte! Por causa
*De amor*⁶⁴

⁶¹ Idem, p.35.

⁶² Idem, p; 37.

⁶³ Idem, p; 38.

⁶⁴ Idem, p; 38.

Juvenal Galeno encerrou o poema, elucidando que a história de amor narrada resultou na origem ao nome da vila. A lagoa de Porangaba, a partir do episódio, recebeu o nome da índia morta:

*E desde o dia desta cena horrenda
No lago o nome da infeliz ficou;
E alta noite quando geme o vento,
Em sua margem mais ninguém passou*⁶⁵

Em texto subsequente ao fim do poema *Porangaba*, Juvenal Galeno fez algumas considerações explicativas sobre a localidade de Arronches, considerando-o um povoado *distante da capital do Ceará*. Sobre a lagoa, afirmou que em sua margem, vivia uma tribo chamada Tabajaras, antes da fundação do Ceará. Porangaba significaria: Porang-aba: a formosura. Narrou ainda acerca dos costumes da tribo, considerando que a *virgindade não era santificada pelos índios, inclusive, os pais ofereciam as filhas ao primeiro mancebo que os visitava*⁶⁶. Contudo, o adultério era severamente condenado e punido com a morte, daí o desfecho implacável submetido à índia.

A obra constitui-se em uma narrativa que reforçou a imagem de Porangaba (ou Arronches) como ambiente lírico e agradável. A lagoa esteve presente nos três momentos mais importantes do poema de Juvenal Galeno. Primeiro, quando o português voltou à tribo e encontrou Porangaba *melancólica e mergulhada em profunda cisma alheia a tudo que a rodeava, e esquecida do esposo, lar, e até de si mesma*⁶⁷. Segundo, quando ocorreu a luta entre português e índio onde: *Trava-se sangrenta luta entre o luso e o traído esposo, que da floresta testemunhara a infâmia de consorte; e ao claro da lua, à margem da lagoa, e no centro das moitas, esse duelo de morte torna-se horroroso à tribo inteira*⁶⁸. E, por fim, quando a índia foi executada.

Não somente narrativas literárias, mas genealógicas e históricas, produzidas por intelectuais cearenses nos séculos XIX e XX, abordaram a localidade de Arronches.

⁶⁵ Idem, p; 38.

⁶⁶ Idem, p; 44.

⁶⁷ Idem, p; 46.

⁶⁸ Idem, p; 46

O historiador João Brígido foi um pesquisador que se dedicou à temática da vila, em artigo publicado na revista do Instituto do Ceará de 1902, ao elaborar um documento relativo à genealogia das palavras Arronches e Porangaba. Arronches era originário da língua tupy, significando: *lagoa onde há canto estridente* ou *onde havia Araponga (ave-ferreiro)*. Já Porangaba significava *formosa*. Parang- *bonita* e abá – *creatura*⁶⁹.

Historicamente, durante o período colonial, Arronches foi uma das primeiras aldeias indígenas no Ceará em que se desenvolveu o trabalho missionário da Companhia de Jesus. A produção discursiva dos pesquisadores sobre o local é permeada por uma descrição em que se destacava o ambiente bucólico, agradável e de boa convivência entre os moradores, inclusive durante o processo de contato dos índios com os jesuítas, apesar de nem sempre ele ter se mostrado amistoso, tendo em vista que durante o processo de aldeamento, houve o episódio do assassinato e mutilação do padre Francisco Pinto pelos indígenas. Com exceção deste acontecimento denominado de ‘trágico’, as narrativas historicamente construídas sobre o contato entre os padres e índios ressaltavam uma representação harmoniosa da vila.

Nessa perspectiva, descreveu o padre vigário de Arronches, Rodolfo Ferreira da Cunha, em artigo publicado à revista do Instituto do Ceará de 1929, ao reportar as relações amistosas estabelecidas entre índios e missionários quando os padres Luís Figueira e Francisco Pinto, ao saírem de Pernambuco e chegarem ao Ceará em 1607, conseguiram ganhar a simpatia e confiança dos índios, fundando a vila de Porangaba. O autor afirma: *Muito dóceis se mostraram os tabajaras á luz do Evangelho e da civilização christã*⁷⁰, ao contrário dos *tucurijús*, que também viviam na região e que atacaram o padre Francisco Pinto, enquanto celebrava uma missa, matando-o e mutilando-o.

A despeito do episódio que levou ao desfecho violento do padre Francisco Pinto, os índios da localidade foram descritos de uma maneira em geral, de forma amigável, quando Rodolfo Cunha mencionou que após a morte do jesuíta, o padre Luís Figueira recolheu seus restos mortais, levando-os para serem sepultados numa serra aos arredores de Arronches, onde foi erigida uma capela sobre o túmulo. Lá, os indígenas passaram a venerar o padre morto, rogando-lhe pedidos de chuva, como ocorreu durante a seca de 1609, alcançando as graças do padre ‘adorado’⁷¹.

⁶⁹ BRÍGIDO, João. *Algumas Etimologias*, Revista do Instituto do Ceará, 1902; Ano XVI, p. 122.

⁷⁰ CUNHA, Rodolfo Ferreira da. *Notas Históricas do Livro de tombo da paróquia de Porangaba*. Revista do Instituto do Ceará. 1929/30; Ano XLIII, p. 270. O autor escreveu o artigo, originalmente, em 1922.

⁷¹ Idem, p; 271.

A relação de afeto que possuíam os índios com a memória do padre Francisco Pinto também foi mencionada pelo cronista Paulino Nogueira, em artigo à mesma revista do Instituto do Ceará, de 1904, ao referir-se que: *A recordação suave do apóstolo da palavra permanecerá na mente dos tímidos e suspeitosos aborígenes como a imagem de candura e amisade*⁷².

Segundo Rodolfo Ferreira da Cunha, após a expulsão dos jesuítas, resultante das reformas realizadas por Marquês de Pombal durante o século XVIII, a aldeia de Arronches fora elevada à categoria de vila, mudando de nome para Vila Nova de Arronches, em 25 de outubro de 1759. Juntamente com ela, novas vilas foram criadas no Ceará⁷³.

Outra produção discursiva sobre Arronches datou de 1816, quando o engenheiro Antonio José da Silva Paulet escreveu um documento destinado ao *El-Rei*, descrevendo aspectos demográficos e habitacionais da vila⁷⁴. Antiga aldeia de índios Potiguaras, durante o século XVII, o povoado chamava-se de Porangaba. De aldeia, tornou-se vila, recebendo nome de Arronches. Segundo Silva Paulet, existiam no local 1.080 índios e 693 *extra-naturaes*, *fazendo um total de 1773 habitantes*. O local era simples. Havia uma *caza de câmara e cadeia, sem patrimônio*. Existiam apenas vinte e cinco casas, sendo treze pertencentes aos índios e doze aos *extra-naturaes*. Mas, apenas treze casas estavam *em estado de habitação*. Para o autor, Arronches era uma vila arruinada e, por isso, sugeriu ao rei que fosse extinta, juntamente com mais duas outras em igual situação – Mecejana e Soure – para que as três *fossem anexadas a Fortaleza, pois são muito próximas da capital*⁷⁵.

A história de Arronches passou por algumas mudanças político-administrativas envolvendo não só a sua categorização – como aldeia, povoado e vila – como a mudança de seu próprio nome. Em 1835, Arronches foi anexada ao *termo da capital*, através da lei provincial nº 2, de 13.05.1835⁷⁶. Mas, em 1885, voltou a se tornar vila, recebendo o nome de Porangaba, através da lei provincial – 2097, de 1885, na administração do presidente da Província, Miguel Calmon du Pin Almeida⁷⁷. Parangaba foi inaugurada oficialmente como

⁷² NOGUEIRA, Paulino. *Padre Francisco Pinto*. Revista do Instituto do Ceará, 1904. Ano XVIII, p. 40.

⁷³ Idem, p; 275.

⁷⁴ PAULET, Antonio José da Silva, em *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará pelo Coronel de Engenheiros Antonio José da Silva Paulet*. Revista do Instituto do Ceará, 1898; Ano XII: 1898, p. 18.

⁷⁵ PAULET. *Silva Descrição geográfica Abreviada da Capitania do Ceará pelo Coronel de Engenheiros Antonio José da Silva Paulet*. Revista do Instituto do Ceará, 1898; Ano XII p. 18.

⁷⁶ BEZERRA, Antonio. *Porangaba*. Revista do Instituto do Ceará. 1901; Ano, p 65.

⁷⁷ Lei nº. 2.097 de 25 de novembro de 1885, nº 9, Artigo 1: *Eleva d' categoria de Villa com a denominação de – Porangaba – a povoação de Arronches*. Secretaria Cultura 003 Leis do Ceará. Período: 1876 a 1897. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

vila, em 31 de dezembro de 1888. Em fins do século XIX, ela possuía a praça do asilo de alienados, uma igreja matriz e duas capelas. Segundo os dados oficiais da Intendência Municipal, todos os habitantes professavam a religião católica e em 1890, não havia mais nenhum aldeamento indígena, característica marcante da vila em sua formação histórica⁷⁸.

Saindo do aspecto da jurisprudência e entrando na problemática do elemento físico e social de Arronches, houve nos discursos dos intelectuais cearenses, a construção de um ambiente agradável sobre a localidade não somente durante o período colonial, como referente à sua contemporaneidade. Nesse sentido, o escritor Antônio Bezerra, em artigo publicado a revista do Instituto do Ceará de 1901, foi mais um conterrâneo a desenhá-la com esse propósito. Numa descrição sobre a vila, Antônio Bezerra estimava que sua população estivesse totalizada em 8.530 habitantes. Numa construção discursiva em que estabeleceu uma ponte entre o passado do povo indígena e o presente de uma sociedade em desenvolvimento, considerava o autor que o povo da vila ainda mantinha *restos das raças dos Potyguaras*, conservando *ainda grande devoção á N S dos Humildes, sua antiga padroeira*⁷⁹.

Descrevendo sobre os prédios e instituições da vila no início do século XX, Antônio Bezerra mencionou a existência de *uma grandiosa rua orlada por magníficos prédios, copados arvoredos e vista encantadora*⁸⁰. Havia ainda uma praça, a sede da Câmara Municipal – prédio *pequeno, mas elegante* – um teatrinho chamado *Variedades*, a igreja matriz de *arquitetura pesada, muros alvos, sempre bem ornamentada pela piedade dos crentes* e uma escola paroquial gratuita para meninos e outra mista⁸¹. Citando Juvenal Galeno, afirmou Antônio Bezerra que a vila era quase um arrabalde de Fortaleza já que os meios de comunicação entre ambas eram fáceis. A amenidade do clima e a simplicidade dos costumes dos moradores foram consideradas como um dos grandes atrativos para aqueles que preferiam morar lá a ter que viver na capital. Ainda sobre a descrição do lugar, Antônio Bezerra mencionou a existência do asilo de alienados São Vicente de Paula, destacando sua arquitetura e espaço físico, considerando-o *majestoso edifício*, com seu *elegante jardim, pomar e horta*.

O ambiente natural foi novamente destacado em outra passagem de sua narrativa, ao referir-se à lagoa das Damas: *onde em torno pastava o gado da visinhança, um pedaço de*

⁷⁸Intendência Municipal 14 de maio de 1890. Fundo: Câmara Municipal. Série: Correspondências Expedidas. Período: 1870-1921. Municípios: Paracuru, Parangaba. Ala: 20. Estante: 430. Caixa: 67. (Acervo: APC).

⁷⁹BEZERRA, Antonio *Porangaba*. Revista do Instituto do Ceará. 1901, p. 64

⁸⁰Idem, p. 62

⁸¹Idem, p. 63.

*sertão em tempo de invernã, magníficos campos, cobertos continuamente de um tapete de verdura, perspectivas diferentes, umas alegres, animadas, cheias de fulgores, de cantos de aves, de raios de sol, outras tristonhas, silenciosas, sem interesse, sem expressão, sem vida enfim*⁸².

Não somente a natureza ocupou espaço na narrativa de Antônio Bezerra, mas a vida social em torno do cotidiano da vila, sobretudo em épocas de festividades, como durante as novenas de Bom Jesus e o Natal, quando a população de Fortaleza costumava visitá-la. Em síntese, sobre sua percepção quanto à localidade, Antônio Bezerra afirmou: *Tem ar alegre a pequena villa e é cheia de vida e movimento, concluindo ser Porangaba um pedaço do paraíso terrial*⁸³.

Para o padre Rodolfo Ferreira da Cunha, Porangaba durante as primeiras décadas do século XX, apresentava-se com *um progresso accentuado, embora lento*, contabilizando uma população de doze mil habitantes. As atividades do cotidiano religioso foram destacadas pelo autor, afirmando que *o movimento religioso era bastante regular*, havendo dezesseis comunhões por ano. Além da igreja matriz, a vila possuía mais quatro capelas, entre as quais estava a Coração de Jesus, pertencente ao asilo de alienados São Vicente de Paula⁸⁴.

A partir da análise dos discursos acima, observa-se uma concordância na perspectiva dos autores acerca de um ambiente propício ao bom convívio entre os moradores de Arronches e de outras localidades.

Durante a década de 1870, quando as autoridades públicas procuravam um local para erguer a primeira instituição voltada para a loucura, Arronches foi escolhido como o lugar favorável para a construção da obra, pois segundo a comissão responsável pela avaliação do lugar, o terreno era propício ao desenvolvimento de diversos gêneros de cultura agrícola, o que seria útil para a *laborterapia*, método defendido pelos alienistas europeus como eficaz para o tratamento da loucura haja vista que os loucos desenvolveriam atividades de trabalho como forma de evitar a ociosidade, considerada negativa para o tratamento moral. Além de o terreno apresentar estas condições favoráveis, nele poderiam ser construídos *extensos jardins e aprasiveis passeios* para os alienados, que também ajudariam na recuperação da doença. A lagoa de Porangaba foi outro aspecto considerado positivo do terreno, pois sua água, em

⁸² Idem, p. 63.

⁸³ Idem, p. 64 e 65.

⁸⁴ CUNHA, Rodolfo Ferreira da. *Notas Históricas do Livro de tombo da paróquia de Porangaba*. Revista do Instituto do Ceará. 1929/30; Ano XLII, p. 280.

abundância e de qualidade, seria também utilizada em benefício dos alienados: *Alem de banhos saudáveis, ministrará agoa para todos os misteres. Agoa potável também se encontrará ali em abundancia da melhor qualidade*⁸⁵.

Desta forma, Arronches apresentava-se como uma boa expectativa para seus idealizadores acerca da construção de um lugar onde corpos e mentes seriam disciplinados. Estabelecendo um paralelo entre a narrativa dos intelectuais cearenses em torno da vila e a construção discursiva dos primeiros alienistas europeus, Arronches estaria condizente com a perspectiva da psiquiatria moderna fundada no tratamento moral como forma de oferecer aos desajustados mentalmente, um ambiente propício às eficazes práticas terapêuticas. Seja na literatura, seja nos relatos de memória e história das narrativas analisadas, Arronches foi apontada como uma localidade que possuía elementos naturais e físicos propícios para um bom tratamento terapêutico aos alienados. Até mesmo autores contemporâneos, como o psiquiatra Cleto Pontes, em sua obra lançada em 2006 reportou-se a esta idéia. Segundo o autor: *o Asilo da Parangaba foi uma obra fenomenal, em estilo europeu, mas adequado ao nosso clima pelos construtores, além do que, os 'loucos' foram proprietários de uma das mais belas lagoas de Fortaleza, a Parangaba* (PONTES, 2006, p.159).

Através da leitura relacional entre duas produções discursivas distintas – a dos alienistas modernos e a da narrativa sobre Arronches – observa-se que a primeira correspondeu à teoria psiquiátrica que, buscando firmar-se no século XIX, confrontava com as antigas instâncias de poderes e saberes em torno da loucura, defendendo a construção de um espaço asilar específico para os alienados, já a segunda, pertenceu à historicidade e complexidade de um lugar distinto. Como as práticas sociais e as construções históricas diversas não guardam uma racionalidade direta entre as idéias e teorias construídas em dado espaço-tempo e as experiências pertencentes a outro, torna-se oportuno analisar novos elementos pertinentes para a escolha de Arronches como local selecionado para a construção do asilo São Vicente de Paula no Ceará.

Os loucos representavam um incômodo para a cidade de Fortaleza, sendo necessário deixá-los longe da visibilidade e convivência de seus moradores. Arronches atendeu a essa expectativa na medida em que mantinha relativa distância em relação à Fortaleza, apesar de diminuída pela rede de transporte ferroviário desenvolvida na segunda metade do século XIX

⁸⁵ Sessão de 16 de agosto de 1877, p. 22, do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

na Província. Fortaleza e Arronches ocuparam cenários cujas formações sociais e históricas foram distintas.

4. Fortaleza e Arronches: dois espaços sócio-históricos de oposição e integração

Fortaleza, em fins do século XIX, constituiu-se como uma cidade que apresentava potencialidades de desenvolvimento. Exercendo uma atividade econômica, seja através dos setores do comércio interno seja do agro-exportador, ela demonstrava bons índices de crescimento através do surgimento de novas casas comerciais locais e estrangeiras. A cidade perdia o ar de vila e desenhava-se numa nova configuração econômica e política, o que possibilitou a descentralização de instituições sociais.

Durante o período colonial, os centros de poder da antiga vila de Fortaleza estavam representados basicamente por três instituições: a igreja matriz, representando o poder religioso, a Câmara Municipal, o poder administrativo e o Forte Nossa Senhora da Assunção, o poder militar. Todos os poderes – civil, religioso e militar – compuseram uma mesma paisagem espacial e social da cidade (SILVA FILHO: 2001, p.23.). Na descrição da antiga vila, o historiador Raimundo Girão elencou as instituições que ocupavam o mesmo espaço social, político e administrativo. Havia: *três igrejas, o Palácio do Governador, a Casa da Câmara e prisão, Alfândega e Tesouraria* (GIRÃO: 1997, p. 61).

Nesse período, Fortaleza ainda não se destacava em termos econômicos e políticos em relação a outras cidades cearenses, como Aracati ou Icó. Segundo a pesquisadora Maria Auxiliadora Lemenhe, foi a partir do das décadas de 1820 e 1830, que Fortaleza iniciou seu processo de sua hegemonia econômica e político-administrativa, quando centralizou *um volume maior da produção para o mercado externo* (p.110).

Na segunda metade do século XIX, a cidade estava crescendo e almejava adentrar-se em espaços novos de ocupação. Segundo o historiador Antônio S. Filho: *Desde meados do século (...) havia uma vontade manifesta de se levar a cidade para o leste, para além do riacho Pajeú, zona essa durante muito tempo conhecida como Outeiro* (SILVA FILHO: 2001, p. 98). A capital voltou-se para áreas de ocupação que estiveram fora do raio de atuação dos antigos centros de poder político e social, buscando expandir-se para localidades diferentes do sentido ‘litoral’ – traçado percorrido durante seu processo de fundação. Em fins do século XIX, ela voltou-se para várias localidades do ‘sertão’, constituindo novas redes sociais e de territorialidades. O asilo de alienados São Vicente de Paula, enquanto instituição que se

apresentava como uma textualidade das transformações da cidade, representou uma nova configuração espacial e histórica.

Em termos demográficos, não houve um significativo aumento populacional na capital cearense durante o século XIX, antes do advento da seca de 1877-79. Entretanto, os números são instrumentos indicativos das transformações ocorridas na cidade nos quais se observou uma dinâmica tanto em relação à Fortaleza como em Arronches. O senador do Império, Thomas Pompeu, em artigo publicado na revista do Instituto do Ceará em 1889, descreveu o ritmo de crescimento demográfico do Ceará onde se destacam, aqui, as localidades de Fortaleza e Arronches.

Em 1813, Fortaleza tinha uma população de 12.810 habitantes enquanto Arronches possuía 1.445. A Província, como um todo, tinha o total de 145.285 habitantes⁸⁶. Em 1821, a população livre do Ceará estava estimada em 150.000 habitantes. Em 1839, a população total da Província contava com 208.087, entre livres e escravos. Em 1850, a população do Ceará estava estimada em 350.000 habitantes. Em 1865, os habitantes de Fortaleza eram 19.246 e Arronches, 3.135. Em 1866, a população de Fortaleza mantinha-se como o mesmo número, enquanto em Arronches contabilizava 3.850 pessoas. Em 1888, Fortaleza tinha 26.943, enquanto Arronches possuía 5.130. A população total da Província estava estimada em 860.000 habitantes⁸⁷.

Sob o formato de tabela⁸⁸, a população esteve assim representada:

População	Fortaleza	Arronches	Ceará
1813	12.810	1.445	145.285
1821	*	*	150.000
1839	*	*	208.087
1850	*	*	350.000
1865	19.246	3.135	*

⁸⁶POMPEU, Thomas. *População do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará. 1889. Ano III, p. 82.

⁸⁷ Idem, pp. 83, 87, 89, 96, 103.

⁸⁸ A tabela é uma construção desta pesquisa e não de Thomas Pompeu.

1866	19.246	3.850	*
1888	26.943	5.130	860.000

Esses números foram reconhecidos pelo próprio autor como inexatos, pois eram resultados apenas das análises dos mapas paroquiais e dos lançamentos de impostos. Segundo Thomas Pompeu, uma das dificuldades das autoridades locais em conseguir dados precisos sobre os números dos habitantes da Província foi a desconfiança da população, que se recusava a *ministrar informações exactas*⁸⁹. Em outro artigo também de sua autoria publicado na revista do Instituto do Ceará no ano seguinte, Thomas Pompeu expôs os números sobre a população de Arronches, baseando-se no critério dos indivíduos batizados e casados, nos anos correspondentes a 1870 e 1880⁹⁰, de acordo com a seguinte tabela:

População de Arronches	Batizados + Casados
1878	290
1879	372
1880	270
1881	243
1882	281
1883	285
1884	260

* Dados não mencionados pelo autor.

⁸⁹ Idem, p; 89.

⁹⁰ Idem, *População do Ceará, 1889*. Revista do Instituto do Ceará. 1890. Ano IV; p. 269 e 271. **Obs.:** as duas tabelas não constam no documento. Elas são construções desta Tese, com o objetivo de visualizar melhor os números da população do Ceará.

1885	238
1886*	251
1887	323

Os dados populacionais, como foi dito anteriormente, não são precisos. Contudo, através deles, observa-se o crescimento demográfico de Fortaleza, Arronches e da Província como um todo. Em outro artigo da revista do Instituto, sem autoria, intitulado *Ephemeridades do Ceará Republicano – Parte I*, a população do Ceará foi estimada de acordo com o recenseamento de 31 de dezembro de 1891, com um total de 764.347 habitantes, estando 48.007 situados em Fortaleza⁹¹. Segundo o historiador Guilherme Studart, no ano da inauguração do asilo São Vicente de Paula, a Província foi estimada, a partir de duas fontes divergentes, entre 915.000 e 1.204.000 habitantes⁹².

A Província do Ceará expandiu-se, em meados do século XIX, em termos populacionais e econômicos. Fortaleza voltava-se para o interior e não somente para o litoral, como historicamente ocorrera ao sertão, que, excetuando os períodos freqüentes de seca, proporcionava bons resultados para o desenvolvimento do comércio, indústria e pecuária provinciano e comércio agro-exportador. Para que as distâncias entre a capital e o sertão fossem reduzidas, contribuiu de forma decisiva nesse processo o projeto de construção de uma ferrovia durante a década de 1870, denominada de *Estrada de Ferro de Baturité (EFB)*, a primeira grande ferrovia do Ceará que representou um importante movimento de mudanças sociais e econômicas, influenciando posteriormente na construção do asilo São Vicente de Paula.

5. A Estrada de Ferro de Baturité: elemento de articulação entre a capital e o sertão

Segundo Antonio de Bezerra, em artigo intitulado *Descrição da Cidade de Fortaleza*, a capital do Ceará esteve ligada às cidades, vilas e povoações do interior graças à Estrada de Ferro de Baturité que iniciou suas atividades em 20 de janeiro de 1872, perfazendo um

* Ano da construção do Asilo de Alienados São Vicente de Paula.

⁹¹ *Ephemeridades do Ceará Republicano – Parte I*. Revista do Instituto do Ceará. 1898; Ano XII, p. 74.

⁹² STUDART, Barão. *Administração Borba Alardo – Resumo Chronológico*. Revista do Instituto do Ceará. 1908; Ano XXII, p.332.

percurso de 262 km e 396 metros, realizados pelas companhias inglesas, *Brooth Steam Company Limited* e *Red Cross Line of Mail Steamers*⁹³. Em 1870, foi construída a *Companhia Cearense de Via - Férrea de Baturité*. O empreendimento foi resultado de um quadro satisfatório do comércio desenvolvido por Fortaleza e pelos grandes centros estrangeiros ainda durante a década de 1860 através do qual o sertão representou uma potencialidade econômica no envio de materiais para o comércio exterior. Para o pesquisador Benedito Ferreira:

A primeira ferrovia cearense surgiu, quando os portos cearenses estavam ligados diretamente aos europeus e norte-americanos pelas companhias inglesas de navegação: **Booth Line** (1866) e **Red Cross** (1869) e havia o que, inicialmente, poderia ser transportado com margem de rentabilidade, como café produzido no maciço de Baturité e, posteriormente, o algodão cultivado nos sertões centrais (FERREIRA, 1989, p. 172).

Segundo o historiador Victor Leonardi, a influência inglesa na economia brasileira foi evidente durante o século XIX no momento da formação do Estado Nação, em diversos ramos; não somente no setor industrial e comercial, mas nos transportes ferroviários e de portos existentes quase todas as Províncias do País.

Em 1880 havia onze companhias inglesas de estradas de ferro em nosso país[...]. No Nordeste era importante, entre outras, a Great Western de Pernambuco. Também a construção de portos esteve nas mãos de firmas inglesas. É o caso da Ceará Harbor Corporation (1884) e da C. H. Walker & Co. (LEONARDI: 1991, p.41).

Poucas foram as Províncias brasileiras que não possuíram estradas de ferro em fins do período monárquico, sendo somente: Amazonas, Maranhão, Sergipe, Piauí, Goiás e Mato Grosso (LEONARDI: 1991, p.92).

No Ceará, o primeiro contrato assinado para a construção da ferrovia foi elaborado em 1868, pelo presidente da Província, Leão Veloso e pelo engenheiro civil, José Pompeu de Albuquerque Cavalcante e Jonh James Foster. O objetivo inicial da Estrada de Ferro de Baturité foi ligar a capital à região serrana de Baturité, grande produtora de café e outros gêneros e setores como cana-de-açúcar, legumes e pecuária. Entretanto, em 1874, durante a administração do presidente da Província Francisco Teixeira, ampliaram-se os objetivos da ferrovia que se estenderia até *a fronteira da província, nas regiões do Araripe, extremo Sul do Ceará* (FERREIRA, 1989, p.33), ou seja, os planos do governo provincial e da iniciativa

⁹³ BEZERRA, Antonio, *Descrição da Cidade de Fortaleza*, Revista do Instituto do Ceará. 1895; Ano IX, p. 150.

privada foi de que a Estrada de Ferro percorresse uma grande parte da Província no sentido sul, já saindo do Ceará.

Para o pesquisador Francisco Lima, o objetivo do engenheiro e diretor-chefe da Estrada de Ferro, Lassance Cunha, em 1892, era que o Ceará estivesse mais próximo de outras Províncias brasileiras, interligando a Estrada de Ferro de Baturité à rede ferroviária nacional (LIMA: 2007, p. 38). Segundo Benedito Ferreira, o propósito central da ferrovia foi facilitar o intercâmbio provincial com o exterior, através do tráfego de mercadorias realizado no porto de Fortaleza:

[...] a EFB, como infra-estrutura de transporte, esteve orientada, basicamente, para o exterior, através do porto de Fortaleza, e tinha como função drenar a produção de matérias-primas de determinadas localidades para o porto de embarque e daí para os centros consumidores. Assim, sendo apresenta a especificidade de transportar carga, primordialmente, no sentido: interior-litoral, sendo irrelevante a participação da carga do porto para a zona de produção de matérias-primas e de bens primários (FERREIRA: 1989 p. 172).

A Estrada de Ferro do Ceará esteve, portanto, integrada a um plano de desenvolvimento estabelecido pelo Governo Imperial com a perspectiva de integrar lugares e povos diversos do Brasil para a consolidação do Estado Nação. Para a historiadora Maria Inez Turazzi, a engenharia brasileira teve papel significativo na construção de obras públicas que integraram, modernizaram e civilizaram o País. Os engenheiros, através de seus congressos realizados na segunda metade do século XIX, buscaram construir uma atmosfera de modernização brasileira:

A década de 1880 se encarregaria de anular as dúvidas que ainda pudessem existir sobre as ‘aspirações civilizadoras do país’ e o papel das obras públicas na concretização desse ideal. Vários eventos ligados à engenharia e, em particular, às estradas de ferro foram realizadas no Rio de Janeiro[...]. Em 1882, reunia-se o primeiro Congresso das Estradas de Ferro no Brasil, evento promovido pelo Clube de Engenharia, com a participação de seus sócios e demais engenheiros a serviço das administrações fiscais e companhias ferroviárias do país (TURAZZI, 2001, p. 159).

A Estrada de Ferro do Ceará, em direção ao sul da Província, também serviria como elemento modernizador não somente pelo sentido do desenvolvimento comercial, como pelo fator estratégico quanto às potencialidades de integração de culturas entre cidades, como Juazeiro do Norte que, posteriormente, durante segunda década do século XX, observou-se o crescimento de romarias em torno da figura de padre Cícero.

Na primeira fase da construção da Estrada de Ferro de Baturité, além do governo provincial, as empresas cearense e inglesa foram as responsáveis pela efetivação do empreendimento. Indivíduos como o senador Thomas Pompeu, Bel. Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquiraz), o comerciante e coronel Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba), o negociante inglês Henrique Brocklehurst e o engenheiro civil, José Pompeu de Albuquerque Cavalcante também estiveram à frente do contrato firmado em 5 de março de 1870 (FERREIRA: 1989, p. 32). As primeiras locomotivas chegaram a Fortaleza em março de 1873, fabricadas pela empresa *The Hulet Engine Co. Ltda*, na administração do diretor da Estrada de Ferro, Liberato de Castro Carreira. (LIMA: 2007, p. 48).

A importância da ferrovia para a compreensão das obras de construção do Asilo São Vicente de Paula se faz necessária se for observado que os primeiros trilhos assentados em 1º de julho de 1873 contemplaram o trecho Fortaleza - Arronches, circulando um mês depois a primeira locomotiva do Ceará. Seu trajeto tinha como ponto zero o centro da capital, a partir das *antigas caixas d'água do abastecimento de Fortaleza (Praça Clóvis Beviláqua)*⁹⁴, seguindo caminho para a vila de Arronches, correspondendo à atual Av. João Pessoa e fazendo *o contorno leste na Lagoa de Maraponga (Avenida Godofredo Maciel), cortando o matagal do Mondoig (Mondubim), assistindo as Acaracuzinho (Pajuçara)* (LIMA: 2007, p. 34).

Assim, o Asilo São Vicente de Paula esteve localizado no primeiro trecho desenvolvido pela estrada de ferro. A inauguração do percurso Fortaleza – Arronches ocorreu em 30 de novembro de 1873. Mas, antes disso, ocorreu em outubro, o primeiro descarrilamento do trem resultando, além de danos materiais, no ferimento de quatro pessoas (FERREIRA: 1989, p. 88).

No dia da inauguração, estiveram presentes a diretoria da ferrovia, o presidente da Província, Francisco Teixeira Sá e várias autoridades públicas. Segundo o pesquisador Francisco Lima: *Os três carros de passageiros ficaram lotados de autoridades, convidados especiais, diretoria e funcionários da Estrada de Ferro* (LIMA: 2007, p. 49).

⁹⁴ O terminal ferroviário de Fortaleza recebeu o nome de Estação Central, até 1941, passando a denominar-se Estação Fortaleza, para em 26/01/1946, através do decreto lei nº 8836, se chamar, atualmente, de Estação Prof. João Felipe, nome em homenagem ao engenheiro civil, que participou do prolongamento da via férrea no Sertão Central. A estação de Fortaleza funcionava no prédio da Fênix Caixerai (Praça Marquês de Herval). Lima, p. 59 e 228.

Os principais produtos e gêneros transportados pela Estrada de Ferro foram: café, algodão, açúcar e peles, sendo a cafeicultura, produzida nas regiões de Baturité, Acarape, Pacatuba e Maranguape, a sua grande mola-mestra no início da construção da ferrovia. Contudo, a hegemonia do café foi fugaz haja vista que o algodão produzido no sul do Ceará em fins de século XIX, a substituiu tornando-se a base da economia provincial nos anos de 1920.

A Estrada de Ferro de Baturité desempenhou funções não apenas econômicas, mas sociais para o Ceará. Economicamente, representou uma autonomia da Província, iniciada ainda em fins do século XVIII, com seu desligamento político e administrativo em relação a Pernambuco, ao realizar Fortaleza seu próprio comércio agro-exportador com os grandes centros urbanos.

Em 1892, o engenheiro Lassance Cunha enviou relatório para Exposição de Chicago, intitulado *Synopse Histórica da Estada de Baturité* no qual afirmou sobre o significado econômico da ferrovia para a Província. Ela representou a *artéria destinada a servir o Sul do Estado do Ceará...*, proporcionando não só *o desenvolvimento da lavoura e indústria*, como também representando uma alternativa para *minorar os efeitos das seccas periódicas que assolam este Estado*⁹⁵.

Segundo a historiadora Maria Inez Turazzi, exposições de engenheiros apresentando seus relatórios e demais trabalhos foram prática comum na segunda metade do século XIX no Brasil. Em 1887, no Rio de Janeiro, foi realizada a Exposição dos Caminhos de Ferro Brasileiros, promovida pelo Clube de Engenharia, com a *participação de vinte e cinco companhias ferroviárias e quarenta e um expositores*. As exposições foram uma forma de valorizar o trabalho do engenheiro que, *dependia do reconhecimento da necessidade e utilidade das obras públicas* para a realização dos *melhoramentos da nação e fortalecimento do Estado* (TURAZZI, 2001, p. 161.).

Para a historiadora Alda Heizer, o Governo Imperial promoveu várias exposições provinciais, nacionais e preparatórias para as Grandes Exposições, cujos resultados dos variados produtos apresentados possuíram uma *função pedagógica de influência moral sobre o povo*, construindo uma auto-imagem do Brasil condizente com o mundo civilizado em que se encontravam outras grandes nações modernas (HEIZER, 2001, p. 170).

⁹⁵ CUNHA Apud FERREIRA, p. 33.

A partir do relatório escrito pelo engenheiro Lassance Cunha na Exposição de Chicago sobre a ferrovia cearense, observa-se que de fato, a construção dos seus trechos caminhou paralela aos episódios das secas registradas na Província durante os séculos XIX e XX. Em todas elas, houve a utilização da mão-de-obra sertaneja que migrou de sua cidade natal para Fortaleza. Em 1878, quando o Ceará vivenciou uma de suas piores secas já registradas pela historiografia – a de 1877/79 – foram empregados dez mil operários trabalhando diretamente na ferrovia que, juntamente com suas famílias e dependentes, totalizaram-se o número de cinquenta mil pessoas socorridas pela seca (FERREIRA: 1989, p. 190). Para o historiador Tyrone Cândido, o uso da mão de obra retirante apresentou dupla vantagem. Em primeiro lugar, visou *amparar os famintos* e em segundo, *promover os melhoramentos materiais* para a Província (CÂNDIDO: 2005).

Segundo Benedito Ferreira, de acordo com o decreto oficial nº. 1918, de junho de 1878, no que concerne ao trabalho realizado pelas vítimas da seca, o art. 17 afirmou que: *Nos trabalhos dessa estrada serão de preferência empregados, segundo sua aptidão e natureza de serviço, os habitantes da província que estiverem soffrendo os efeitos da seca, e como taes socorridos pelo Estado.* No artigo 2º, definiu-se que a gratificação do trabalhador vitimado pela seca seria estimada entre 200 e 800 réis a diária, além do direito a alimentação. No art. 21, constou que: *Os operários poderão receber uma parte de sua gratificação em gêneros alimentícios.* Os salários dos operários eram muito baixos. Para efeito da compreensão de sua dimensão basta comparar com os vencimentos do engenheiro que, no ano de 1874 para 1875, tiveram um aumento de 250 mil para 1 conto de réis, em contrapartida a maior diária de um empregado foi avaliada em 3 mil réis. (FERREIRA: 1989, pp. 53 e 89).

As disparidades salariais e insatisfações em geral dos ferroviários, como as dificuldades financeiras porque passavam no momento de doença – quando o operário não comparecendo ao trabalho, perdia sua gratificação –, foram elementos responsáveis em 1892 pela eclosão do movimento grevista dos trabalhadores da Estrada de Ferro de Baturité. Dois anos antes, em 15 de junho, fundou-se na capital o *Partido Operário*, composto por alfaiates, mecânicos, marceneiros, pedreiros, sapateiros, ourives, seleiros, gráficos, entre outros trabalhadores e, no mesmo ano, fundou-se o *Jornal Operário*, pertencente ao partido.

Sob o aspecto econômico, a Estrada de Ferro de Baturité representou um desenvolvimento para a Província obtendo um histórico de saldos positivos. Entretanto, os períodos de seca corresponderam aos momentos mais difíceis enfrentados pelo

empreendimento. No ano de 1878, os problemas financeiros resultaram na falência da empresa ferroviária, fazendo com que o governo provincial assumisse a continuidade dos trabalhos, apesar de sua *lentidão e descaso* (LIMA: 2007 p. 62). Outro momento de dificuldade ocorreu durante o período de 1883-88, quando os trabalhos na ferrovia foram paralisados por falta de recursos econômicos.

A Estrada de Ferro de Baturité transportou passageiros, bagagens, encomendas, animais, mercadorias, mas o mais importante, ela possibilitou a construção de novas espacialidades e sentidos de territorialidade como resultante de práticas sociais. Apesar do transporte de passageiros não ter representado papel de destaque na ferrovia – se comparado ao transporte de mercadorias – socialmente, ela representou mudanças positivas para a Província, ao diminuir o tempo de duração das viagens e ao construir novas redes de sociabilidade. Antes dela, as distâncias entre aldeias, vilas e regiões tornaram as viagens cansativas e extremamente demoradas, tanto para os moradores da Província como para os viajantes. Viajar pelas estradas do Ceará no Período Colonial foi descrito pelo pesquisador Carlos Studart Filho como *naturalmente penoso*, para *cavalleiros e peões*⁹⁶, seja no verão seja no inverno.

Através dos relatos feitos pelos naturalistas estrangeiros como George Gardiner e o casal Agassiz, quando estiveram no Ceará no século XIX, observam-se as dificuldades de deslocamento que eles tiveram quando viajaram da capital para o sertão. Em períodos distintos, suas narrativas são indícios significativos de como os viajantes estrangeiros sofreram com a precariedade das estradas e com a limitação dos transportes disponíveis. Em muitas ocasiões, o trajeto somente foi possível de ser realizado pelo transportes de cavalos, submetendo os viajantes, além do desconforto do percurso, aos contratemplos diversos, como roubo e fuga dos animais.

George Gardner, em incursões pelo interior do Brasil, no período de 1836 a 1841, registrou a viagem que fez pelo sertão cearense onde relatou os aborrecimentos que teve com cavalos, em mais de um momento e por motivos diferentes. Em um deles, seu cavalo havia sido roubado; em outro, havia fugido. Na obra *Viagem ao Interior do Brasil – principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*, ele se referiu à fuga de um cavalo, afirmando:

⁹⁶ STUDART FILHO, Carlos. Revista do Instituto do Ceará. *Vias de Comunicação do Ceará Colonial*, 1937. Ano LI, p. 40.

Na véspera do dia marcado para a partida um de meus cavalos desapareceu do pasto onde estava, se se pode chamar pasto um pouco de grama seca. Como o furto de animais é crime freqüentíssimo no Brasil, suspeitei que o cavalo me fora roubado, mas me asseguraram que ele apenas se extraviara em uma catinga próxima e logo seria achado⁹⁷.

E mais adiante considerou serem os roubos de cavalos uma prática corriqueira entre os habitantes da Província do Ceará:

Frequentemente um animal é levado por alguém que deseja fazer uma curta viagem, reaparecendo um ou dois dias depois no lugar donde foi tirado. Outras vezes são levados e escondidos por alguns dias para, quando achados, renderem uma gratificação; e, ainda que certo deste embuste, nunca recusei a pagar o preço, para evitar coisa pior⁹⁸.

O casal Elizabeth e Luiz Agassiz, em Expedição Científica Norte-Americana ao Brasil, realizada nos anos de 1865 e 1866, também esteve no Ceará. Em viagem a Serra de Pacatuba, perto de Baturité, Elizabeth Agassiz registrou em seu diário as dificuldades de acesso às estradas cearenses:

Achei a subida da serra, que é muito escarpada, fatigantíssima. As pessoas que vivem na montanha vão e voltam constantemente, mesmo com os filhos, a cavalo ou em burro, mas os nossos cavalos, habitados ao calçamento das cidades, não tinham o pé montanhês, e preferimos não nos servir deles, tanto mais que as chuvas haviam tornado o caminho pior e mais esburacado do que nunca.⁹⁹

Sobre os contratemplos como a fuga de cavalos, ela afirmou:

Quando estávamos prontos, faltaram dois cavalos; haviam fugido enquanto dormíamos. Se bem que esse gênero de acidente seja causa constante de aborrecimentos, não passa pela cabeça de ninguém amarrar os cavalos durante a noite; muito mais simples é deixá-los à vontade, procurando eles mesmos seus alimentos. Mandaram-se criados atrás deles, e ficamos esperando, perdidas as melhores horas para viajar, até que afinal, quando cansados de correr, animais e homens, apareceram¹⁰⁰.

⁹⁷ GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil – principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte. Editora Itatiaia Ltda. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975. p; 88.

⁹⁸ Idem, p; 88.

⁹⁹ AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-66*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975, p. 267.

¹⁰⁰ Idem, p.264.

Os episódios narrados foram anteriores a construção da Estrada de Ferro de Baturité e são muito significativos no sentido de compreender os transtornos que os viajantes tiveram ao adentrarem-se pelos sertões cearenses.

A construção da ferrovia representou melhorias no deslocamento de pessoas, estrangeiras ou não, nos espaços mais longínquos da Província, produzindo novos sentidos de pertencimentos dos lugares. Ela aproximou indivíduos e criou relações sociais com novos espaços constituídos, possibilitando condições de apropriação e reapropriação dos lugares a partir das trocas de experiências coletivas e de novas práticas sociais. Segundo o urbanista italiano Guido Zucconi, a estrada de ferro exerceu um impacto importante na sociedade ocidental do século XIX, pois com uma rede de relações a longa distância, formou-se não apenas um *processo de adaptação às novas necessidades*, mas um *programa de adaptação* através do qual novas questões foram propostas, não somente no sentido material, mas simbólico (ZUCCONI, Guido: 2009, p.29), alterando diretamente o cotidiano das pessoas de dada região.

No que tange ao trecho Fortaleza - Arronches, o primeiro de toda a ferrovia cearense, as facilidades de trocas de experiências coletivas tornaram-se maiores, apesar do custo dos deslocamentos. O preço da passagem de Fortaleza para Arronches não foi acessível a toda a população, posto ser o valor de 1.000 réis, em 1873. Segundo o pesquisador Francisco Lima, o transporte de passageiros não foi igual para todos, estando as acomodações dos trens divididas por classes. Os carros dos passageiros de 1ª classe eram mobiliados e estufados. Os de 2ª possuíam bancos de madeira e os 3ª estavam abertos, sem suspensão nos quais os *passageiros eram deixados expostos ao tempo*. Havia ainda o carro especial, dotado de aquecimento por meio de vapor e possuía iluminação a gás (LIMA: 2007, p. 217).

A estação da vila de Arronches foi o primeiro trecho entregue pela Estrada de Ferro à sociedade cearense e nela também se registrou o primeiro acidente, ocasionando *a morte de um velho surdo* no percurso entre a Estação Central e Arronches. O segundo acidente, também fatal, teve como vítima um operário. No segundo semestre de 1874, registraram-se dois acidentes na construção do trecho entre Arronches e Maracanaú que resultaram na morte de um operário e em fraturas graves em outro. Em relatório escrito em 1910, referente ao trecho Central – Arronches, registraram-se *‘desastres sucessivos’ por causa dos cruzamentos com trilhos da companhia de bondes*. Problemas com o transporte de passageiros também foram relatados em 1911 quando foram feitas *‘frequentes reclamações, muitas dirigidas*

directamente pelos passageiros ao Exm^o Snr. Ministro da Aviação, pela falta de acomodações em certos trens, os obrigando a viajar de PÊ (sic), principalmente no trecho de Fortaleza a Baturité (FERREIRA: 1989, pp. 149 e 178). Outras queixas referiram-se aos atrasos freqüentes dos trens e à insuficiência de bilhetes para emissão de passagens.

O percurso do trecho Fortaleza - Arronches perpez, ao todo, um pouco mais de 7 km. Para Antônio Bezerra, a movimentação entre os moradores das duas localidades foi intensa. Entretanto, para o pesquisador Benedito Ferreira, o fluxo não foi contínuo e equilibrado, por não representar um papel prioritário dos objetivos da ferrovia, sendo este destinado, sobretudo ao transporte de mercadorias. De qualquer maneira, a situação das pessoas beneficiadas pela ferrovia foi significativamente maior se comparada a sua inexistência por décadas, possibilitando a construção de novas redes de pertencimento daquele espaço.

Antonio Bezerra, em artigo anteriormente mencionado sobre Porangaba, considerou ser a vila muito próxima de Fortaleza, pois os meios de comunicação entre ambas tornaram-se mais fáceis em decorrência não somente da ferrovia que passava em média três vezes ao dia pela vila, como a partir de uma companhia de bonde que trafegava de hora em hora. Segundo o autor, muitas das pessoas que faziam o trajeto eram formadas de trabalhadores de Fortaleza que moravam em Porangaba¹⁰¹.

Em épocas de festejos como no Natal, circulavam trens especiais entre Fortaleza e Arronches, tornando a vila animada, segundo Antônio Bezerra, obtendo maior iluminação e foguetes, tornando-se populosa e comercial. Pessoas de variadas condições sociais, de diversas cidades e até mesmo de outras Províncias deslocavam-se para Arronches (ou Porangaba) nessa época: *tudo em perfeita cordialidade*. Nesse período, não era permitida a venda de bebida alcoólica, como cerveja e ou conhaque. O período de novena de Bom Jesus foi outro momento de sociabilidade entre os moradores de Arronches e os de fora, onde se podia observar muita *pompa*. Para Antônio Bezerra, as pessoas freqüentavam a novena mais *por vaidade do que por devoção*. Nesses festejos, as casas particulares abriam seus salões para os visitantes, enquanto o povo dançava, ria e brincava nas ruas¹⁰².

As festas de novenas do Bom Jesus foram festejos tradicionais ocorridos em Porangaba desde o período colonial quando a vila ainda era uma antiga aldeia indígena.

¹⁰¹ BEZERRA. Antonio. *Porangaba*, p. 63.

¹⁰² Idem, p. 64.

Segundo o pesquisador João Nogueira, as comemorações iniciavam-se a partir do último domingo de outubro com a peregrinação dos caboclos, que usando indumentárias e tocando tambores, saíam da vila cantando e *esmolavam por longas terras*, sendo recebidos *com alvoroço pelas povoações e lugarejos por onde passam*. A peregrinação dos caboclos retornava à Parangaba no dia 23 de dezembro, para, com o fruto das doações recebidas pelos *sertanejos devotos*, iniciar os preparativos do Natal. Os festejos representavam um momento de grande circulação de pessoas. Para o autor: *A vila se alvoroça: sobem ao ar fogos festivos; da Capital afluem inúmeros curiosos que, juntamente com moradores da Porangaba, os vão encontrar [os caboclos] em vários pontos da estrada de Maranguape[...]* (NOGUEIRA: 1981, p. 100).

A circulação de pessoas em torno das festividades na vila de Porangaba foi beneficiada com as comodidades proporcionadas pelo advento da ferrovia. Na constituição de novas práticas sociais, aliaram-se os elementos tradicionais e modernos em torno das práticas culturais transmitidas, sobretudo em época de festejos religiosos, entre a população da capital e das várias localidades circunvizinhas da Província.

A Estrada de Ferro de Baturité constituiu-se, portanto, como uma rede de relações técnicas e sociais para a Província do Ceará. Segundo a geógrafa Leila Dias, como uma rede técnica, as ferrovias estiveram inseridas numa *história de inovações*, assim como outras redes de comunicação como a rodovia, telegrafia e telefonia. As redes de comunicação *surgiram em respostas a uma demanda social* que permitiu a *redução do lapso de tempo*, possibilitando a instalação de *uma ponte entre lugares distantes* em que estariam *virtualmente aproximados* (DIAS: 2003, p.141), posto que as barreiras físicas, antes consideradas um obstáculo à circulação de mercadorias, foram minimizadas.

Enquanto redes sociais, a construção da estrada de ferro do Ceará, inserida dentro do cenário nacional, atendeu aos projetos de uma elite urbana que reconfigurou as relações de organizações não somente sociais como espaciais para atender a uma demanda de crescimento demográfico das cidades, criando condições de resignificação de seus territórios.

As redes, enquanto conceito, foram analisadas pelo geógrafo Milton Santos por duas matrizes; tanto por seu aspecto de realidade material na constituição de infra-estrutura e transporte de materiais, como por seu sentido social e político nos quais ocorreu a circulação de pessoas, mensagens e valores (SANTOS, 2002, p. 262). Nas duas perspectivas, observam-se o fluxo de pessoas na (re)organização de antigos e novos territórios.

Para o historiador Ilmar Mattos, as primeiras ferrovias brasileiras diminuíram a precariedade das comunicações entre lugares longínquos, como o do sertão, representado pela imagem *barbárie* e do litoral, caracterizado pela *civilização*. No relatório do Ministro da Justiça, a população dos sertões foi referida como aquela que *não participa dos poucos benefícios da nossa nascente civilização[...]* (MATTOS, 1994, p. 33).

O progresso econômico, materializado através das ferrovias e de outros meios de comunicação, ao mesmo tempo em que ligou de modo regular as capitais litorâneas e do interior, possibilitando um desenvolvimento tecnológico e econômico nacional, reforçou a imagem entre duas realidades dicotômicas do Brasil: a do atraso e da modernidade, fomentando a idéia dos tipos regionais, claramente marcados no imaginário social.

Segundo o historiador Lorelai Kury, dentro de uma perspectiva de construir e fortalecer o Estado Nação e uma identidade nacional no século XIX, o Império organizou estratégias para conhecer melhor o povo e o território brasileiro, processo este que teve maior expressividade através da Comissão Científica de Exploração que, de 1859 a 1861, viajou pelo Norte do País, sobretudo no Ceará, através do contato de cientistas e pesquisadores brasileiros com os povos do sertão. Apesar de malograda, a expedição científica esteve inserida na perspectiva de modernização do país e da *criação de identidades regionais folclorizadas*. (KURY, 2001, p. 40).

Para a historiadora Maria Margaret Lopes, para que houvesse o processo de consolidação do Estado brasileiro, era necessário: *destacar uma individualidade nacional apoiada tanto na noção agregadora do território quanto na idéia de nação que, apagando as profundas diferenças sociais, tornava os contrastes naturais e culturais marcas de uma localidade própria* (LOPES: 2001, p. 83).

Assim, as ferrovias construídas nas Províncias estiveram inseridas em um processo não somente físico de integração de lugares, como de constituição de uma identidade nacional fomentada pelo projeto do Estado Brasileiro. Havia um interesse por parte do Império brasileiro em promover um desenvolvimento tecnológico e científico através das quais exposições de diversos campos do saber foram incentivadas, como na área da antropologia e ciências naturais, entre elas a intitulada *A Exposição da Indústria Cearense*, em 1861, que segundo a historiadora Maria Margaret Lopes:

Além dos sertões e da indústria cearense, das florestas e de seus habitantes ainda desconhecidos, a expedição e a exposição revelaram tanto as inquietações e tendências nacionalistas características do período de consolidação do Estado brasileiro, como divergências, desacordos e capacidades científicas diferenciadas da

comunidade de naturalistas, que se consolidava e buscava reconhecimento e consideração social pela divulgação de suas pesquisas (LOPES: 2001, p. 83).

A Estrada de Ferro de Baturité aproximou localidades longínquas e relativamente próximas. No caso específico da relação entre o trecho Fortaleza e Arronches, os moradores dos dois espaços passaram-se a se comunicar melhor.

Fortaleza e Arronches constituíram-se como duas realidades espaciais distintas, mas ao mesmo tempo, integradas em fins de século XIX. A cidade como texto a ser lido apresenta várias linguagens e simbologias. Ruas, prédios, instituições, monumentos constituem-se como referências de seu cotidiano. Representam histórias múltiplas, fragmentos de trajetórias, muitas vezes silenciados, ou ainda aparentemente invisíveis na disputa de poderes institucionalizados ou não. Para Michel de Certeau: *A linguagem do poder 'se urbaniza', mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico* (CERTEAU: 1994, p. 174).

O Asilo São Vicente de Paula constituiu-se como uma nova instituição social dentro de antigas, tradicionalmente construídas na capital, como a igreja matriz, cadeia pública e Hospital da Misericórdia. Ele foi constitutivo de enunciados, deslocamentos e as apropriações de lugares.

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações esquisitadas na dor ou no prazer no corpo[...] (CERTEAU: 1994, p. 189).

O Asilo São Vicente de Paula configurou-se num movimento e em práticas sociais em que se articularam aspectos do que havia de moderno e de tradicional na Província cearense. Fortaleza voltou-se para o sertão através do projeto modernizador no qual foi significativa a atuação da Estrada de Ferro de Baturité que possibilitou uma relação de transações comerciais, encontro de pessoas e práticas culturais distintas. Segundo o relatório da comissão da Santa Casa de Misericórdia para a avaliação do terreno onde seria edificado o asilo de alienados, os benefícios trazidos pela estrada de ferro de Baturité foi um dos aspectos levado em consideração para sua escolha.

A distancia de uma legoa em que demora desta Cidade é o motivo para ser levado em conta, desde que dito terreno está ligado a ella por uma boa estrada de rodagem e servido por mais cômodo transporte por uma linha férrea, cujos trens fazem ali regular e diariamente uma por dia¹⁰³.

O asilo de alienados representou uma instituição inserida no cenário dos benefícios construídos pelo projeto de modernização da Província, através das benfeitorias proporcionadas pela ferrovia. A partir da proposta de construção de seu edifício distante do grande centro econômico e social da capital, as elites políticas, religiosas e econômicas de Fortaleza objetivaram esconder a loucura de seus olhos, criando ações assistenciais e caritativas, através do recebimento de donativos, para que o asilo fosse efetivamente erguido. Na perspectiva de criação de uma nova organização da cidade e de seus arredores, as autoridades governamentais e instituições caritativas estiveram dispostas a colaborar para a efetivação de uma cidade desenvolvida em sintonia com o ideário do progresso constitutivos dos grandes centros urbanos e livre de indesejados socialmente.

A construção de instituições como o Asilo São Vicente de Paula envolveu perspectivas, propostas e alternativas para solucionar demandas sociais específicas. Mobilizou segmentos sociais e proporcionou discussões, segundo o historiador Guilherme Studart, a partir da iniciativa de Visconde de Cauhape, tenente-coronel que idealizou a construção de um asilo para alienados após ter se deparado com uma louca que andava a esmo pelas ruas de Fortaleza na década de 1870¹⁰⁴.

As elites cearenses possibilitaram uma recriação da Província, construindo-lhe sentidos, representações e significados de uma nova ordem social e política, que ao mesmo tempo em que novas relações identitárias foram configuradas em fins de século XIX, a tradição insistiu em se impor. A igreja através da irmandade da misericórdia, por exemplo, acompanhou o processo das mudanças, mas reafirmou sua força e poder, sendo responsável diretamente, pelo surgimento de instituições caritativas destinadas não somente ao abrigo de loucos, mas de crianças e mendigos.

* * * * *

¹⁰³ Sessão de 16 de agosto de 1877, p. 22, do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

¹⁰⁴ STUDART, Guilherme. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza, Typographia Studart, 1896, 2º volume, p.229.

Espaço físico, geográfico e social, o asilo de alienados São Vicente de Paula foi constitutivo de um cenário de mudanças e projetos novos para o Ceará. Sua construção não esteve deslocada das transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram na Província em fins do século XIX. Reconstruir sua história passa pela análise da teia discursiva em torno das representações da antiga aldeia indígena de Arronches e das novas redes de sociabilidade existentes entre Fortaleza e o sertão distante na medida em que ela foi ponto estratégico, através da ferrovia, do tráfego de pessoas e de práticas culturais, através das quais houve a circulação de valores e experiências coletivas diversas.

Espacialmente, a vila pode ser percebida como um canal que integrava duas localidades com temporalidades diferentes. Não pertenceu ao cotidiano de Fortaleza, mas também não representou o sertão longínquo. Numa posição intermediária entre duas realidades distintas, possuiu as temporalidades dos antigos costumes de homens e mulheres do interior caboclo e a expectativa das elites políticas e econômicas de Fortaleza quanto a um presente de desenvolvimento para a Província. Desta forma, a produção discursiva em torno de Arronches acompanhou elementos de dois universos, temporal e espacial distintos, quais sejam os constitutivos do tradicional e do moderno da cultura cearense.

A todas essas mudanças no cenário da Província pode-se denominar de práticas espaciais, que se baseiam numa relação com o processo de organização do espaço realizado por mulheres e homens em ações criadas, mantidas, desfeitas e refeitas nas experiências coletivas. Segundo o geógrafo Roberto Corrêa, as práticas espaciais são resultantes de uma articulação entre a consciência dos padrões culturais e das possibilidades técnicas disponíveis. Elas:

Resultam, de um outro lado, dos diversos projetos [...] que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo (CORRÊA: 2003, p. 35).

Através das práticas espaciais, os projetos são definidos, os territórios são organizados, administrados e controlados numa *inerente dimensão política*, tendo com base a *seletividade espacial*, ou seja, um determinado lugar deve apresentar *atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos*, tais como: *a fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas* (CORRÊA: 2003, pp. 36 e 37).

O asilo de alienados, através das práticas e discursos produzidos pelas elites políticas e sociais, produziu uma expectativa de atender favoravelmente a uma seletividade espacial do projeto modernizador de Fortaleza, no qual os loucos passaram a ter um local específico senão para o tratamento ou cura de suas ‘moléstias’ pelo menos para sair do campo da visibilidade de seus moradores e transeuntes.

Teoricamente, a escolha do local para erguer o asilo São Vicente de Paula não poderia ser melhor, diante dos benefícios naturais que a vila de Arronches proporcionaria aos loucos, estando condizentes com a proposta discursiva dos alienistas modernos. Historicamente, Fortaleza mantinha uma relação com a vila, desde o processo colonial de aldeamento indígena, intensificado com o processo tecnológico desenvolvido no século XIX pela Estrada de Ferro de Baturité. Nesse sentido, a expectativa dos idealizadores do projeto sobre a construção do asilo de alienados foi favorável quanto à questão da sua localização.

Entretanto, o discurso do espaço com ênfase na positividade da natureza – sobre o cenário de harmonia e arborização benéfico para o tratamento dado ao louco – não correspondeu posteriormente à realidade vivenciada pelos homens e mulheres no cotidiano asilar após sua fundação, pois a história do São Vicente de Paula foi acompanhada por denúncias contra o bem estar de seus internos¹⁰⁵.

Na prática, muito mais que oferecer um ambiente saudável aos loucos, os idealizadores do Asilo São Vicente de Paula viram através dos cenários espacial e social da Parangaba – em que o projeto de sua construção esteve inserido – a possibilidade de resolução acerca do problema da visibilidade da loucura causado por homens e mulheres que transitavam pelas ruas da capital ou estavam recolhidos em instituições, como cadeias públicas da Província e Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

Recolhê-los numa vila distante de Fortaleza solucionou a problemática de sua incômoda visibilidade, sobretudo quando ressaltada em momentos circunstanciais nos quais o aumento da miséria também se tornou crescente em Fortaleza. Nesse sentido, um episódio em que a alienação no Ceará apresentou-se como uma maior preocupação das elites fortalezenses ocorreu em fins da década de 1870, através da seca, acelerando o processo de construção do São Vicente de Paula.

¹⁰⁵ Como será visto no capítulo 4.

Capítulo II

A Seca de 1877-79 e o Asilo de Alienados

O louco... “*um marginal no mundo dos outros*”

(Roy Porter, 1990: 105)

1. A Idealização do Asilo de Alienados: Do projeto às doações para a construção da obra

Há fatos e processos históricos que marcam a memória de determinado povo, pois envolvem uma série de experiências novas ou intensas influenciando diretamente em seu cotidiano e, pela força das imagens suscitadas no registro dessa memória, tornam-se consolidadas por uma historiografia, reforçando sua relevância simbólica. Na história do Ceará da segunda metade do século XIX, esses processos são evidenciados através do advento da seca de 1877-79 que assolou toda a Província. Esta seca afetou o cotidiano de milhares de pessoas, e mesmo após seu fim, os múltiplos efeitos sociais, econômicos, culturais e mesmo psicológicos ratificaram sua importância para indivíduos e para uma geração, resultando em grande acervo de fontes sobre os três anos que grassaram a Província, transformando-se em temática recorrente para a historiografia cearense. Destarte, quaisquer temas ou abordagens que trabalhem os pesquisadores deste período, eles não podem ficar imunes ao lugar que a seca de 1877-79 ocupou para a história e historiografia do Ceará.

Assim insere-se o trabalho sobre o Asilo São Vicente de Paula. Estabelecer relações entre o asilo de alienados e os episódios da seca faz-se necessário não somente porque, temporalmente, eles estavam situados em um mesmo período, mas porque eles estiveram intimamente ligados por um cenário social e político.

Este capítulo pretende estabelecer uma relação entre a idealização do projeto de construção do Asilo de São Vicente de Paula e a seca dos três anos. Não convém analisar nesta pesquisa o cotidiano da seca, tendo em vista que há uma historiografia que cumpre tal função¹⁰⁶, mas compreender as relações existentes entre a construção da instituição asilar e

¹⁰⁶ NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. RIOS, Kênia. *A Seca no Ceará – escritos de Guilherme Capanema e Raja*

aquele episódio. O Asilo São Vicente de Paula foi idealizado antes do início da seca. Entretanto, a necessidade de sua edificação ganhou novo sentido à medida que o flagelo aumentava.

Os relatos mais antigos que trataram da problemática do asilo para alienados registrados pelos documentos oficiais remontaram a 1871, em sessão ordinária da Santa Casa na qual o vice-provedor interino, Victoriano Augusto Borges, considerou *urgente* a construção de uma obra que recolhesse os loucos, pois eles incomodavam e ofendiam a moral e os bons costumes, haja vista que ficavam expostos pelas ruas da capital, importunando os transeuntes. Em seu discurso, os valores morais utilizados para justificar a obra fundamentaram-se nos princípios da *civilização* e da *caridade*.

Ainda há uma obra que reputo urgente, reclamada pela civilização, e pela sublime virtude – a caridade – he um lugar onde possão ser recolhidos os loucos, que muitas vezes, com offensa dos bons costumes, da moral e atestando a nossa falta de christianismo, vagueiam pelas ruas d'esta cidade¹⁰⁷.

A preocupação do vice-provedor sinalizando que alguma coisa deveria ser feita para resolver o problema justificou-se, pois a existência de loucos na Província, como um todo, era difícil de ser ignorada.

Em artigo publicado na revista do Instituto do Ceará pelo chefe do serviço de estatística do governo provincial, Manoel Nunes de Mello¹⁰⁸, foi registrado um recenseamento demográfico realizado em 1872 através do qual foram computados em toda a Província 610 dementes e 672 alienados, numa população total de 721.686 habitantes. É significativo observar que os 1.282 dementes e alienados mencionados no recenseamento não receberam a denominação de 'doentes mentais', mas de 'doentes físicos', sendo catalogados no item: *população considerada em relação aos defeitos físicos* e estando agrupados juntamente com outros enfermos, como os cegos, surdos-mudos e aleijados¹⁰⁹.

Gabaglia. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006. OLIVENOR, CHAVES. *Metrópole da Fome: a cidade de Fortaleza na seca de 1877-1879*. In: Simone de Souza; Frederico de Castro Neves. (Org.). *Seca. 1* ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. VILLA, Marco Antônio. *Vida e Morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000 – estas são apenas algumas obras sobre a temática.

¹⁰⁷ Sessão de 9 de julho de 1871, p. 168, do Livro de Atas de 15 de março de 1861 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

¹⁰⁸ <http://www.ceara.pro.br/cearenses/Cearensesporbatismodetalhe.asp?idbatismo=797>

¹⁰⁹ MELLO, Manoel Nunes de. *Província do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, n.º 1911; Ano: XXV, p. 55.

Em princípio, tal catalogação suscita atenção e curiosidade, mas é a historiadora Lília Lobo quem observa que a junção dos loucos com os demais doentes físicos justificava-se pela ótica da lógica do trabalho em que todos eles se assemelhavam, pois o objetivo de tal denominação feita nos recenseamentos realizados no Brasil em 1872 foi verificar *os índices de validade para o trabalho*: ‘*Procura-se com esta pesquisa conhecer a parte inválida de uma população para o trabalho[...]*’. (LOBO: 2008, p. 343). Assim, no Rio de Janeiro, também no item referente aos *deficientes físicos*, estiveram inclusos os cegos, surdos-mudos, surdos, idiotas, aleijados, dementes e alienados, compondo um mesmo cenário de indivíduos inaptos para a realização do trabalho.

Se houve um grande número da população alienada no Ceará, a precariedade das condições para seu tratamento foi maior ainda. No mesmo ano de 1872, a Santa Casa recebeu um ofício do vigário da freguesia de Ganja solicitando que uma alienada fosse recolhida no hospital. A mesa administrativa respondeu ao pedido, comunicando que não tinha condições de recolhê-la em suas dependências, acrescentando não haver em Fortaleza nenhum lugar apropriado para tal fim. Com isso, a Santa Casa deixou claro não existir nenhuma instituição voltada para a problemática da loucura no Ceará¹¹⁰.

Quatro anos após o primeiro relatório do vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, defendendo a construção de um asilo para alienados, a temática da loucura voltou a ser trabalhada por outro vice-provedor, Severino Ribeiro da Cunha – o Visconde de Cauhipe. No relatório do presidente da Província Heráclito Graça de 1875, este personagem foi destacado como o grande idealizador da obra: *O ilustre Visconde de Cauhipe [...] concebeu o generoso pensamento de fundar um azylo de alienados*. E mesmo sendo o asilo para loucos apenas um projeto, Heraclito Graça buscou imortalizar Visconde de Cauhipe, reconhecendo que ele era merecedor das *bênçãos da posteridade* por sua *inspiração humanitária*¹¹¹.

As *bênçãos da posteridade* de fato ocorreram e a historiografia imortalizou Severino Ribeiro da Cunha, através do historiador mais ‘ilustre’ da época, Guilherme Studart que, em sua obra, *Datas e Fatos para a História do Ceará*, prestou-lhe uma homenagem, exaltando seus valores morais. Pessoa de grande projeção entre a elite provincial, Visconde de Cauhipe exerceu muitos cargos políticos. Segundo Studart, ele foi tenente-coronel comandante do 2º

¹¹⁰ *Offícios ao Ir. Bispo, Vigários e Irmandades (1863-1876)*. Ofício de 16 de fevereiro de 1872. Ala: 19. Estante: 45. Nº 169, p. 84 (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

¹¹¹ Relatório do presidente da Província, Heraclito d’Alencastro Pereira da Graça de 1 de março de 1875, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 17.

Batalhão da Guarda Nacional, vice-cônsul da Áustria e presidente da Associação Comercial da Praça do Ceará. Contudo, foi como vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia que ele expôs a intenção de construir um edifício para loucos. Guilherme Studart, ao exaltar a idealização deste e de outros projetos sociais, destacou-o como um indivíduo *predestinado* que semeava *o bem por toda a parte*. Atribuindo Studart somente ao Visconde de Cauhipe a existência do asilo de alienados, este não chegou, entretanto, a vê-lo concretizado já que falecera ainda em 1876: *O Asylo de S. Vicente de Paula é producto de sua criação, e a sua iniciativa veio do facto de ter contemplado, errante e perseguida, andrajosa e faminta, uma pobre louca nas ruas d'esta cidade*¹¹².

Embora aplaudida a iniciativa de Visconde de Cauhipe pelos conterrâneos, convém salientar que o asilo para alienado não foi uma idéia inovadora no território brasileiro. Ao contrário, desde a década de 1850, já existiam hospícios no País, o do Juquery, em São Paulo e o D. Pedro II, no Rio de Janeiro. E antes disso, nos anos 30, médicos brasileiros já propuseram a criação deste tipo de instituição. Segundo a historiadora Magali Engels, datou também do mesmo período a primeira tese defendida pelo médico Antônio Silva Peixoto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre o tema da alienação mental (ENGELS: 2001, p. 119).

Se os discursos e as práticas em torno da alienação não eram novos no Brasil, convém, entretanto, ressaltar que durante a década de 1870, existiram em todo o País, segundo a historiadora Maria Clementina Cunha, apenas quatro hospícios: os de São Paulo e Rio de Janeiro, inaugurados nos anos de 1850; o de Recife, fundado em 1861 e o de Salvador, no ano de 1874. Durante a década de 1880, foi fundado o hospício de Porto Alegre, em 1884. (CUNHA: 1986, p. 29) e o do Ceará, em 1886.

No Ceará da década de 1870, o projeto de construção de um asilo para loucos apresentou-se como um importante passo para o processo 'civilizatório' de Fortaleza no qual Visconde de Cauhipe recebeu as homenagens de seus conterrâneos e da historiografia, ao buscar resolver o problema da desgastante circulação de loucos pelas ruas da cidade.

Loucos perambulando pelas ruas foi uma prática comum observada nos grandes centros brasileiros em que as elites providenciaram medidas para sua contenção, valendo-se, sobretudo, dos códigos de postura. No Rio de Janeiro, foi promovida uma campanha pela

¹¹² STUDART, Guilherme. *Datas e Fatos Para a História do Ceará*. Fortaleza: Tip. Studart, 1896, p 229.

Sociedade de Medicina ainda no início do século XIX contra a *livre circulação dos loucos* que, de forma semelhante aos embriagados e animais ferozes, incomodavam o público (ENGEL: 2001, p. 186).

No Ceará, não foram os médicos, mas as autoridades públicas que objetivaram minimizar os transtornos causados pelos loucos. Segundo o relatório do presidente da Província Heráclito Graça, enquanto não fosse escolhido um lugar mais apropriado, o asilo para alienados ficaria provisoriamente instalado na *dependência da Santa Casa de Misericórdia*. O hospital prestou, portanto, uma dupla função, *abrigo[...]* de semelhante modo tanto os doentes do corpo como os doentes mentais – o que na prática, já existia. O presidente Heráclito Graça enfatizou que a situação dos loucos no hospital da misericórdia era pior que a dos demais doentes, pois estavam *mais dignos de lastima* e que por isso *também precisão de trato e cura, como os outros*¹¹³.

Embora o relatório se propusesse a resolver o problema de onde os loucos deveriam ser recolhidos, o discurso do presidente sobre a construção do asilo para loucos ainda apresentava um tom vago, demonstrando ser o projeto mais uma proposta de boas intenções que propriamente um plano de execução de trabalhos. Para isso, é significativo observar que questões importantes permaneceram em aberto, tais como: a falta de um local definitivo para a edificação do asilo e o dia em que iria iniciar de fato os trabalhos. Apesar das indefinições, o presidente da Província tinha esperança da solução dos dois problemas: *Brevemente, espera-se terá lugar uma e outra coisa*, pois apesar das dificuldades, o projeto *humanitário* estava lançado e tinha uma boa aceitação no meio social, haja vista que surgiram doações advindas *de toda a parte*¹¹⁴.

Em 1874, a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia recebeu cartas de cidadãos da Província, como conselheiros, comendadores e médicos doando quantias em dinheiro para o edifício de alienados¹¹⁵. No mesmo ano, o próprio Visconde de Cauhape doou dois contos e quinhentos mil réis para as obras. A mesa administrativa recebeu a quantia de bom grado, afirmando que a *offerta humanitária*, era *filha somente do coração bem formado do mesmo*

¹¹³ Relatório do presidente da Província, Heraclito d'Alencastro Pereira da Graça de 1 de março de 1875, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 17.

¹¹⁴ Relatório do presidente da Província, Heraclito d'Alencastro Pereira da Graça de 1 de março de 1875, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 17.

¹¹⁵ Sessão de 2 de julho de 1874, p. 26, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

*Sr. Vice Provedor*¹¹⁶. Num discurso permeado de cordialidades por parte dos membros da mesa administrativa e de modéstia por parte do vice-provedor, o mordomo Feijó propôs que o presidente da Província tomasse conhecimento da generosa doação. Proposta esta considerada pelo vice-provedor como desnecessária, mas foi rebatida pelo mordomo como importante para se fazer *justiça* a sua atitude. Após as trocas de gentilezas e cerimônias entre os integrantes da mesa administrativa da Santa Casa, seguiu-se uma série de novas doações feitas por outros mordomos, como milheiros de tijolos de alvenaria e quantias em dinheiro, todas inferiores à ofertada pelo Visconde de Cauhipe¹¹⁷.

Nas sessões posteriores, a mesa administrativa comunicou outras doações realizadas por cidadãos da Província em benefício do edifício. Em julho de 1874, o mordomo Silva Albano propôs que fossem dirigidas cartas a estrangeiros que tivessem casas ou relações comerciais no Ceará para fazerem doações. Além disso, foi proposta a nomeação de uma comissão de médicos residentes para angariar mais donativos, entre eles esteve presente o Dr. Meton de Alencar, o futuro primeiro médico do asilo São Vicente de Paula¹¹⁸.

Foram variados os tipos de doadores e donativos. Os doadores eram pessoas ou estabelecimentos de Fortaleza e de outras cidades do Ceará. A Santa Casa nomeou comissões nas localidades de Aracati, Maranguape, Mecejana, Sobral, Pereira, Acaracu, mas também buscou ajuda em outras Províncias, como em Pernambuco onde o responsável pela arrecadação teve dificuldades de angariar recursos¹¹⁹.

Os donativos também se davam de formas diferenciadas. Em termos de dinheiro, em 1875 foi realizado um leilão na Santa Casa de Misericórdia resultando na *quantia superior a dez contos de réis*¹²⁰. No mesmo ano, durante a administração do presidente da Província, Heráclito Pereira Graça, o professor primário da Vila de Pedra Branca¹²¹, Joaquim Antônio da Silva Chaves, doou uma quantia de 30\$000 reis.

¹¹⁶ Sessão de 16 de julho de 1874, p. 26, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

¹¹⁷ Sessão de 16 de julho de 1874, p. 27, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

¹¹⁸ Sessão de 18 de julho de 1874, p. 28, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

¹¹⁹ Sessões de: 06 de agosto, 17 de setembro, 19 de novembro, 26 de novembro de 1874, 02 de janeiro, 08 de julho de 1875, pp. 29, 31, 35, 36 do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia) e sessão de 15 de maio de 1875, p. 44.

¹²⁰ Relatório do presidente da província, Heráclito d'Alencastro Pereira Graça de 1 de março de 1874, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 17.

¹²¹ Localidade próxima de Quixeramobim.

Havendo o professor primario da villa de Pedra Branca, Joaquim Antonio da Silva Chaves, offerecido à esta presidencia, no character de membro da Comissão encarregada de agenciar donativos para o asylo de alienados, nesta Capital, a quantia de 30\$000 reis; sirva-se Vmce de communicar ao respectivo collector, afim de que se torne effectivo o desconto da alludida quantia¹²².

Outro tipo de donativo deu-se na forma de material de construção e na promoção de eventos artísticos¹²³. Em um deles, a casa do senhor D. Joaquim Mendes da Rocha foi cedida para ensaio de um concerto realizado por algumas senhoras da Província. Artistas como Vicente Guilherme de Azevedo também ofereceu a venda de suas músicas, dividindo uma parte do lucro para a construção do asilo de alienados. Peça de dramaturgia de uma composição a ser apresentada no Teatro São José, em Fortaleza, venda de objetos de um bazar, contabilizando a quantia de 28:000\$000¹²⁴, exposição de produtos agrícolas e até testamento deixado por um tenente coronel da localidade de Boa Viagem, foram outras formas de contribuição em prol da construção do asilo para loucos¹²⁵.

Apesar do trabalho realizado pela Santa Casa para o recebimento das doações, a questão sobre a localização de onde seria erguido o asilo de alienados permaneceu em aberto. A intenção inicial da mesa administrativa era de que o asilo ficasse próximo do hospital caritativo, no lado voltado para a Rua Amélia, ou mesmo instalado em suas dependências. Mas, em 30 de julho de 1874, o médico João Moreira da Rocha comunicou que a idéia de projetar o asilo em frente ao edifício da Santa Casa era inconveniente, não apenas pela proximidade que teriam os loucos com os demais doentes do hospital, mas pela insuficiência do espaço para atender as acomodações necessárias. Ao se reportar a esta última questão, Moreira da Rocha teve como referência os atuais hospícios através dos quais a medicina especializada moderna considerava ser necessária a construção de um *jardim para recreio* aos alienados¹²⁶.

¹²² *Offícios – Thesouraria Provincial e Collectorias (1874-76) N° 159.* (Acervo do Arquivo Público do Ceará), 11 de dezembro de 1874, p. 61.

¹²³ Sessão de 10 de setembro, 17 de setembro de 1874,, 27 de setembro de 1875, p. 31, 35, 40, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

¹²⁴ Anexo ao Relatório do presidente da Província, Esmerino Gomes Parente de 2 de julho de 1875; Anexo nº 11: Relatório do vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, p. 3.

¹²⁵ Sessão de 19 de novembro de 1874, 20 de janeiro, 29 de julho de 1875, pp. 35, 38, 49, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

¹²⁶ Sessão de 30 de julho de 1874, p. 29, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

A Santa Casa, então, resolveu consultar a Câmara Municipal sobre a possibilidade de o asilo ser projetado no povoado de Arronches, ocupando o lugar onde havia um matadouro público de gado. Entretanto a Câmara, por motivos não explicitados pela mesa administrativa, não fez a transferência do matadouro público para outro local, o que impossibilitou o início das obras do asilo. O dinheiro arrecadado com as doações foi encaminhado para a conta corrente da Casa de Albano & Filho, pertencente à família do mordomo Silva Albano. Enquanto o asilo não era construído, o mordomo Albano, em reunião da mesa administrativa, propôs que a Santa Casa construísse mais duas enfermarias, servindo-as provisoriamente para o recolhimento dos loucos que vagavam pelas ruas¹²⁷.

Se por um lado, tornava-se necessário criar novas dependências da Santa Casa para atender aos *desvalidos que procuravao alivio a seos males*, de igual forma era importante aumentar o quadro de médicos do hospital. O Dr. João da Rocha Moreira pediu em 1875, que fosse criado mais um lugar de médico do hospital, conseguindo a aprovação temporária do presidente da Província, mas sem vencimentos, como pedia o médico, até que a Assembléia aprovasse a criação de um lugar de médico¹²⁸.

No mesmo ano, o vice-presidente da Província Esmerino Gomes Parente enviou relatório à Assembléia Provincial, explicando sobre a necessidade da construção do asilo de alienados, salientado tratar-se a obra de *um valioso attestado em favor de nossa civilização*. Ele demonstrou otimismo em relação à brevidade da construção da instituição: *O feliz projecto de fundação de um asilo de alienados brevemente será tradusido em facto. Do geral acolhimento, que há encontrado esta grandiosa Idea, deriva o seu estado de prestes execução*¹²⁹.

Se por um lado houve um discurso entusiasta em relação à concretização do projeto, por outro, ele mudou de tom logo no ano seguinte, quando o presidente da Província Francisco de Faria Lemos comunicou, em seu relatório à Assembléia Provincial, que o projeto não *pôde ter começo pela insuffiencia do capital ate agora realizado, que monta apenas a 34:555\$968 reis*, mesmo reconhecendo que o asilo tinha uma *utilidade incontestavel*. E apelou o

¹²⁷ Sessão de 06 de agosto de 1874, pp. 29 e 30, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

¹²⁸ Sessão de 27 de fevereiro de 1875, pp. 39 e 40, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

¹²⁹ Fala do Vice-presidente Esmerino Gomes Parente à Assembléia Provincial do Ceará, 2 de julho de 1875, item: *Asilo de Alienados*, p. 20.

presidente para a importância da obra, argumentando que Fortaleza tinha condições de realizá-la, pois se apresentava como uma cidade *adiantada*¹³⁰.

Afirmando não ser Fortaleza mais uma cidade pequena, o discurso do presidente da Província assemelhou-se aos dos idealizadores do hospício D. Pedro II no Rio de Janeiro, no momento do projeto de sua construção, no qual estes se valeram do argumento sobre o *avanço das 'luzes' e da civilização* em que representaria uma obra destinada à reclusão dos loucos (ENGEL: 2001, p. 200). Recolher os loucos em instituições especializadas correspondeu, portanto, a um projeto de modernização e 'higienização' das cidades.

Em anexo do relatório de 1875, escrito pelo próprio vice-provedor Visconde de Cauhipe, mais uma vez justificou-se a importância da obra considerando que ela representava uma das mais *palpitantes necessidades da província*. Na tentativa de solucionar provisoriamente o local do abrigo dos doentes mentais, a mesa administrativa da Santa Casa anunciou que havia levantando uma casa onde os *infelizes poderam encontrar, sinão o completo reestabelecimento de suas faculdades, ao menos tratamento regular, condigno com seu estado*. Era o que poderia ser feito naquele momento, segundo o vice-provedor, já que não havia capital suficiente para construir um estabelecimento próprio, apesar da *caridade e philantropia* não só dos cearenses, mas de indivíduos de outras Províncias que doaram objetos e dinheiro¹³¹.

A lentidão em torno da construção do asilo de alienados era uma realidade. Visconde de Cauhipe morreu em setembro de 1876, aos 45 anos de idade de lesão cardíaca¹³² e, passados dois anos da proposta de construir o asilo no lugar do matadouro público em Arronches, o local definitivo para a edificação permanecia desconhecido.

Nesse período, a cidade de Fortaleza vivia um quadro de normalidade sócio-demográfica que foi alterado completamente a partir do ano seguinte, modificando também os rumos da execução do projeto de construção do asilo de alienados.

Quando a seca surgiu foi dado concretamente início as obras do asilo São Vicente de Paula, que ainda nem possuía este nome. A Província, como um todo, passou por um longo

¹³⁰ Fala do presidente da Província, Francisco de Faria Lemos em Sessão da Assembléia Provincial de 1 de julho de 1876, item *Santa Casa de Misericórdia*, p. 14/5.

¹³¹ Anexos ao Relatório de Esmerino Gomes Parente à Assembléia Provincial do Ceará, 2/07/1875. Anexo 11 - Relatório do Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia; item *Asylo de Alienados*, p. 3.

¹³²STUDART, Guilherme. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza, Typographia Studart, 1896, 2º volume, p. 227.

período de três anos de uma situação completamente atípica, alterando o cotidiano de seus moradores. A seca representou outra fase para o projeto de edificação do asilo. O cenário que a cidade de Fortaleza presenciou foi fundamental para esse novo momento.

2. A Seca de 1877-79 e As Construções Narrativas na Imprensa e na Literatura

O testemunho de indivíduos contemporâneos à seca resultou em narrativas oportunas para expor o caos que se tornou Fortaleza em fins da década de 1870. O processo de aglomeração de pessoas vindas para a capital foi gradativo, intenso e inevitável na medida em que a situação piorava a cada momento no interior, tornando-se fator decisivo para o desencadeamento de uma série de novos problemas epidêmicos e sociais na capital, em efeito dominó.

Em decorrência da economia devastada com a falta de chuvas na Província como um todo, aos poucos os moradores de localidades distintas migraram de suas cidades para os centros mais populosos ou prósperos do Ceará, inicialmente para a região do Cariri e para as serras. Como as condições de vida e trabalho eram igualmente difíceis nessas áreas, milhares de pessoas não viram outra alternativa a não ser migrarem para Fortaleza.

Para conter o avanço dos retirantes para o centro da capital onde situavam não somente os lugares institucionais de poder como moravam as elites e classes mais abastardas, o governo provincial resolveu construir locais de recolhimento dos retirantes nos subúrbios da cidade, denominados de *abarracamentos*, criando uma espécie de cordão sanitário. Dezenas deles foram erguidos nos três anos da seca. Em cada um, moraram milhares de pessoas. No ano de 1878, o abarracamento que comportou o menor número de retirantes, situado na Lagoa Seca, recolheu um total de 2.236 indivíduos, enquanto o abarracamento mais populoso localizado no Meirelles contabilizou 11.435 pessoas. Lá viveram 3.001 famílias. Naquele ano, segundo o presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros, foram registrados onze abarracamentos, com previsão para serem construídos outros¹³³.

Uma série de problemas surgiu nos abarracamentos. A aglomeração de pessoas foi uma porta fácil para a entrada da varíola que se tornou epidêmica em pouco tempo. Além disso, os maus tratamentos dados aos retirantes pelos agentes do governo levaram ao aumento do

¹³³ Fala do presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878, item *Assistência Pública*, pp. 39-53.

desespero de pessoas acometidas pela seca e miséria. Isto porque, na hora de levar os mantimentos alimentícios, os comissários dos abarracamentos, não raras as vezes, impacientavam-se com os flagelados que, sedentos, aglomeravam-se desorganizadamente em torno deles na ânsia de serem os primeiros a obterem os gêneros. Era prática comum entre os funcionários do governo, darem pontapés e murros a homens, mulheres e crianças, indistintamente, como assim denunciou o jornalista do Rio de Janeiro, José do Patrocínio, quando esteve no Ceará em 1878, registrando o flagelo. Segundo o pesquisador José Saraiva Câmara:

“Logo que a porta abre-se, tôdas [as mulheres] querem ser despachadas logo, e começa a celeuma e a confusão.

Para contê-las, o administrador fá-las sentarem, ameaçando-as com o jejum. Obedecem, mas à primeira ração dada, a impaciência, como a descarga de uma pilha elétrica, levanta tôda a multidão que estendendo as sacolas implora, grita, lastima-se. Então muito naturalmente os policiais, retirantes armados de cacetes e chicotes, restabelecem a ordem vibrando os chicotes, dando empurrões e atirando sôbre a multidão palavras as mais injuriosas.

Em uma distribuição que assisti no 7º abarracamento, não só o comissário esporeava o cavalo e bradava para as mulheres que meter-lhes-ia o animal em cima, como também um empregado empurrava brutalmente e dava pontapés.

Uma fraca velhinha veio cair sôbre mim, que achava-me em meio da multidão, em companhia do comissário do 3º abarracamento, um dos cavalheiros mais dedicados aos serviços dos socorros.

Machucado pelos cotovelos da pobre mulher, perguntei ao empregado se êle tinha o direito de empurrar. Respondeu-me que não tinha êsse direito quanto a mim, porém quanto às retirantes podia não só empurrar, mas fazer alguma coisa a mais! E continuou no seu trabalho de maltratar as infelizes

Comuniquei em conversa êste fato ao Sr. Presidente da província, porém nenhuma providência foi tomada” (Câmara:1970,128, grifos do autor).

José do Patrocínio referiu-se à visita que fez na Província como correspondente do jornal carioca *Gazeta de Notícia*. Para o historiador Frederico Castro Neves, a estratégia narrativa utilizada pelo correspondente tinha tom de dramaticidade com forte teor moral na qual a seca representava uma ameaça à *formação da nacionalidade* posto que era definida como uma *tragédia da vergonha nacional* onde *trabalhadores eram humilhados por salários irrisórios e rações estragadas, expressa pela multiplicação da prostituição e pela desagregação da família* (NEVES: 2006, p. 89).

A visita de Patrocínio ao Ceará deu-se no segundo ano da seca¹³⁴, pois no primeiro ano pouca importância deu a imprensa da Corte e o próprio imperador sobre o flagelo.

Segundo o historiador Marco Villa, o interesse de D. Pedro II pela seca foi pouco expressivo. Quando chegaram os primeiros relatos sobre o flagelo, ele estava no exterior, viajando pelos Estados Unidos e Europa, por um longo período de dezoito meses, retornando ao Brasil somente em setembro de 1877, *no momento em que a seca tinha alcançado estágio de calamidade pública*. Para Marco Villa, a imagem do imperador ficou desgastada, quando embarcou ao Brasil: *Esperava-se que o imperador, ao retornar da Europa, aportasse em Recife, daí partindo para o Ceará. Isso não acabou ocorrendo. D. Pedro II chegou a Salvador e de lá rumou para o Rio de Janeiro* (Villa, 2001: p. 59). Mesmo sendo publicadas notícias que o imperador intencionava percorrer todas as Províncias do Norte, as viagens nunca ocorreram.

O 7º abarracamento sobre o qual mencionou o correspondente José do Patrocínio na imprensa carioca, denunciando casos de violência contra os retirantes, chamava-se São Sebastião e esteve a cargo do capitão Antônio dos Santos Neves. Lá viveram 13.800 pessoas aglomeradas, compostas por 3.213 homens, 3.725 mulheres e um total alarmante de 6.862 crianças. Numa perspectiva completamente oposta à denúncia feita por Patrocínio, o então presidente da Província do Ceará, José Albuquerque Barros, referiu-se a este abarracamento de forma muito positiva, afirmando que ele seguia a um novo plano adotado, possuindo uma espaçosa enfermaria, cozinha, depósitos e até uma escola¹³⁵.

Os relatos advindos da imprensa no País foram testemunhos que retrataram as adversidades desse período. O *Diário de Notícias* da Bahia mencionou que milhares de

¹³⁴ José do Patrocínio, para a *Gazeta de Notícia* de 29-VII-1878 IN Câmara, José Saraiva: 1970. p. 128.

¹³⁵ Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878, item *Assistência Pública*, pp. 39-53.

retirantes esfarrapados ou mesmo nus invadiram as cidades de Alagoas. Da Paraíba, o jornal *Areiense*, narrou casos de violência praticada contra retirantes (VILLA, 2001: p. 53, 76). Dos jornais de Fortaleza, os que melhor expuseram a situação da seca não estiveram vinculados aos Partidos Liberal e Conservador – que se revezaram na presidência da Província durante os três anos da seca e que corresponderam à grande imprensa. Foi o jornal *O Retirante*, criado para tratar do problema da seca, que se tornou importante instrumento de denúncias em relação às práticas de violências e crimes cometidos contra os retirantes.

Fundado em Fortaleza, no primeiro ano da seca, *O Retirante* esteve sob a redação de Luiz Miranda¹³⁶. Auto-intitulado *órgão das vítimas da secca*, o jornal cuja impressão saía da *Typographia Imparcial* e circulava aos domingos, trazia em suas páginas um tom enfaticamente combativo. Mostrando-se independente partidariamente, criticou vários segmentos e instituições sociais, o que pareceu ter incomodado algumas pessoas, haja vista que em seu editorial de julho de 1877, enfatizou sobre a importância da imprensa como *inimiga irreconciliável de abusos e escândalos*, afirmando que eram: um pequeno papel, como nos qualificou alguém; somos até um pasquim, porque dizemos a verdade inteira e desanuviada; mas, somos um papel livre e o vosso juízo assás nos honra¹³⁷.

No mês seguinte, *O Retirante* ratificou seu desprendimento político-partidário, afirmando: *Que se estamos divorciados de todos os interesses dos partidos, achamo-nos consorciados com todas as nobres aspirações da sociedade em que vivemos*¹³⁸. Mais uma vez, em outro número, reiterou que o jornal mantinha uma *atitude neutra em face das conveniências partidárias*¹³⁹. A necessidade do *O Retirante* de salientar sua independência partidária pode ser justificada se for observado que os jornais pequenos tinham muita dificuldade de se manter, o que levava a terem vida efêmera. Para o escritor Antônio Sales, *os jornais da terra eram todos políticos*¹⁴⁰ e dependentes de Partidos. O jornal *O Retirante* esteve, então, num movimento contrário ao da grande maioria da imprensa local.

O conteúdo das matérias do *O Retirante* foi inteiramente voltado para o episódio da seca. Ele denunciou corrupções do governo e práticas de *falsa caridade*; criticou ações do vigário e

¹³⁶ Revista do Instituto do Ceará: *Catálogo de Jornais de Grande e pequeno porte publicados no Ceará*, de Barão de Studart, 1898, p. 201.

¹³⁷ Jornal *O Retirante*, 08.09.1877, p.1. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

¹³⁸ Jornal *O Retirante*, 05.08.1877, p. 4. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

¹³⁹ Jornal *O Retirante*, 19.08.1877, p. 1. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

¹⁴⁰ SALES, Antonio *Novos Retratos e Lembranças*, Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1995. Coleção: Alagadiço Novo. 1995, p. 34.

das irmãs de caridade, entre outros assuntos e alvos¹⁴¹. Algumas matérias, como a intitulada *Espancamento*, são significativas para se observar os abusos cometidos contra os retirantes, ao referir-se acerca da tentativa frustrada de estupro contra uma mulher em um dos abarracamentos:

Acabamos de ser informados que o celebre Victalino Peixe, empregado nos abarracamentos do calçamento, onde, á custa de socorros públicos, lhe deram uma casa há poucos dias espancou uma pobre retirante, que não quis satisfazer seus libidinosos desejos.

Peixe é um homem perdido, e segundo nos consta, vive ali fazendo transacções ilícitas com as [ilegível] dos retirantes, promovendo brigas, fazendo sambas etc.

Para esse desalmado pedimos providencias ao Sr.Dr. Meton, encarregados daquelles abarracamentos¹⁴².

Práticas de ameaças de violência sexual durante o período da seca não foram raras de acontecer e, novamente o tema apareceu no *Noticiário* de 12 de agosto quando a viúva retirante Maria Clara, procurou abrigo em qualquer localidade da capital após ameaça de assédio sexual contra sua filha: *querem assaltar a honra de sua filhinha, de 12 a 14 annos de idade!* – afirmava *O Retirante*. O jornal denunciou serem dois os agressores da menor: o médico Antônio Pompeu, encarregado do bairro do Livramento onde mãe e filha estavam recolhidas e o escrivão do Jury, Raimundo Peixoto. O jornal ponderou no sentido de não saber sobre a veracidade do fato, mas ressaltou que se fossem verdadeiras as acusações, *as autoridades competentes* deveriam encarregar-se em punir os culpados, *em nome da honra das famílias – a punição de tão monstruosas feras*¹⁴³.

Em outra matéria, intitulada *Crime Horroroso, O Retirante* abordou um novo crime, não apenas contra uma pessoa, mas várias. Em 1878, ele mencionou a contaminação intencional dos alimentos doados pelo governo aos retirantes. A farinha estava misturada a cal, provocando mortes após sua ingestão:

Foi já chamado a attenção do publico e da inspeccoria da saúde publica, sobre a farinha misturada com cal, que está sendo fornecida pelo governo aos famintos retirantes cearenses!

Há ainda pouco tempo foi arcabusado um chefe de Estado maior do exercito, Russo, por ter commettido igual crime, portanto, é de equidade, que também o seja o chefe

¹⁴¹ Jornal *O Retirante*, 08.07 e 12.08.1877. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

¹⁴² Jornal *O Retirante*, 07.12.1877, p. 4. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

¹⁴³ Jornal *O Retirante*, 12.08.1877, p. 3. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

da comandia do Livramento, Aguiar & Cia, igualmente fornecedor de farinha calcarea!

Amaldiçoamos o infame triunvirato em nome das victimas da sesca, e d'aquelles que tem succumbido envenenado pela cal![...] ¹⁴⁴

É importante destacar que nem a Santa Casa de Misericórdia – sempre referida pelas classes abastardas e imprensa como uma instituição pia e caridosa – deixou de estar na mira do *O Retirante*. Em dois momentos distintos, as críticas foram-lhe contundentes. O primeiro se referiu ao artigo publicado em janeiro de 1878, intitulado *Cemitério Publico*.

Nele, destacou-se que nem na hora da morte, o retirante esteve livre das humilhações e eram sepultados empilhados uns aos outros. Mas, o que de fato denunciou *O Retirante* foi a forma como os sepultamentos eram realizados, promovendo perigo à saúde pública no qual a mesa administrativa da Santa Casa, instituição mantedora do cemitério, fora o alvo.

Tivemos occasiao de observar o modo porque são sepultados ao cemitério d'esta capital os cadáveres dos indigentes, e força é confessar que nos revoltou a incúria da mesa administrativa d'aquelle pio estabelecimento.

Abre-se uma pequena valla, e alli se vão sobrepondo uns aos outros os cadáveres, de modo que os últimos ficam a pouco mais de um palmo da superficie da terra!

Como é natural, este serviço é feito aceleradamente, pois que para sepultar 70 e mais cadáveres por dia há apenas quatro trabalhadores! ¹⁴⁵

Dois meses antes desta publicação, a crítica do jornal ‘combativo’ esteve destinada às irmãs de caridade. Sempre referenciadas pelos relatórios oficiais do presidente da Província como exemplos de caridade pública aos infelizes indefesos da cidade, as irmãs da Santa Casa tiveram tratamento bem diferenciado no jornal. Na matéria intitulada, *Santa Casa de Misericórdia*, as ações das irmãs de caridade foram referidas como: *cruel indiferença, pois abandonam os infelizes indigentes que são alli conduzidos*. Dizia o jornal:

Á ultima sexta feira a tarde foi enchotado do portão da casa um desvalido, a quem as mesmas irmãs tangeram como a um cão, mandando-o trabalhar! Quando o infeliz chegou a calçada cahio lavado de suor agonisante; e só a exforço do districto Dr. Mello que chegou na occasiao, foi elle admitido, e talvez já esteja no cemitério.

O artigo iniciou o último parágrafo, afirmando: *É horrível! Mas é a pura verdade e referindo-se às freiras, chamou-as ironicamente de santas irmãs* ¹⁴⁶.

¹⁴⁴Jornal *O Retirante*, 02.02.1878, p. 2. Meton de Alencar foi um dos médicos contratados pelo governo provincial para trabalhar nos abarracamentos de Fortaleza. Sobre ele, iremos analisá-lo no próximo capítulo, tendo em vista que ter sido o primeiro médico do Asilo São Vicente de Paula.

¹⁴⁵Jornal *O Retirante*, 10.02.1878, nº 33, p. 3. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

O quadro de desolação por que passava Fortaleza continuou sendo retratado pelo jornal quando foi noticiado o desespero de um homem que, atribuindo ser inevitável a sua morte e de toda a família em decorrência da fome, resolveu abreviar seu sofrimento, praticando o suicídio. Na matéria intitulada *Suicídio por Causa da Fome*, o jornal narrou: *Fortunato de Araujo Frazão, morador nos arrebaldes da Telha, antes de ver sua infeliz família succumbir à fome poz termo a sua existência, enforcando-se!*¹⁴⁷

O Retirante deixou de circular em Fortaleza, em 1879, surgindo em seu lugar o jornal *Echo do Povo*, que provavelmente pertenceu ao mesmo grupo *O Retirante* haja vista que ambos possuíram o mesmo formato e abordagem. O sentido deste tipo de imprensa – fugaz em sua existência – esteve relacionado à condição de anormalidade provocada pelos efeitos da seca, como os episódios de corrupção do governo, abandono e descaso em relação aos retirantes e problemas sociais e epidêmicos sofridos pelos moradores da capital.

Se os relatos da imprensa possibilitaram o entendimento acerca das adversidades vivenciadas no período, a literatura também representou outro significativo testemunho do flagelo vivenciado na capital. O poeta Juvenal Galeno produziu os seguintes versos:

“Minha pátria! Lar querido...

Qu’immensa desolação!

Cáe-me o pranto dolorido

No luto do coração;

Que a minha terra adorada,

Por fera sêcca assolada,

Ora vejo amortalhada

N’amargura, n’a afflicção!

Meu Deus!... que scenas d’horror!

¹⁴⁶ Jornal *O Retirante*, 11.11.1877, p.2. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

¹⁴⁷ Jornal *O Retirante*, 21.11.1877, p.2. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

*Misericórdia, oh Senhor!*¹⁴⁸

Poesias publicadas durante e após a seca por escritores cearenses não foram raras. Contudo, em termos de romances, poucas narrativas foram mais vívidas que a escrita por Rodolfo Theófilo – farmacêutico e literato – que registrou o cotidiano da seca. Suas obras, tanto de ficção como de memória, são importantes testemunhos que expuseram, com maior dramaticidade e comoção, as experiências vividas por mulheres, homens e crianças que se transformaram em uma massa ‘homogênea’ de transeuntes sem nomes, invadindo a capital¹⁴⁹.

2.1 Os Relatos de Memória da Seca nas Obras de Rodolfo Theófilo: *Varíola e Vacinação* e *A Violação*

Neste tópico, serão analisadas duas obras de Rodolfo Theófilo que têm em comum serem narrativas de testemunhos da seca. A primeira será *Varíola e Vacinação* em que será destacado o cenário de fome e doença que assolou a capital cearense. A segunda será *A Violação* onde objetiva-se estabelecer uma relação entre a fronteira sutil da loucura e da razão na situação de miséria e desespero em que se encontraram os retirantes.

A obra *Varíola e Vacinação* narra o trabalho realizado por Rodolfo Theófilo, como farmacêutico, no combate a varíola no Ceará. Publicada em início do século XX, ela teve como objetivo expor a importância da vacinação como maneira de evitar surtos de epidemia. Para sensibilizar o leitor, Teófilo rememorou os fatos por ele presenciados referentes à seca de 1877/79, quando Fortaleza foi ocupada por milhares retirantes:

[...]havia em Fortaleza uma população de retirantes superior a cinco mil almas, vivendo completamente desabrigada e da caridade publica.

Esta infeliz gente arranchou-se nos subúrbios da cidade a sombra das poucas arvores, que a secca não havia despido. Outros, entretanto, para evitar o caminho ao centro da capital, onde iam esmolar o pão de cada dia, armavam as rêdes a sombra

¹⁴⁸ Revista do Instituto do Ceará. *Novas Canções Populares – A Seca do Ceará* de Juvenal Galeno. (1878), 1887, p. 65.

¹⁴⁹ As obras mais importantes de Rodolfo Teófilo sobre a seca foram cinco: *A Fome e Violação*, publicadas juntas pela Editora: José Olympio e Academia Cearense de Letras; *História da Seca do Ceará (1877 a 1880)*; *Varíola e vacinação no Ceará* e *História da Seca do Ceará (1877 a 1880)*.

das frondosas mongubeiras de todas as praças da cidade. Era triste e ridículo ao mesmo tempo o espectáculo destes ranchos.

*Rara era a arvore que não tinha em seus galhos mais de dez ou doze tipóias armadas, qual mais suja, mais nojenta, e dentro dellas creanças ou adultos escaveirados, magros como múmias*¹⁵⁰.

O cotidiano, sobretudo do centro da cidade, foi completamente alterado por um espetáculo de pedintes que esmolavam, formando uma massa composta de cegos, órfãos e prostitutas. Rodolfo Theofilo afirma:

Nas ruas que quadros commovedores! O numero de cégos pela varíola era incontavel. Dos lazaretos haviam sahido a mendigar pelas portas, cégos de todas as edades, centenas de infelizes aos quaes as pústulas variólicas haviam inutilizado a córnea.

Eram sem conta também os chaguentos, que para tocarem a piedade dos transeuntes expunham as suas nojentas ulceras, distillando fétida salmoura, impressionando mui desagradavelmente a vista e o olfato.

Entre a turba de esmoleres causava grande pena as creança, os pequeninos, orphãos de pae e mãe, que em companhia de mulheres vadias, de quem eram o ganha-pão, esmolavam cantando¹⁵¹.

Em sua narrativa, o quadro desolador da cidade reapareceu quando expôs a migração de milhares de pessoas do interior para a capital:

Ainda não vão muito longe os tormentosos dias de 1878, em que em dois mezes aquella terrível moléstia [a varíola] matou sómente em Fortaleza **vinte e sete mil tresentos e setenta e oito**¹⁵² pessoas, sendo que em um só dia, 10 de Dezembro, foram inhumados no cemitério da Lagoa-Funda 1004 cadáveres de variolosos.

Pela assombrada cifra de mil e quatro pessoas fallecidas de varíola em Fortaleza em um só dia, pode-se muito bem avaliar a intensidade desta epidemia, a mais mortífera talvez que registra a historia destas pestes.¹⁵³

A obra *Varíola e Vacinação* trata-se de uma narrativa memorialista cujo sentido político esteve evidenciado em vários momentos, entre eles quando o autor responsabilizou o governo local por sua indiferença e negligência frente ao caos social, epidêmico e higiênico por que passava a cidade.

¹⁵⁰ TEÓFILO. R. *Varíola e Vacinação no Ceará*. Fac-símile: Fund. Waldemar Alcântara, 1997, p. 52.

¹⁵¹ TEÓFILO. Rodolfo. *Varíola e Vacinação no Ceará*, p. 39.

¹⁵² TEÓFILO. Rodolfo. *Violação*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: ACL, 1979, Col. Dolor Barreira, p.74. 194, 197 (Grifos do autor).

¹⁵³ TEÓFILO. Rodolfo. *Varíola e vacinação no Ceará*, p. 154.

Rodolfo Teófilo colocava-se como pertencente a uma geração que vivenciou um quadro alarmante de degradação humana. A proposta da obra foi divulgar o trabalho por ele realizado durante a campanha da vacinação contra a varíola para que a doença não oferecesse mais nenhum mal na atualidade, pertencendo apenas a um episódio guardado no âmbito da memória: *della só se fallará como de uma entidade mórbida que existiu, uma moléstia histórica*¹⁵⁴.

A obra *Varíola e Vacinação* não se constituiu como o único registro feito por Theófilo sobre a temática da seca. Na novela *A Violação*, que abordou sobre outra – a de 1862 –, ele narrou uma história de teor ao mesmo tempo testemunhal e ficcional, em que retratou uma *triste cena da bruteza humana*. A história torna-se oportuna de ser analisada por apresentar-se como um indicativo do ambiente de ‘insanidade’ que as privações humanas decorrentes da fome proporcionaram aos indivíduos. Embora a narrativa não aborde diretamente casos de loucura, o quadro é significativamente ‘revelador’ nesse sentido, pois aparecem situações e termos como: *alienação, psicoses, transe, melancolia, desalento, olhar doentio, obcecado*. O episódio se passou durante a epidemia de cólera-morbo, ocorrida na cidade de Maranguape.

A trama principal da história refere-se ao episódio de violação sexual de um cadáver através de um relato permeado de desespero por parte do narrador que fala em primeira pessoa, contando a lembrança de, quando era mais jovem, sua cidade fora acometida pela fome e epidemia, resultando na morte de várias pessoas. Na época, o protagonista estava noivo e também foi mais uma vítima do cólera-morbo. Considerado morto, ele foi levado por coveiros para realizar seu sepultamento. No cemitério, acordou atordoado com a possibilidade de presenciar o próprio enterro e observou que ao seu lado, encontravam-se outros cadáveres a espera do mesmo fim. Seus sentimentos tinham um misto de desespero e repugnância. Entretanto, o que parecia ser o suficiente para um enredo dramático, adensava-se mais ainda, quando o narrador observou que, entre os mortos, estava ao seu lado o corpo da noiva, uma moça de 15 anos.

O que agravou a situação, por si só inusitada, era que os coveiros que iriam fazer o sepultamento da garota, estando completamente embriagados, roubavam-lhe os brincos e anéis. Logo em seguida, rindo, sentaram-se, pegaram um baralho de bolso e começaram a jogar, propondo uma apostando. O que estava em jogo era qual dos dois seria o primeiro a profanar o cadáver. O noivo assistiu toda a cena, mas viu-se impedido de evitar o ato sexual,

¹⁵⁴ TEÓFILO, Rodolfo. *Violação*, p.74, 194, 197, 202.

dos *dois monstros dominados somente pelo instinto bestial*¹⁵⁵, mediante seu estado de confusão e fragilidade física e psicológica. Ao relatar os acontecimentos, o narrador não sabia dizer ao certo se tinha adormecido ou desmaiado. Quando retornou a consciência, não sabia explicar se o que tinha acontecido era verdade ou delírio, mas observou que os dois coveiros, empestados pelo ambiente doentio do cemitério, estavam mortos.

O ápice de *A Violação* é o enredo da narrativa de memória desse rapaz, vítima do cólera, que presenciara a violação da noiva morta. Entretanto, a novela é também um relato de memória do próprio autor, Rodolfo Teófilo, que tomou conhecimento daquele episódio quando era criança, ao ouvir o protagonista da tragédia narrar a história a seu pai. Rodolfo, naquele momento, perguntara ao pai sobre o que os dois conversavam, mas foi-lhe dado como resposta que ele não tinha idade para ouvir tão dolorosa história.

Quando Teófilo retornou à sua cidade natal – já adulto – lembrou da história que lhe despertara a curiosidade na infância. Ele procurou então o rapaz, agora velho e *com um olhar doentio*¹⁵⁶, para saber aquilo que seu pai não havia lhe dito. É nesse momento que o velho narra o enredo da violação.

Há na novela *Violação*, portanto, dois narradores: o primeiro, o próprio autor da novela – Rodolfo Teófilo – e o segundo, o protagonista da tragédia da violação. Antes da exposição da história de necrofilia, Rodolfo Teófilo narrou também, em primeira pessoa, suas lembranças da seca de 1862, quando era garoto. Assim, existem duas narrativas de memória na novela.

Vários pontos convergentes aproximam as duas histórias.

Em primeiro lugar, ambos os personagens têm em suas trajetórias de vida a experiência da seca, ocupando um mesmo cenário de reminiscências atormentadas pelo desespero da morte e do sofrimento. No caso de Rodolfo Teófilo, o sofrimento recaiu quando ele era criança. Também vivenciando a epidemia de cólera-morbo na mesma cidade, ele teve a difícil tarefa de enterrar sua irmã recém-nascida, vitimada pela doença, pois não poderiam fazê-lo nem o pai nem a mãe, ambos abatidos pelo mesmo mal. As experiências de Rodolfo Teófilo e do protagonista do episódio de necrofilia da noiva aproximam-se, pois as memórias de ambos mantiveram-se vivas na atualidade, tornando-se algo que se renovava com o tempo. Os dois narradores estavam unidos pela lembrança de tragédias.

¹⁵⁵ TEÓFILO, Rodolfo. *Violação*, p. 254.

¹⁵⁶ TEÓFILO, Rodolfo. *Violação*, p. 247

Em segundo lugar, o ambiente do cemitério teve uma importância na condução da dramaticidade das duas narrativas, representando seus momentos mais agudos. Nele, ambos os personagens compartilharam o sentimento de abandono, solidão e desespero onde os coveiros bêbados – presentes nos dois relatos – apresentavam-se como a imagem deplorável da condição humana¹⁵⁷.

E finalmente, nas duas narrativas, havia a sensação de loucura e de confusão mental sobre o que era real e o que era alucinação, permeando profundamente as lembranças dos dois personagens. Rodolfo Teófilo afirma:

Por muitos anos, ainda, quando eu tinha um sonho mau, um pesadelo, eram eles os episódios de cólera. Aquelas cenas haviam ficado gravadas dentro de mim talvez para sempre. Com o andar do tempo modificou-se a minha psicose, ficando-me, entretanto, dentro do cérebro, as mesmas imagens, porém, menos nítidas, meio apagadas¹⁵⁸.

A falta de clareza sobre o que era real ou ilusão também foi mencionada pelo narrador da tragédia da violação da noiva quando, em dado momento, ele afirmou que não conseguia observar direito o trajeto que fez ao cemitério. Ele mal enxergava. Contudo, recorrendo ao ‘poder do cérebro’ e desejando permanecer com a razão, afirmou: *O meu cérebro, entretanto, funcionava bem, e pude então avaliar o seu poder*¹⁵⁹. Mais adiante, quando ele acordou, após o episódio da profanação do corpo da noiva, já não tinha mais certezas do que tinha acontecido:

Custei a ter uma noção exata de minha pessoa, do lugar e do tempo. Não posso bem definir o estado de meu espírito quando despertei. Tive uma sensação de vazio na cabeça, depois de atordoamento, idéias se atropelaram, se baralharam em uma confusão de loucura[...] ¹⁶⁰.

Ele admitia o embaraço mental, não sabendo se o que havia acontecido com a noiva foi sonho ou realidade. Entretanto, finalmente reconheceu que o fato fora verdadeiro, o que lhe desencadeou grande desolação e sua memória passou então a virar um pesadelo. *E continuariam a ser para mim um pesadelo aquelas reminiscências, a terem o valor de uma extravagante alucinação, se meus olhos não confirmassem a tristíssima verdade caindo sobre as formas dela completamente expostas*¹⁶¹.

¹⁵⁷ TEÓFILO. Rodolfo. *Violação*, p. 241.

¹⁵⁸ TEÓFILO. Rodolfo. *Violação*. Grifo nosso, pp. 237 e 245.

¹⁵⁹ TEÓFILO. Rodolfo. *Violação*. p. 253.

¹⁶⁰ TEÓFILO. Rodolfo. *Violação*, p. 255.

¹⁶¹ TEÓFILO. Rodolfo. *Violação*, Grifo nosso, p. 256.

O tema da perda da razão é uma questão a ser considerada na novela como um todo. Todos os personagens, em certa medida, estavam atordoados. Desde os dois narradores – marcados pelo sofrimento vivo na memória – aos coveiros, que em seu instinto bestial mostrava que, em cenário de miséria e mortes, a noção de racionalidade e moralidade eram atributos muito frágeis a serem considerados.

Convém neste momento fazer a seguinte reflexão. Se, por um lado, a trama narrada na *A Violação* retratou a história pessoal de dois indivíduos acometidos pela experiência da seca e dos problemas acarretados a partir dela, por outro lado, tais narrativas poderiam ser a história de outros retirantes que estiveram em situação semelhante. A sensação da falta de ‘normalidade’ ou a impressão de viver uma época de ‘insanidade’ e desespero que a seca representou era algo verossímil, sobretudo se for levado em consideração a privação das necessidades humanas básicas como suprir a fome e a sede, ou ainda as situações acometidas aos retirantes, ao contraírem doenças e ao sofrerem humilhações diversas, como tentativas de estupro, práticas de espancamentos, entre outras situações limites, narradas anteriormente.

Rodolfo Teófilo, ao se referir ao ambiente completamente viciado em que o povo esteve submetido diante dos horrores do cenário de morte em decorrência da epidemia de cólera, afirmou: *Nessa crise de assombramento, de **alucinação**, foram grandes as angústias da população flagelada[...]. A paz da existência os havia abandonado na hora angustiada daquele transe*¹⁶².

Assim, os retirantes que se aglomeravam pelas ruas de Fortaleza, aos olhos de uma sociedade atônita pela alteração de seu cotidiano, poderiam ser atribuídos como esmoleres, pedintes, vagabundos e também como alienados ou insanos. Não se pode atribuir como uma mera coincidência o fato de que as obras de construção do asilo São Vicente de Paula fossem intensificadas nos anos da seca de 1877-79.

3. O Início do Processo de Construção do Asilo de Alienados: a problemática da localização definitiva do edifício e a execução das obras.

Logo no primeiro ano da seca, apareceram mudanças quanto ao projeto de construção do asilo de alienados. Fator decisivo, nesse sentido, foi a escolha do local para a realização da obra.

¹⁶² TEÓFILO, Rodolfo. *Violação*. Grifos nossos.

Em julho de 1877, o Capitão Manoel Francisco da Silva Albano e sua esposa, Dona Maria Theófilo Albano, fizeram a doação de um terreno na *estrada empreitada de Arronches*, no valor de 1:000\$000 réis¹⁶³, com o objetivo de lá ser construído o asilo para alienados. A Santa Casa de Misericórdia organizou uma comissão para avaliar o novo local, concluindo que ele estava nas *melhores condições*, pois, além de estar próximo à lagoa de Porangaba, a *extensão superficial do terreno permite ao edifício projectado o maior desenvolvimento*.

Segundo a escritura de doação, lavrada em cartório, o terreno, que fazia parte do sítio dos doadores, estava bem localizado, ocupando uma área *perto da povoação d'este nome, na margem da estrada empedrada, do lado do poente, com fundos correspondentes até a lagoa da Porangaba*. Neste terreno, seria erguido o Asilo de Alienados São Vicente de Paula. No momento que a doação do terreno foi lavrada em cartório, as obras já estavam *em construção adiantada*¹⁶⁴.

Em agosto de 1877, o jornal liberal *O Cearense* noticiou sobre a localização da obra, afirmando que a Santa Casa havia nomeado uma comissão para avaliar o terreno. As condições financeiras para a execução dos trabalhos foram descritas como favoráveis na medida em que, com a economia abalada pela seca, os materiais de construção estiveram com preços baixos, como também assim estiveram os salários dos operários¹⁶⁵. Desta forma, a obra tinha condições de avançar, representando um duplo benefício à população, não somente porque resolveria o problema da circulação de loucos na cidade, como pela utilização da mão de obra dos retirantes, muitas vezes paga somente com gêneros alimentícios. Nesse sentido, a obra pública minimizava o problema da miséria e da falta de trabalho, inserindo os retirantes dentro de uma nova lógica civilizatória, transformando-os na ótica do mundo do trabalho urbano.

Ainda no mesmo mês de agosto de 1877, o jornal *O Cearense* voltou a se referir à comissão escolhida pela Santa Casa de Misericórdia para analisar o local aproximado para a edificação do asilo. A avaliação do terreno doado por Silva Albano foi considerada favorável, na medida em que ele se situava próximo tanto da Via Férrea de Baturité como da lagoa de Porangaba. A justificativa para a escolha do local onde seria erguido o asilo de alienados correspondia à proposta da medicina alienista da época. Segundo o jornal: *esses*

¹⁶³ Escritura de Doação que Fazem o Capitão Manoel Francisco da Silva Albano e sua Mulher á Santa Casa de Misericordia desta Cidade, de um Terreno na Estrada Empreitada de Arronches, para o Edifício do Azilo de Alienados, por 1:000\$000 (Acervo do ASVP).

¹⁶⁴ Escritura de Doação (Acervo do ASVP).

¹⁶⁵ Jornal *O Cearense* 15.08.1877 (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

*estabelecimentos são sempre construídos distantes dos grandes centros de movimento*¹⁶⁶. Assim, o lugar selecionado reafirmava a idéia de que a loucura deveria estar longe do olhar da sociedade, retornando para a condição de invisibilidade que a seca havia retirado.

Após a definição do local para erguer o asilo, foram organizadas pela Santa Casa novas comissões com o objetivo de realizar os preparativos da solenidade de assentamento da pedra fundamental. A mesa administrativa propôs que fosse dirigido um pedido à Princesa Imperial para que ela fosse a protetora do asilo de alienados e convidou paraninfos para a cerimônia religiosa do assentamento¹⁶⁷.

Em sete de setembro de 1877, foi realizado oficialmente o lançamento da pedra fundamental do asilo para alienados.

A historiografia registrou o fato, em duas publicações. A primeira, através da revista do Instituto do Ceará de 1900, quando o historiador João Brígido referiu-se ao evento, como resultado de duas iniciativas, a do *philatropo Visconde de Cauhype* e a do *benemérito coronel Manuel F. Albano* que fez a doação do terreno para edificação da obra¹⁶⁸. O segundo registro se deu através de Barão de Studart, em sua obra *Datas e Fatos para a História do Ceará* no qual novamente o autor referiu-se ao asilo de alienados como resultado da iniciativa de Visconde do Cauhipe e das deliberações da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza¹⁶⁹.

Se a historiografia, por um lado, cumpriu a função memorialista de registrar o fato, o jornal *O Retirante*, por sua vez, noticiou o sete de setembro – data do lançamento da pedra fundamental do asilo de alienados – salientando a importância da obra. Em seu tom costumeiramente combativo, *O Retirante* afirmou que, se a loucura era tratada com indiferença pelo governo, a caridade, entretanto, acolhia as *lagrimas da indignação* e a *loucura vai encontrar asylo*. Segundo o jornal: *O dia de hoje é e será sempre um dia solemne para este povo que sofre, para esta província que espera seu grande futuro*. Visconde de Cauhipe foi mais uma vez lembrado e homenageado não só pela importância que o asilo representava para a atualidade, como pela gratidão com que a *geração futura* sentiria por ele, afirmando o jornal que, *se passam curtos os dias de uma existência, contudo, perdura a memória dos benfeitores da humanidade*.

¹⁶⁶ *O Cearense* 28.08.1877. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

¹⁶⁷ Sessão de 16/08/77, p. 23; Ss: 27/08/77, p. 24; Ss: 04/10/77, p. 24; Ss: 18/10/77, p. 25; Ss: 25/10/77, p.25; Ss: 13/12/77, p.28; Ss: 24/01/78, p.29; Ss. 04.01.78, p 30; do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: SCM).

¹⁶⁸ BRÍGIDO, João. Revista do Instituto do Ceará, *Ephemeridades do Ceará – Parte II*, de 1900, p. 216.

¹⁶⁹ STUDART, *Datas e Fatos para História do Ceará*, p. 234.

Através da análise do discurso do *O Retirante*, observa-se que o lugar que ocupou a loucura na sociedade fortalezense girava em torno das noções de visibilidade e invisibilidade. Isto se torna perceptível se for analisado o conteúdo da matéria publicada em homenagem a Visconde de Cauhipe através da qual é suscitado o momento em que ele havia idealizado o projeto de construção do asilo de alienados. Ou seja, no início da década de 1870, o período era favorável economicamente para a construção de um asilo, entretanto a obra não foi considerada uma prioridade para as autoridades públicas – embora houvesse demanda – porque os loucos não representavam um grande incômodo ou perigo socialmente. Desta forma, a iniciativa de Cauhipe ganhou uma dimensão humanitária ainda maior para seus contemporâneos, pois significou um sentimento de sensibilidade em relação à questão da loucura, numa época em que a caridade particular e instituições públicas mostravam-se indiferentes à mesma.

Na epocha de abastança em que elle [Visconde do Cauhipe] estudou a chaga de nossa sociedade que precisava de mais urgente amparo – a loucura – desprotegida pelo escarneo de uns, pelo susto de outros, pela indiferença de muitos, sem duvida devera impressionar mais o seu espírito.

Entretanto, quando os episódios extraordinários como a seca iniciaram, a loucura saiu de sua condição de não notoriedade para se tornar um problema social. Assim, o jornal estabeleceu uma relação entre a ‘indigência’ e a ‘insanidade’ ao reportar-se sobre os benefícios que traria o asilo para alienados, pois proporcionaria o tratamento diferenciado aos *infelizes retirantes, a quem o governo nega até a esmola do trabalho com que mantenham a existência*¹⁷⁰. Isto é, o termo utilizado pelo jornal para tratar dos indivíduos beneficiados com a construção do asilo foi *infelizes retirantes* e não os loucos, propriamente ditos.

Torna-se oportuno considerar que a construção de um asilo para alienados representou não necessariamente o recolhimento dos ‘loucos’, mas de um leque maior de pessoas que, dentro de um cenário de miséria e desespero, poderiam ser identificadas como tal. O limite entre a condição de extrema pobreza e a insanidade parecia ser muito sutil. E assim, a loucura passava a ocupar outro lugar e significado, sendo mais que um problema da ordem da saúde – e mais que uma doença mental – tornando-se um problema social e urbano que deveria ser sanado.

No auge da seca, em 1878, a obra do asilo de alienados São Vicente de Paula esteve em pleno andamento e, com uma condição financeira diferente da apresentada antes do início do

¹⁷⁰ Jornal *O Retirante*, 09.09.1877, p. 1. (Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

flagelo, ela recebeu o capital de 12:536\$259 reis, além da quantia extra de 2:666\$971 *proveniente de juros e diversas doações*. Os trabalhos continuaram e as verbas entraram, obtendo a obra naquele ano o montante de 27:185\$167 reis. Segundo esclareceu o presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros em mensagem enviada à Assembléia Provincial, havia ainda a necessidade de arrecadar a quantia de 18:018\$063. Entretanto, o tom otimista sobre os trabalhos reapareceu nos relatórios oficiais, ao considerar Albuquerque Barros que em *breve*, se o hospício não tiver sido concluído, ao menos ele terá *condições de ir servindo ao seu fim altamente humanitário*¹⁷¹.

Notificando um quadro financeiro e estrutural favorável, o relatório evidenciou que a obra passava por mudanças, deixando de ser somente mais uma idéia de pessoas *bem intencionadas* que objetivavam promover a caridade, para tornar-se uma obra pública do governo provincial, em real execução. No item intitulado, *Obras Diversas da Capital*, a obra foi referida como estando *bastante adiantada e tem sido executada com segurança e perfeição*¹⁷².

Os trabalhos de construção do asilo, iniciados efetivamente, tiveram que conviver com outras prioridades naquele momento, como o atendimento do número de retirantes que começou a crescer em Fortaleza e que procurava a Santa Casa de Misericórdia.

Em fins de 1877 e nos primeiros meses de 1878, a Santa Casa, ao mesmo tempo que objetivou impulsionar a obra do asilo de alienados, necessitou aumentar internamente suas dependências para atender à demanda de pessoas advindas de várias localidades do Ceará. Nesse sentido, ela recorreu ao presidente da Província, através de uma comissão, para comunicá-lo que o hospital não possuía espaço para abrigar mais doentes e, que era necessário fazer algo, rapidamente. A solução encontrada pela mesa administrativa foi construir mais uma enfermaria. Compras de tijolos de alvenaria foram feitas, utilizando-se no trabalho a própria mão de obra retirante¹⁷³. A seca dava sinais de incômodo à mesa administrativa que se assustou com o número crescente de mortalidade nas enfermarias, correspondente a uma média diária de vinte pessoas. Além de aumentar suas dependências, a Santa Casa precisou de mais pessoas para ajudar no trabalho dos coveiros do cemitério público para enterrar os

¹⁷¹ Fala do Presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878, item *Santa Casa de Misericórdia*, p. 36.

¹⁷² Fala de José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878, item *Obras Diversas da Capital*, pp. 60-2.

¹⁷³ Sessão de 13.12.1877, p. 28; Ss: 20.12.77, p. 28; Ss: 07.01.78, p.29; do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: SCM).

mortos e, como se tal medida não fosse o suficiente, necessitou, posteriormente, aumentar o próprio cemitério, utilizando-se mais uma vez da mão de obra retirante, que recebia uma diária de 500 réis ou somente alimentação, também chamada de rações¹⁷⁴.

A situação difícil porque passou a mesa administrativa, através dos registros crescentes no número de doentes e mortos, correspondeu apenas ao início de um quadro de flagelo, cujas proporções tornaram-se bem maiores em janeiro de 1878, quando a mortalidade mensal de doentes na capital apresentou uma média de 1.500 pessoas, segundo o vice-provedor Silva Albano, em ofício ao presidente da Província, João José Ferreira Aguiar.

Incapacidade das enfermarias do estabelecimento para continuação de recebimento de doentes, cujo numero avulta consideravelmente serviço extraordinário na condução de cadáveres para o Cemiterio, e a cargo da empresa funerária, obrigando actualmente aos mais penosos sacrificios, incapacidade do Cemitério para conter em tempo mui próximo os que forem ali levados a inhumação¹⁷⁵.

Paralelo às reformas da Santa Casa e do cemitério, as obras do asilo de alienados continuaram em andamento, mesmo com muitas dificuldades, tendo como recursos os donativos e os resultados da extração das loterias. Assim, em ofício da Santa Casa de 30 de setembro de 1878, o vice-provedor fez um balanço da receita e despesa do ano anterior, afirmando que a obra estava *em estado de grande adiantamento*¹⁷⁶.

Através de uma minuciosa descrição sobre o trabalho realizado no terreno do asilo de alienados, Silva Albano fez considerações acerca de como a obra deveria ser conduzida, sendo construída pelas partes do fundo e não da frente do terreno, aproximando o asilo de alienados da lagoa de Porangaba. Ele afirmou:

O edificio em construcção mede 66 metros ou 300 palmas de frente sobre 11m ou 50 pes de fundo [...]. O lanço da frente consta 14 compartimentos assim distribuídos; um vestíbulo no centro, 4 salas para alienados de cada lado do vestíbulo, 5 quartos.

Há ainda alem dessas peças dous grandes compartimentos para a enfermaria e cosinha[...].

Todas as sessões serão construídas com dimensões iguaes.

¹⁷⁴ Sessão de 28.11.1877, p. 27, Ss. 28.01.78, p. 30; Ss. 14.02.78, p. 31, do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: SCM).

¹⁷⁵ Livro de Correspondência Oficial, nº 2, de 29 de janeiro de 1878. (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

¹⁷⁶ Livro de Correspondência Oficial, nº 2, de 30 de setembro de 1878, p. 18. (Acervo: APC).

O relatório destacou *as melhores condições higiênicas* do asilo onde o *pavimento do edifício é elevado* e ressaltou que a *fachada principal se acha quase concluída*¹⁷⁷. Contudo, alguns trabalhos estavam pouco adiantados, como o *serviço de capinagem*.

Sobre a questão financeira, ressaltou a necessidade de continuar a obra enquanto recursos existissem, pois muito dinheiro já tinha sido empregado, *cerca de trinta contos*. A empolgação do relator foi perceptível em vários momentos, não somente acerca do terreno que se destacou por possuir um excelente poço que deveria *resistir as mais prolongadas seccas*, como sobre a importância da obra no sentido humanitário que ela proporcionaria ao Ceará, estando condizente com as demais Províncias brasileiras que já possuíam um hospício para loucos. *Toda a dificuldade me parece será no começo e estou convencido de que assim como em outras províncias, o Ceará há de também por sua vez poder colaborar uma grande obra humanitária, tornando a si o caridoso encargo de tratar dos que mais soffrem*¹⁷⁸.

Emitindo gratidão aos poderes públicos e a caridade particular, Silva Albano ratificou: *o amplo e generoso concurso com que si entrou para a obra esses dois segmentos sociais*¹⁷⁹.

Um fato curioso apareceu como problemática para a mesa administrativa da Santa Casa no ano de 1878, e que ela provavelmente não contava. Tratava de uma dívida contraída pelo finado Visconde de Caiuhpe referente à extração de bilhetes de loteria em benefício do asilo de alienados, no valor de 2:019\$000 réis. A mesa administrativa, após discutir a matéria em reuniões, procurou mais de uma vez a família do ex-vice-provedor, para lhe fazer a cobrança do dinheiro, nomeando um procurador, sem, contudo, obter êxito¹⁸⁰.

A questão da dívida perdurou durante todo o período da seca. Em 2 de setembro de 1880, o mordomo tesoureiro informou à mesa administrativa que o Barão de Ibiapaba – irmão e inventariante dos bens de Visconde de Caiuhpe – afirmou que este não havia deixado nenhuma dívida, *por nada constar dos livros do referido finado*. Mas, a mesa não satisfeita com a resposta, deliberou cobrá-la judicialmente, *caso não se possa conseguir amigavelmente*. A mesa esteve segura da dívida, pois no Diário de 1876 da Santa Casa havia sido registrado tal débito. Ela resolveu, então, reproduzir em ata de sessão ordinária o texto minucioso de todas as extrações de loterias, com seus respectivos valores, que ocorreram no

¹⁷⁷ Livro de Correspondência Oficial, de 30 de setembro de 1878, p.18. (Acervo: APC).

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ Sessão de 09.05.78, p. 36; Ss.18.08.1878, p. 41, Ss., do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: SCM). Sessão de 24.04.1879, p.13 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

ano de 1876. Tendo de posse essa prova do débito, ela deliberou que fosse encaminhado o processo judicial de cobrança da dívida à família.

Resolveo-se que o Sr. Dr. Procurador geral, reunindo todas as provas de semelhante debito, promova quanto antes e pelos meios legaes a referida cobrança, tendo muito em attenção os embaraços com que lucha actualmente a Santa Casa para satisfação dos seos encargos.¹⁸¹

Os embaraços que o mordomo relator se referiu trataram-se das dificuldades financeiras que sempre a Santa Casa vivenciou ao longo de sua história. Entretanto, pode-se imaginar o desconforto que esta dívida deve ter causado à mesa administrativa, tendo em vista que estava sendo cobrado dinheiro à família de um ex-vice-provedor que, além de ter sido aplaudido e reverenciado como o grande responsável pela ideia de construção da obra do asilo, não estava mais vivo para se defender. Desconforto maior se for analisado que o processo de cobrança arrastou-se desde 1878 e somente após dois anos, a mesa administrativa decidiu entrar judicialmente no caso, nomeando advogado para defender o processo¹⁸².

O quadro financeiro da Santa Casa não era favorável e a seca agravou mais ainda a situação. Em 1879, o presidente da Província enviou um ofício ao hospital da misericórdia, mostrando que havia uma condição desfavorável financeiramente em todo o País, pedindo para que ela reduzisse suas despesas com os enfermos indigentes, além de informar quantos estavam em tratamento por conta do Governo. A mesa regedora, em resposta, reuniu-se em sessão extraordinária, contabilizou cento e cinquenta doentes nesta situação e afirmou ter espaço para recolher mais cinquenta, seu limite máximo. Acatando ao pedido do presidente, ela deliberou então que as despesas com medicamentos e a diária do tratamento de cada doente fossem reduzidas¹⁸³.

Mesmo com um quadro econômico negativo durante a seca dos três anos, algumas despesas internas chamaram a atenção dos membros da mesa administrativa do hospital, como ocorreu em setembro de 1878, com a compra de objetos de decoração para a capela feita pela irmã superiora através da qual, após ter efetuado a despesa, apresentou a conta a ser paga pelo hospital. A irmã foi advertida para que tal procedimento não se repetisse sem a devida autorização da mesa. Como o hospital não tinha verba para pagar a compra, a mesa

¹⁸¹ Sessão de 2 de setembro de 1880, p.45 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

¹⁸² Sessão de 7 de outubro de 1880, p.47 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

¹⁸³ Sessão Extraordinária de 28 de outubro de 1879, p.25 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

administrativa encaminhou a conta ao presidente da Província para que ele pudesse quitá-la¹⁸⁴.

Em 1879, a Santa Casa anunciou outra despesa, prevista para o hospital em tempos de estabilidade econômica, mas que poderia pesar aos seus cofres devido às circunstâncias atípicas porque passava a Província. Tratou-se da festa religiosa decorrente do aniversário da Irmandade, no dia 14 de março, quando, tradicionalmente, era feita a cerimônia de posse da nova mesa administrativa. A irmã superiora reclamou ao mordomo responsável pela capela, o senhor Câmara, para que houvesse uma missa cantada e que fosse comprado um círio para a capela, sendo atendida. Entretanto, não somente das demandas da capela ocupou-se a irmã de caridade. Em mesma sessão ordinária, ela solicitou que fosse providenciada a compra de fazenda para a roupa dos doentes das enfermarias, obtendo também autorização¹⁸⁵.

Os anos de seca foram difíceis para o hospital e, assim como o presidente da Província solicitou à Santa Casa a diminuição de suas despesas, a Empresa Funerária – pertencente àquela – também foi orientada para que reduzisse o número de funcionários e de seus vencimentos. Contudo, posta a questão em votação durante reunião da mesa administrativa, foi mantida não somente a permanência do número de empregados como foram inalterados seus ordenados¹⁸⁶.

A conservação dos funcionários e de seus vencimentos pode ser justificada pelo volume de trabalho que eles tiveram com o número elevado de indigentes aglomerados pela cidade. Assim, mesmo em época de dificuldades econômicas, foi necessário manter as mínimas condições de trabalho. Condições estas que o médico Meton de Alencar abordou em uma das reuniões ordinárias em 1880, quando após o fim da seca solicitou que ele fosse designado para outras enfermarias onde o trabalho fosse menos exaustivo, haja vista que desejava *descansar por alguns tempos do penoso serviço de cirurgia*. A mesa administrativa da Santa Casa decidiu então que os médicos se revezassem mensalmente naquele setor¹⁸⁷.

Passado o flagelo da seca, os três médicos do hospital – Meton de Alencar, João da Rocha Moreira e Pedro Augusto Borges – solicitaram uma gratificação de quarenta mil réis mensais referentes ao trabalho *excessivo que tiveram no tratamento de crescido numero de emigrante* realizado de fevereiro de 1878 a dezembro de 1879, alcançando resposta favorável da mesa

¹⁸⁴ Sessão de 26 de setembro de 1878, p.47 do Livro de Atas de 12 de setembro de 1875 (Acervo: SCM).

¹⁸⁵ Sessão de 06 de março de 1879, p.08 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

¹⁸⁶ Sessão de 18 de dezembro de 1879, p.27 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

¹⁸⁷ Sessão de 15 de janeiro de 1880, p.28 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

administrativa¹⁸⁸. O reconhecimento do trabalho dos três médicos já tinha sido registrado pela irmã superiora em 1878, quando ela considerou que o exercício de suas atividades tinha se desempenhado com *zelo e dedicação* posto que *caridosamente cuidão dos doentes que neste Estabelecimento vem buscar alivio a seus males*¹⁸⁹.

No que se refere ao asilo de alienados, mesmo com a falta de recursos e com a dívida de mais de dois contos de réis deixada pelo Visconde de Cauhipe, as obras permaneceram em andamento e, em sessão extraordinária de 17 de maio de 1880, o relator afirmou ser possível sua inauguração o mais brevemente se, para isso obtivesse, naquele momento, mais recursos como a extração de duas loterias¹⁹⁰.

Torna-se importante estabelecer paralelos entre os cenários, local e nacional, no que se refere ao tratamento dado à institucionalização da loucura e observar como o tempo da história é múltiplo e diverso. Enquanto em 1879, houve um esforço no sentido de realizar a construção do asilo para alienados no Ceará – a primeira tentativa oficial que visou oferecer um lugar específico para abrigo dos loucos – no mesmo ano, segundo a historiadora Magali Engel, surgiu o curso de clínica psiquiátrica na seção de ciências médicas das Faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, numa demonstração de que as discussões acadêmicas estavam avançadas naquelas Províncias (ENGEL: 2001, p.134), enquanto na capital cearense a questão emergencial era ainda a de construir o espaço asilar para a loucura.

Se o tempo histórico é diferente, as demandas de cada espaço também o são. Enquanto em São Paulo, a historiadora Maria Clementina Cunha justifica a criação de um asilo para alienados a partir do crescimento econômico e populacional da cidade, a experiência de Fortaleza apresentou outra configuração social. O crescimento populacional também ocorreu, mas motivado não por um desenvolvimento positivo da economia, mas por um quadro de miséria e crises em todos os setores da atividade produtiva, como comércio, indústria, agricultura e pecuária, decorrentes do flagelo da seca.

O tema historiográfico da loucura em São Paulo constitui-se de uma perspectiva teórica voltada para a medicina social urbana na qual é estabelecida uma relação muito próxima entre a alienação e o desenvolvimento da sociedade burguesa. Esta impunha novas formas de socialização e controle social frente ao proletariado e demais sujeitos sociais, a

¹⁸⁸ Sessão de 12 de fevereiro de 1880, p.29 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

¹⁸⁹ Sessão de 30 de setembro de 1878, p.18 do Livro de Atas de 27 de julho de 1877 (Acervo: SCM).

¹⁹⁰ Sessão extraordinária de 17 de maio de 1880, p.38 do Livro de Atas de outubro de 1878 (Acervo: SCM).

partir de um cenário em que a pobreza urbana crescia juntamente com os loucos que estavam também perambulando pelas ruas, fazendo parte de uma mesma *paisagem ameaçadora da multidão* (CUNHA: 1986, p.46). A desordem social que os loucos representavam na cidade foi um dos fatores responsáveis para a construção do Hospício do Juquery, constituindo-se em outras experiências e práticas sociais na cidade de São Paulo.

A proposta das autoridades públicas de Fortaleza em oferecer abrigo aos loucos esteve inserida em um cenário no qual não só estes sujeitos, mas outros indesejados socialmente ocuparam igual espaço perturbador da ordem pública, em consequência da seca: como os mendigos, órfãos e doentes, em geral. Neste sentido, se houve a intenção das ‘caridades’ pública e privada em criar um espaço para a construção do asilo de alienados, este não representou um projeto único das elites da cidade. Além dele, mais duas instituições foram planejadas com a mesma perspectiva: uma, visando oferecer abrigo aos mendigos e desvalidos em geral e a outra, objetivando recolher os órfãos da seca, respectivamente elas se denominaram, o Asilo de Mendicidade e a Colônia Orfanológica Cristina.

4. Instituições de Assistência aos Retirantes da Seca: o Asilo de Mendicidade e a Colônia Orfanológica Christina

Após o início da seca, o governo provincial demonstrou intenção em construir um asilo para abrigar mendigos. Em julho de 1877, o presidente da Província nomeou uma comissão para arrecadar donativos para a obra¹⁹¹ e no dia 2 de dezembro, a primeira pedra fundamental havia sido lançada. Novamente, a iniciativa da obra foi atribuída a uma única pessoa; dessa vez, ao ex vice-provedor da Santa Casa, Joaquim da Cunha Freire – o Barão de Ibiapaba –, que tinha feito a doação de 10:000\$000 réis e o terreno para a fundação do edifício¹⁹².

Joaquim da Cunha Freire era irmão de Severino da Cunha Freire, o Visconde de Cauhape e ‘idealizador’ do asilo para alienados. Assim como ocorreu com Severino da Cunha Freire, alguns intelectuais também prestaram homenagem ao Joaquim, por sua iniciativa. O escritor Antônio Sales, em *Novos Retratos e Lembranças*, fez um pequeno ‘histórico’ sobre o Barão de Ibiapaba, afirmando que ele havia feito fortuna com o comércio de algodão,

¹⁹¹ TEÓFILO, Rodolfo. *História da Seca no Ceará, (1877 a 1880)*. RJ: Imprensa Inglesa, 1922, p. 105.

¹⁹² Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878, item *Azylo de Mendicidade*, p. 36.

construindo a Casa Severiano Ribeiro da Cunha & Irmão, considerada a *mais importante do Estado*.

Multimilionário, ele tinha muito prestígio entre a facção político-partidária conservadora, denominada *Graúda*. Foi várias vezes vice-presidente da Província, assumindo interinamente a presidência no ano de 1874¹⁹³. Foi ainda um dos nomes importantes na fundação da via férrea de Baturité como um dos dirigentes de Empresa Privada no período correspondente a 1870 e 1876 (Lima: 2007, p.185). Recebeu o título de Barão pelo Imperador, enquanto seu irmão foi condecorado a Visconde pelo rei de Portugal. Segundo Antônio Sales, havia diferenças entre os dois irmãos, enquanto Joaquim não era um homem culto e nem *sempre generoso*, Severiano era mais *instruído, de gostos apurados, filantropo[...]*¹⁹⁴.

De forma semelhante ao que ocorreu com o asilo para alienados, a obra do Asilo de Mendicidade, situado no Outeiro da Prainha¹⁹⁵, esteve em fase *bastante adiantada* no período da seca, não sendo interrompida desde seu início. No relatório do presidente da Província, João José Ferreira de Aguiar acreditou que sua execução seria rápida tendo em vista que os recursos existiam¹⁹⁶, seja através donativos de particulares seja através da ajuda advinda dos socorros públicos¹⁹⁷.

A imprensa cedeu espaço à construção da obra. O jornal *O Retirante*, em perspectiva politicamente opositora ao governo provincial, ironizou o jornal conservador *Constituição*, afirmando que governo estava muito caridoso e *até já prega sermões de lagrymas*. Apesar de fazer críticas à administração provincial, *O Retirante* reconheceu ser o projeto uma boa ideia para a cidade¹⁹⁸.

O jornal liberal *O Cearense* também defendeu a urgência do asilo para mendigos. Entretanto, o foco do seu discurso foi voltado para a crítica às ações consideradas como um atentado aos bons costumes, praticados por esmoleres que proliferaram pela cidade. Ações estas consideradas *imorais e repugnantes* porque nem sempre os que pediam esmolas eram realmente mendigos. Segundo a historiadora Josinete Souza, referindo-se à matéria do jornal

¹⁹³ SALES, Antonio. *Novos Retratos e Lembranças*. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1995. Coleção: Alagadiço Novo, 1995, p. 36.

¹⁹⁴ SALES, Antonio, idem, p. 34.

¹⁹⁵ TEÓFILO Rodolfo. *História da Seca do Ceará (1877 a 1880)*, p. 135.

¹⁹⁶ Relatório do presidente da Província, João José Ferreira de Aguiar de 22 de fevereiro de 1878, item: *Asylo de Mendicidade*, p. 7.

¹⁹⁷ TEÓFILO Rodolfo. *História da Seca do Ceará (1877 a 1880)*, p. 135.

¹⁹⁸ *O Retirante (1877): 15 de junho*: “Um pouco de Tudo”, p. 4 (Setor de Microfilmagem da BPMP).

O Cearense, a construção do asilo de mendicidade colocaria um fim a *essa nojenta especulação, que envolve a caridade no manto da esperança e affasta da esmola os verdadeiros necessitados* (SOUZA, p.37). Ou seja, através da fundação do asilo de mendicidade seria possível distinguir os verdadeiros dos falsos mendigos que, segundo o jornal, tendo essas pessoas condições de trabalhar, aproveitavam-se da situação de penúria da cidade para conseguirem a caridade pública.

As práticas dos maltrapilhos que vagavam pela capital incomodavam seus moradores e infringiam os códigos de postura, causando desconforto para as elites que observavam as ações violáveis às boas maneiras da convivência social. Mesmo em época extraordinária como a da seca, os Códigos de Postura continuaram existindo e eram muito claros em seus artigos. Era vedado aos indivíduos, entre outras práticas, promover disputas em controvérsias nas ruas, praticar atos obscenos, *andar pelas ruas indecentemente vestido, deixando de trazer, pelo menos, camisa e calça, sendo aquella por dentro desta*¹⁹⁹; medidas estas que se tornaram completamente descabidas de serem cumpridas no ambiente em que era comum pessoas andarem seminuas pelas ruas.

Se, por um lado, foi difícil controlar o espetáculo que feria as boas maneiras, por outro, era necessário recolher os mendigos em abrigo próprio posto que o número de pedintes cresceu tão verticalmente que o sábado foi ‘instituído’ como o dia das esmolas. Segundo Rodolfo Theofilo, algumas categorias de trabalhadores como as lavadeiras deixavam de trabalhar neste dia da semana para ir de porta em porta pedir ajuda. Na obra, *Variola e Vacina no Ceará*, Theofilo afirma:

Hoje, nos dias de sabbado, vê-se uma procissão de esmoleres, rua abaixo e rua acima, e tão crescida que espanta. A falta de brio da arraia miúda em Fortaleza, chegou a ponto de santificarem o sabbado.

Reservam este dia para as esmolas. Já me haviam dito isto, que achei extravagante, mas depois verifiquei ser verdade.

As lavadeiras, por exemplo, não trabalham nos sabbados, pedem esmolas. Posso isso afirmar de visu porquanto as lavadeiras são os poços a flor da terra dessemidados pelas areias de Fortaleza, e todas as vezes que por elles passei no mencionado dia não vi uma lavadeira sequer²⁰⁰.

¹⁹⁹ Código de Postura da Comarca Municipal de Fortaleza, aprovado em Resolução n.º. 1818 do 1º de fevereiro de 1879, n.º. 49; Título 6º “Medidas Preventivas”; capítulo 2º. “Bulhas, Voserias, Obsenidades e Offensas a Moral”; artº 98, p. 119 (Acervo do Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel; Leis do Ceará, de 1876 à 1897.

²⁰⁰ TEÓFILO, R. *Variola e Vacinação no Ceará*. Fac-símile: Fund.Waldemar Alcântara, 1997, p. 117.

Destarte, o projeto de construção do Asilo de Mendicidade visou oferecer uma resposta a uma situação de mendicidade crescente e desordenada em Fortaleza. Outro projeto em construção, o da Colônia Orfanológica Christina, seguiu a mesma perspectiva, não em relação aos mendigos, mas aos órfãos desvalidos da cidade.

Segundo o historiador Guilherme Studart, a Colônia Orfanológica Christina foi uma instituição que visou recolher meninos e meninas com idade entre 7 a 12 anos, na condição de *orphãos e ingênuos cearenses desvalidos*, oferecendo-lhe *abrigo, educação e amparo*²⁰¹ gratuitamente. A seca foi novamente apontada como decisiva para a concretização da obra. De acordo com a lei provincial nº. 1876 de 11 de novembro de 1879, tornou-se *urgente* oferecer um asilo e uma *conveniente educação aos orphãos que as calamidades da secca e da peste grassaram nesta província durante três annos*²⁰².

O personagem mencionado com destaque para a efetivação da obra foi o Comendador Luiz Ribeiro da Cunha que, segundo Barão de Studart, fez a doação, em 1880, de cerca de quatro léguas quadradas de terras no local denominado de Canafístula. Em recompensa, ele ganhou o título da Ordem da Rosa dado pelo governo imperial. Homem que fez *carreira comercial*, construindo *grande fortuna*²⁰³, Luiz Ribeiro da Cunha, além do terreno, doou todos os gados *existentes na mesma fazenda*²⁰⁴.

As terras estiveram localizadas em Canafístula no município de Acarape, a 45 quilômetros de Fortaleza e atravessadas por uma das estações da Estrada de Ferro de Baturité²⁰⁵. O terreno foi avaliado positivamente em *qualidade e vastidão*, possuindo uma série de vantagens geográficas, como: *compreendendo serras e extensas planícies, a riqueza das mattas, as benfeitorias já existentes, entre as quais algumas casas, cercados e plantações*. Estas foram, *além da facilidade dos transportes*, as razões apontadas pelo presidente da Província, José Júlio Albuquerque Barros, em discurso dirigido à Assembléia Provincial, para escolha do local para erguer a Colônia Orfanológica Christina, onde também seria construída uma capela²⁰⁶.

²⁰¹ STUDART, *Datas e Fatos para História do Ceará*, p. 271.

²⁰² STUDART, *Datas e Fatos para História do Ceará*, p.274.

²⁰³ Revista do Instituto do Ceará, *Estrangeiros e Ceará*, 1922, p. 384.

²⁰⁴ Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de julho de 1880, *Colônia Orphanologica*, p. 30.

²⁰⁵ TEÓFILO, R. *História da Seca do Ceará (1877 a 1880)*, p. 51.

²⁰⁶ Fala do presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de julho de 1880, *Colônia Orphanologica*, p. 30.

Ao contrário do São Vicente de Paula que se tornou na década de 1880 a primeira instituição voltada para a loucura, houve em Fortaleza algumas tentativas de construção de estabelecimentos direcionados para o recolhimento da infância pobre. Uma das mais antigas foi o Asilo de Educando Artífices, surgido na década de 1850, possuindo vida efêmera. Anos depois, em 1865, no mesmo prédio fundou-se o Colégio da Imaculada Conceição, destinado à educação, instrução moral e intelectual de meninas e moças, ricas e pobres (Souza, p.47) ²⁰⁷. Praticamente, este foi o único estabelecimento existente na cidade voltado para a orfandade pobre antes da seca de 1877-79.

Entretanto, durante o flagelo, *augmentou extraordinariamente o numero de infelizes orphãs* em Fortaleza, necessitando o Colégio Imaculada Conceição de crescimento no número das verbas²⁰⁸. Segundo Josinete Souza, neste período, a preocupação com a criança órfã tornou-se mais evidente (Souza, p.27), levando o governo provincial a pensar na criação de uma nova instituição voltada para este público, já que a que existia não comportava mais a demanda.

A Colônia Christina teve como modelo de inspiração a Colônia Agrícola Izabel, localizada em Pernambuco, que segundo a historiadora Adlene Arantes, fundada pelos Missionários Capuchinhos, ela teve como *principal objetivo formar cidadãos úteis a si próprios e ao seu país*, recebendo meninos, divididos nas categorias de *pensionistas e gratuitos*, entre os quais incluíram os órfãos desvalidos. Os meninos deveriam dedicar-se alguma ocupação de trabalho nas oficinas ofertadas, de acordo com suas vocações. Contudo, *mesmo sem demonstrar interesse*, todos eram obrigados a participar oficina de agricultura ²⁰⁹.

A proposta da Colônia Christina no Ceará também objetivou oferecer ocupação útil aos asilados, promovendo o ensino profissional. Na Colônia, eles deveriam plantar cereais, legumes, algodão e mandioca, quando houvesse expectativa de colheita regular. O investimento das autoridades públicas não foi pequeno, pois além de casas, o governo provincial providenciou a construção de dois açudes no local.

A instalação da Colônia Christina ocorreu em 13 de junho de 1880, durante a administração do presidente de Província, José Júlio de Albuquerque Barros. Naquele ano, havia 55 asilados, mas existiam ainda crianças esperando serem recolhidas, permanecendo

²⁰⁷ O Colégio mudou de prédio para o Bairro do Outeiro (hoje, Aldeota) (Souza, p. 47).

²⁰⁸ Fala do presidente da Província José Julio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878, item: *Collegio da Immaculada Conceição*, p. 34.

²⁰⁹ ARANTES, Silva, Adlene. *Educação de Crianças Desvalidas na Província de Pernambuco no Século XIX*. <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT21-4093--Int.pdf>

provisoriamente no abarracamento de Jacarecanga onde, segundo o relatório da Presidência, já recebiam educação. Neste abarracamento, havia 135 menores de 12 anos, abrigados em uma escola e 79 órfãos maiores de 12 anos, recolhidos numa casa contígua no mesmo abarracamento²¹⁰. Outros órfãos que não foram conduzidos para a Colônia, estiveram internados na Santa Casa de Misericórdia²¹¹.

A Colônia acolheu filhas livres de mulheres escravas que ficaram *á cargo do Estado*²¹². Mas também recebeu crianças cujos pais tiveram condições de pagar e dar-lhes educação. O trabalho interno foi dividido entre sexos e a educação também teve tratamento diferenciado no qual os meninos receberam os ensinamentos primário e secundário, enquanto as meninas tiveram apenas a educação primária (SOUZA, p. 59).

Rodolfo Teófilo demonstrou preocupação acerca da durabilidade da Colônia Christina, pois pontuou que além dos recursos provinciais, era necessário financiamento do governo geral com a manutenção da instituição.

Receamos pela vida da colônia, porquanto auxiliada unicamente pelos recursos da província, não poderá ir muito longe. Não será em cinco annos, embora voltando estações regulares, que o Ceará se há de restabelecer, e, n'este período, se o governo geral não auxiliar a colônia, ella tem de extinguir-se²¹³.

Apesar das reservas e ponderações feitas por Rodolfo Teófilo, convém destacar que, das três instituições projetadas nesse período voltadas para os indivíduos à margem da sociedade – alienados, mendigos e órfãos – a Colônia Christina foi a única finalizada ainda sob o ambiente da seca, sendo fundada em 1880, enquanto os asilos de alienados e de mendicância só tiveram inauguração em 1886.

Em termos de financiamentos, além das doações individuais e coletivas as três instituições receberam recursos das loterias realizadas pelo governo provincial durante seu processo de construção. Desde 1875, antes, portanto do início do flagelo, algumas loterias foram destinadas ao asilo de alienados²¹⁴. Em setembro de 1876, quatro no valor de trinta

²¹⁰ Fala de José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléa Provincial de 1 de julho de 1880, *Colônia Orphanologica*, p. 30.

²¹¹ Fala de José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléa Provincial de 1 de julho de 1880, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 37.

²¹² Fala de José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléa Provincial de 1 de julho de 1880, *Colônia Orphanologica*, p. 30.

²¹³ TEÓFILO, Rodolfo. *História da Seca do Ceará (1877 a 1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. R. Teófilo, p. 358.

²¹⁴ Fala do presidente da Província, Esmerino Gomes Parente à Assembléa Provincial, de 2 de julho de 1875, item: *Asilo de Alienados*, p. 20.

contos de réis cada uma, divididas em três mil bilhetes, foram cedidas em benefício do mesmo estabelecimento²¹⁵. Em agosto de 1800, foram concedidas duas loterias, no valor de trinta contos de reis, em favor da Colônia Christina²¹⁶. Em 1878, o Asilo de Mendicidade recebeu a quantia de 1:000\$000 réis como produto de um concerto realizado em Recife promovido pelo Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado, por intermédio do Barão de Ibiapaba²¹⁷. No mesmo ano, o governo provincial conseguiu arrecadar a quantia de 15:000,000 réis em doação²¹⁸. Foram nomeadas ainda pelo governo provincial comissões de doação para arrecadar fundos em várias localidades da Província em benefício à Colônia Christina²¹⁹.

A viabilização das três instituições só foi possível pela abundância de mão-de-obra barata ou mesmo gratuita, realizada por homens, mulheres e crianças indigentes, que foram além de trabalhadores, seus futuros ‘moradores’.

No caso do asilo para alienados, uma *considerável população de indigente no povoado de Arronches* foi a responsável por sua construção. Em relatório da presidência da Província, José Júlio Aguiar afirmou que empregar a mão-de-obra indigente era uma forma necessária para *conservar-lhe os hábitos do trabalho* e evitar o costume de pedir esmolas. Os retirantes do povoado de Arronches além de trabalharem na *extração de barro para o fabrico de tijolos* para o asilo, também foram responsáveis pela limpeza da lagoa de Porangaba, entre outros serviços realizados²²⁰.

No Relatório da Santa Casa de 30 de setembro de 1878, enviado ao presidente da Província, a mesa administrativa mencionou a estratégia da utilização da mão de obra indigente no povoado de Arronches para a construção do asilo de alienados, como forma de evitar que parte da população do interior se fixasse em Fortaleza:

²¹⁵ *Coleção de Leis, Decretos, Resoluções e regulamentos da Província do Ceará – 1876 a 1877*. Lei Nº. 1.702, de 10 de julho de 1876 a Lei nº 1769, de 16 de outubro de 1877; lei nº 1742 – de setembro de 1876 Nº 41, artigo 1º, p. 71. (Rolo: “Secretaria Cultura 003 Leis do Ceará período: 1879 à 1897 – Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

²¹⁶ *Colleção dos Actos Legislativos da Província do Ceará Promulgados pela Respectiva Assembléia no anno de 1880*: lei de 16 de agosto de 1880 nº 19; art. 1º, p.45 (Acervo do Arquivo Público do Ceará).

²¹⁷ Relatório do presidente da Província, João José Ferreira de Aguiar de 22 de fevereiro de 1878, item: *Asylo de Mendicidade*, p. 7.

²¹⁸ Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878, item: *Asylo de mendicidade*, p. 36.

²¹⁹ Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de julho de 1880, *Colônia Orphanologica*, p. 30.

²²⁰ Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 35.

A conveniencia de fixar na povoação de Arr^os [Arronches] uma certa parte da população do interior, que para a capital se dirigia em demanda de recursos, facilitou a prestação do auxilio em pessoas para a obra[...].

Pode-se calcular por trinta e dous mil e quinhentos operários, termo médio, o pessoal fornecido a obra, desde o seu começo a 28 de Agosto do anno passado²²¹.

A relação entre os indigentes e a construção do asilo de alienados foi tão estreita que, segundo o psiquiatra Cleto Pontes, em análise sobre a história do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula durante o século XIX, afirmou que: *Por muito pouco, o asilo não se transformou em abrigo para os flagelados. A mão-de-obra da construção os tornaria moradores, inquilinos desta instituição* (PONTES: 2006, p.137).

De igual forma, outros indigentes foram empregados nos serviços de construção do Asilo de Mendicidade através da fabricação de materiais²²² e de várias obras públicas totalizando em 1880, mais de 500, segundo o presidente da Província, José Júlio Aguiar. Em fins de seca, as obras públicas que ocorreram em todo o Ceará foram notificadas e contabilizadas da seguinte forma:

Açudes 73

Egrejas 64

Cemitérios 50

Estradas e ladeiras 60

Cadeias 48

Poços de Alvenaria 31

Escolas 29

Pontes 19

Calçamentos de estradas e ruas 23

Aterros (viadutos etc.) 27

²²¹ Livro de Correspondência Oficial, nº 2, de 30 de setembro de 1878, p.18. (Acervo: APC).

²²²Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878, item: *Asylo de mendicidade*, p. 36.

Mercados 14

Canos de esgotos 7

Quartéis 3

Asylos 3

*Obras diversas 30*²²³

Além destas obras públicas mencionadas pelo presidente da Província, houve ainda *duas estradas de ferro e o quartel de linha e paiol da pólvora da Capital*, construídas e reformadas com a mão de obra retirante. As obras públicas foram algumas medidas encontradas pelos presidentes da Província para minimizar a situação do flagelo, contudo suas permanências no cargo foram, via de regra, muito curtas.

Segundo Marco Villa a alta rotatividade dos presidentes da Província fez com que o Ceará tivesse nos últimos 39 anos de Monarquia, 38 presidentes (VILLAS: 2001, p. 84). Somente durante o flagelo de 1877 a 1880, governaram no Ceará cinco presidentes da Província. As denúncias de corrupção e as freqüentes disputas de poder entre os Partidos Liberal e Conservador foram os principais fatores que contribuíram para pouca permanência dos presidentes em seus cargos²²⁴. Um deles, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, por exemplo, ficou a frente do governo por um período menor que um mês.

A ineficácia do governo provincial quanto ao flagelo da seca foi outro motivo que provocou a saída dos presidentes. Alguns obtiveram uma grande impopularidade, como foi o caso de João José Ferreira Aguiar, que governou o Ceará no período equivalente a três meses. Sob um clima de insatisfação geral, Ferreira Aguiar não chegou a esperar *seu substituto*, deixando a Província, *sob apupos e vaias do povo, que o responsabilizava por incapacidade e omissão no trato dos flagelados* (CÂMARA, 1970. p.147).

Segundo o relato de Rodolfo Teófilo:

À noite, um grupo de mais de cinquenta pessoas percorreu as ruas da capital em passeiata, tocando chocalhos e soltando foguetes sem bombas. Depois foi ao palácio da presidência, onde ainda se achava o conselheiro Aguiar, e lhe dirigiu palavras

²²³ Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Aguiar à Assembléia Provincial de 1 de julho de 1880, *Obras Publicas*, p. 44.

²²⁴ Os presidentes de Província nos anos de 1877 a 1880, foram: Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa (jan. 1877-out. 1877), João José Ferreira Aguiar (nov. 1877- fev. 1878) , Paulino Nogueira (fev. 1878 –mar 1878). Antônio Nogueira Acioly (4 mar. 1878- 8 mar. 1878) e José Júlio de Albuquerque (8 mar. 1878- 4 mai. 1880).

insultuosas acompanhadas de - morra o tyranno! – morra o Aguiar! A força publica interveio, debandado a passeiata e prendendo alguns amotinados. No dia seguinte, os jornaes conservadores condemnavam altamente o procedimento do grupo, classificando de scenas de vandalismo o que se havia praticado²²⁵.

Disputas entre os partidos Liberal e Conservador e suas alas dissidentes²²⁶, acirraram o cenário político local, sobretudo nos períodos de seca onde, segundo a socióloga Celeste Cordeiro, as práticas de *favorecimento da barganha e da corrupção nas eleições* foram muito mais habituais (CORDEIRO: 1997, p. 80).

No que concerne ao emprego da mão-de-obra barata do retirante, ironicamente, a miséria da seca promoveu o surgimento de várias obras públicas que acabaram representando um desenvolvimento posterior à Província, como avalia a historiadora Kênia Rios: *O uso da mão-de-obra faminta arrebatava elogios por todo o Império, afinal com uma só medida se conseguia conter o desespero dos flagelados e alavancar o progresso na província e em outros lugares do Brasil*. (RIOS, 2006, p. 26). Assim na década de 1880, o Ceará passou por um bom desenvolvimento em sua economia, reativando diversos setores abalados pelos últimos episódios climáticos e sociais.

Mesmo com o fim do flagelo e com o desempenho favorável na economia cearense na década seguinte, a seca ocupou um lugar significativo nas reminiscências da população. Em mensagem do presidente de Estado de 1898, Antonio Pinto Nogueira Acioly mencionou que a seca de 1877 esteve presente na memória de todos, pois ela *roubou no Ceará mais de um terço de sua população* e que após seu fim, como lição, o Estado esteve preparado para enfrentar outras secas – como a de 1888, através das facilidades trazidas pela Estrada de Ferro de Baturité quanto ao transporte de gêneros de alimentos e dos socorros públicos em locais longínquos da capital²²⁷.

Se na avaliação do discurso do presidente do Estado, o Ceará esteve preparado para enfrentar os futuros flagelos, para o pesquisador Marco Villa, o descaso do governo central permaneceu não somente nas secas que se sucederam durante o período monárquico como o republicano. A partir da experiência da seca de 1877-79, as autoridades públicas da Corte

²²⁵ THEÓFILO, Rodolfo. *História da Seca do Ceará (1877 a 1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922, p.172

²²⁶ Do lado do Partido Liberal, os dissidentes eram chamados de: *Liberais Pompeu* e os *Liberais Paula*. O Partido Conservador estava dividido em: *Conservadores Graúdos* e *Conservadores Miúdos*. (CORDEIRO, 1997, p.79).

²²⁷ Mensagem do presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Acioly, de 4 de julho de 1898, p.34.

construíram a imagem do Nordeste como lugar-problema para o Brasil. *O Nordeste, após a seca de 1877-79, passou a ser identificado como uma região-problema. O poder central concentrou o seu olhar (e os investimentos) no Sul* (VILLA. 2001, p. 84)

Não somente a imagem do Nordeste passou a ser construída como simbologia do atraso, como a falta de um projeto político e econômico para a região resultou na pouca perspectiva de melhoras efetivas para seus moradores.

Os anos 1880 encontraram o Nordeste sem condições de exercer um papel ativo nos rumos do Brasil. Enquanto no Sul o debate político centrava-se na defesa ou ataque ao abolicionismo, ao federalismo, à monarquia ou à república; o Nordeste lentamente tentava recompor a base econômica destruída pela seca de 1877-79, com uma população sensivelmente diminuída, parte dela doente, e sem um projeto econômico-político para a região. O sertão tornou-se a região mais afetada pelo domínio sulista do poder, transformando-se em símbolo de atraso, ante a modernidade representada pela burguesia cafeeira (VILLA. 2001, p. 85)

* * * * *

A seca de 1877/79 e suas consequências representaram, portanto, um problema cuja dimensão extrapolou seu significado climático. De dimensão social e política, ela atingiu a vida de milhares de mulheres, homens e crianças, que foram pessoalmente afetados pela desestruturação de suas famílias, através da morte e da emigração de parentes para outras Províncias brasileiras, e socialmente, foram submetidos a uma nova lógica de trabalho distinta da que realizavam.

Várias obras construídas ou reformadas durante o flagelo buscaram resolver o problema desproporcional e inédito causados pela seca, adequando a mão de obra retirante à lógica civilizatória do trabalho e transformando miseráveis em corpos produtivos, dentro de uma organização do trabalho, que para muitos representou uma experiência completamente distinta do que possuíam como referência do mundo de trabalho, tendo em vista que a grande maioria tinha conhecimento da economia própria da esfera rural, como a agricultura e a pecuária. O significado da seca, portanto, pode ser atribuído à construção de uma nova ordem de produtividade.

Das obras projetadas para serem construídas no período, as realizadas em torno do asilo de alienados São Vicente de Paula, do Asilo de Mendicidade e da Colônia Cristina foram as mais significativas quanto à importância social para a cidade de Fortaleza.

As três instituições estiveram inseridas numa mesma proposta de assistência pública e caritativa provincial. Analisando seu processo de construção, observa-se que houve várias semelhanças entre elas. Em primeiro lugar, foram instituições marcadamente vinculadas pelo traço personalista de seus ‘idealizadores’ – Severino da Cunha Freire, Joaquim da Cunha e Luiz Ribeiro da Cunha, respectivamente. Todos eles possuíram prestígio social e político, sendo condecorados com títulos de nobreza por seus feitos caritativos e imortalizados pela historiografia cearense.

Em segundo lugar, as instituições estiveram localizadas longe dos olhares das elites e dos centros de poder da cidade, evitando o convívio das classes mais abastardas com os indesejáveis socialmente que cresceram aceleradamente em apenas três anos em Fortaleza, representando um perigo e ameaça à ordem pública. No caso dos asilos de alienados e mendicidade, ambos estiveram situados próximos das estações da Via Férrea de Baturité, locais estratégicos de passagens de pessoas, mercadorias, experiências e práticas culturais estabelecidas entre o interior e a capital.

Todavia, o elemento mais importante que fez as três instituições pertencerem a um mesmo cenário social era que elas estiveram marcadamente unidas pela situação de pobreza. A aceleração das obras foi motivada pelo atordoamento dos horrores que a seca provocou aos moradores de capital. Especificamente no que concerne aos dois asilos – de mendigos e alienados – tornou-se difícil distinguir os indivíduos que estavam situados entre as condições de mendicância e de insanidade, na medida em muitos se assemelharam na miséria e no desespero. Ao analisar o discurso do presidente da Província José Júlio de Albuquerque Barros, em seu relatório, quando afirmou que: *a população faminta, semi-núa e desvairada precipitava-se do centro para o litoral como uma torrente, alastrando de cadáveres as estradas[...]*²²⁸, torna-se oportuno refletir sobre o que se pode denominar de ‘normalidade’ e ‘insanidade’ naquele cenário de desolação, sobretudo quando os indigentes, motivados pela fome, submeteram-se às práticas de *antropofagia*, como ocorreu no município de Lavras, noticiadas pelos próprios documentos oficiais:

Depois de alimentar-se de raízes silvestres[...], o faminto passára a comer as carnes mais repugnantes, como a dos cães, a dos abutres e corvos, e a de reptis. Si bem que raros, davam se casos de antropofagia, e por cumulo do horror, ainda houve não sei si diga um **perverso**, si um infeliz, que procurou no município de Lavras vender ou trocar por farinha um resto de carne humana de que se alimentava. Alguns cadáveres

²²⁸ Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros à Assembléia Provincial de 1 de novembro de 1878, item: *Assistência Publica*, p. 39. (grifos nossos).

foram encontrados que conservavam nos membros semi-devorados os signaes de extremo desespero das victimas de fome ²²⁹.

Práticas de antropofagia não foram casos isolados. Houve relatos semelhantes em outras cidades cearenses, como Canindé, Quixadá e em outras Províncias do Nordeste, como na Paraíba (VILLA: 2001, p. 69).

A relação entre indigência e insanidade no período de seca possibilita considerar que nem todas as pessoas denominadas de loucas poderiam de fato receber tal nomenclatura se a condição social, epidêmica e climática fosse de regularidade social. O jornal *Gazeta de Notícias*, ao noticiar situações limites de outra seca, a de 1915, afirmou que no Rio Grande do Norte, mulheres haviam enlouquecido por conta da fome: *várias áreas do sertão estavam desertas, que não parava de aumentar o número de mortes por inanição e que ‘várias mulheres, pelas privações, enlouqueceram, dando-se cenas lancinantes’* (VILLA: 2001, p. 107).

Diante do exposto, pode-se questionar se realmente o número de alienados aumentou na Província do Ceará com o flagelo da seca ou se a situação de adversidades que promoveu uma situação de condição-limite em relação às privações humanas promoveu seu aparente crescimento. O que se observou foi o aumento no número de miseráveis, o que pode ser interpretado resultando pelas elites de Fortaleza no estabelecimento de uma relação tênue entre a loucura e a indigência e no desejo das mesmas de que o asilo para alienados fosse erguido o mais rapidamente possível. O lugar social representativo do asilo de alienados fez parte, portanto, da construção de um espaço para a pobreza, através de um discurso das elites voltado para o ideário de modernidade e civilização.

As relações entre seca, miséria, mendicidade e as resultantes do caos social foram intrínsecas – *É difícil encontra-se uma cidade mais infestada de pedintes do que Fortaleza. A razão desta estupenda mendicidade está nas sêccas*²³⁰ – levando a necessidade urgente por parte das autoridades públicas de construir espaços próprios para o recolhimento da pobreza. O medo e a desconfiança das elites de Fortaleza em relação aos pedintes e diversos marginalizados foram causas suficientes para que tais empreendimentos fossem rapidamente viabilizados e, os bons costumes e a moral voltassem a ser preservados, mesmo em situação de adversidades climáticas e sociais.

²²⁹ Idem, p. 39. Grifo nossos.

²³⁰ TEÓFILO, Rodolfo. *Variola e Vacinação no Ceará*, p. 116.

A seca, portanto, ofereceu uma nova configuração à questão da marginalização em Fortaleza na medida em que ela possibilitou a visibilidade de uma realidade já existente, embora controlável. A circunstância nova foi que as elites demonstraram seu constrangimento e insatisfação diante do espetáculo que presenciavam. Os mendigos, por exemplo, foram abertamente pessoas que incomodaram os moradores, como demonstrou o jornal *A República*, ao se referir ao *espetáculo que deprimia esta capital, de esmoleres pelas ruas*. (SOUZA, p. 136).

A questão da (in)visibilidade atingiu também aos alienados que, antes da seca, estiveram recolhidos ou na cadeia pública e ou na Santa Casa de Misericórdia. A cadeia não tinha condições nem de receber os presos comuns, em virtude dos seus vários problemas – como: número insuficiente de empregados, *ridículo ordenado* do carcereiro²³¹, superlotação e fugas de presos²³² – muito menos atender aos presos loucos.²³³

A Santa Casa também deixou seus doentes alienados na posição de invisibilidade quando ela não os notificou em seus relatórios anuais ou quando pouco os mencionou em suas atas de reuniões. Na falta de estatísticas desse tipo de enfermos nos anos de 1870, não se tem como precisar seu número ‘real’. Apenas conjecturam-se alguns indícios da sua existência quando, nos relatórios dos presidentes da Província, mencionou-se a fuga de enfermos²³⁴, a ausência de trinta e nove doentes ou a alta dada por insubordinação a nove enfermos²³⁵. Práticas estas que poderiam ser, ou não, atribuídas aos doentes que apresentaram algum problema de ordem mental. Mas, que suscitam reflexão, pois na mesma ata de reunião em que o vice-provedor interino da Santa Casa, Victoriano Augusto Borges, noticiou medidas para evitar a fuga de doentes, ele afirmou sobre a necessidade de se criar um lugar para recolhimento dos loucos que vagavam pelas ruas²³⁶. Desta forma, apesar da ausência dos números relativos aos doentes mentais, nos documentos produzidos pela Santa Casa de Misericórdia, considera-se que o fato de não estarem discriminados na documentação não significa sua inexistência.

²³¹ Relatório do presidente da Província, José Wikens à Assembléia Provincial de Matos de 20 de outubro de 1872. Anexo C, item: *Prisões da Província*, p. 5.

²³² Relatório do presidente da Província, Barão do Taquary à Assembléia Provincial de 4 de julho de 1871. Anexo 2 – Relatório do Chefe de Polícia, item: *Cadeias ou Prisões da Província*, pp. 5 e 6.

²³³ Sessão de 9 de julho de 1874, p. 168, do Livro de Atas de 15 de março de 1861 (Acervo: SCM).

²³⁴ Relatório do presidente da Província, Barão do Taquary à Assembléia Provincial de 4 de julho de 1871. Anexo nº 8 - *Relatório do vice-provedor interino da Santa Casa de Misericórdia*, p. 4.

²³⁵ Anexo ao Relatório do presidente da Província, Esmerino Gomes Parente de 2 de julho de 1875; Anexo nº 11: Relatório do Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia, item: *Hospital* p. 2.

²³⁶ Sessão de 9 de julho de 1871, p. 168, do Livro de Atas de 15 de março de 1861 (Acervo: SCM).

A ausência de dados é uma demonstração da situação da alienação no Ceará, marcada pelo traço da invisibilidade em que os alienados estiveram submetidos, em momentos de regularidade social e climática. A seca alterou completamente essa situação, na medida em que as autoridades públicas e a caridade particular empenharam-se em esforços para construir um espaço destinado ao recolhimento dos loucos.

Enquanto os loucos permaneceram invisíveis sob a forma de dados nos documentos produzidos não só pela Santa Casa como pelos oficiais – em especial aos relatórios da presidência da Província – eles passaram, todavia, a ocupar os atentos *olhares* dos cidadãos que se constrangiam com a miséria espalhada nas ruas e que viram a necessidade urgente de erguer um estabelecimento específico para eles – o futuro Asilo São Vicente de Paula.

Em contrapartida, após o fim da seca, observa-se que a antiga situação de invisibilidade relativa à loucura retornou à sua condição original, pois a intensidade do ritmo das obras do asilo de alienados começou a se fazer diminuta. Das três principais obras assistenciais do período voltadas para a indigência como um todo, somente a Colônia Christina foi inaugurada um ano após o término oficial da seca em 1880, numa demonstração de que a infância representava uma prioridade em relação aos mendigos e loucos, sobretudo porque os órfãos tinham maiores possibilidades de se tornarem corpos produtivos, se investidas medidas eficazes de combate à ociosidade e vagabundagem, instruindo-lhes a educação formal e os ofícios de trabalhos.

Através do reajustamento social, a Colônia Christina possibilitou uma forma mais produtora para que meninos e meninas não se tornassem futuros delinquentes, causando danos à *'ordem pública'* e *'atentados à moral'* (SOUZA,1999: p.32). Numa cidade como Fortaleza que, excetuando nos períodos de seca, apresentava bons índices de desenvolvimento, os milhares de órfãos causariam sérios problemas sociais e de segurança pública se não fossem recolhidos rapidamente em uma instituição disciplinar.

Quanto ao asilo São Vicente de Paula, apesar da conclusão da obra ter ocorrido quinze anos após os primeiros registros que apontaram para a problemática da alienação no Ceará, convém analisar que a seca marcou uma fase fundamental na sua proposta de edificação. Ao fazer emergir uma série de indivíduos atordoados pela fome e doenças que andavam pelas ruas da cidade de Fortaleza, a seca possibilitou que o tema da loucura estivesse presente nas teias discursivas das autoridades públicas e elites sociais através das quais resultaram na sua concretização na segunda metade da década de 1880.

O asilo de alienados São Vicente de Paula foi inaugurado num momento em que Fortaleza encontrava-se em situação confortável economicamente. Os anos 1880 representaram uma diferente configuração social quanto à institucionalização da loucura no Ceará, muito diferenciada da década anterior.

Capítulo III

Asilo de Alienados São Vicente de Paula: Da Inauguração ao Fim do Século XIX

1. Os Anos 1880: dialogando com as fontes

Durante a seca de 1877/79, as obras de construção do Asilo São Vicente de Paula ganharam um grande impulso, motivadas pela necessidade de abrigar os loucos da Província e pela abundância de mão-de-obra retirante. Neste período, uma das principais fontes manuseadas nesta pesquisa para acompanhar o desenvolvimento das obras foram os relatórios dos presidentes de Província. Com o fim da seca, as obras continuaram em andamento. Entretanto, observa-se que os relatórios da presidência pouco registraram seu cotidiano. A primeira problemática a ser analisada neste capítulo refere-se à maneira como esses documentos oficiais lidaram com a questão da institucionalização da loucura através da construção do asilo de alienados na Província. Para analisar seu processo, faz-se necessário um diálogo com a documentação das instituições públicas provinciais que abordaram esta temática.

Se em fins da década de 1870, os relatórios da presidência acompanharam de perto os passos das obras, na década posterior quase não houve espaço de menção da sua existência. No relatório de 1880 do presidente José Júlio de Albuquerque Barros, apareceram duas vezes o tema do asilo de alienados, mas ambos de forma muito rápida. No primeiro, através de um breve relatório enviado pela Santa Casa de Misericórdia, referente ao patrimônio e ao capital empregado no asilo e no segundo, no item *Obras Provinciais*, há uma nota sobre o auxílio às obras²³⁷.

Já no relatório de 1881, não houve mais nenhuma referência ao asilo de alienados, mesmo no item *Obras Públicas*, em que o relator apresentou uma lista de despesas por ele autorizadas para este fim.

Se por um lado, o Asilo São Vicente de Paula esteve ausente nos relatórios da presidência, por outro, a Colônia Christina ganhou espaço neste tipo de documentação, quando foram apresentados seus gastos realizados nos anos de 1880 e 1881²³⁸. Em *Anexo* do relatório de 1881, a comissão fiscal responsável pela obra apresentou não apenas dados a

²³⁷ Fala do presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros, à Assembléia Provincial de 1º de julho de 1880, p. 37 e p.55.

²³⁸ Em 1880, os gastos foram no valor de 20:074\$588 réis e em 1881, de 15:441\$703 Relatório do presidente da Província, André Augusto da Pádua Fleury, de 1º de abril de 1881, p. 40 e p.53.

respeito do patrimônio da Colônia Christina, como também informações sobre os funcionários e elementos de sua estrutura física, como o refeitório e a cozinha²³⁹. Ou seja, a significativa quantidade de informações apresentadas no relatório da presidência sobre o processo de construção da instituição voltada para a orfandade evidencia mais ainda a lacuna em torno das obras do asilo de alienados.

Em 1882, o quadro se repete. Enquanto, por um lado, o relatório da presidência não tratou da obra sobre o asilo de alienados, por outro, constaram informações não somente sobre a Colônia Christina como também o Asilo de Mendicidade que, no relatório anterior não foi feita nenhuma referência, mas no posterior foi apresentado um *Anexo* apontando questões de ordem administrativas da instituição²⁴⁰.

Nos relatórios da presidência da Província dos anos seguintes, novamente não foi registrada nenhuma informação sobre o processo das obras do Asilo São Vicente de Paula. O silêncio só foi rompido no ano de sua inauguração, em 1886, quando o relatório do presidente Miguel Calmon Du Pin Almeida, no item intitulado *Asylo de Alienados* utilizou como primeira afirmativa discursiva que a instituição estava sob a direção da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza²⁴¹.

Assim, observa-se que se este tipo de documento, durante fins da década de 1870, foi um importante meio para investigação do primeiro estabelecimento destinado aos loucos no Ceará, nos anos posteriores, ele quase não fez referência às obras. A ausência de informações na documentação oficial da Província em torno do asilo suscita o questionamento do porquê de tal lacuna.

Se por um lado, a narrativa sobre a construção do asilo de alienados foi rara naquele tipo de documentação, por outro lado, ela esteve presente em outro importante relatório, o elaborado pela Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

A Santa Casa apresentou-se como a grande responsável pela efetivação da obra do Asilo São Vicente de Paula. Embora fosse financiado também pelo governo provincial, o asilo de alienados constituiu-se mais como um empreendimento diretamente ligado ao hospital

²³⁹ Anexo nº2, “Comissão Fiscal da Colônia Christina”: 12 de janeiro de 1881, p. 71. Relatório do presidente da Província, André Augusto da Pádua Fleury, de 1º de abril de 1881,

²⁴⁰ Relatório do presidente da Província, Torquato Mendes Vianna: 22 de março de 1882, p.20 e 21; Anexo E – *Asylo de Mendicidade*, s/nº pg.

²⁴¹ Relatório do presidente da Província, Miguel Calmon Du Pin Almeida, de 9 de abril de 1886; item: *Asylo de Alienados*, p. 29.

caritativo que propriamente a ação efetiva governamental. É nesse sentido, que a Santa Casa de Misericórdia representou uma peça fundamental para compreensão da existência do asilo onde, mais que os presidentes da Província, foram os vice-provedores do hospital caritativo os grandes atores sociais responsáveis por sua idealização, inauguração e existência.

2. Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e a Atuação dos Vice-Provedores na Concretização do Asilo de Alienados

Os vice-provedores da Santa Casa de Misericórdia exerceram um poder significativo na condução dos projetos assistenciais em Fortaleza voltados para a infância pobre e para a mendicidade. Além de desempenharem papel relevante na execução das obras, eles destacaram-se também na própria Província haja vista que foram homens possuidores de prestígio político, ocupando diversos cargos públicos. Durante o período monárquico, seu prestígio foi elemento influenciador para ocupar a função administrativa maior da Santa Casa – a vice-provedoria –, através da nomeação feita pelo presidente da Província.

Considerando que a Santa Casa de Misericórdia foi o único hospital a atender toda uma demanda variada de pessoas, desde os indigentes, passando pelos militares e pensionistas de Fortaleza e do interior, pode-se considerar a importância e o poder que possuía o vice-provedor, socialmente. A Santa Casa representou, ao mesmo tempo, uma instituição médica e filantrópica de grande porte e alcance social, tornando-se fundamental para a vida dos moradores da capital e da Província.

Internamente, o vice-provedor exerceu poder maior que o realizado pelo próprio médico, possuindo amplas responsabilidades administrativas. Além de ser um hospital, a Santa Casa de Misericórdia pertencia a uma Irmandade com fins caritativos cujas ações incluíam desde a distribuição de refeições aos pobres ao conforto espiritual para com os condenados à morte (CAMPOS: 1980, p.58). Assim, proporcionar assistência hospitalar à população foi apenas mais uma de suas atribuições onde o médico apresentou-se apenas como um componente de uma complexa e maior estrutura institucional fundada em valores humanitários a serviço, sobretudo da pobreza.

Segundo Lilia Lobo, as Santas Casas de Misericórdia de Lisboa e do Brasil pertenceram ao ideário da *caridade moderna* cujos preceitos postos em seus compromissos estatutários incluíam as *funções pedagógicas, morais, religiosas, repressivas, médicas e assistenciais*

(LOBO: 2008, p. 282). A ação médico-hospitalar realizada no cotidiano das misericórdias não foi uma prática prioritária em sua origem:

Mesmo que os tratamentos e as visitas médicas tivessem alguma regularidade, até o século XIX os hospitais no Brasil não eram lugares de cura, mas de salvação. Almas de quem morria cristãmente no arrependimento de seus pecados e assim passaria ao paraíso, almas caridosas que encontrariam na penitência do trabalho com os doentes, mais tarde, seu lugar no céu (LOBO: 2008, p. 286).

Desta forma, as Santas Casas de Misericórdia constituíram-se, historicamente, como o lugar da salvação das almas e da prática da caridade. A Santa Casa de Fortaleza deixou claro, no primeiro capítulo de seu Estatuto de 1875, que seu *fim é a prática de obras pias de misericórdia em favor dos pobres e enfermos desvalidos*²⁴².

Pertencente a uma Irmandade, ela esteve alicerçada em regras bem definidas, organizadas através de seu regimento estatutário cujos artigos estabeleceram a composição de seus membros, também denominados *mordomos* ou *irmãos*. No topo da Irmandade, esteve o vice-provedor, mas ele não agia isolada nem arbitrariamente, devendo seguir as deliberações de uma *Mesa Administrativa* ou *Regedora* que se reunia regularmente, encaminhando e aprovando todas as decisões discutidas nas sessões ordinárias e extraordinárias. O presidente da Província foi denominado de ‘provedor honorário’ e permanente do hospital. No corpo administrativo, ainda havia o tesoureiro e o procurador geral. De acordo com o compromisso assumido no ato de inauguração em 1861, constava que:

“[...] o presidente da província é o provedor nato e protector da irmandade, mas a acção directora, fica concentrada em uma meza administrativa, composta de um vice-provedor, de um thesoureiro, de um procurador geral, e dez mordomos, lugares que forão logo providos, recahindo as nomeações em cidadãos, cujo zelo religioso e virtudes civicas deixão esperar que será justificada a confiança de que se tornarão credores²⁴³.

Durante as sessões ordinárias ou extraordinárias, o vice-provedor tinha poderes iguais aos demais mordomos. Somente em caso de empate sobre determinada questão, era que ele impunha sua decisão final²⁴⁴.

²⁴² *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

²⁴³ Relatório do presidente da Província, Antônio Marcellino Nunes Gonçalves, 9 de abril de 1861, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 16. Obs.: Na reforma dos Estatutos de 1875, o número de membros da mesa administrativa passou para doze.

²⁴⁴ *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. (Setor de Microf. da BPMP). Cap. VIII , Artº 38.

No Ceará, de acordo com o Regimento, o número do ingresso de mordomos à Irmandade da Santa Casa foi ilimitado, podendo pertencer pessoas de ambos os sexos²⁴⁵. Contudo, nem todos poderiam fazer parte dela, sendo negado seu acesso aos sentenciados de prisão ou degredo e aos alienados. Sobre este último, o pesquisador Eduardo Campos afirma que eram proibidos de entrar na irmandade: *os que sofrem de desarranjo em suas faculdades mentais* (CAMPOS: 1980, p. 77).

No momento da fundação da Santa Casa Misericórdia de Fortaleza, em 1861, a mesa administrativa enviou cartas a algumas pessoas da capital e do interior, convidando-as para compor a Irmandade, para tornarem-se mordomos. Tais indivíduos foram previamente ‘selecionados’, pois, segundo o regimento deveriam ser *de escrupulosa e reconhecida moralidade, ser maior de 21 anos, saber ler, escrever e contar, além de ter meios de decente e segura subsistência*²⁴⁶ Todos os membros da mesa administrativa deveriam ser *pessoas conhecidas por sua intelligencia, probibade e caridade*²⁴⁷.

Segundo Lilia Lobo, tornar-se membro da irmandade da Misericórdia no Brasil trazia vantagens aos futuros irmãos, pois na prática eles possuíam ganhos sociais, como *circular na elite e fazer bons negócios, obter vantagens da Coroa e ainda candidatar-se a empréstimos (amiúde a fundo perdido) para empreendimentos particulares, o que levou, por vezes, algumas Santas Casas de Misericórdia à bancarrota* (LOBO: 2008, p.260). Ou seja, muitos dos membros da Irmandade representaram uma parte da elite social da cidade.

No Ceará, após enviar cartas-convites às pessoas de ‘boa reputação’ para fazerem parte da Irmandade, a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza teve seu primeiro problema interno com os possíveis candidatos a mordomos. Na Sessão ordinária de 7 de junho de 1861, a mesa administrativa registrou seu incômodo sobre a falta de obediência das pessoas convidadas quanto ao cumprimento do regimento, afirmando ser necessário que os mesmos cumprissem determinados rituais. Isto porque, em Fortaleza, dos 144 indivíduos que aceitaram o convite para serem mordomos, apenas 54 prestaram juramento à Irmandade. Os demais se recusaram a cumprir o ritual, *protestando contra a existencia da expressada obrigação*. A resistência ao juramento foi situação restrita a capital, pois segundo o relator da

²⁴⁵ *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. (Setor de Microf. da BPMP. Cap I , Artº 2

²⁴⁶ *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. (Setor de Microf. da BPMP. Cap II , Artº 1, § 1º ao 4º.

²⁴⁷ *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. (Setor de Microf.da BPMP). Cap V, Artº 22.

sessão, *semelhante repugnância ainda não se há dado a respeito dos irmãos de fora*. Apesar do tom de desconforto do discurso da mesa administrativa em relação ao não cumprimento das regras regimentais por parte dos irmãos recém-ingressos, ela procurou contornar a situação, propondo a anulação da condição do juramento. Para isso, pediu que:

Sem offensa do fim pio e religioso da criação deste Estabelecimento, e até mesmo para obstar os notados embaraços, é conveniente annular a sobredita condição do juramento imposta pelo compromisso, bastando para a perfeita inscripção dos irmãos as declarações destes acceitarem o respectivo encargo mediante accessorios, termos de entrada e ulterior assentamento em livros próprios²⁴⁸.

O juramento à Irmandade, objeto de resistência dos convidados de Fortaleza à função de mordomo, constava no Artigo 13, do Capítulo II do Estatuto da Santa Casa de Misericórdia de 1875, no qual estabelecia: *prometto o [ilegível] de minha honestidade cívica dedicar-me sinceramente ao cumprimento dos deveres que me impõe o cargo de Irmão da Santa Casa de Misericórdia, tanto quanto a esta missão a mim couber*²⁴⁹.

Ainda no protocolo de ingresso à Irmandade descrito no regimento interno após o juramento, o irmão deveria assinar um termo em livro competente, no qual constaria também a assinatura do presidente da Província ou da mesa administrativa, para somente então o nome do mordomo recém aceito ser inserido na lista da Irmandade²⁵⁰.

Este episódio ilustrou as dificuldades iniciais que a irmandade da Santa Casa teve em se configurar como uma instituição na capital que, para poder se efetivar, precisou ter a adesão de pessoas benquistas em seu quadro interno. Os problemas posteriores enfrentados pela Santa Casa, entretanto, foram bem maiores e mais complexos que a recusa da prestação de juramento por parte dos novos membros à irmandade, pois envolveram desde questões relativas à lotação de doentes nas enfermarias – sobretudo em épocas de surtos epidêmicos – às crises financeiras frequentes. De qualquer forma, o que houve em comum entre os problemas discutidos internamente em diferentes momentos, foi intervenção simbólica ou direta do vice-provedor, como membro maior da mesa administrativa, para contorná-los ou mesmo solucioná-los.

²⁴⁸ Sessão nº 7, de 7.6.1861, p. 8, do Livro de Atas de 15 de março de 1861 (Acervo: SCM).

²⁴⁹ *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. (Setor de Microf. da BPMP). Cap II, Artº 13.

²⁵⁰ *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. (Setor de Microf.da BPMP). Cap II, Artº 14

No Brasil, as Santas Casas de Misericórdia ocuparam um espaço decisivo no que concerne à institucionalização da loucura, na medida em que elas constituíram-se como a primeira experiência hospitalar em contato direto com os alienados, recolhendo-os em suas enfermarias e buscando oferecer-lhes tratamento, mesmo não possuindo recursos nem material humano especializado.

Quando, posteriormente, foram construídos os hospícios ou asilos destinados aos loucos, couberam também às Santas Casas a responsabilidade de sua existência e permanência, através da atuação direta em suas administrações. Assim ocorreu no Rio de Janeiro, onde segundo a historiadora Magali Engels, a necessidade da construção do Hospício D. Pedro II foi motivada, em grande parte, pelas críticas advindas dos médicos e do próprio provedor da Santa Casa em relação aos tratamentos dados aos loucos no hospital caritativo, nomeados muitas vezes de *bárbaros* e de pouca eficácia. Para Lília Lobo, as celas onde os loucos eram recolhidos localizavam-se no andar térreo da Santa Casa que, por ser muito frio e úmido muitos *ali depositados morrem depressa de tísica*. A enfermaria foi descrita pelo médico Manoel Maria de Moraes Valle como sendo *mais calabouço da idade antiga que casa de caridade*. Houve inclusive denúncias do uso de tronco contra os loucos na enfermaria da Santa Casa que parecia mais um local para *conservar bestas-feras do que homens* (LOBO: 2008, pp. 323 e 394). Após a inauguração de D. Pedro II, o provedor da Santa Casa manteve-se presente em seu cotidiano, exercendo poderes em várias funções, como por exemplo, na autorização da matrícula e da saída dos alienados no hospício (ENGELS: 2001, pp. 191, 233).

Em São Paulo, as práticas foram semelhantes. Para Cletina Cunha, os membros da administração da Santa Casa de Misericórdia foram uma das vozes críticas em relação ao tratamento tradicional da loucura realizado no hospital, defendendo a construção de uma instituição psiquiátrica, na medida em que eles consideraram um malefício juntar no mesmo espaço, loucos e sãos, sob prejuízo da manutenção da ordem hospitalar. Nesse sentido, a Santa Casa de São Paulo também contribuiu para a construção do Hospício do Juquery (CUNHA, 1986, p. 58).

Na Província do Rio Grande do Sul, segundo Yonissa Wadi, o provedor da Santa Casa de Porto Alegre justificou a necessidade da construção do Hospício São Pedro, alegando que a Santa Casa não tinha condições de oferecer tratamento aos loucos, pois, privados completamente de sua liberdade – não podendo circular nas dependências do hospital juntamente com os demais doentes – eles *definham e morrem* (WADI: 2002, p.55).

O que há em comum entre as experiências vividas por diferentes instituições brasileiras destinadas à alienação nos primeiros anos de seu funcionamento, foi a atuação direta da Santa Casa de Misericórdia, através da figura do provedor (ou vice-provedor) como elemento fundamental na construção e na administração de um novo estabelecimento hospitalar e/ou caritativo.

No Ceará, a ação da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza não foi diferente na construção do Asilo São Vicente de Paula no qual a vice-provedoria foi responsável por todo seu processo, desde a idealização do projeto, passando pela inauguração da instituição até ao acompanhamento direto dos problemas cotidianos surgidos ao longo de sua existência.

Durante o período de 1871 a 1889, que corresponderam aos primeiros registros da idealização do asilo de alienados até o final da monarquia, registraram-se seis vice-provedores da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, em suas gestões²⁵¹:

1. Joaquim Cunha Freire (1870-73),
2. Severino Ribeiro da Cunha - Visconde de Cauhipe (1873-75);
3. Joaquim Cunha Freire (1876)
4. José Francisco da Silva Albano - Barão de Aratanha (1877);
5. Caetano Estellita Cavalcante Pessoa (1878);
6. Antônio Pinto Nogueira Acioly (1880-81);
7. Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes (1881)
8. José Francisco da Silva Albano - Barão de Aratanha (1881-89).

Do processo de idealização do asilo de alienados até sua inauguração, totalizou-se o longo período de quinze anos. Para analisar o percurso da construção do Asilo São Vicente de Paula, suas dificuldades e seus avanços no empreendimento, é necessário investigar o cotidiano administrativo da Santa Casa de Misericórdia através, sobretudo da análise das atas de reuniões realizadas, quinzenalmente, pela mesa administrativa da Santa Casa, acompanhando as gestões dos vice-provedores.

²⁵¹ Joaquim Cunha Freire e José Francisco da Silva Albano foram duas vezes vice-provedores da Santa Casa.

O primeiro vice-provedor do período destacado foi Joaquim Cunha Freire – o Barão da Ibiapaba – considerado, posteriormente, o grande responsável pelo projeto de construção do Asilo de Mendicidade. Foi durante sua gestão que a Santa Casa notificou, pela primeira vez, a necessidade da criação de um estabelecimento voltado para o tratamento da loucura. Mas, o discurso se deu não a partir dele e sim do vice-provedor interino, Victoriano Augusto Borges, quando, após detectar o problema urgente de se criar um abrigo para os alienados – pois eles ofendiam aos *bons costumes* e a *moral*, vagando pelas ruas da cidade – afirmou, em julho de 1871, que estudaria meios para encontrar uma solução:

A mesa administrativa da Santa Casa, tomando na mais súbita consideração este objecto, estudou por meio mais profícuo de providenciar a respeito, e opportunamente terei a honra de levar ao conhecimento de V^a Ex^a o resultado deste estudo²⁵².

A mesa administrativa não deu uma resposta a essa questão e apenas no ano seguinte, o vice-provedor Joaquim Cunha Freire comunicou não ser mais possível receber loucos no hospital, argumentando que, além de não haver enfermarias próprias para seu tratamento, eles prejudicavam os dos demais enfermos²⁵³. Foram somente nesses dois momentos que a problemática da loucura apareceu nos discursos da gestão daquela vice-provedoria.

Durante a administração do vice-provedor Severino Ribeiro da Cunha houve maior visibilidade em relação ao projeto de construção do asilo de alienados, como foi visto no capítulo anterior, quando foi analisado o destaque consensual feito pela historiografia cearense e pelos relatórios da presidência sobre o fato de Visconde de Cauhipe ter sido o grande idealizador de uma instituição voltada para a loucura no Ceará.

No primeiro ano da gestão de Severino Ribeiro da Cunha, a mesa administrativa, em reunião ordinária, felicitou-o por ter sido condecorado pelo governo português, com o título de Visconde de Cauhipe, em decorrência dos *serviços humanitários por elle prestados*²⁵⁴. Em sua gestão, executaram-se pequenas obras e reformas de benfeitoria da Santa Casa, como as realizadas em um telheiro e no cano de esgotos da enfermaria das mulheres²⁵⁵. Entretanto, foram os esforços executados em torno do projeto de criação do asilo de alienados que ocuparam as principais páginas do Livro de Atas das Sessões da Santa Casa, quando a mesa

²⁵² Sessão de 9.07.1871, p. 168, do Livro de Atas de 15 de março de 1861 (Acervo: SCM).

²⁵³ Sessão de 12.10.1872, p. do Livro de Atas de 07 de novembro de 1870 (Acervo: SCM. (nº. da pág. ilegível).

²⁵⁴ Sessão de 11 de setembro de 1873, p. 15, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

²⁵⁵ Sessão de 05 de novembro de 1873, p. 16, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

administrativa recebeu donativos em dinheiro e em materiais de construção de indivíduos e instituições, para serem usados na construção do edifício, como foi visto em capítulo anterior.

Finalizada a gestão de Visconde de Cauhupe, voltou a assumir o cargo da vice-provedoria, seu irmão, Joaquim Cunha Freire. Apesar dos esforços destacados pelos documentos oficiais, o asilo de alienados apresentou-se ainda como um ‘projeto’, no sentido de não haver muitos progressos na condução das obras. Não houve capital suficiente, mesmo sendo destinadas extrações de loterias em seu benefício. O então presidente da Província, Francisco de Farias Lemos, em discurso à Assembléia Provincial abordou sobre a relevância do asilo de alienados, considerando-o de utilidade *incontestável* para a Província. Em tom de apelo para que o projeto saísse do papel e tornasse uma realidade, Farias Lemos intencionou sensibilizar os deputados, afirmando: *Attenta a urgente necessidade, que se nota nesta Capital, já tão adiantada, de um estabelecimento desta ordem, invoco a favor de tal assumpto os vossos philantropicos e generosos sentimentos*²⁵⁶.

Foi somente durante a administração do posterior vice-provedor, José Francisco da Silva Albano – com o início da seca – que as obras tomaram um forte impulso, na medida em que finalmente surgiu a proposta concreta do local onde seria erguido o edifício. Nos difíceis anos do flagelo em que viveu a Província, a ação de Silva Albano foi decisiva na condução da nova etapa da edificação do asilo, posto que o terreno, a ser avaliado pela mesa administrativa, fora doado pela família do próprio vice-provedor. José Francisco Silva Albano foi um dos vice-provedores que mais tempo dedicou-se à Santa Casa durante o período monárquico, ocupando mais de uma vez este cargo e que por isso acompanhou de perto o cotidiano do asilo de alienados, como será visto mais adiante.

Após sua gestão, assumiu o cargo ainda no período da seca, o Conselheiro Estellita Cavalcante Pessoa, figura de prestígio político que ocupou também a função de presidente da Província no primeiro ano do flagelo, governando no breve espaço de tempo de 10 de janeiro a 13 de outubro de 1877.

Na sua gestão, a Santa Casa demonstrou empenho em dar continuidade às obras do asilo de alienados. Em fins de seca e início do ano de 1880, os relatórios da Santa Casa indicaram um estado adiantado das obras, afirmando que o asilo possuía gradil para portas e janelas. Entretanto apesar da mesa regedora anunciar que em breve o edifício fosse

²⁵⁶ Fala do presidente de Província de Francisco de Farias de Lemos à Assembléia Provincial, de 1 de julho de 1876, item: *Santa Casa de Misericórdia*, p. 15.

inaugurado²⁵⁷, ele só foi concluído seis anos depois. A demora na entrega da obra merece uma pausa para a reflexão sobre os motivos pelos quais levaram o atraso de sua efetiva fundação.

Em capítulo anterior, analisou-se que a Colônia Christina – instituição destinada às crianças desvalidas – foi pensada no mesmo cenário assistencial da seca, juntamente com os asilos de alienados e de mendicidade e que, das três obras, ela foi a que mais empenho recebeu das autoridades públicas e das ações particulares para viabilizá-la. O problema da infância demonstrou ser uma prioridade na sociedade fortalezense, fazendo com que a Colônia Christina fosse a primeira a ser inaugurada.

Entretanto, sua demanda foi maior que a oferta, o que levou o presidente da Província a encaminhar à mesa administrativa da Santa Casa uma solicitação em 1880, pedindo para que os órfãos que ainda existiam no antigo abarracamento da Jacarecanga fossem recolhidos provisoriamente para o asilo de alienados²⁵⁸. A mesa administrativa analisou o conteúdo do ofício, considerando-o *mui justo* e resolveu *atender o pedido da Presidência da província, cedendo o referido edifficio*²⁵⁹ do asilo de alienados para que fossem temporariamente recolhidos os órfãos da seca²⁶⁰. Desta forma, a instituição que deveria abrigar os loucos do Ceará foi utilizada para atender a demanda das crianças desvalidas de Fortaleza, numa demonstração de que a infância representou matéria mais urgente de cuidados do que a alienação.

Tratar da infância ‘desprotegida’ representou não apenas uma prática assistencial, mas também uma questão de segurança pública. No relatório de 1881, o presidente da Província, André Augusto de Pádua Fleury afirmou ser *extraordinário o numero de furtos atribuidos a uma associação de pequenos gaturnos* e considerou que os atores de tais crimes que se encontravam nessa *deplorável eschola de vícios e de crimes* eram basicamente compostos pelos órfãos da seca:

²⁵⁷ Sessão Extraordinária de 17 de maio de 1880, p. 38 e de 22 de maio de 1880, p. 38, do Livro de Atas de 07 de outubro de 1878 à 04 de novembro de 1880 (Acervo: SCM).

²⁵⁸ O Lazareto de Jacarecanga era um dos mais antigos de Fortaleza. Há registros de sua existência em 1814. O local também chamado de sítio de Jacarecanga tinha uma casa de taipa coberta de palha; dirigido só para pobres, em épocas de epidemia de varíola. *Quando a epidemia passava, a casa era abandonada...* BARBOSA, José Policarpo de Araújo. *Historia da Saúde Pública do Ceará: da Colônia a Vargas*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

²⁵⁹ Sessão Extraordinária de 16 de julho de 1880, p. 41, do Livro de Atas de 07 de outubro de 1878 à 04 de novembro de 1880 (Acervo: SCM).

²⁶⁰ Livro de Correspondência Oficial, de 29 de janeiro de 1878, p. 7 (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

Muitos orphãos, triste legado da calamidade porque passou a província, menor abandonados e maltrapilhos, dormindo pelas calçadas, na estação de estrada de ferro e em outros lugares públicos, empregavam-se dia a dia n'aquelle expediente criminoso para poderem subsistir, o formavam uma associação contra a qual começou a levantar-se o clamor publico²⁶¹.

Os crimes cometidos por menores na capital foram dos mais variados tipos, iam desde ataques às casas particulares e ao mercado público aos furtos de gado e cavalos. Houve inclusive um grupo de menores infratores que se tornou conhecido pela polícia, denominado de *sociedade da russega* que incomodou a sociedade por sua ação criminosa. Eles foram chamados pelo presidente da Província de pequenos *gatumos* ou ainda de *infelizes viciosos e inclinados ao crime*²⁶².

A Colônia Christina foi, portanto, uma instituição necessária para as autoridades públicas para formar futuros adultos como corpos produtivos aptos para entrar na lógica do trabalho moderno. Porém, a insuficiência de vagas na Colônia capaz de atender toda a demanda de crianças e jovens da cidade sem perspectivas, justificou a aprovação da Santa Casa em utilizar-se do espaço do asilo de alienados como local de seu recolhimento. A demonstração de que a infância foi vista com maior atenção pelas instituições de assistência de Fortaleza ficou mais evidente se for considerado que a mesa administrativa, ao mesmo tempo em que buscou solucionar o problema dos órfãos em um antigo abarracamento da cidade, não teve o mesmo empenho em relação ao número de cegos e mendigos que procuraram atendimento no hospital caritativo. Assim, quando a Santa Casa recebeu outro ofício da presidência da Província comunicando que havia na capital cento e dezessete cegos e mendigos sem completo abrigo e questionando se ela poderia *encarregar-se do azilamento desses desvalidos* em suas dependências, respondeu negativamente ao pedido, numa atitude sugestiva de que oferecer atendimento ao público de crianças desvalidas poderia ter retorno social maior que aos cegos ou mendigos:

Inteirada a Meza da leitura do citado officio resolveo por unanimidade que a Santa Casa não podia incubir-se desse azilamento, visto como, não sendo estabelecimento próprio para esse fim, não tem os commodos necessários; e que neste sentido se informasse á S. Excia²⁶³.

²⁶¹ Relatório do presidente da província André Augusto de Pádua Fleury de 1 de abril de 1881, item: *Tranqüillidade Pública e Segurança Individual*, p. 14.

²⁶² Relatório do presidente da província André Augusto de Pádua Fleury de 1 de abril de 1881, item: *Tranqüillidade Pública e Segurança Individual*, p. 29.

²⁶³ Sessão de 09 de dezembro de 1880, p. 2, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

Em maio de 1880, a mesa administrativa deixou claro não possuir meios para recolher os oitenta e seis doentes indigentes da seca que ainda se encontravam no abarracamento da Jacarecanga. Isto porque, havia em suas dependências cento e sessenta indigentes, admitidos em virtude de sua *extrema necessidade*. A Santa Casa justificou sua decisão receando que a *multidão de doentes* afetasse as despesas crescidas, agravando seu capital, além de não possuir espaço suficiente para atender a todos²⁶⁴.

No mesmo mês que aprovou a transferência de crianças órfãs para o asilo de alienados, a mesa administrativa deliberou que, *de ora em diante não se admitisse ms [mais] doente indigente algum, e que o seu numero fosse limitado o mais que possível*. A medida drástica justificou-se porque em suas dependências, no mês de julho de 1880, havia cento e setenta e seis indigentes, num universo total de duzentos e vinte e sete doentes²⁶⁵.

Em 02 de agosto de 1880, a mesa regedora da Santa Casa reiterou não mais receber nenhum doente indigente, sendo esta medida votada e aprovada por unanimidade em sessão extraordinária. Ela afirmou que suas dependências só comportavam oitenta doentes, número esse fixado em sessões anteriores, mas que esteve longe de corresponder a realidade diária do hospital, posto que havia cento e oitenta e três doentes internados. Para que fosse rigorosamente cumprida a deliberação de não mais receber nenhum doente, a mesa regedora mandou que esta decisão fosse publicada na imprensa cearense, além de comunicar internamente à irmã superiora e ao mordomo do mês sobre as novas medidas²⁶⁶. O fato de ser a Santa Casa a única instituição assistencial e médica de grande porte no Ceará foi a principal causa da sobrecarga da demanda social e da recusa da mesa regedora em receber novos pacientes.

Em 5 de agosto de 1880, o vice-provedor da Santa Casa, Estellita Cavalcante Pessoa faleceu, assumindo em seu lugar Antônio Pinto Nogueira Acioly. Foi durante a gestão de Nogueira Acioly que pela primeira vez foi registrada nas atas de reuniões da Santa Casa a existência de um doente internado com sintomas de distúrbios mentais. Tratava-se do cabo do 15º Batalhão da Infantaria, Manoel Lopes da S^a•. Mesmo admitindo a mesa administrativa que o cabo sofria de alienação mental, ele não permaneceu internado nas enfermarias do hospital

²⁶⁴ Sessão Extraordinária de 17 de maio de 1880, p. 38, do Livro de Atas de 07 de outubro de 1878 à 04 de novembro de 1880 (Acervo: SCM).

²⁶⁵ Sessão Extraordinária de 16 de julho de 1880, p. 41, do Livro de Atas de 07 de outubro de 1878 à 04 de novembro de 1880 (Acervo: SCM).

²⁶⁶ Sessão Extraordinária de 02 de agosto de 1880, p. 42, do Livro de Atas de 07 de outubro de 1878 à 04 de novembro de 1880 (Acervo: SCM).

• Provavelmente, Silva.

em virtude do estabelecimento não possuir *os commodos necessários para conter alienados*²⁶⁷. Assim, a mesa administrativa deu alta ao paciente e não retornou mais ao assunto.

Em 1881, o Asilo São Vicente de Paula esteve pronto para receber os móveis e utensílios, cabendo a responsabilidade e guarda de seu patrimônio e das instalações apenas a um zelador que recebia a quantia mensal de 15\$000²⁶⁸. Até então, haviam sido concluídos nove compartimentos para alienados, *uma sala para a administração da casa, outra para servir provisoriamente de cappella, duas salas para refeitório e dormitórios e duas peças para dispensa e cozinha*²⁶⁹.

As despesas foram cobertas, sobretudo com a extração de loterias, mas é importante lembrar que a medida judicial contra os herdeiros de Visconde de Cauhpe – referente à dívida de dois contos e dezenove mil réis da venda de bilhetes de loterias em benefício ao asilo – ainda continuou sendo cobrada e constava no quadro demonstrativo do capital financeiro da Santa Casa. Em sessão de maio de 1881, a mesa administrativa procurou obter informações do advogado encarregado do processo se era possível comunicar *com possível brevidade si a mesma cobrança já foi iniciada, em que pé se acha, e que probabilidade para a sua liquidação*²⁷⁰. A preocupação da mesa justificava-se, pois em junho do mesmo ano, as despesas com a obra do asilo de alienados acumulavam o montante de 5:931\$110 réis²⁷¹. Até o ano da inauguração do Asilo São Vicente de Paula, em 1886, a dívida ainda continuou sendo cobrada à família de Visconde de Cauhpe²⁷².

Após a gestão de Nogueira Acioly, foi nomeado para a vice-provedoria da Santa Casa, o Conselheiro Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes que, não aceitando o cargo, reassumiu o tenente coronel José Francisco da Silva Albano, permanecendo nesta função por vários anos consecutivos até o último ano da Monarquia. Sua trajetória na Irmandade da Santa Casa de

²⁶⁷ Sessão de 20 de outubro de 1880, p. 01, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880. (Acervo: SCM).

²⁶⁸ Sessão de 15 de março de 1881 e 04 de março de 1882, p. 76, do Livro de Atas de 27 de julho de 1877. (Acervo: SCM) e Ss de 19 de maio de 1881, p. 12, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM) e ofício da Santa Casa, de 1º de dezembro de 1881 (Ofícios Expedidos, relatórios, balancete, orçamento – 1881-1889, 1914 – APC).

²⁶⁹ *Cópia do Relatório apresentado pelo Vice-Provedor interino o Sr. Te. Cel. José Francisco da Silva Albano em 19 de Março de 1881, por ocasião da posse da nova Meza Administrativa da Santa Casa de Misericórdia.* 28 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

* Palavra um pouco ilegível.

²⁷⁰ Sessão 19 de maio de 1881, p. 12, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

²⁷¹ Sessão 15 de junho de 1881, p. 83 e 86, do Livro de Atas de 27 de julho de 1877 (Acervo: SCM).

²⁷² Sessão 04 de fevereiro de 1886, p. 108, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

Misericórdia totalizou ao todo, vinte anos de dedicação, seja exercendo a função como mordomo seja na vice-provedoria²⁷³.

Para o historiador Guilherme Studart, o vice-provedor Silva Albano foi um *capitalista e philantopo*²⁷⁴. Pertencente a uma importante família cearense cujo poder sobressaiu-se, sobretudo no aspecto religioso, não somente em Fortaleza, como na vila de Arronches onde foi fundado o Asilo São Vicente de Paula. Segundo o ex-padre vigário de Arronches, Rodolfo Ferreira da Cunha, a família dos Albanos reconstruiu uma capela na antiga aldeia de Porangaba, em fins do século XVIII. Naquele momento, o coronel Manuel Francisco da Silva Albano e seu filho, o vigário José Albano Sobrinho, foram os grandes responsáveis pelas bem feitorias da vila²⁷⁵.

Durante o século XIX, os vínculos da família Albano com a instituição católica permaneceram. Silva Albano foi condecorado a Cavaleiro da Ordem S. Gregório Magno, em 1870 e posteriormente, tornou-se amigo pessoal do Bispo do Ceará, D. Luis Antônio dos Santos²⁷⁶. Teve dois filhos dedicados a vida religiosa²⁷⁷.

Silva Albano fez *grande fortuna no comércio* (BARROSO: 2004, p. 360). Entretanto, segundo Guilherme Studart, ele distinguiu-se por sua *piiedade*, sendo o *grande protetor* não somente da Santa Casa de Misericórdia, como de outras instituições sociais, como a Igreja do Carmo e o Colégio da Imaculada Conceição, que chegou a funcionar em sua propriedade até 1867²⁷⁸. Assim, ele atuou diretamente na execução de obras religiosas e assistenciais em Fortaleza.

Uma de suas realizações de maior evidência foi o empenho dedicado à construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus, iniciada em período da seca, em 1878, quando ele e sua esposa Liberalina Angélica da Silva Albano investiram capital na construção desse templo de grandes proporções arquitetônicas em estilo neoclássico.

²⁷³ Relatório dos Sucessos ocorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890. (Fundo: Gov. da Província do Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Offícios expedidos; Data-limites:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

²⁷⁴ STUDART, Guilherme. *Ephemerides do Ceará Republicano 1901*, Revista do Instituto do Ceará, nº. 1902, Ano XVI p. 314.

²⁷⁵ CUNHA, Rodolfo Ferreira da. *Notas Históricas do Livro de tombo da paróquia de Porangaba*. Revista do Instituto do Ceará. 1929/30, p. 279.

²⁷⁶ STUDART, Guilherme. *Ephemerides do Ceará Republicano 1901*, p. 314.

²⁷⁷ Os filhos: Antônio Xisto Albano e D. Maria de Jesus Albano. BARROSO, Gustavo. *Á Margem da História do Ceará*. RJ-SP-Fortaleza. ABC Editora, 2004, p. 360.

²⁷⁸ STUDART, Guilherme. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza, Typographia Studart, 1896, 2º volume, p. 188.

O objetivo circunstancial da obra foi aliviar *a pesada carga de sofrimento dos ombros de milhares de retirantes famintos* (FONTES: 1983, p. 35), utilizando-se de seu trabalho. Contudo, houve ainda intenções particulares por parte da família Albano, que pretendeu presentear seu filho, Antônio Xisto Albano – seminarista que estudava em Paris – com a obra, para que, quando ele voltasse à terra natal pudesse presidir missas na igreja, exercendo a função de padre. O templo levou oito anos para ser concluído, em 1886, um ano após Xisto Albano ter sido ordenado a padre. Voltando ao Ceará, ele assumiu a administração e direção da capela, conforme o previsto por sua família.

Em 1887, José Francisco da Silva Albano, recebeu o título de Barão de Aratanha, por Decreto Imperial ²⁷⁹, vindo a falecer em 1901. No Salão Nobre da Santa Casa foi posto seu retrato. Em memória comemorativa de seu falecimento, Barão de Studart referiu-se a ele como um *dos mais zelosos provedores deste notavel estabelecimento de caridade*²⁸⁰.

Foi durante sua gestão na função de vice-provedoria na Santa Casa que, em março de 1886, o Asilo São Vicente de Paula fora inaugurado. Antes disso, em fevereiro, a mesa regedora aprovou o regulamento do estabelecimento e anunciou seu quadro de funcionários. Foi deliberado ainda naquele momento que, no dia após a inauguração do asilo, deveriam ser imediatamente transferidos pelo chefe de polícia *todos os alienados indigentes que se achassem na Cadeia desta Capital* para o asilo de alienados²⁸¹.

A cadeia pública de Fortaleza foi um local de abandono onde os presos estiveram à mercê da própria sorte. Ao longo de sua trajetória, ela teve um histórico de descaso e lotação. Segundo a historiadora Silviana Mariz, em 1858, enquanto seu limite de vagas comportava setenta presos, existiram em suas celas, duzentas pessoas. Na década de 1870, foram realizadas reformas estruturais no prédio com o objetivo de melhorar as condições de espaço, sendo construído um andar superior destinado às salas de enfermaria e ao corpo de guarda. O andar térreo foi reservado exclusivamente às celas e salas de oficinas. Contudo, as reformas não melhoraram a questão da lotação e da falta de higiene da cadeia (MARIZ: 2005, p. 185).

Em 1881, ela foi descrita pelo próprio relatório da presidência da Província como *um deposito immundo*. Dos duzentos e cinqüenta e nove presos, divididos em vinte e oito quartos, duzentos e quarenta e sete foram considerados *presos pobres*, existindo apenas uma mulher.

²⁷⁹ STUDART, Guilherme. *Ephemerides do Ceará Republicano 1901*, p. 314.

²⁸⁰ STUDART, Guilherme. *Ephemerides do Ceará Republicano 1901*, p. 314.

²⁸¹ Sessão 25 de fevereiro de 1886, p. 111, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

Segundo o relatório, os presos não recebiam nenhum *conforto espiritual nem material*, sendo necessário oferecer-lhes *desenvolvimento intelectual, moral, religioso e profissional*²⁸².

Se a situação da cadeia pública de Fortaleza foi deplorável para o preso comum, agravou-se para o preso alienado. Na manhã do dia 16 de julho de 1885, o sentenciado Pedro Vieira de Araújo, que sofria de *desarranjo cerebral*, praticou o suicídio jogando-se no poço da cadeia, ao fugir de sua cela, no momento em que ela havia sido aberta para o serviço de limpeza, não dando tempo dos funcionários conseguirem agarrá-lo. No mesmo ano, na noite de outubro, outra presa alienada, Joana Maria de Queiroz, foi encontrada morta com uma corda apertada ao pescoço no armador da própria rede²⁸³.

Narrativas sobre a situação do preso louco são raras de ser encontradas nas documentações, sobretudo nos relatórios da presidência da Província. De todos os relatórios arquivados pelos centros de pesquisa histórica do Ceará, no período correspondente de 1850 a 1885, só houve relato destes dois episódios de presos alienados e, quando eles foram noticiados, receberam a alcunha de *Fatos Notáveis*. Desta forma, há poucos indícios de análises sobre as condições de vivência e sobrevivência dos presos loucos nas dependências da cadeia pública. Se é verdade que eles existiram, sua visibilidade, entretanto só se fez presente nos documentos oficiais quando receberam ordens diretas para serem transferidos para o Asilo São Vicente de Paula.

No ano seguinte após o registro dos casos de suicídio praticados pelos dois presos loucos nas dependências da cadeia pública de Fortaleza, o asilo de alienados foi oficialmente concluído e inaugurado.

3. A Loucura Assistida no Ceará: a inauguração do Asilo São Vicente de Paula

Enfim, o Asilo São Vicente de Paulo foi inauguração em 1º de março de 1886. Seu primeiro diretor foi José Theophilo Rabello que acumulou também o cargo de ecônomo. A Clínica esteve sob a responsabilidade do médico da Santa Casa, Meton de Alencar que, além do salário no hospital, recebeu uma gratificação adicional no valor de 400\$000 réis, pela função no novo estabelecimento. O capelão do asilo de alienados foi o reverendo vigário da

²⁸² Relatório do presidente da província André Augusto de Pádua Fleury de 1 de abril de 1881, item: *Tranqüilidade Pública e Segurança Individual*, p.19.

²⁸³ Relatório do pres. da Província Carlos Benedicto Ottoni, de 19.02.1885, item: *Fatos Notáveis*, p. 63.

vila de Arronches, José Albano Sobrinho²⁸⁴, que não recebeu remuneração, pois ele mesmo ofereceu-se para desempenhar a função de padre²⁸⁵. O asilo foi inaugurado com um patrimônio estimado em 60:000\$000 réis²⁸⁶.

Sob a administração direta da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, ele foi mencionado pelo presidente da Província, Miguel Calmon Du Pin Almeida, como um estabelecimento de *caridade* – e não médico – numa simbologia de que a instituição possuiu um perfil mais assistencial que hospitalar. Em discurso referente ao primeiro ano de sua existência, Calmon Almeida fez um balanço das atividades do Asilo São Vicente de Paula, reconhecendo que o mesmo havia preenchido uma *lacuna de há muito sensível* na Província. Em discurso cujo tom foi de perspectiva histórica, ele rememorou que foi durante a administração do ex-presidente da Província Caetano Estellita que iniciaram-se as primeiras obras de execução do asilo, salientando o esforço realizado pela Santa Casa, a *benemérita instituição*, em erguê-lo, apesar de seus *innumeros encargos* financeiros²⁸⁷.

No primeiro relatório oficial sobre o Asilo São Vicente de Paula, o presidente da Província atribuiu que um dos motivos do atraso na conclusão da obra foi a falta de recursos financeiros. Entretanto, paralelo a este fator, mencionou a existência de outros interesses considerados mais ‘urgentes’ dos presidentes que lhe antecederam no tratamento dado a alienação na Província. Não explicitando quais foram esses interesses, mas sinalizando que seriam fatores políticos, Calmon P. Almeida afirmou:

Concluídos os trabalhos não se pode levar a efeito a instalação do asylo, já por que interesses mais palpitantes da provincia desviaram constantemente os meos antecessores de semelhante intento, já por que o precário estado das finanças não comportaria as despesas que para isto se faziam precisas²⁸⁸.

Num relatório minucioso, Calmon Almeida relatou os últimos momentos que antecederam à entrega do edifício São Vicente de Paula. Sobre a questão estrutural da obra, informou que, apesar do prédio ser novo, já apresentava problemas de ordem física tendo em

²⁸⁴ José Albano Sobrinho foi vigário de Arronches de 1882 a 1890. CUNHA, Rodolfo Ferreira da. *Notas Históricas do Livro de tomo da paróquia de Porangaba*. Rev. do Instituto do Ceará. 1929/30, p. 270-9.

²⁸⁵ Ofício de 26 de fevereiro de 1886 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Data-limites:1881-89, 1914 (Acervo: APC)

²⁸⁶ *Relatório dos Sucessos ocorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890*. (Fundo: Gov. da Província do Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Data-limites:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

²⁸⁷ Relatório do presidente da província Miguel Calmon Du Pin Almeida, de 09.04.1886, item: *Asylo de Alienados*, p. 29.

²⁸⁸ Relatório do presidente da província Miguel Calmon Du Pin Almeida, de 09.04.1886, item: *Asylo de Alienados*, p. 29.

vista que o único responsável por ele – um zelador – não tinha condições de *dar-lhe o trato conveniente*. Assim, o prédio encontrava-se arruinado *em vários pontos*. Para solucionar o problema, o presidente nomeou em janeiro de 1886 uma comissão composta pelo vice-provedor e outros mordomos da Santa Casa para examinarem o edifício com o objetivo de indicar os *serviços necessários a sua instalação*. A partir do relatório da comissão, entregue em fevereiro, o engenheiro da Província providenciou alguns reparos²⁸⁹.

Financeiramente, o Asilo São Vicente de Paula possuiu três fontes básicas de rendas, a primeira referente aos juros de apólices das loterias, a segunda através da receita da Empresa Funerária, que também era subordinada à Santa Casa e, por fim, o dinheiro proveniente dos pensionistas.

Sobre esta última fonte de renda, é importante frisar que o asilo de alienados do Ceará assemelhou-se às demais instituições brasileiras voltadas para a loucura onde o perfil do paciente esteve dividido fundamentalmente entre aqueles que podiam e não podiam pagar tratamento. Ou seja, mesmo sendo o Asilo São Vicente de Paula uma instituição voltada, sobretudo para o público extremamente carente – quase em sua totalidade formada por indigente – houve também aqueles cujas famílias tiveram condições financeiras para internar seus parentes. Estes foram chamados de *pensionistas*.

Segundo a historiadora Magali Engels, os pensionistas do Hospício de Pedro II no Rio de Janeiro foram aqueles que muitas vezes incomodavam suas famílias e a vizinhança, pois perturbavam a tranqüilidade privada e pública, tornando-se um *fardo penoso* no qual o internamento do doente no hospital representou uma saída para os parentes livrarem-se do *ônus* de cuidar de um louco em casa. Por sua vez, este paciente representou para o hospital uma complementar fonte de renda (ENGEL: 2001, p. 196).

Os pensionistas também existiram no Hospício de Pernambuco. Para o pesquisador José Medeiros, ao analisar o Serviço de Assistência a Psicopatia do Estado durante a década de 1930, os pacientes pensionistas estiveram organizados em categorias divididas entre 1ª até 4ª classes, classificadas a partir de uma tabela de preços que variava de 20\$000 a 4\$000 réis (MEDEIROS: 2001, p. 72).

O elemento diferencial entre os doentes indigentes e pensionistas não esteve restrito à

²⁸⁹ Relatório do presidente da província Miguel Calmon Du Pin Almeida, de 09 de abril de 1886, item: *Asylo de Alienados*, p. 29.

condição daqueles que tinham ou não meios de pagar tratamento, mas na forma como o médico procedia na análise dos diagnósticos. Segundo a historiadora Maria Clementina Pereira da Cunha, no Hospício do Juquery, em São Paulo, houve casos em que os médicos foram muito mais cautelosos quanto à elaboração do diagnóstico dos pensionistas que em relação aos demais doentes, sobretudo quando havia situações envolvendo disputas de herança e sucessão familiar (CUNHA: 1986, p.113).

No caso do Ceará, durante o primeiro ano de existência do Asilo São Vicente de Paula, a renda provenientes dos pensionistas contabilizou um montante de 1:445\$000, perfazendo um total superior a seis contos de réis. Número este não merecedor de entusiasmo tendo em vista que sua despesa esteve calculada no mesmo valor²⁹⁰.

Na data da inauguração do asilo de alienados, entretanto, os primeiros doentes a ingressarem no novo estabelecimento não foram os pensionistas, mas nove presos indigentes detidos na cadeia pública de Fortaleza, que foram autorizados pelo presidente Camon Almeida para serem ali recolhidos. A mesma ordem de autorização de transferência foi dada às autoridades responsáveis pelas cadeias do interior onde existiam presos loucos²⁹¹.

A imprensa da capital acompanhou os acontecimentos em torno da inauguração do Asilo São Vicente de Paula. Alguns jornais publicaram pequenas notas, outros elaboraram matéria mais extensa. Em março de 1886, o jornal *O Cearense* fez breve menção a ida dos presos loucos da cadeia de Fortaleza para o asilo, acrescentando apenas que eles foram escoltados por dois praças²⁹².

Já o jornal *O Libertador* imprimiu, em 24 de fevereiro de 1886, uma matéria mais longa intitulada *Hospício de Loucos* no qual fez críticas ácidas ao presidente da Província, Calmon Almeida. No início da matéria, o presidente foi chamando de *desastrado, caipora*, entre outros adjetivos em nada positivos. *O Libertador* criticou a sua falta de organização institucional, acusando-o de não ter *idéia clara e madura de nenhum assumpto administrativo*. Utilizando-se de trocadilhos referentes ao asilo para alienados e à questão da loucura, a matéria valeu-se de analogias para criticar o presidente, afirmando ser um indivíduo

²⁹⁰ Relatório do presidente da província Miguel Calmon Du Pin Almeida, de 09 de abril de 1886, item: *Asylo de Alienados*, p. 31.

²⁹¹ Relatório do presidente da província Miguel Calmon Du Pin Almeida, de 09 de abril de 1886, item: *Asylo de Alienados*, p. 31.

²⁹² O Jornal *O Cearense* de 03 de março de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

pouco normal. Para isso, mencionou à *estreitosa do cérebro do presidente em redemoinho de idéias, planos e expedientes, confusos, sem nitidez e sem nexos*²⁹³.

A crítica do jornal justificou-se por considerar que a construção de um asilo para alienados não deveria ser uma prioridade para Província haja vista que, comparativamente a outros necessitados, havia em Fortaleza quatrocentos mendigos que compunham um *spectaculo triste e repugnante* existente pelas ruas e praças. A matéria considerou que mais urgente seria a inauguração de um asilo para a mendicidade, pois o de alienados somente iria receber uma *meia dúzia de desgraçados inquilinos*²⁹⁴ – o que não correspondeu à realidade, como será visto adiante.

A crítica da matéria não se restringiu à relevância do Asilo São Vicente de Paula para a cidade. Não acreditando que os loucos recolhidos teriam uma melhora ao serem conduzidos para o novo estabelecimento, *O Libertador* pontuou que eles teriam como fim uma *agonia terrível e tumulto prematuro*. O jornal reiterou a falta de planejamento por parte do presidente da Província quanto à obra, alegando que, além de desconhecer acerca da existência tanto de *alienados* como de *alienistas* na Província, ele não havia se informado se havia garantias nas condições de manutenção do estabelecimento. Ratificando a pouca relevância da obra, o jornal afirmou que ninguém deu ‘vivas’ ao *presidente louco maniaco* em seu gesto de *caridade e patriotismo*, quando da inauguração do asilo de alienados e justificou o motivo:

Por que? Porque muito acima do hospício de loucos estão em necessidade a importância o asylo de mendigos, os albergues para miseráveis abandonados, os recolhimentos para crianças, as colônias, as casas de maternidade e muitos outros melhoramentos, de que o Sr. Calmon não cogitou²⁹⁵.

Antecipando os problemas futuros que o asilo de alienados iria enfrentar internamente, o jornal *O Libertador* acrescentou não haver na gestão do presidente da Província nenhum *plano de organização do estabelecimento*, meios para mantê-lo e *profissionais especialistas, que possam mitigar o mal dos desventurados*²⁹⁶. A falta de médicos especialistas no tratamento da loucura no Ceará foi um problema considerado relevante pelo jornal, pois em outra matéria publicada no mesmo mês de fevereiro, *O Libertador* noticiou que, momentos

²⁹³ Jornal *O Libertador*, de 24 de fevereiro de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

²⁹⁴ Jornal *O Libertador*, de 24 de fevereiro de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

²⁹⁵ Jornal *O Libertador*, de 24 de fevereiro de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

²⁹⁶ Jornal *O Libertador*, de 24 de fevereiro de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

antes da inauguração do Asilo São Vicente de Paula, as autoridades públicas ainda procuravam um médico alienista e um diretor para o estabelecimento²⁹⁷.

A crítica do jornal apontou para uma problemática merecedora de reflexão, pois de fato o Asilo São Vicente de Paula esteve em vias de ser inaugurado, sem ter sido contratado nenhum médico especializado na área da Psiquiatria. A pessoa nomeada pelo presidente da Província ao cargo de médico de asilo foi o clínico geral da Santa Casa de Misericórdia, Meton de Alencar. Com esta contratação, observa-se que o tratamento dado aos loucos no asilo cearense esteve longe de atender às discussões científicas e acadêmicas existentes nos cenários internacional e brasileiro onde havia estudos e teses sobre a doença mental. A inexistência do médico especialista a frente do São Vicente de Paula reforça a idéia de que a instituição possuiu características eminentemente caritativas que propriamente psiquiátricas; daí a denominação de ‘asilo’ de alienados e não de ‘hospital’ para alienados durante toda a sua existência no século XIX e início do XX.

Voltando à matéria do jornal, se, por um lado, ele questionou a eficácia terapêutica a ser desenvolvida no São Vicente de Paula, por outro lado, o tom contundente da matéria possuiu mais motivações político-partidárias – ou relativas a interesses de determinados grupos – que propriamente preocupação com a cura dos doentes recolhidos no estabelecimento. O jornal afirmou que o presidente Calmon, que pertenceu ao Partido Liberal, apresentava um *conservadorismo adiantado* e mencionou negativamente sobre os *diversos partidarios do grupo que apóia o governador*²⁹⁸.

Discursos depreciando a importância de determinadas obras públicas, no momento de sua inauguração, foram práticas comuns utilizadas pela imprensa partidária para atacar autoridades políticas. Nesse sentido, justifica-se o tom agressivo da matéria. Contudo é oportuno observar que, apesar dos interesses subjacentes à própria relevância da obra, o jornal reforçou a idéia de que a loucura deveria permanecer no silêncio dos desafortunados quando ele desconsiderou a importância do estabelecimento para Fortaleza. O problema da loucura, no momento da inauguração do asilo, permaneceu no seu lugar de não prioridade social e mais uma vez, a infância e a mendicidade ocuparam o interesse maior de determinados segmentos sociais, como a imprensa, nesse caso.

²⁹⁷ Jornal *O Libertador*, de 2 de fevereiro de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

²⁹⁸ Jornal *O Libertador*, de 24 de fevereiro de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

Após a fundação do Asilo São Vicente de Paula, *O Libertador* voltou a publicar matéria sobre o estabelecimento, sem, contudo entrar em discussões controvertidas ao seu respeito. Ele apenas transcreveu o quadro financeiro do primeiro mês de funcionamento de suas atividades, apresentando os gastos feitos com alimentação, que totalizaram 220\$900 réis; quantia esta considerada econômica para o número de vinte e um alienados e empregados existentes na instituição. No primeiro mês de funcionamento do asilo, havia quatorze alienados. Os gastos com os empregados somaram-se 195\$842 réis, perfazendo o total de 416\$742 réis²⁹⁹.

Embora fosse veiculado à Santa Casa de Misericórdia, o Asilo São Vicente de Paula possuiu uma *economia independente* segundo o relatório de presidência da Província, Enéas Torreão, tendo como patrimônio cerca de 72:000\$000 réis, elevando-se em 1888 para a quantia de 120.000\$000, através dos recursos advindos de apólices da dívida pública e oriundo basicamente do produto líquido de loterias³⁰⁰. Com esse patrimônio, ele iniciou suas atividades.

4. O Asilo São Vicente de Paula: as primeiras demandas e problemas em seu cotidiano durante o período monárquico

Inaugurado o Asilo São Vicente de Paula, era necessário iniciar o processo terapêutico, apesar de não haver a figura do médico psiquiatra. Nos primeiros meses de funcionamento, o farmacêutico da Santa Casa solicitou a mesa administrativa informações de como seriam os receituários dos medicamentos destinados ao asilo. Não há registros referentes a quais tipos de tratamentos ou remédios foram usados inicialmente, mas o vice-provedor José Silva Albano, sem mencionar marcas ou fórmulas, tomou conhecimento da solicitação do farmacêutico e providenciou o envio de drogas e outros artigos necessários ao consumo de um ano na instituição, inclusive emitindo pedido diretamente para Europa³⁰¹.

Se o tipo de medicação não foi explicitado pela mesa administrativa, entretanto, o diretor do Asilo São Vicente de Paula, Theophilo Rabello, passou a informar à Santa Casa o movimento de entrada e saída dos loucos, através do envio mensal do mapa demonstrativo (vide em anexos).

²⁹⁹ Jornal *O Libertador*, de 31 de abril de 1886. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

³⁰⁰ Relatórios do presidente da Província Enéas de Araújo Torreão, de 01 de julho de 1887, item: *Asylo de Alienados*, p. 63 e de 21 de abril de 1888, item: *Asylo de Alienados*, p.27.

³⁰¹ Sessões 10.06 e 12.08.1886, p. 119, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

Apesar de certa irregularidade quanto aos dados numéricos do mapa demonstrativo sobre a movimentação interna do asilo, nos quais alguns meses não foram notificados, observa-se o crescimento progressivo no ingresso de doentes, ao ponto de causar preocupação por parte da mesa administrativa da Santa Casa no que se refere à capacidade de lotação do estabelecimento, que, na data de sua inauguração, possuía acomodações para apenas doze loucos³⁰². Em visita feita ao asilo, o vice-provedor Silva Albano destacou positivamente acerca da regularidade do serviço, mas já anteviu que a falta de cômodos seria um dos principais futuros problemas enfrentados pelo São Vicente de Paula. Em junho de 1886, ele recusou a admissão de alienados em virtude da falta de leitos, já que o asilo estava acima de sua capacidade máxima – naquele momento, existiram vinte cinco doentes³⁰³. Mesmo assim, nos primeiros meses, Silva Albano demonstrou otimismo quanto a esta questão, anunciando reformas para ampliação dos compartimentos³⁰⁴.

Otimismo este que durou pouco, pois a situação tornou-se complicada na medida em que chegaram ofícios do secretário de polícia ao vice-provedor da Santa Casa, solicitando o recolhimento de mais loucos no São Vicente de Paula. Em setembro de 1886, o número de doentes continuou excedendo sua capacidade máxima, mesmo assim Silva Albano aceitou o pedido do secretário de polícia e, de forma semelhante, o fez em outubro, quando lhe chegou novo ofício com a mesma solicitação³⁰⁵. O primeiro ano de funcionamento do Asilo São Vicente de Paula finalizou-se com a existência de trinta doentes admitidos, ou seja, dezoito a mais do limite estabelecido na data de sua inauguração.

No aniversário de um ano do Asilo São Vicente de Paula, a mesa administrativa comemorou a data, homenageando duas figuras públicas consideradas responsáveis por sua existência – o *iniciador* e o *installador* – ambos nomeados os *benfeitores* do estabelecimento. O primeiro foi o ex-vice provedor, Visconde de Cauhy, o segundo, o ex-presidente da Província, Miguel Calmon du Pin Almeida. Para isso, mandou colocar seus retratos no salão de honra do Asilo São Vicente de Paula, sendo o último encomendado da Europa. A mesa administrativa objetivou promover uma cerimônia para tal fim no dia primeiro de março, data do aniversário, providenciando os preparativos e o envio de convites às pessoas ilustres da

³⁰² Ofício de 5 de abril de 1887, nº28 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Data-limites:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

³⁰³ Ofício de 22 de junho de 1886, nº44 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Data-limites:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

³⁰⁴ Sessões 12 de agosto de 1886, p. 119, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

³⁰⁵ Ofícios de 15 de setembro, e 4 de outubro de 1886 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Data-limites:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

Província que seriam conduzidas de Fortaleza à vila de Arronches em trem expresso. Os convidados ilustres foram:

primeiras autoridades da província, corpo consular, câmara municipal, chefes de repartições publicas e mais pessoas gradas residentes nesta cidade, afim de assistirem a referida solemnidade; tendo-se em vista providenciar no sentido de partir desta capital para a povoação de Arronches um trem expresso em hora conveniente ³⁰⁶.

A solenidade marcada, contudo, não aconteceu, pois, além do presidente da Província não poder participar do evento por motivo de saúde, no mesmo dia, esteve previsto a chegada de um vapor do norte a Fortaleza³⁰⁷. A mesa administrativa não voltou mais a tocar no assunto, por isso se desconhece se a solenidade foi adiada ou simplesmente deixou de acontecer.

No primeiro ano de funcionamento do asilo de alienados, observa-se a confiança de Silva Albano acerca dos bons resultados que o mesmo vinha oferecendo à Província. No relatório de 19 de março de 1887, no qual consta o balanço das ações da Santa Casa realizadas no ano anterior referente ao asilo, o vice-provedor afirmou:

Em tão pouco tempo já tem elle [o asilo de alienados] prestado à humanidade grandes e valiosos serviços.

Crescido numero de infelises loucos que por estradas e povoados viajavão no maior abandono, ou definhavão nas cadeias publicas, forão alli recolhidos; e destes já vinte e seis a sociedade recebeo completamente curados ³⁰⁸.

Se as expectativas quanto à eficiência do tratamento realizado no asilo de alienados foi satisfatória para o vice-provedor, o mesmo não se pôde dizer das condições de estrutura física. Junto com o primeiro ano, a problemática da falta de acomodação voltou a estar presente nas preocupações da mesa administrativa da Santa Casa, sendo necessário mais uma vez providenciar reformas para aumentar os cômodos. Assim, em abril de 1887, Silva Albano lembrou que as acomodações existentes no dia de sua inauguração tornaram insuficientes diante da demanda de muitos loucos advindos de diversas localidades do Ceará. O apelo do vice-provedor esteve endereçado ao presidente da Província, Enéas Torreão, quando lhe

³⁰⁶ Sessão: 30.03.87, p.134, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880; sessões: 16.02.1888, p.5; 23.02.1888, p.6, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

³⁰⁷ Sessão: 8.3.1888, p.6, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

³⁰⁸ Relatório da Santa Casa: 19 de março de 1887, p.7 e 8. (Ofícios da Santa Casa - Acervo: APC).

encaminhou um ofício solicitando o envio de quatro contos de réis às obras que considerou indispensáveis para a ampliação do São Vicente de Paula.

Em setembro, a mesa administrativa comunicou em ofício que as enfermarias do asilo estavam *repletas* de doentes, com um número total de trinta e três em tratamento. Entretanto, o excedente de doentes não impediu a admissão de mais pessoas, pois considerou o vice-provedor que *o desejo de amparar os infelizes loucos é tão grande, que não se pode dizer – não* a eles. Baseado nessa justificativa, ele autorizou a mais uma solicitação de encaminhamento de loucos, enviada pelo chefe de polícia, para o asilo³⁰⁹.

O discurso de Silva Albano intercalava-se entre a ponderação administrativa de que o São Vicente de Paula não tinha mais condição de receber ninguém e o sentimento humanitário e caritativo de que era preciso oferecer abrigo e tratamento aos ‘infelizes’ que necessitavam de ajuda. Nesse sentido, em novembro de 1887, ao mesmo tempo em que o vice-provedor informou que se tinha chegado ao número de quarenta e quatro alienados recolhidos nas enfermarias, acrescentou que, *se for indispensável o recolhimento dos alienados, de que tratão os referidos officios, far-se-ha todo o possivel de serem observadas as ordens* do chefe de polícia. Assim como esse, existiram outros ofícios em que Silva Albano reiterou não haver espaço no asilo para o tratamento de mais doentes: *por falta de meios e por se acharem cheias as respectivas células*³¹⁰, aceitando, contudo a admissão de novas pessoas em suas dependências.

No mesmo mês de novembro de 1887, um fato curioso, mas pouco aprofundado pelas atas de sessões da mesa administrativa da Santa Casa ocorreu nas dependências do São Vicente de Paula: uma criança do sexo feminino deu entrada no asilo, tendo, posteriormente, recebido alta por encontrar-se *curada*³¹¹. O ingresso de uma criança ao Asilo São Vicente de Paula representou, ao que tudo indica em um fato isolado, pois com exceção desse episódio, não houve registros notificando nenhuma situação similar.

O tema da relação entre loucura e infância não foi matéria ignorada pela psiquiatria brasileira. Estudos realizados pelo médico Antônio Luiz da Silva Peixoto da Faculdade de

³⁰⁹ Ofício de 5 de abril de 1887, nº. 28 (Fundo: Gov. da Prov. CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

³¹⁰ Ofícios: 23 de julho e 28 de novembro de 1888 (Fundo: Gov. da Província do CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

³¹¹ Sessões: 28.04.87, p.137, do Livro de Atas de 20.10.1880 e 24.11.87, p. 2, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM) e Ofício de 24 de novembro de 1887 (Fundo: Gov. da Prov. CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

Medicina do Rio de Janeiro mencionaram casos da literatura psiquiátrica retratados por Esquirol, como o de um menino de dois anos considerado maníaco por ter sido confinado aos cuidados de outro garoto de *nove anos, que ficara alienado em consequência de uma febre atáxica que sofrera*. A primeira obra publicada no Brasil sobre crianças anormais foi escrita em 1900, por Carlos Eiras, intitulada *Da Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas* (LOBO, Lilia: 2008, pp. 371 e 378).

Internamento de criança também foi registrado no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro onde foi construído um pavilhão exclusivo para meninos e meninas alienadas, em 1903. (ENGEL: 2001, p.285). No Ceará, houve apenas o único registro de criança ingressa no Asilo São Vicente de Paula. No entanto, ele torna-se significativo, pois remete à problemática sobre quem foram as pessoas consideradas loucas admitidas na instituição.

4.1 Perfil dos Loucos do Asilo São Vicente de Paula e a Problemática da Lotação:

Relatos envolvendo a internação de criança no asilo de alienados foi definitivamente uma exceção. A regra sobre o grande público internado nas enfermarias compunha-se de indigentes, desvalidos e loucos criminosos. Frequentes foram os ofícios emitidos pelo chefe de polícia à mesa administrativa da Santa Casa solicitando providências para serem transferidas essas pessoas que se encontravam, via de regra, nas cadeias públicas da Província.

Através dos ofícios, a massa impessoal do número de doentes registrado pelos mapas demonstrativos do movimento nas enfermarias do São Vicente de Paula passou a ganhar visibilidade e seus nomes foram enfim ‘revelados’. Deles, esteve o preso de nome João da Cunha que, por cometer crime de homicídio e por sofrer de *furor sanguinário e monomania suicida*, foi solicitada a sua transferência da cadeia ao São Vicente de Paula, sendo, entretanto, negado o pedido sob a alegação de que não havia no estabelecimento estrutura de segurança suficiente para recolher este tipo de criminoso. Para a mesa administrativa, não havia:

compartimento algum com a precisa segurança, nem guarda que evita a pratica de qual quer desatino que com temeridade possa se dar, como é de esperar de tal homem, era de todo inconveniente a admissão alli do referido preso, que na cadeia, em que se acha e que offerece toda segurança para criminosos, é onde deve ser

conservado tratamento, tanto quanto o pode ter no Asylo de Alienados: neste sentido deo-se a respectiva informação³¹².

No entanto, outros criminosos loucos – também denominados de *alienados desvalidos* ou simplesmente *alienados* – considerados menos perigosos e que estiveram detidos na cadeia pública de Fortaleza deram entrada no São Vicente de Paula, sempre encaminhados a pedido dos chefes de polícia, através de ofícios. Foram eles: João Rodrigues Beserra, Francisco das Chagas Epiphanes, Maria da Conceição, João Pedro, Francisca Maria de Jesus, Joana de Tal, Francisca Borges, Antônio Maltias, Mariana Lusía da Silva, Vicência Madeira de Abrêo, Manoel Francisco dos Santos, Joaquina Maria da Conceição, Francisco Gonçalves Torres, Isabel Maria da Conceição, Maria de Nazareth³¹³.

A cadeia foi um dos lugares mais comuns onde se poderiam encontrar loucos. Para o cientista social, José Leopoldo Antunes, as prisões brasileiras de um modo em geral estiveram *repletas de alienados* em fins do século XIX e início do XX. *Muitos teriam enlouquecido durante a pena, mas a maioria deles já teria enfrentado o tribunal no estado de alienação mental*. Analisando as experiências na Bahia, Leopoldo Antunes investigou os estudos realizados pelo médico Nina Rodrigues sobre criminosos que enlouqueceram na cadeia, concluindo que muitos sofriam de algum tipo de *demência precoce* como *confusão mental*, entre outros problemas mentais (ANTUNES: 1999, p. 108.).

A historiadora Lília Lobo reportando-se à Casa de Correção do Rio de Janeiro observou que entre os vários tipos de indesejáveis sociais, recolhidos na instituição, como crianças, velhos e vagabundos, incluíram-se também os *‘loucos criminosos e criminosos que enlouqueceram, tendo sido construídas cinco celas para seu isolamento’* (LOBO, Lília: 2008, p. 329).

No Ceará, os presos da capital que sofriam de problemas mentais somaram-se aos do interior no ingresso ao São Vicente de Paula. Segundo o relatório do presidente de Província, Enéas de Araújo Torreão, em 1887 existiram no interior do Ceará sessenta e sete cadeias, sendo cinquenta e uma erguidas em prédios públicos e dezesseis em casas alugadas. A

³¹² Sessão: 26.04.1888 do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

³¹³ Sessões: 22.08.1889, p.57, 5.9.1889, p. 62; 17.10.1889, p. 66; 14.11.1889, p. 68; 5.12.1889, p. 71; 2.1.1890, p. 73; 30.1.1890, p. 76, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

maioria delas foi resultado de obras dos socorros públicos construídas no período da grande seca de fins da década 1870³¹⁴.

Foram das cadeias que chegaram a Fortaleza os ofícios dos chefes de polícia e dos juizes de órfãos solicitando a transferência dos presos loucos para o São Vicente de Paula. Da cidade de Ipú, deram entrada Raymundo da Rocha e Antonia de Tal, também conhecida como Mereré. Da cidade de Baturité, chegou a louca Cleobolina de Tal³¹⁵.

Da vila de Campo Grande, destacou-se o louco Candido que representou uma ameaça à família, sobretudo a um irmão, pois estava sempre armado de faca ou de armas de fogo. Em ofício solicitando sua transferência ao asilo de alienados, o Juiz municipal, Joaquim d'Abreu Júnior, afirmou que a loucura de Candido desenvolveu-se a tal ponto que representava perigo também aos habitantes da vila visto que ele estava ultimamente *atacando as mulheres para fins libidinosos*. Não viu outra saída o delegado de polícia a não ser colocá-lo na cadeia. O juiz do município de Campo Grande pediu a transferência de Candido para o asilo de alienados de Arronches, ressaltando que a família do preso era paupérrima³¹⁶.

Outros presos loucos do interior da Província foram conduzidos ao asilo São Vicente de Paula em fins do século XIX e início do XX, provenientes das localidades de São Benedito, Aquiraz, Várzea Alegre, Sobral, Maranguape, Iguatu e Aracati³¹⁷.

Além dos loucos criminosos, deu entrada outro tipo de alienado: os militares. Comparativamente com os demais, eles representaram um número bem menor. Dos primeiros anos de existência do asilo de alienados até as primeiras décadas do século XX, ingressaram os seguintes militares: o 1º Sargento do Corpo da Polícia, Casimiro Correia de Araújo Lima; o 2º Sargento do Corpo de Segurança Pública, João Evangelista Pinto; o soldado do 11º Batalhão de Infantaria, César de Mello e Silva; o alferes Germano Soares Góes; o soldado do 2º Batalhão de Infantaria, Odilon Apolinese Figueiredo; o major reformado, Anacleto Francisco dos Reis; o soldado Mariano Faustino Vieira da Guarda Civil;

³¹⁴ Relatório do pres. da Província Enéas de Araújo Torreão, de 01.07.1887, item: *Prisões Públicas*, p. 10.

³¹⁵ Sessão 22.8.1889, p.57; 3.10.1889, p. 63, do Livro de Atas de 17.11.1887 (Acervo: SCM).

³¹⁶ Anexo de 22 de fevereiro do ofício de 22 de março de 1889 (Fundo: Gov. da Prov. CE; Grupo: Santa casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

³¹⁷ Ofícios de: 7 de fevereiro de 1887, 24 de novembro de 1887 (Fundo: Gov. da Prov. CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC). Sessões da Santa Casa de Misericórdia de: 21 de novembro de 1907, p. 97; 22 de abril de 1909, p. 23; 3 de maio de 1917, p. 25; 16 de agosto de 1917, p. 42; 4 de setembro de 1919, p. 20. (Acervo: SCM).

o soldado do 46º Batalhão de Caçadores; José Thomé³¹⁸. Geralmente, os militares eram internados a partir da mediação de seus próprios comandantes que solicitavam, através de ofício, sua internação à mesa administrativa da Santa Casa. Alguns deles foram internados na condição de pensionistas.

Não houve relatos detalhados sobre os pensionistas que deram entrada no asilo de alienados durante os primeiros anos de sua existência. O próprio vice-provedor Silva Albano, referindo-se às fontes de renda do asilo de alienados, sustentado basicamente pelos rendimentos da Empresa Funerária, lamentou que os pensionistas fossem poucos, não ‘aparecendo’ na instituição³¹⁹. A primeira vez que eles foram notificados oficialmente, constando no mapa demonstrativo do São Vicente de Paula ocorreu somente no século XX, em 1901. Nesse sentido, o público alvo do asilo foi aquele destituído de condições para pagar tratamento, não possuindo, muitas vezes, sequer casa ou família. O São Vicente de Paula foi o lugar da pobreza indigente desvalida louca no Ceará que crescia quantitativamente nas dependências do estabelecimento, aumentando o problema da lotação.

Somando-se os loucos indigentes e os criminosos da capital e do interior, juntamente com os poucos pensionistas, o São Vicente de Paula agravou desde os primeiros anos de sua existência a problemática da falta de leitos. Problemática esta que não foi exclusividade do Ceará.

Nas colônias da Ilha do Governador no Rio de Janeiro, destinadas ao recolhimento de loucos, a questão da lotação foi tão alta que acarretou em problemas graves de más condições de vida dos internos, como a falta de higiene e indistinção no critério da separação entre doentes. Assim, tornou-se comum a transmissão de doenças contagiosas proporcionando altos índices de mortalidade e a mistura indiscriminada de doentes curáveis e incuráveis, crianças e adultos, ricos e indigentes, em um mesmo espaço (LOBO: 2008, p. 402).

No extremo sul do País, no Rio Grande, o Hospício São Pedro enfrentou um *quadro caótico* quanto a esta questão. Segundo Yonissa Wadi, foi necessário encontrar saídas para o problema da lotação, como a utilização dos antigos pavilhões da Santa Casa para abrigar

³¹⁸ Sessões: 5.12.1889, p.71; Ss: 4.9.1890, p. 122; 13.11.1890, p. 132, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887. Ss: 28.01.1897, p. 31; 18.3.1897, p. 39 do Livro de Atas de 1896 a 1897: SS: 25.8.1910, p. 72/3 Livro de Atas de 1908; Ss: 16.10.1919, p. 26 do Livro de Atas de 24 de fevereiro de 1919. (Acervo: SCM).

³¹⁹ Relatório dos Sucessos ocorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890. (Fundo: Gov. da Província do CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

novos doentes; no entanto esta medida não obteve eficácia. A experiência do hospício de Porto Alegre também evidenciou o impasse dos seus dirigentes entre a recusa em admitir novos alienados e a *responsabilidade* em aceitá-los, pois era o único estabelecimento da Província destinado ao tratamento da loucura (WADI: 2002, pp. 48 e 140). O elemento diferencial da experiência gaúcha e da cearense foi que o impasse em aceitar ou não novos doentes no Hospício São Pedro coube também ao médico alienista e não somente ao provedor da Santa Casa de Misericórdia.

No Ceará, apesar de não haver cômodos nem condições financeiras favoráveis para recolher mais alienados para o Asilo São Vicente de Paula, o vice-provedor Silva Albano deixou claro que, mesmo *com grande sacrifício*, não tinha coragem de recusar *nesta Administração* a entrada de louco, este que era o *ente mais infeliz da humanidade*³²⁰.

Quando Silva Albano afirmou que em ‘sua’ administração não havia a possibilidade de recusar um alienado que precisasse de tratamento, ele deixava claro que era ‘ele’ o responsável pela demanda do asilo, exercendo um poder maior que o do médico – que estava diretamente envolvido no cotidiano institucional da loucura. A problemática dos poderes e funções médicos será abordada em capítulo posterior, contudo é importante frisar que a dependência administrativa do Asilo São Vicente de Paula em relação à Santa Casa de Misericórdia permitiu que o vice-provedor atuasse em uma área que não tinha competência como profissional especializado – a da medicina psiquiátrica. O aspecto administrativo sobre o funcionamento institucional do asilo sobrepôs ao clínico e terapêutico no que tange à admissão de novos loucos.

O poder do vice-provedor esteve respaldado no próprio regimento da Santa Casa, quando no artigo 39, constava que a ele competia: *Administrar os bens patrimoniaes da Santa Casa e tudo que lhe pertence*³²¹. Em artigo 60, reiterava-se que competia ao provedor: *Exercer a superior administração em todos os estabelecimentos e negócios da Santa Casa...*³²². Assim, através do aparato regimental, ficou claro que, como o São Vicente de Paula era

³²⁰ Ofício de 7 de fevereiro de 1887 (Fundo: Gov. da Prov. CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

³²¹ *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. cap. VIII , Artº 39, p. 189. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

³²² *Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza*, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897, cap. X , Artº 60 § 2º, p. 192. (Setor de Microfilmagem da BPMP).

uma instituição dependente da Santa Casa de Misericórdia, todo o seu funcionamento deveria passar pelas deliberações da mesa administrativa e do vice-provedor.

O pouco poder exercido pelo médico nos assuntos referentes à instituição voltada para a loucura não foi, entretanto, uma prática exclusiva do caso cearense. No Rio de Janeiro, segundo a historiadora Magali Engels, outras instâncias de poder, além do médico e mesmo do provedor da Santa Casa, atuaram diretamente na admissão do louco no Hospício D. Pedro II, como os juízes de órfãos, o chefe ou delegado de polícia e até os familiares (ENGELS, p. 233).

No Ceará, os juízes e chefes de polícia não interferiam diretamente no recebimento dos loucos no Asilo São Vicente de Paula. Eles apenas solicitavam o pedido de internamento através de ofícios entregues à mesa regedora da Santa Casa. Foi o vice-provedor e, em alguns momentos o presidente da Província, quem decidia sobre o ingresso ou não dos doentes nas dependências do Asilo São Vicente de Paula. Prática discursiva significativamente demonstrativa acerca do processo de institucionalização da loucura que ia se constituindo no fazer-se do cotidiano administrativo asilar.

Retomando a questão da lotação do asilo de alienados, uma decisão encontrada por Silva Albano para contorná-la foi aumentar o número de enfermarias. Neste sentido, durante a gestão do presidente da Província, Enéas de Araújo Torreão, foram feitas algumas reformas no São Vicente de Paula, como o prolongamento das duas alas do Norte e Sul, numa extensão de vinte metros cada uma. O valor da obra foi estimado em vinte contos de réis³²³. Apesar da iniciativa, a situação não melhorou e a breve história do asilo de alienados caminhou para a mudança na forma de governo – da Monarquia para República – com as mesmas dificuldades financeiras e estruturais existentes desde sua inauguração.

No período de transição entre o Império e a República, Silva Albano deixou o cargo da vice-provedoria, assumindo em março de 1889, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, numa gestão que terminou no ano compromissal de 1890. Neste período, o número de loucos existentes no São Vicente de Paula deu salto significativo. A média de admissão de doentes nos primeiros anos de sua existência era de um a dois mensais. Esse número cresceu para

³²³ Relatório dos Sucessos ocorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890. (Fundo: Gov. da Província do CE; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

vinte em abril de 1889, contabilizando um total de sessenta alienados em tratamento (vide mapa demonstrativo em anexo).

Esta cifra fez com que a mesa administrativa da Santa Casa tomasse por unanimidade a decisão de recusar o ingresso de mais nenhum louco ao asilo de alienados, limitando seu número a cinqüenta. Alegando falta de recursos para recebê-los, além desta medida, deliberou-se que aqueles doentes que estivessem em condições de sair do asilo fossem submetidos ao parecer do médico e retirados do estabelecimento.

Em vista das ponderações feitas pelo Senhor Vice-Provedor, relativamente ao numero considerável de loucos que, ultimamente, têm affluido ao Asylo de Alienados, cujos recursos são ainda insufficientes para comportar crescidas despesas, a Mesa, sob indicação do Senhor Procurador Geral, unanemente approvada, resolveo limitar o numero de alienados a cincoenta, sendo retirados do estabelecimento aquelles que a juízo medico estiverem completamente restabelecidos; dando-se sciencia disso ao medico e director do referido estabelecimento³²⁴.

E assim foi feito. No mês seguinte, foram registrados no mapa demonstrativo do asilo onze loucos considerados *curados* e outro que recebeu alta por estar com uma *situação melhorada*•.

Apesar do esforço da mesa administrativa em contornar o problema da lotação, medidas como estas não funcionaram porque, entre outros motivos, o Asilo São Vicente de Paula foi a única instituição voltada para a loucura em toda a Província. Recusar a entrada de doentes somente transferia o problema do local para onde eles seriam levados, pois estariam provavelmente ou vagando pelas ruas das cidades ou definhando nas cadeias públicas.

Reconsiderando a deliberação tomada em abril, o vice-provedor ponderou, dois meses depois, que fosse admitida, em casos especiais, aquela pessoa que aparentasse estar *gravemente enferma*³²⁵. Após a reconsideração da mesa administrativa em aceitar novos doentes – não se limitando aos cinqüenta, anteriormente estipulado – o número de alienados cresceu novamente, e em apenas um mês, somou-se a sessenta e cinco.

Não solucionada a questão das acomodações, foi a lotação o problema mais grave que perdurou durante toda a existência do São Vicente de Paula. Em fins do governo monárquico,

³²⁴ Sessão: 2.5.1889, p.45 do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

• Ver mapa demonstrativo em anexo.

³²⁵ Sessão: 13.7.1889, p.49 do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

o asilo contabilizou o número de oitenta loucos em suas enfermarias, representando um desafio a ser enfrentado pelo governo republicano.

5. A República e o Asilo São Vicente de Paula: permanências e discontinuidades

A Monarquia finalizou-se no Ceará anunciando nova seca.

O presidente da Província, Henrique d'Ávila, cuja administração durou apenas um mês e meio – por ter pedido demissão em decorrência de divergentes político-administrativas com o governo central – comunicou, em seu relatório, a preocupação em torno dos famintos que, em cinco meses, multiplicaram-se de trinta para trezentos mil no Ceará. Objetivando evitar a repetição das cenas vivenciadas durante a seca de 1877/79, ele anunciou esforços para conter o êxodo da população do interior para fora da Província, que gerava além de desordem, mais despesas para o *Tesouro*. Neste sentido, descreveu, em seu relatório, várias medidas por ele realizadas no combate aos problemas decorrentes da seca, tais como: organização de serviços de socorro público a partir da criação de comissários em todas as comarcas, estabelecimento de armazéns de gêneros alimentícios e transportes para garantir que as remessas de alimentos chegassem às localidades atingidas pelo flagelo.

Referindo-se ao tratamento dos doentes indigentes que chegaram a Fortaleza, reconheceu Henrique d'Ávila sobre a importância do trabalho realizado pela Santa Casa de Misericórdia, considerado um *estabelecimento modelo pela perfeição com que nelle é preenchido o grandioso e humanitário fim de sua instituição, apesar de ser extremamente pobre*. O presidente da Província fez questão de destacar a atuação da irmã superiora e do então vice-provedor, Silva Albano – o Barão de Aratanha – *que durante uma longa serie de annos foi a alma desse tão util estabelecimento*³²⁶ e anunciou ter aumentado as enfermarias do hospital caritativo, além de ter criado um lazareto para doentes de moléstias contagiosas.

A Santa Casa Misericórdia de Fortaleza procurou encontrar meios para minimizar os problemas de saúde provocados pelo excesso de doentes que se avolumaram em suas enfermarias em decorrência da seca em fins dos anos de 1880. E, mesmo após seu término, o vice-provedor Silva Albano solicitou em ofício à presidência da Província a criação de mais

³²⁶ Relatório do Presidente da Província, Henrique D'Ávila, de 9 de setembro de 1889, pp: 1-8.

um lugar de médico no hospital devido a grande demanda de doentes, que de 2.341 tratados durante o ano de 1888, passaram para o número de 3.043, no ano seguinte³²⁷.

Através da análise do discurso de entrega do cargo do presidente Henrique d'Ávila, observa-se a existência de conflitos político-administrativos nos momentos que antecederam a proclamação da República, quando o presidente da Província finalizou seu relatório criticando o governo central *que, ainda escravizado ao centralizador systema de administração que tem tornado rachuitico este Grande Império, continúa a considerar as Presidências das Províncias meros acréscimos de suas secretarias*³²⁸.

Em outra mensagem oficial – agora no Ceará republicano – o governador do Estado, José Clarindo de Queiroz, em 1891, discursou acerca do novo sistema político brasileiro, afirmando que o Estado deveria aceitá-lo: *O Ceará carece alojar-se nos amplos moldes de uma lei genuinamente democrática, eminentemente moral. A República está feita, é facto consummado*³²⁹. Satisfeito quanto à aceitação de determinados políticos ao novo sistema, em outra mensagem destinada ao Congresso, ele considerou que os antigos grupos partidários adaptaram-se bem à nova configuração política, afirmando:

Noto satisfeito que – os grupos, os antigos partidos – que ficaram sem programma, sem bandeiras, sem princípios políticos definidos – na passagem do novo governo – tomam novos rumos em torno de novas normas, - e preparam-se para continuar mais tarde a necessaria lucta das idéas políticas³³⁰.

O presidente Clarindo de Queiroz emitiu essa análise, pois existiu um cenário de apreensão em relação à consolidação da República no Ceará. Para o pesquisador Eduardo Bezerra Neto: *A tarefa não era simples, embora empreendida sem resistências expressivas. Isto porque foi necessário organizar um novo sistema legislativo para ordenamento da administração pública e, em prazo o mais curto possível*³³¹. Um dos momentos de apreensão quanto à efetivação da República no Ceará ocorreu em setembro de 1890, quando foi realizada a primeira eleição para deputados no Congresso Constituinte. Naquele episódio, a imprensa acusou a corrente política do governo de ter realizado várias fraudes, como:

³²⁷ Ofício de julho de 1889, Pasta: *Balanço e Orçamento da Santa Casa de Misericórdia 1889* e Relatório dos Sucessos ocorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890. (Fundo: Gov. da Província do Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite: 1881/89, 1914 (Acervo: APC).

³²⁸ Relatório do presidente da Província, Henrique d'Ávila, de 9 de setembro de 1889, p. 7

³²⁹ Relatório do governo do Estado, José Clarindo de Queiroz, de 6 de maio de 1891, p. 6

³³⁰ Relatório do presidente do Estado, José Clarindo de Queiroz, de 1 de outubro de 1891, p. 19.

³³¹ BEZERRA NETO, Eduardo. *A Idéia republicana em Marcha*. Revista do Instituto do Ceará. Tomo Especial de 1987 – 1º centenário do Instituto do Ceará, p. 123.

compra de votos com dinheiro público, distribuição irregular de alimentos às populações vítimas de calamidades, acusações de alistamentos de eleitores analfabetos, mobilizações de religiosos e professores para ‘proceder ao aliciamento de eleitores no interior e outras formas de pressão[...]’ (BEZERRA NETO, p. 128).

Partidariamente, após a instalação do novo regime, a composição política no Ceará ficou distribuída a partir de três grupos: o Republicano, o Católico e o Operário, sendo os dois primeiros de maior força política. Torna-se oportuno observar que o partido Católico teve como liderança José Francisco da Silva Albano que se ausentou da função de vice-provedoria da Santa Casa após o advento da República (BEZERRA NETO, p. 128)

Em mensagem oficial de 1891, o presidente Clarindo de Queiroz – assim como seu antecessor – referiu-se à questão assistencial realizada pelo Estado, elogiando a atuação da Santa Casa de Misericórdia como uma instituição pública cuja importância foi grande para a sociedade: *Se há, no estado, uma instituição tão notável pela sua direcção como pelos benefícios que presta, em ordem a ser um desvanecimento para o nome cearense, é, sem contestação, a Santa Casa de Misericórdia d’esta capital*³³².

No entanto, a relação entre a igreja católica e o Estado sofreu mudanças significativas a partir de sua gestão, em consequência das transformações políticas ocorridas em âmbito nacional.

O projeto apresentado pelo governo provisório para a elaboração da primeira Constituição republicana do País atingiu diretamente os privilégios da igreja católica quando foram apresentadas propostas como o reconhecimento e a obrigatoriedade do casamento civil, a laicização do ensino público, a proibição de subvenções oficiais aos cultos religiosos, entre outras. Para a historiadora Jacqueline Hermann, assim como houve a ação do governo republicano em reconfigurar o poder da instituição religiosa no País, houve a reação da igreja, através de documentação expedida pelo arcebispo da Bahia, D. Antônio Macedo Costa, à Assembléia Constituinte, contra aquilo que chamou de artigos *ofensivos aos direitos da igreja*. Sob sua liderança, fortaleceu-se no Brasil o *movimento reformador da prática católica* chamado de ‘romanização’ que havia se iniciado na segunda metade do século XIX, com os papas Pio X e Leão XIII (HERMANN: 2003, p. 124).

³³² Relatório do presidente do Estado, José Clarindo de Queiroz, de 1 de outubro de 1891, p. 19.

Segundo o pesquisador Vinícius Barros Leal, com o advento da República, desapareceram os *vínculos estreitos entre duas forças que sempre caminhavam em parceria*³³³ no Ceará, o Estado e a igreja. Uma das transformações sofridas foi o decreto de abril de 1891, assinado pelo presidente do Estado anterior, Liberato Barroso, ao elaborar um novo Estatuto para a Santa Casa. Na gestão de Clarindo de Queiroz, o novo Regulamento foi assinado. Entre as alterações regimentais mais expressivas constou que o Provedor deveria ser membro da Irmandade a partir do sistema de eleição escolhido pelos mordomos e que a estrutura administrativa da Santa Casa *passava a ter uma sistemática semelhante a de uma autarquia*. Desta forma, o Estado deixou de desempenhar determinados *privilégios* e prover financeiramente à Santa Casa, dando-lhe apenas uma subvenção anual³³⁴.

Antes disso, no momento da transição da Monarquia para a República, a situação da Santa Casa de Misericórdia não foi a das mais confortáveis financeiramente. Em relatório de passagem da mesa administrativa da gestão do então vice-provedor Silva Albano para o recém empossado, Paulino Nogueira Borges da Fonseca – no ano compromissal de 1889 a 1890 –, o Barão de Aratanha, fez um balanço sobre os recursos do hospital.

Na cerimônia de entrega do cargo ao novo vice-provedor, Silva Albano expôs sua preocupação acerca do patrimônio da Santa Casa no qual segundo ele, era necessário que os *poderes competentes* tomassem medidas eficazes, destinando-lhe *recursos precisos* para o hospital, *senão dentro de poucos anos ficará completamente extinto o seu patrimônio*. A situação financeira foi agravada com a última seca, quando as enfermarias comportaram um grande excedente de doentes. Para torná-la ainda pior, Silva Albano expôs que a Santa Casa havia contraído dívidas com algumas casas comerciais que vendiam gêneros alimentícios e medicamentos, não conseguindo pagá-las, apesar dos esforços de economia. Entre os estabelecimentos credores estava a Casa Comercial de Albano & Irmão que pertencia a própria família de Silva Albano.

Não devo omitir uma circunstancia bem deplorável, oriunda das dificuldades já mencionadas. Nestes últimos tempos, por deficiência de meios, a Santa Casa por vezes amparada no seu credito, contrahio dividas de gêneros e medicamentos com as casas comerciais de Motta (ilegível), Vieira & Cia e Guilherme Rocha & Cia e

³³³ BARROS LEAL, Vinícius. *Nos Quinhentos Anos das Misericórdias*. Rev. do Instituto do Ceará. Ano CXII, 1998, p. 175.

³³⁴ BARROS LEAL, Vinícius. *Nos Quinhentos Anos das Misericórdias*. Revista do Instituto do Ceará. Ano CXII, 1998, p. 176.

para satisfazer as suas necessidades inadiáveis algumas quantias foram supridas por vezes pela Casa Commercial de Albano & Irmão e sem juros³³⁵.

Lamentando não ter sanado os compromissos financeiros, Silva Albano solicitou que o provedor empossado ficasse atento às finanças do hospital.

No que concerne ao Asilo São Vicente de Paula, o Barão de Aratanha fez também um balanço de sua gestão, anunciando que as reformas iniciadas durante a administração do então presidente da Província, Enéas Torreão, estavam em fase de conclusão, *faltando apenas cinco portões de ferro e dez janellas no andar superior, pequenos serviços de pintura e outros de pouca monta*. O total da obra foi estimado em quase dezoito contos de réis e mesmo estando concluída, havia outros pequenos reparos a serem feitos, não faltando recursos para isso, de acordo com a verba orçada. É importante destacar que a mão de obra utilizada nas reformas do asilo de alienados foi feita, além dos operários, pelos próprios loucos que receberam inclusive remuneração, embora *módica*, na importância de 444\$300 réis³³⁶. Através da exposição sobre o balanço das atividades realizadas na Santa Casa e nos demais estabelecimentos a ela dependentes – como o Asilo São Vicente de Paula – José Francisco da Silva Albano encerrou sua longa gestão na vice-provedoria da Santa Casa.

O novo vice-provedor, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, foi formado em Direito pela Faculdade de Recife. Em 1871, foi condecorado a Ordem de Christo. Ocupou os cargos de advogado e promotor público, mas também se dedicou à vida político-partidária. Pertencente ao partido Conservador, exerceu as funções de deputado geral e vice-presidente da Província. Intelectual, foi professor de Direito Criminal pela Faculdade Livre de Direito do Ceará e publicou vários artigos na *Revista do Instituto do Ceará* onde foi presidente, e no jornal literário *A Quinzena*, muitos deles voltados para temáticas históricas. Foi nomeado ao cargo de vice-provedor da Santa Casa duas vezes, uma em 1889 e a outra em 1906. Faleceu em 1908³³⁷.

³³⁵Relatório dos Sucessos ocorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890. (Fundo: Gov. da Província do Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; Pasta: - Balanço e Orçamento, (Acervo:APC).

³³⁶Relatório dos Sucessos ocorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890. (Fundo: Gov. da Província do CE; Pasta: Santa Casa de Misericórdia- Balanço e Orçamento. Acervo: APC).

³³⁷STUDART, Barão de *Mortos do Instituto em 1809*. *Revista do Instituto do Ceará*, nº. 1908 p. 397-400 e PAIVA, Melquíades Pinto. *Um Deputado do Império: Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841-1908)*, *Revista do Instituto do Ceará*. Ano CVI, 1992, p.25 .

Durante a República quando se iniciou a gestão de Paulino Nogueira Borges da Fonseca na provedoria, observam-se continuidades em relação à forma de governo anterior no que concerne às questões de ordem administrativa do São Vicente de Paula. A principal delas foi a permanência do vínculo do asilo de alienados em relação à Santa Casa de Misericórdia. Situação diversa ao que ocorreu em outras instituições brasileiras semelhantes.

No Rio de Janeiro, o Hospício D. Pedro II desligou-se institucionalmente da Santa Casa após a proclamação da República, rompendo com os vínculos políticos, religiosos e caritativos construídos no antigo sistema. O hospício alterou não apenas seu nome para Hospital Nacional de Alienados, como elaborou outros procedimentos administrativos, tornando suas ações mais laicas e menos articuladas com a religião católica através da qual havia forte intervenção das irmãs de caridade no cotidiano da instituição (ENGELS: 2001, p. 232). O médico alienista Teixeira Brandão foi um dos que criticou o *poder abusivo das irmãs* que, recusando-se a subordinarem-se aos médicos, *simplesmente abandonaram o serviço sem aviso prévio, deixando o hospital em situação bastante difícil* (LOBO: 2008, p. 399). Com o desvinculo à Santa Casa, o médico do Hospital Nacional de Alienados passou a ocupar uma função mais autônoma em suas práticas clínicas na medida em que, antes, ele era obrigado a comunicar regularmente seus procedimentos ao provedor (ENGELS: 2001, p. 232).

A experiência republicana do Hospício São Pedro no Rio Grande do Sul seguiu na mesma direção. Separando-se administrativa da Santa Casa de Porto Alegre após a mudança de regime, o hospício passou a vincular-se diretamente à Secretaria do Interior e Exterior, tornando a loucura objeto de intervenção estatal e não mais de associações beneméritas. De forma semelhante à experiência carioca, o médico do Hospício São Pedro conquistou maior poder no interior daquele hospital³³⁸.

A República no Ceará não trouxe mudanças nesse sentido. A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza continuou administrando o São Vicente de Paula e todas as instituições que lhes estavam subordinadas – como o Cemitério São João Batista e a Empresa Funerária –, além de ser inteiramente responsável por seus custeios na medida em que ela não possuía o mesmo apoio financeiro estatal que tinha durante a Monarquia³³⁹. Nesse sentido, a estrutura do São Vicente de Paula permaneceu sob os mesmos moldes do regime anterior, não havendo inclusive registros de conflitos entre o médico do asilo de alienados e os membros da

³³⁸ WADI, P. 124

³³⁹ BARROS LEAL, Vinícius. *Nos Quinhentos Anos das Misericórdias*. Revista do Instituto do Ceará. Ano CXII, 1998, p. 176.

mesa administrativa da Santa Casa, na nova configuração política, no que tange às questões relativas às possíveis disputas de poder, como ocorreu em outras instituições semelhantes no País. Ou seja, enquanto no Rio de Janeiro, a Santa Casa foi acusada pelo médico psiquiatra Teixeira Brandão de ser *um verdadeiro Estado no Estado* no qual o *domínio absoluto das irmãs de São Vicente de Paulo* fazia com que o hospício se assemelhasse *mais a um convento do que a um hospital* (ENGELS: 2001, p. 256), no Ceará não houve indícios de nenhum tipo de questionamento sobre tal temática por parte dos médicos que passaram pelo Asilo São Vicente de Paula nas primeiras décadas do século XX.

No que concerne ao ingresso dos doentes no asilo de alienados também se observaram permanências em relação ao período monárquico. Os procedimentos continuaram os mesmos durante a República, nos quais o chefe de polícia solicitava ao provedor ofícios de encaminhamento dos loucos que perturbavam a ordem pública para serem transferidos para o asilo. Alguns desses loucos foram: Raymundo de Tal, Anna Josepha de Carmo e Francisca de Sousa Lima³⁴⁰. Todos foram indigentes ou criminosos oriundos, sobretudo da cadeia pública de Fortaleza que – assim como o asilo de alienados – também enfrentou grave problema de lotação.

Segundo o presidente do Estado, José F. B. Fontenelle, em 1893, a cadeia pública de Fortaleza recebeu muitos presos pobres de várias localidades do interior, sobrecarregando sua capacidade. Alegando que esse quadro deveria mudar, pois a cadeia não poderia *continuar a ser receptáculo de todos os criminosos* do Estado, criticou que enquanto alguns municípios ficavam *sem despesa alguma, o da capital tornar-se-ia imensamente com ella sobrecarregado*. Nesse sentido, ele sugeriu uma reforma no seu regulamento interno que estivesse condizente com o Código Penal Brasileiro³⁴¹.

Em 1896, José Fontenelle comunicou, em mensagem à Assembléia Legislativa, que o novo regimento ainda não havia sido publicado e relatou que a cadeia era antes um *estabelecimento mais apropriado a estimular detentos do que á espiação do crime e regeneração dos detentos*. Considerou ainda a necessidade de reformas nos presídios do interior, pois poucos ofereciam condições higiênicas e de segurança. Outro problema retratado pelo presidente do Estado foi o pequeno número de praças existentes na cadeia da capital que totalizava o número de 480, exercendo funções diversas, que iam desde o serviço de guardas e

³⁴⁰ Sessão: 13.03.1890, p.87; 24.04.1890, p. 99, do Livro de Atas de 17.11.1887 (Acervo: SCM).

³⁴¹ Relatório do presidente do Estado, José Freire Bezerril Fontenelle, de 15 de junho de 1893, p. 96.

policiamento de Fortaleza até o destacamento de homens e ambulâncias para cidades do interior à disposição dos juízes de direito, quando solicitados para captura de criminosos³⁴².

Em 1897, foi empossado o novo presidente do Estado, o ex vice-provedor da Santa Casa, Antônio Pinto Nogueira Acioly. Em discurso dirigido às Câmaras Municipais, ele também demonstrou preocupação com o estado das cadeias do interior que, com exceção de poucas, foram descritas como *verdadeiros antros em que é impossível a conservação da vida, e, além disto, focos de infecção atentando contra a saúde publica*³⁴³.

O problema das lotações, tanto na cadeia pública de Fortaleza como no asilo de alienados, representou uma amostra do quadro demográfico da cidade que cresceu extraordinariamente no período republicano, num processo iniciado, sobretudo a partir da seca de 1877-79. Segundo o presidente do Estado José Fontenelle, a área urbana de Fortaleza havia decuplicado nos últimos anos, perfazendo um total de 12 mil habitantes, em 1894³⁴⁴.

A preocupação com o aumento no número de loucos do Asilo São Vicente de Paula fez com que a mesa administrativa da Santa Casa limitasse a admissão de novos doentes, ainda em abril de 1890. Novamente foi proposto que o número de alienados fosse reduzido a cinquenta tendo em vista que já contava a cifra dos sessenta e cinco.

De forma semelhante como ocorreu durante o período monárquico, o médico do asilo de alienados atestou o parecer de *curado* a um número significativo de doentes – onze – como medida para desafogar o problema da lotação³⁴⁵. Entretanto, ao contrário do episódio anterior, a mesa regedora da Santa Casa tentou manter sua decisão de não mais receber nenhum alienado no asilo. Assim, quando em maio de 1890, chegou novo ofício do chefe de polícia solicitando o recolhimento de três alienados desvalidos – Raymundo de Tal, Anastácio Antonio de Oliveira e Maria Feitoza – que estavam recolhidos na cadeia pública há muitos dias, obteve a negativa como resposta. Além de pedir a transferência, o chefe de polícia solicitou duas roupas a cada um deles, pois eles se encontravam *em quasi completa nudez*. O vice-provedor, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, manteve a decisão de não recebê-los no São Vicente de Paula, mas atendeu uma parte do pedido, mandando providenciar:

³⁴² Mensagem do presidente do Estado, José F. B. Fontenelle, de 1 de junho de 1896, p.6

³⁴³ Mensagem do presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Acioly, de 1º d julho de 1897, p. 18.

³⁴⁴ Mensagem do presidente do Estado, José F. B. Fontenelle, de 1894; Anexo p. 71.

³⁴⁵ Sessão: 24.04.1990, p. 99, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

duas camisolas e duas ceroulas de algodãozinho para o homem, e duas camisas e outras tantas saias da mesma fazenda para a mulher; o que a Santa Casa fazia tão somente por sentimentos de caridade, pois bem se comprehende que não pode correr por sua conta a despesa com vestimenta de quem quer que esteja recolhido aos seos hospitaes.³⁴⁶

Um aspecto diferencial das práticas administrativas referentes ao problema da lotação realizadas na Monarquia e República foi que no regime anterior, a ação do vice-provedor e da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia mostrou-se mais autônoma, havendo pouca presença do presidente da Província nos assuntos internos do asilo de alienados. Durante os primeiros anos da República, o governador do Estado demonstrou maior interesse em conhecer o problema da lotação do asilo de alienados e acompanhar sua movimentação interna.

Em junho de 1890, o governador do Estado solicitou ao provedor da Santa Casa informações sobre o número de alienados recolhidos no São Vicente de Paula e a capacidade total do estabelecimento. Buscou informar-se também sobre as finanças da Santa Casa e considerou que alguns presos que estavam na cadeia pública deveriam ser transferidos para o asilo de alienados. Contudo, não desejando superlotá-lo, questionou ao provedor se não haveria entre os loucos recolhidos no asilo, alguns que, por seu *estado de pouca excitabilidade*, poderiam *viver inoffensivos* na sociedade. A ideia era que estes recebessem alta, dando lugar aos *loucos furiosos*, que não poderiam permanecer na cadeia pública, haja vista que traziam *grave prejuizo á higiene do estabelecimento e á ordem do trabalho*. No mesmo mês, cinco ofícios enviados pelo próprio governador do Estado pediam providências para que doze alienados, homens e mulheres, existentes na cadeia de Fortaleza – dois vindos da cidade de Baturité e um de Milagres – fossem recolhidos no asilo da Porangaba. Em agosto, mais três ofícios pediram providências para que sete alienados fossem recolhidos no asilo³⁴⁷. Nos meses seguintes, semelhantes ofícios foram expedidos, não mais pelo chefe de polícia, mas do próprio punho do governador.

A intervenção direta do governador do Estado nos assuntos do Asilo São Vicente de Paula agravou a sua situação demográfica. Em 1891, a mesa administrativa da Santa Casa fez um balanço sobre a questão da lotação do asilo, lembrando que a decisão de fixar o número de alienados a cinquenta não havia sido cumprida, por ordens vindas do próprio governador do

³⁴⁶ Sessão: 29.05.1890, p. 105, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

³⁴⁷ Sessão: 12.06.1890, p. 107; 3.7.1890, p. 111; 10.07.1890, p. 112; 24.7.1890, p. 115; 31.7.1890, p. 116; 7.8.1890, p. 118; 28.8.1890, p. 122, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

Estado – o que proporcionou um aumento progressivo de doentes, levando ao número excedente de quarenta. Ou seja, havia na instituição noventa doentes; cifra bem acima do desejável para a mesa regedora. Em virtude de tal cenário, ela resolveu fazer uma reunião em caráter extraordinário, com o objetivo de manter a decisão anterior de limitar a cinquenta o número de doentes³⁴⁸. Resoluta em cumprir suas deliberações, a mesa administrativa em reuniões posteriores, negou o pedido do chefe de polícia do Estado de receber mais seis alienados desvalidos que estavam recolhidos na cadeia pública, justificando não ser possível:

Satisfazer o pedido de se mandar recolher ao Asylo os referidos alienados, em consequencia das medidas tomadas na sessão de 6 deste mez, qual a de não ser mais admittido louco desvalido em quanto o numero, que se acha muito crescido, não baixar de cincoenta; sob pena do estabelecimento correr perigo de fechar-se com incalculável danno para os infelizes que lá estão, visto suas condições financeiras continuarem cada vez mais precarias³⁴⁹.

Ainda sobre as questões internas e sobre o perfil dos doentes do asilo de alienados, os pensionistas que já existiam na instituição tiveram uma maior visibilidade durante a República, sendo mais de uma vez, mencionados pela mesa administrativa da Santa Casa em suas reuniões. Em agosto de 1890, ela comunicou que o soldado do 11º Batalhão da Infantaria, Augusto da Costa e Silva, sofrendo de alienação mental, foi encaminhado ao asilo por julgar-se *perigosa a sua permanência no quartel d'aquelle Corpo*. Os vencimentos mensais do soldado deveriam ser entregues ao provedor da Santa Casa³⁵⁰.

Outro militar noticiado em sessão da mesa regedora da Santa Casa, no mês seguinte, foi o sargento João Evangelista Pinto, do Corpo de Segurança Pública que também se encontrou recolhido no São Vicente de Paula. Sua situação foi mais complicada que a do soldado, pois o governador do Estado resolveu dar baixa de seu cargo, deixando de ser pensionista no asilo de alienados³⁵¹.

Anos depois, em fevereiro de 1898, o major reformado do exército, Anacleto Francisco Reis, também esteve em tratamento no asilo de alienados na categoria de pensionista, mas permaneceu ali pouco tempo, sendo retirado do estabelecimento no mês de maio³⁵².

³⁴⁸ Sessão Extraordinária: 5.7.1891, p 34, do Livro de Atas de 8 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

³⁴⁹ Sessão 25.6.1891, do Livro de Atas de 8 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

³⁵⁰ Sessão: 21.08.1890, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

³⁵¹ Sessão: 4.9.890, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

³⁵² Sessões 17.2.1898, p.55 e 5.5.98, p. 60, do Livro de Atas de 1896 a 1897.

Foi somente durante a República que o diretor do São Vicente de Paula, José Theophilo Rabello, notificou oficialmente, no mapa demonstrativo do movimento interno mensal, o número exato dos pensionistas. Eles, definitivamente, foram minoria. Em janeiro de 1904, existiram apenas sete pensionistas dentro de um universo de noventa e quatro doentes³⁵³, numa demonstração de que o público alvo do asilo foi, sobretudo, composto por aqueles que não possuíam condições de pagar tratamento.

Outra visibilidade que se apresentou após o advento da República quanto à movimentação interna do asilo de alienados referiu-se à questão de gênero, na qual mulheres e homens também foram notificados separadamente, nos mapas demonstrativos a partir de 1891. Assim, com estas duas especificidades – o registro dos pensionistas e da distinção de sexo – observa-se que houve uma preocupação da diretoria do São Vicente de Paula em tornar mais claro qual era o perfil dos loucos no Ceará.

O número de mulheres internas no asilo de alienados foi, desde o momento em que se registrou a categoria por sexo nos mapas demonstrativos, maior que o dos homens. Em junho de 1891, havia 24 homens em tratamento para o universo de 45 de mulheres. Em outubro de 1892, a proporção subiu para 25 homens e 51 mulheres. No século XX, em março de 1905, a proporção foi de 32 para 74. Em agosto de 1913, foi de 60 para 101. Em junho de 1919, as cifras passaram de 64 para 116. Esses foram os momentos em que as diferenças se notabilizaram maiores entre a existência de homens e mulheres no São Vicente de Paula. As mulheres foram maioria não somente quanto à admissão, mas quanto à permanência na instituição haja vista que os homens tiveram maior registro de saída ‘a pedido’ e por ‘cura’³⁵⁴.

O perfil das mulheres, na sua maioria, foi formado pela categoria de ‘loucas indigentes’ nas quais muitas foram enviadas ao São Vicente de Paula através de ofícios expedidos pelo chefe de polícia à mesa regedora da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Algumas delas foram: Amélia Maria de Jesus, Maria Julia, Maria Baptista, Francisca Olympia de Oliveira, Joanna Fernandes da Silva, Maria Prudencia da Silva, Joana Maria da Conceição, Luiza da Cruz e Silva, Maria da Glória, entre tantas outras³⁵⁵.

³⁵³ Sessão: 12.3 p. 2, do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

³⁵⁴ Sessões: 02/9/1891, p. 39 e 3/11/1892, p. 120, do livro de 8 de janeiro de 1891; sessão: 04/05/1905, p. 45, do livro: 1903-04; sessão: 9/10/1913, p. 205 do livro: 1908; sessão: 03/-7/1919, p. 12, do livro: 24 de fevereiro de 1919 e 13 de outubro de 1892, p. 118, do Livro de 08 de janeiro de 1891, p. 116. (Acervo: SCM).

³⁵⁵ Sessões 03 de agosto de 1911, p. 91, 09 de novembro de 1911, p. ilegível, 18 de janeiro de 1912, p. 103, 25 de julho de 1912, p. ilegível, 22 de julho de 1909, p. 52, 24 de setembro de 1914, p. 250, do Livro de 1908 e

Poucas pensionistas ingressaram no asilo de alienados e, quando admitidas, receberam a distinção de ‘donas’, como foi o caso de Dona Maria Thomasia Ribeiro, em 1912.³⁵⁶

Para a historiadora Maria Clementina Cunha, referindo-se ao hospício de São Paulo, as prostitutas foram a maioria das primeiras mulheres admitidas no Juquery, representando um número igual ou superior ao dos homens. O tratamento de gênero foi diferenciado não somente quanto ao tipo de trabalho exercido no hospício onde as mulheres dedicaram-se às atividades domésticas de costura e cozinha enquanto os homens trabalhavam na roça, mas ao tipo de comportamento que deveriam ter. Enquanto a conduta comum dos homens foi o da indisciplina, agressão e xingamento, as mulheres foram submetidas às práticas de maior vigilância e repressão. A própria nudez aparentemente tolerada entre os homens que ficavam *constantemente nus pelos pátios internos*, foi severa e violentamente coibida entre as mulheres (CUNHA: 1986, pp.85, 97).

Uma das causas frequentes da internação das mulheres no Juquery foi relativa às questões no âmbito do privado na qual elas confrontaram, de alguma maneira, com os papéis familiares e sexuais que historicamente lhes foram atribuídos, deixando de serem boas mães, filhas e esposas. (CUNHA: 1986, pp.85, 97, 143). Por seus comportamentos conflitantes com os papéis culturalmente impostos, muitas receberam a alcunha de histéricas pelos laudos dos médicos psiquiátricos.

Para a psicóloga Maria Lúcia Fradinho, a questão da histeria foi uma construção histórica atribuída às mulheres, sistematizada a partir da teoria freudiana, em que elemento biológico e funcional em torno do útero lhes deu a condição de exclusividade dessa anomalia. Mas, antes mesmo de Freud, na origem epistemológica do termo ‘histeria’, já havia seu condicionamento e associação à questão do útero.

Hipócrates, um dos precursores da medicina atual, fez alguns trabalhos sobre histeria. O termo histeria provém de *hysteros*, ou seja, útero. Daí concluíam-se ser característica única das mulheres. Acreditava-se que o útero era como um animal que percorria todo o corpo causando diversos sintomas (FRADINHO: 1994, p. 50).

No Brasil, os papéis impostos à condição feminina intensificaram-se a partir da política de higienização construída ainda durante o período colonial em que o médico teve progressiva inserção no cotidiano das cidades e da família *de extração elitista*. Para o

sessões: 11 de junho de 1919, p. 08, 03 de julho de 1919, p. 11, 08 de setembro de 1920, p.73, do livro 24 de fevereiro de 1919, (Acervo: SCM)

³⁵⁶ Sessão 05 de dezembro de 1912, p.50, do Livro de 1908 (Acervo: SCM)

psicanalista Jurandir Freire Costa, o que ocorreu no Brasil foi a construção de uma medicina moral, em que o médico *teria direitos sobre a moral privada e pública dos indivíduos*. À mulher, foi destinado por excelência o espaço do privado e aquela que fugia do padrão de comportamento imposto, passou não raras às vezes a ser chamada de ‘nervosa’. O século XIX marcou uma *nova fase na situação da mulher*, pois o médico colocou no seu campo de análise os ataques de nervos ou histéricos das senhoras burguesas, que muitas ocasiões, foram uma forma de demonstrar suas insatisfações com as *obrigações sociais e domésticas* e uma maneira de *defender-se de seus opressores e oprimir seus opositores* (COSTA, p.33, 64, 271, 272).

Maria Clementina Cunha analisou um caso ocorrido na primeira década do século XX de uma mulher que, após a morte do pai, recebeu uma pequena herança, mas não conseguiu administrá-la. Com o tempo, passou a vestir-se como homem e a viajar usando esses trajes. Nessa condição, foi reconhecida como mulher, presa pela polícia e levada ao hospício do Juquery por sua conduta não condizente com a condição feminina.

Vestir-se de homem, viajar só. Recusar o casamento, a maternidade, a família. Manifestar independência essencialmente estranha à sociedade. No caso da loucura feminina, a transgressão não atinge apenas as normas sociais, senão á própria natureza, que a destinara ao papel de mãe e esposa (p. 143).

Nos casos notificados pela Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza sobre a internação das mulheres no Asilo São Vicente de Paula, não há menção sobre os detalhes e as causas de suas admissões. Sabe-se apenas que a grande maioria foi de mulheres pobres e mesmo indigentes. Apesar da lacuna de informações, os mapas demonstrativos da movimentação interna do Asilo São Vicente de Paula, quantificando e dividindo o universo de homens e mulheres deram um novo enfoque acerca não somente do perfil dos loucos como relativos à questão da lotação.

O século XIX encerrou-se para o asilo de alienados com o número de noventa e sete loucos em tratamento, em maio de 1899, numa demonstração de que, apesar das tentativas, o provedor da Santa Casa e o presidente do Estado não conseguiram evitar a problemática da lotação.

A situação não foi alterada durante as primeiras décadas do século XX, ao contrário, ela agravou-se ainda mais com o aumento no número de internos. A massa de doentes trancafiados no asilo de alienados possibilitou a existência de outros problemas decorrentes da

lotação, como a má alimentação, as más condições de vida e a crise financeira. Para compreender a amplitude dos graves problemas internos enfrentados é necessário observar novos elementos constitutivos das redes de relações sociais existentes na instituição asilar, através da análise da atuação de outros atores sociais, como o diretor e o médico do asilo de alienados que, embora fossem subordinados à Santa Casa, também estiveram inseridos em seu cotidiano.

Capítulo IV

Medicina Alienista e o Corpo Administrativo do Asilo São Vicente de Paula: o cotidiano da instituição

O Asylo de Alienados de São Vicente de Paula é antes uma atrasada casa de detenção do que um verdadeiro manicômio.

(Sessão: 13 de outubro de 1892, p. 116,
Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

O Asilo São Vicente de Paula esteve, administrativamente, ligado às decisões da mesa regedora da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza através das ações dos mordomos e, sobretudo do provedor que representou sua instância superior. Internamente, entretanto, outros atores sociais compuseram o cotidiano do Asilo São Vicente de Paula. No início do século XX, o corpo de funcionários esteve distribuído da seguinte forma, havia: um médico, quatro irmãs de caridade, três enfermeiros, um cozinheiro, quatro serventes e um capelão. No mesmo período, trabalhavam na Santa Casa, cinco médicos e dez irmãs de caridade³⁵⁷.

Este capítulo pretende focar os personagens que estiveram mais presentes no cotidiano institucional do asilo de alienados – o médico, o diretor e a irmã superiora – ao analisar a sua relação com as ações deliberativas promovidas pela mesa regedora da Santa Casa, referentes às principais demandas ocorridas desde a inauguração do asilo até 1920 – momento em que o estabelecimento passou por grandes reformas estruturais.

Além desses personagens, fez parte do cenário da instituição o *mordomo* da Santa Casa responsável pelo asilo de alienados. O mordomo não trabalhava no edifício do São Vicente de Paula, mas exerceu forte atuação no cotidiano asilar, pois foi o responsável pelas visitas realizadas no estabelecimento através das quais informava à mesa administrativa da Santa Casa sobre suas principais demandas. Ele não recebia remuneração e, a cada nova gestão da mesa administrativa era nomeado um novo mordomo responsável pelo asilo.

³⁵⁷ *Annaes da Assembléa legislativa do Ceará, 3ª sessão da 3ª legislatura, anno de 1903 e Annaes da Assembléa legislativa do Ceará de 1905 e 1907* (Acervo: APC).

O objetivo da investigação das práticas discursivas em torno desses sujeitos é problematizar os enfrentamentos vividos no cotidiano interno da instituição asilar através, sobretudo, da análise documental das atas das sessões da Santa Casa de Misericórdia, fontes estas preciosas para a historiografia, mas ainda muito pouco trabalhadas.

Entretanto, antes de investigar o cotidiano asilar através dos discursos e das ações do médico, diretor, mordomo e da irmã superiora do São Vicente de Paula, será analisado outro importante documento produzido em 1882, intitulado *Cartas Sobre a Loucura*, no qual pela primeira vez um médico cearense tratou da temática da loucura em um órgão da imprensa provincial.

1. *Cartas Sobre a Loucura*: A teoria médica sobre a problemática da loucura

As *Cartas Sobre a Loucura* foram uma série de textos publicados pelo médico Francisco Ribeiro Delfino Montezuma, formado pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1839, cuja tese discorreu sobre blenorragia, uma doença sexualmente transmissível. Em Fortaleza, Montezuma publicou dez matérias sobre a temática da loucura, nomeadas de *Cartas Sobre a Loucura* para o jornal Liberal, *A Gazeta do Norte*, durante o primeiro semestre de 1882. O objetivo principal das dez cartas foi apresentar, em linhas gerais, questões relativas às definições e tipologias da loucura. Para compreendê-las melhor, torna-se necessário analisar seu conteúdo pontualmente, através do exame de cada uma delas³⁵⁸.

Na *Primeira Carta Sobre a Loucura*, Delfino Montezuma estabeleceu uma estratégia de raciocínio partindo dos aspectos gerais sobre o conhecimento humano acerca do universo e sua ordem natural, para em seguida se reportar à ciência, de forma ampla, e à medicina, em particular. Destarte, a condução de sua estratégica narrativa seguiu do aspecto geral para o específico. Referindo-se à medicina, o médico destacou sua relevância, considerando-a uma das grandes *revoluções* intelectuais da época. A exaltação da ciência, em geral e da medicina em particular, contudo, não entrou em desacordo com os princípios norteadores da religião. Ao contrário, a medicina alinhava-se à estrutura do pensamento tradicional, na sua concepção e compreensão do universo. Assim, não tendo intenção de destituir o lugar ocupado pela religião, Delfino Montezuma articulou um elo de integração entre ela e a medicina, afirmando que: *‘A medicina é depois da sciencia da religião a sciencia mais útil, mais necessária, mais*

³⁵⁸ MONTEZUMA, Francisco Ribeiro Delfino *Cartas Sobre a Loucura*. *A Gazeta do Norte*, 1882. (Acervo: Instituto do Ceará). As datas das dez cartas não foram identificadas nessa pesquisa. Sabe-se, contudo, que elas foram publicadas durante o primeiro semestre de 1882.

nobre de todas, e não houve nunca dignidade, por mais elevada que fosse, que com Ella se reputasse incompatível'. O objetivo de Montezuma foi observar que a medicina e a religião tratavam de assuntos distintos, cada uma cuidando de suas funções e atributos próprios. Por fim, referindo-se às especialidades da medicina, o autor na *Primeira Carta*, não abordou a questão da psiquiatria ou alienismo, apenas pontuou aspectos da psicologia, através do estudo do *Eu e suas faculdades*, atribuindo-lhe um enfoque moral e estético.

O discurso de ratificar o lugar da religião na contemporaneidade foi uma estratégia utilizada por Montezuma para não entrar em polêmica com as concepções tradicionais sobre a formação do universo e da natureza, haja vista que na *Segunda Carta*, seu texto foi eminentemente 'científico', com descrições minuciosas acerca da estrutura e do funcionamento do sistema nervoso, atribuído pelo autor como um dos *mais altos fenômenos da organização em ação animal*.

O foco da *Segunda Carta* concentrou-se na análise da evolução da ciência nos ramos da anatomia e fisiologia e do sistema nervoso, considerado como o responsável pela sensibilidade, motricidade e perturbações mentais. Ao observar sua relevância, Montezuma criticou a doutrina animalista, na qual explicava a loucura como uma *moléstia d'alma*, conferindo-lhe inclusive a idéia do *pecado* como seu elemento causador. Rebatendo essa concepção, o médico atribuiu ao sistema nervoso, no qual o encéfalo ocupou o elemento central, o grande responsável pelas perturbações mentais.

Através do discurso enfático em torno do lugar ocupado pelo médico na sociedade, Montezuma visou convencer o público leigo sobre as novas concepções científicas, utilizando-se, para isso, do trocadilho de que intencionava *gravar no cérebro do leitor* as idéias presentes em sua *Carta Sobre a Loucura*. Nesse sentido, seu discurso apresentou-se como o lugar da competência do saber médico em que ele 'concedia' seus conhecimentos a um público leigo³⁵⁹ que lia suas observações sobre esta temática nova que era a loucura.

Inserido nas teorias científicas de sua época, Montezuma foi, ainda na *Segunda Carta*, um defensor da frenologia, especialidade médica segundo a qual atribuía ao cérebro como o grande órgão explicativo para o funcionamento fisiológico e estrutural humano em que a inteligência estaria relacionada não apenas às suas funções, mas ao seu tamanho.

³⁵⁹ Não se sabe ao certo quem foi o público leitor das *Cartas Sobre a Loucura*, embora se considere que ele fosse minimamente curioso ou mesmo 'intelectual' haja vista que uma pequena parcela da população no Ceará tinha acesso à leitura dos jornais.

Considerou o autor que um crânio pequeno poderia até guardar um gênio, mas isto seria uma exceção e não regra. Assim, o cérebro ocupava uma função de destaque em todo o funcionamento do organismo, determinando o racionalismo, sensibilidade e inteligência humanos.

Na *Terceira Carta Sobre a Loucura*, o médico concentrou-se na temática propriamente da alienação, iniciando sua narrativa discorrendo acerca de uma espécie de história da loucura. Para isso, remeteu-se à época em que os povos antigos buscavam explicá-la a partir de práticas como idolatria, magia e astrologia, isto é, elementos considerados distintos dos usos da medicina científica. Montezuma criticou a utilização da religião para explicar o fenômeno da loucura, mas não a religião cristã e sim a praticada pelos povos remotos da Antiguidade, como os gregos, egípcios e judeus, onde os deuses e entidades similares castigavam os indivíduos, tendo o poder de torná-los loucos ou de curá-los.

Segundo o autor, a medicina contemporânea ocupou outro lugar na sociedade – o do progresso do pensamento – ou ainda: o da *gloria da ciencia e bem estar da humanidade*, pois antes o charlatanismo e a superstição vigoravam entre os povos. Mencionando Pinel como o precursor das novas relações para a compreensão da loucura, Montezuma afirmou que havia ainda muitas divergências dentro da própria medicina mental acerca de suas definições e classificações, citando autores, como: Sorry, Lelut, Faville. Contudo, foi Esquirol, o alienista com o qual ele mais se identificou acerca da concepção da loucura, ao afirmar: [...] *aceitemos a classificação de Esquirol, que explicava a loucura a partir de uma ‘afecção cerebral, ordinariamente chronica, sem febre, caracterizada por desordens da sensibilidade, da inteligencia, da vontade.*

No trajeto histórico sobre a ‘evolução’ do pensamento relativo à loucura, Montezuma explicou as fases pré e pós-medicina, estabelecendo julgamento de valores no que tange ao momento precedente, onde afirmou que o louco era tratado dentro do ambiente de ignorância e obscuridade. A medicina o teria retirado desse lugar, tratando-o como deveria ser tratado, isto é, como um doente. Assim, Montezuma colocou-se como um porta-voz de uma nova era, a de uma fase em que o louco:

não é mais um objeto sagrado e adorado por ignorâncias grosseiras, não sendo mais um ser amaldiçoado e evitado por crenças estúpidas, não sendo mais o jogral que divertia os reis e satisfazia a curiosidade publica no meio de risotas e apupadas, mas sim um homem doente de uma moléstia[...].

No trajeto estabelecido sob o prisma do antes e depois da medicina, o autor em caráter conclusivo da *Terceira Carta*, considerou Pinel o marco divisor de águas, pedindo à sociedade e à medicina que lhe rendessem graças e admitissem o *illustre Pinel* que, substituindo os exorcismos pela *therapeutica*, os tribunais, os cárceres, e as fogueiras pelo hospital que, em uma palavra, arrancando o louco das garras do fanatismo, colocou em seu verdadeiro *logar* esse paria da sociedade.

Por fim, mais uma vez articulando medicina e religião, o autor evocou *o mais sublime dos sentimentos sociais cristãos e humanitários – a caridade*. Pinel conseguiu, segundo ele, aliar o saber científico e a caridade cristã, quanto ao tratamento dado ao louco.

A *Quarta Carta Sobre a Loucura* levantou questões específicas referentes ao delírio: sua definição e tipologias. O autor visou demonstrar que nem todo delírio estava relacionado à loucura, explicando que havia outras doenças ou moléstias em que ele apresentava-se com seu sintoma. Para isso, ilustrou casos em que um indivíduo poderia ter um comportamento delirante através do uso de ópio ou bebidas.

Na *Quinta Carta Sobre a Loucura*, Montezuma continuou tratando da temática do delírio, mas agora aquele referente à loucura propriamente dita. Mencionou acerca do delírio maníaco e expôs numa descrição visual e detalhada sobre os vários tipos de comportamentos encontrados pelos loucos internados nos hospícios. Neles, as atitudes dos doentes caracterizavam-se pela desordem, excentricidades e esquisitices. Eram variados os tipos de comportamentos. Havia aqueles que possuíam *idéias incoherentes, truncadas, disparatadas*; aqueles que olhavam *espantados para atrás, para a direita e para a esquerda como se alguém o seguisse*; aqueles que procuravam *sacrificar vítimas, pois assim obedece à uma ordem superior* e finalmente, aqueles *entregão-se a toda sorte das imundices, deitam-se nos lugares onde urinam e defecam, cobrem os corpos com as excreções e tornam-se assim criaturas repulsivas e repelentes*. Comportamentos relativos à questão sexual dos loucos também foram abordados por Montezuma quando eles demonstravam publicamente seus desejos lascivos, desenfreados e obscenos.

Outra problemática tratada na *Quinta Carta* referiu-se ao furor: uma *conseqüência de concepções delirantes* dos maníacos que, em termos de durabilidade poderiam manifestar-se de horas a anos. Sempre usando de uma narrativa descritiva sobre os aspectos físicos e comportamentais do louco nos hospitais, o autor apresentou um quadro mais intenso do furor no qual sugeriu que a morte era sua única companheira que aliviava o infortúnio da desrazão:

a morte – esta boa amiga do desgraçado – vem dar o ultimo traço n’este lamentável quadro da miséria humana. Montezuma chegou a afirmar que para esses alienados, não havia sequer pensamento – *Estes seres que nada pensão porque tudo o que pensão é errôneo* – numa demonstração de que era apenas aceito socialmente um tipo comportamento padrão, desconsiderando-se quaisquer outras formas de vivência ou práticas comportamentais, atribuindo-lhes de anormais.

A *Sexta Carta Sobre a Loucura* referiu-se a dois tipos de alienados mentais, os maníacos e monomaníacos. Apresentando as características e distinções entre eles, Montezuma elaborou novamente alguns exemplos de loucos encontrados nos hospitais psiquiátricos. Pela primeira vez, o médico fez referência a sua experiência profissional, retratando o que havia observado nos hospícios da Bahia e do Rio de Janeiro onde viu mulheres e homens monomaníacos que, imbuídos da idéia de *grandeza e superioridade*, consideravam-se *Virgem Maria* ou *Jesus Christo*. Além desses tipos de alienados, havia ainda aqueles monomaníacos que exprimiam *paixões deprimentes* ou idéias melancólicas.

Atualizado nas leituras médicas de sua época acerca do quadro das nosologias da loucura – classicamente dividido entre os melancólicos e os maníacos – Montezuma referiu-se ainda a outras tipologias da alienação, como a *lipemania*, relativa à tristeza profunda e a *erotomania*, relacionada à monomania erótica, amorosa e sexual, envolvendo desde a idealização de amor puro aos casos de ciúmes excessivos da mãe em relação à filha.

Permanecendo na temática das monomanias, Montezuma tratou na *Sétima Carta Sobre a Loucura*, daquelas cujo foco foi o aspecto da devoção religiosa ou mítica. Descreveu sobre as mesmas expondo cinco casos em que homens e mulheres acreditavam fervorosamente estarem ligados à religião. Entre eles, um sujeito que, afirmando ver Jesus Cristo, colocou na cabeça que deveria morrer igual a ele, pregando-se numa cruz. Outros tipos de monomania religiosa, porém, voltaram-se contra membros da igreja, com o caso narrado em que uma mulher, em alucinação furiosa, matou um padre. As histórias narradas foram exemplos tirados pela literatura médica da época, mas que ganharam popularidade legendária. Finalizando com a menção de casos de cacodemomania (em que o indivíduo estaria possuído por espíritos) e zoantropia (em que o enfermo acreditava ser um animal), Montezuma – embora falasse do lugar da ciência – pouco se distanciou, em sua narrativa, das histórias populares cujo sentido foi lendário e religioso. Destarte, na condução expositiva dos casos, ele seguiu uma linha de raciocínio em que o elemento ‘exótico’ esteve presente.

O médico cearense iniciou sua *Oitava Carta Sobre a Loucura*, tratando dos casos de suicídios narrados pela literatura histórica da Antiguidade, reprovando-os. Exaltando os princípios cristãos, o autor condenou os costumes dos povos antigos, afirmando que: *Hoje dizemos, não é mais possível admitir esses costumes, essas crenças, essas leis, essas religiões que corôavam e endosavam a fraquesa...* Ao criticar as práticas culturais destes povos, o autor demonstrou sua intrínseca relação com a religião cristã cujos valores e sacramentos foram tão incontestáveis, que ele, em dado momento, referiu-se ao matrimônio como algo *santificado*. Assim, se, por um lado, o lugar de sua fala nas *Cartas Sobre a Loucura* foi o do homem das ciências, por outro, as fortes referências cristãs permearam seu discurso.

Ainda nessa *Oitava Carta*, Montezuma tratou de outros tipos de monomania: as voltadas para a criminalidade, homicídio, cleptomania e dipsomania. Em todas elas, o autor exemplificou os tipos de comportamento diferenciados para as práticas de assassinato, roubo e estado de embriaguez, respectivamente, narrando por fim, um caso de uma mulher que se entregou ao acesso da *monomania ebriosa*, provocando sua *ruína completa*.

A *Nona Carta Sobre a Loucura* referiu-se à alucinação e à ilusão, em seus vários tipos de comportamento, nos quais os alienados diziam ver espectros e anjos; ouviam vozes; travavam diálogos imaginários ou acreditavam existirem vermes em si que o roíam. Citando médicos alienistas, como Falret e Baillarger, o autor discorreu a respeito de qual tipo de fenômeno estava associada à alienação: sensorial, intelectual ou psico-sensorial. Mencionou a alucinação feminina que, geralmente, estava relacionada às questões genitais e sexuais e, por fim, citou os loucos morais e aqueles que, em determinadas circunstâncias, possuíam intervalos de lucidez em sua alienação.

Por fim, a *Décima Carta Sobre a Loucura* de Montezuma. O foco desta carta não esteve centrado na figura do louco, mas do ser humano 'normal'. A narrativa iniciou-se versando acerca da magnitude do universo e de Deus. Contudo, o objetivo do autor foi abordar sobre as duas faculdades humanas que o diferenciavam de todos os seres na terra e que o potencializava – a inteligência e liberdade. A partir do uso desses atributos, alguns homens tornaram-se imortalizados historicamente, como Cristovão Colombo, Heráclito, Sócrates, Galileu entre outros, que, segundo Montezuma, foram considerados em suas épocas, equivocadamente, excêntricos e esquisitos por terem criado um *mundo todo seu*. Para o

médico, eles não poderiam ser considerados loucos, mas gênios, pois, tendo *idéias tão elevadas e pensamentos tão sublimes* contribuíram para o conhecimento e a ciência.

O objetivo da última *Carta* foi tematizar acerca das faculdades humanas. Entretanto, referindo-se ao seu próprio campo de atuação, Montezuma intencionou destacar especificamente a medicina mental na qual a figura do médico exercia uma importância indiscutível para a sociedade e mesmo para a justiça, tendo em vista que, tratando-se de observar a responsabilidade dos atos de um criminoso, era o médico o único que poderia interceder em tal matéria: *muitas vezes o medico é chamado para em nome da sciencia cortar o nó górdio da dúvida, o que é muito importante, pois só elle é o competentemente habilitado para conhecer da saúde e da moléstia.*

Abaixo de Deus, em sua onipotência e onisciência, o ser humano ocupava uma posição essencial no desenvolvimento da natureza. A última *Carta* pretendeu oferecer um tributo ao ser humano ‘normal’ em suas potencialidades intelectuais, morais e mentais. O louco não foi o alvo prioritário das reflexões de Montezuma na *Décima Carta*, como ocorreu nos textos antecedentes.

* * * * *

As *Cartas Sobre a Loucura*, como um todo, concentraram-se fundamentalmente na definição, explicação e descrição da loucura a partir da análise das nosologias e características do comportamento do alienado. A última carta diferenciou-se das demais no que concerne à descrição e concepção da loucura, mas é possível estabelecer uma relação entre elas, quando o autor demonstrou situar os lugares distintos ocupados pelo indivíduo normal e pelo louco na sociedade. Enquanto aquele explorava suas inteligência e liberdade sendo capaz de desenvolver aspectos variados do conhecimento humano, como a ciência e a medicina, o louco teria pouca ou nenhuma consciência sobre seus atos e pensamentos, estando assim, destituído de viver em sociedade, cabendo ao hospital psiquiátrico, ou instituição equivalente, retirá-lo do convívio dos demais, colocando-o assim no ostracismo social.

Estabelecendo um paralelo entre as cartas publicadas por Francisco Ribeiro Delfino Montezuma na *Gazeta do Norte* e a leitura teórica da loucura historicamente construída a partir de pesquisadores como Foucault, Castel, Porter, entre outros, observa-se que o médico cearense esteve atualizado quanto aos paradigmas da medicina mental de sua época.

Entretanto, ele não acompanhou apenas teoricamente a literatura especializada. Ele também exerceu a prática médica, possuindo experiência quanto aos casos de loucura notificados e localizados em outras Províncias brasileiras. Montezuma foi médico-interno da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Glória no Rio de Janeiro, sob a direção do Dr. A. M. Fragoso. A partir de suas experiências naquela instituição e de sua fundamentação teórica, ele pode publicar as *Cartas* no jornal cearense a respeito daquilo que observou e estudou, construindo desta forma, um saber autorizado que balizasse seu discurso.

As *Cartas Sobre a Loucura* foram publicadas quatro anos antes da inauguração do Asilo São Vicente de Paula, num momento em que, a partir da grande demanda de alienados existentes na Província do Ceará, houve esforços da caridade particular e das autoridades públicas para que o asilo fosse efetivamente construído. Houve um ambiente propício para que as *Cartas Sobre a Loucura* fossem publicadas haja vista que os textos apresentavam-se em um formato extenso, ocupando em média, três ou quatro colunas de uma página inteira do jornal e, se eles chegaram ao total de dez *Cartas* publicadas de forma contínua, foi porque, provavelmente, havia receptividade de um público leitor interessado em suas matérias.

Se por um lado, Francisco Ribeiro Delfino Montezuma abordou aspectos sobre os tipos e comportamentos dos loucos, por outro lado, não fez referência às formas de tratamento terapêutico nem as suas temáticas subjacentes, tais como a análise da instituição hospitalar que os recolhia. Destarte, a estrutura, o funcionamento e o cotidiano do hospício não foram contemplados em sua narrativa. Entretanto, a publicação das *Cartas Sobre a Loucura* apresentou-se como uma prática discursiva importante, pois possibilitou a reconstrução acerca do cenário intelectual em que envolveu os momentos antecessores da fundação do asilo da Parangaba no qual foi dado a um médico o lugar da fala sobre o universo da loucura.

Construindo uma relação entre as *Cartas* de Montezuma e as experiências vividas pelos distintos médicos responsáveis pelo São Vicente de Paula ao longo de sua história, observa-se que estes não produziram investigações teóricas sobre o tema da loucura, demandando seu tempo apenas com os problemas internos do asilo e/ou ocupando-se de outras atividades e cargos profissionais. As práticas vividas pelos médicos da instituição asilar cearense foram exercidas mais por uma conduta gerencial dos problemas que surgiram internamente que efetivamente por uma ação terapêutica psiquiátrica, constituindo-se assim o asilo de alienados mais em um espaço de abrigo para loucos que propriamente um estabelecimento cuja finalidade foi médica.

2. Por Dentro do São Vicente de Paula: O cotidiano e o trabalho exercido por diretores, médicos e irmã superiora.

Analisada a discussão teórica acerca da loucura feita pelo médico Francisco Ribeiro Delfino Montezuma, cabe indagar: Qual foi a atuação dos diretores, médicos, diretores-médicos e da irmã superiora do asilo de alienados, referentes aos problemas enfrentados no cotidiano institucional? Em que medida as questões teoricamente levantadas pelo saber médico sobre o universo da loucura corresponderam às experiências vividas pelos atores sociais que lidavam diretamente com o louco no interior do asilo da Parangaba? Da sua inauguração até a década de 1920, o asilo de alienados passou por cinco diretores. Para oferecer respostas a tais problemáticas, torna-se necessário analisá-los separadamente.

2.1. Gestão do Diretor Theophilo Rabello (03/1886 a 11/08/1890): da contestação do laudo do médico à prática de violência contra um louco.

O primeiro médico do Asilo São Vicente de Paula foi o Dr. Meton da Franca Alencar. Quando acadêmico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ele ofereceu seus serviços voluntariamente ao exército, durante a Guerra do Paraguai, sendo contratado como 1º cirurgião. Foi sócio da Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e em 1870, concluiu seus estudos, publicando a tese sobre ‘ferimentos da uretra’. No ano seguinte, voltou ao Ceará, sendo nomeado médico pela Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza³⁶⁰. Além desta função, também exerceu mandato político como deputado no período correspondente de 1881 a 1884³⁶¹.

Quando o Asilo São Vicente de Paula foi inaugurado, Meton de Alencar foi nomeado para exercer o cargo de médico, acumulando a mesma função nas duas instituições – no asilo de alienado e na Santa Casa – até sua morte, em 1893. Não possuindo formação em Psiquiatria, foi apenas um clínico geral. Mesmo assim, foi o único responsável pela parte médica da instituição. Junto com o médico, trabalhavam no São Vicente de Paula o diretor, responsável pelos problemas administrativos e a irmã superiora, que em alguns momentos, exerceu na prática a função da diretoria.

³⁶⁰ <http://www.ceara.pro.br/cearenses/Cearensesporbatismodetalhe.asp?idbatismo=920>.

³⁶¹ STUART, G. *Datas e Fatos Para a História do Ceará*. Tomo III. Fortaleza: Tip. Studart, 1896, p58.

Durante sua permanência no asilo da Parangaba como médico, Meton de Alencar passou por três diretorias. O primeiro diretor foi José Theophilo Rabello, que esteve à frente deste cargo de março de 1886 a agosto de 1890.

No primeiro ano da gestão de Theophilo Rabello, foram realizadas duas visitas ao Asilo São Vicente de Paula pelo mordomo da Santa Casa, Joaquim Domingues, através das quais obteve uma boa impressão. A primeira datou de agosto de 1886, no qual avaliou o serviço do asilo como *regular*³⁶². A segunda ocorreu em novembro. Definida como *inesperada*, ela aconteceu em um domingo às sete horas da manhã, relatando o mordomo que o estabelecimento encontrava-se na *melhor ordem, direcção e asseio*. Assim, ele propôs em reunião da Santa Casa que se louvasse *o respectivo director pelo zelo e boa direcção que se tem sabido dar áquelle estabelecimento*³⁶³.

A dedicação e o empenho atribuídos ao Theophilo Rabello renderam-lhe satisfatórios resultados, pois obteve, em janeiro do ano seguinte, aumento em seu ordenado, motivado também *em atenção á sua justa reclamação*³⁶⁴. Assim, os vencimentos do diretor do asilo de alienados passaram de um conto para um conto e duzentos mil réis anuais, com aprovação unânime da mesa administrativa da Santa Casa. Entretanto, o presidente da Província somente aprovou o pedido de Theophilo Rabello mediante a acumulação de suas funções, como diretor e ecônomo, o que já tinha sido estabelecido no ato inaugural do asilo³⁶⁵. Três novas visitas ocorreram no ano de 1887, em decorrências de obras realizadas no edifício, como a construção de muralhas no quintal, reformas na lavanderia, no cata-vento, entre outras. Na última visita ao asilo, o mordomo Licínio Nunes comunicou a mesa regedora da Santa Casa, que o encontrou *tudo em boa ordem e asseio*³⁶⁶.

Para compensar o trabalho realizado nas obras, considerado bastante cansativo, o diretor do asilo solicitou novo aumento de seus vencimentos em outubro de 1889, ao enviar um requerimento à mesa administrativa da Santa Casa pedindo que [...] *lhe mande pagar o que por direito a justiça lhe couber, em compensação do excesso de trabalho que teve com a administração e fiscalização das novas obras do mesmo Asylo ultimamente concluídos*³⁶⁷.

³⁶² Sessão: 12 de agosto de 1886, p. 124, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

³⁶³ Sessão: 25 de agosto de 1886, p. 130, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

³⁶⁴ Sessão: 13 de janeiro de 1887, p. 131, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

³⁶⁵ Sessão: 17 de fevereiro de 1887, p. 133, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

³⁶⁶ Sessões: 17 de fevereiro e 03 de novembro de 1887, pp. 133 e 147, do Livro de 30 de outubro de 1880 e 15 de dezembro de 1887, p. 02, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁶⁷ Sessão: 03 de outubro de 1889, p. 63, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

Mesmo com o longo trabalho de reformas, houve outras necessidades no asilo, como noticiou o mordomo responsável do estabelecimento que solicitou a substituição do soalho de alguns compartimentos que *se acham completamente deteriorados*³⁶⁸.

Se as reformas realizadas no estabelecimento renderam bons elogios por parte dos mordomos à gestão de Theophilo Rabello, resultando em novo aumento de seu ordenado, o mesmo não aconteceu a partir de um episódio que trouxe preocupação à mesa administrativa da Santa Casa, causando situações desconfortantes com o médico do asilo.

Em 6 de março de 1890 chegou até a mesa regedora da Santa Casa a notícia de que havia sido internada uma senhora casada chamada Lídia de Azevedo que se dizia estar *no gozo de suas faculdades mentaes*. O caso foi tratado inicialmente como um *persistente boato*, contudo ele ganhou repercussão, ao ponto dos membros da mesa administrativa, em reunião, considerá-lo um fato de *summa gravidade*. Eles pediram então que fosse averiguada *a exactidão de semelhante boato*, chamando o médico do asilo, com a *máxima urgência* para dar-lhe explicações³⁶⁹.

Na sessão seguinte à notificação do episódio, a mesa administrativa analisou o ofício do Dr. Meton da Franca Alencar, expedido um dia após a sua solicitação, no qual afirmou que a senhora Lídia de Azevedo sofria de fato de *suas faculdades mentaes*. O diagnóstico do médico, entretanto, que poderia ter sido em princípio aceito pela mesa regedora – tendo em vista que ele representava, em tese, a autoridade clínica máxima da instituição asilar – não convenceu os mordomos da Santa Casa. O mordomo Justiniano Serpa propôs, então, que uma comissão de facultativos fosse nomeada a fim de dar seu parecer sobre o *estado de saúde da mesma Senhora*. A situação apresentava-se de forma delicada. Submetida às ponderações, discussão e votação, o procurador geral da Santa Casa preferiu adiar a decisão sobre o que fazer com o caso para a sessão seguinte³⁷⁰.

A proposta de criar uma comissão para avaliar o estado mental de uma paciente requeria cautela porque contestava diretamente com o diagnóstico da autoridade do médico, causando desconforto entre ele e a mesa regedora, pois Meton de Alencar, além de médico do asilo de alienados, era também clínico do próprio hospital da misericórdia. Esta provavelmente foi a leitura da mesa já que na sessão de 27 de março, o tom do discurso do mordomo Justiniano de Serpa foi de justificativa quanto à sua proposta:

³⁶⁸ Sessão: 31 de outubro de 1889, p. 68, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁶⁹ Sessão: 06 de março de 1890, p. 87, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁷⁰ Sessão: 13 de março de 1890, p. 88, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

À acta da sessão de 13 de Março necessito, a bem da verdade, que se faça uma rectificação. A acta declara, que em vista de offico do medico do Asylo, eu propuz a nomeação de uma commissão medica que estudasse o facto e emittisse parecer.

A narração é verdadeira, mas deve ficar consignado, que fiz essa proposta em vista das informações traidas à mesa pelos mordomos Dr. Virgilio e Antonio Domingues que consideraram o caso bastante grave para ficar em silencio. Sala de sessões, 27 de Março de 1890. J. da Serpa.³⁷¹

Após a leitura dos esclarecimentos dados por Justiniano Serpa sobre a proposta de composição de uma comissão para analisar o caso, houve *várias considerações* feitas pelo procurador geral e vice-provedor, sendo em seguida submetida à proposta a votação. A mesma foi rejeitada, votando a favor apenas o próprio J. Serpa e Antônio Domingues³⁷². O caso foi dado por encerrado e a senhora Lídia de Azevedo permaneceu internada no São Vicente de Paula.

O episódio de Lídia de Azevedo foi finalizado, entretanto uma indisposição entre o mordomo Justiniano de Serpa e o diretor do asilo de alienados não seguiu o mesmo caminho. No mesmo dia em que foi lido o offico de José Theóphilo Rabello em que solicitou a entrada de uma louca indigente para o asilo, o mordomo da Santa Casa requereu da mesa administrativa medidas para que fossem observadas algumas condutas do diretor, entre as quais havia a informação de que o mesmo não dormia no estabelecimento e passava dias sem visitá-lo. Justiniano de Serpa solicitou que o mordomo encarregado do São Vicente de Paula verificasse se era verdade que os doentes ou *detidos* ficavam *sob a única fiscalização dos criados; na ausência do Diretor*.

Depois de lido o requerimento, a mesa aprovou-o por unanimidade³⁷³. No mês seguinte, o diretor José Theóphilo Rabello, apresentou *os papéis relativos às informações* solicitadas, defendendo-se *cabalmente das imputações que lhe foram feitas*. Posteriormente, foi registrado em ata que Justiniano de Serpa teria proposto que a mesa se considerasse por satisfeita, *abonando a conduta do referido Director*, o que foi aprovado unanimemente³⁷⁴. Entretanto, Justiniano de Serpa pediu que fosse retificada a sua fala nos anais da sessão seguinte, através de um requerimento no qual deixou claro que não abonava a conduta de José Theóphilo Rabello:

³⁷¹ Sessão: 27 de março de 1890, p. 93, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁷² Sessão: 27 de março de 1890, p. 93, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁷³ Sessão: 1º de maio de 1890, p. 100, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁷⁴ Sessão: 10 de julho de 1890, p. 112, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

Peço que se consigne na acta, que houve equívoco no modo de redigir a acta de julho, na parte que trata dos papéis relativos ao administrador do Asylo.

Propuz que a mesa se considerasse satisfeita com a informação prestada pelo dito director; mas não propuz, por não vir a propósito, que se abonasse a sua conduta³⁷⁵.

Casos como esses dois episódios – o do internamento de Lúdia de Azevedo e o mal-estar entre Justiniano de Serpa e José Theóphilo Rabello – foram até então raros, mas significativos em que se observou constrangimento entre a mesa regedora da Santa Casa e o corpo de funcionários do Asilo São Vicente de Paula.

No caso de Lúdia de Azevedo, desconhece-se quem foi aquela senhora, contudo certamente ela não representou a maioria das mulheres que ingressaram no asilo de alienados: a saber, as indigentes, desvalidas e loucas criminosas, por ter tido uma significativa repercussão sobre sua internação no asilo. Por outro lado, provavelmente ela não foi pessoa abastarda socialmente, já que não foi mencionado o nome do pai, esposo ou responsável que intercedesse por ela, questionando sua permanência na instituição.

Na sessão posterior ao desfecho do caso de Lúdia de Azevedo, um ofício do diretor José Theóphilo Rabello chegou à mesa administrativa da Santa Casa solicitando autorização para que fosse admitida uma louca indigente de nome Francisca de Sousa Lima no Asilo São Vicente de Paula. O pedido, entretanto, foi negado pela mesa sob a justificativa de que havia sido deliberado limitar para cinquenta o número de loucos indigentes no asilo³⁷⁶. É oportuno observar que, diante da recusa da mesa regedora, o diretor do asilo de alienados não possuía autonomia para admitir os doentes da instituição ao qual administrava, devendo obter a aprovação da Santa Casa. É significativo destacar ainda que, de todos os ofícios entregues à mesa regedora, este foi o único cujo solicitante foi o próprio diretor da instituição asilar. De um modo em geral, foi o chefe de polícia quem emitia os ofícios solicitando o internamento de indigentes para o São Vicente de Paula.

A recusa da mesa regedora quanto à admissão da louca indigente Francisca de Sousa Lima atendeu a perspectiva de minorar a problemática da lotação do asilo de alienados que acompanhou toda a gestão de José Theóphilo Rabello. Em maio de 1890, onze pessoas receberam alta do asilo, atestados como *curados* – um número muito significativo e bem acima dos anos anteriores em que foram contabilizados em média, de um a quatro doentes que regressaram à sociedade mensalmente. Esta foi a maior cifra registrada pelo mapa

³⁷⁵ Sessão: 24 de julho de 1890, p. 115, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁷⁶ Sessão: 24 de abril de 1890, p. 99, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

demonstrativo do movimento interno do asilo desde sua inauguração³⁷⁷. Tal medida foi um indício de que internamente o asilo de alienados não tinha mais como suportar tantos doentes em suas dependências. Uma situação que se agravava a cada mês.

A relação tensa, mas aparentemente apaziguada, entre o diretor do asilo e a mesa administrativa do hospital caritativo piorou, em agosto do mesmo ano, mas não em virtude de indisposições por parte dos mordomos e sim por denúncias graves que chegaram ao conhecimento do próprio governador do Estado sobre um episódio de violência contra um paciente no São Vicente de Paula.

Ofícios emitidos entre o chefe de polícia, o governador do Estado e o subdelegado de polícia de Porangaba trataram a respeito dos ferimentos sofridos por um alienado dentro da instituição, solicitando uma audiência com o vice-provedor da Santa Casa. Em sessão da mesa regedora de 7 de agosto de 1890, após a leitura dos ofícios das autoridades públicas, o mordomo major Manoel Beserra propôs a demissão do diretor José Theophilo Rabello. O procurador geral, contudo, ponderou a proposta e pediu para que o mesmo fosse ouvido, fundamentando-se no artigo 37 do Compromisso da Santa Casa, em que constava que: *a demissão do empregado só será definitiva depois de ouvido por escripto*³⁷⁸.

Mesmo recorrendo ao estatuto interno, a mesa regedora não ouviu o diretor do asilo para dar sua versão aos fatos. A discussão continuou entre os mordomos, resultando na votação acirrada de seis votos contra cinco, sendo José Theophilo Rabello demitido da direção do São Vicente de Paula. Na mesma reunião, deliberou-se o nome do novo substituto, unanimemente aprovado. Foi o Capitão João Ribeiro Pessôa Montenegro³⁷⁹. Dois dias após a exoneração de Theophilo Rabello, o novo diretor foi formalmente nomeado³⁸⁰.

A gestão do primeiro diretor do São Vicente de Paula findou-se com a denúncia de violência, mas o clima pouco amistoso vinha mantendo-se não somente pelos casos acima mencionados, mas por pequenos enunciados de discursos em que a mesa demonstrava insatisfação em relação à sua administração. Além dos transtornos já referidos, foi frequente a utilização do termo *finalmente* para o recebimento dos mapas mensais da movimentação

³⁷⁷ Sessão: 1º de maio de 1890, p. 100, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁷⁸ Sessão: 07 de agosto de 1890, p. 118, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁷⁹ Sessão: 07 de agosto de 1890, p. 118, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁸⁰ Sessão: 14 de agosto de 1890, p. 120, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

interna do São Vicente de Paula, emitidos pelo Theophilo Rabello à Santa Casa, numa demonstração de atraso no envio dos mesmos³⁸¹.

O Dr. Meton de Alencar permaneceu no cargo de médico do São Vicente de Paula, após a mudança de direção.

2.2 Gestão do Diretor João Ribeiro Pessoa Montenegro (13/08/1890 – 06/1891): a má alimentação dos alienados

A nova diretoria do Asilo São Vicente de Paula foi iniciada com problemas na obtenção de informações sobre a gestão anterior. Em 16 de agosto de 1890, o novo diretor comunicou a mesa administrativa que o ex-administrador do asilo de alienados não havia fornecido os livros que tratavam do cotidiano administrativo, referentes à entrada e saída dos gêneros de consumo e às receitas e despesas. João Ribeiro Pessoa Montenegro pedia providências à Santa Casa que, respondeu positivamente, mandando ouvir o ex-diretor a esse respeito³⁸².

Em menos de três meses a frente da direção do São Vicente de Paula, Pessoa Montenegro enviou uma petição à Santa Casa solicitando a elevação de seus vencimentos mensais para o dobro do valor que recebia: de sessenta mil réis para cento e vinte mil réis. A mesa avaliou e atendeu parcialmente o pedido, elevando os vencimentos apenas para cem mil réis, mesma quantia recebida pelo diretor exonerado. Entretanto, como não tinha o poder de aumentar os vencimentos autonomamente, encaminhou a petição ao governador do Estado que respondeu favoravelmente, elevando-o a quantia de um conto e duzentos mil réis³⁸³.

Atendidas as solicitações de Pessoa Montenegro, uma questão que se tornou incômoda durante sua gestão referiu-se à problemática da alimentação dos doentes no São Vicente de Paula, afinal o problema da lotação atingia diretamente a qualidade de vida dos internos no aspecto nutricional.

A partir de 1890, a Santa Casa registrou em atas de reunião a abertura de concorrência para o fornecimento de gêneros alimentícios para o consumo mensal no asilo de alienados, ganhando a proposta, o comerciante Antonio de Hollanda Cavalcante, considerada *a mais*

³⁸¹ Sessão: de 1º de abril de 1886, p114, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM), mapa referente a março, mês de inauguração do São Vicente de Paula.

³⁸² Sessão: 21 de agosto de 1890, p. 121, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁸³ Sessão 09 de outubro de 1890, p. 127, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

*vantajosa*³⁸⁴. Foi aberta também concorrência para o fornecimento de pães e bolachas da Santa Casa³⁸⁵.

Em julho de 1891 a mesa administrativa reuniu-se em sessão de caráter extraordinário para tratar exclusivamente de assuntos relativos ao São Vicente de Paula, entre eles, esteve a questão dos alimentos oferecidos aos internos.

Uma comissão da mesa regedora foi nomeada para observar o estado do asilo de alienados através de uma visita *minuciosa* na qual foram examinados *com a mais escrupulosa atenção, os variados serviços*, não sendo necessária uma segunda visita para confirmar o que foi visto. A comissão avaliou a administração de Pessoa Montenegro, concluindo que o asilo precisava *como a primeira condição de vida regular, de nova, mais activa e enérgica direcção*. Segundo a comissão:

O actual administrador, embora homem reconhecidamente honesto, pela sua avançada idade, não é o mais próprio para imprimir útil e conveniente direcção ao estabelecimento; resultando dahi, como consequência virtual, as faltas que tão desagradavelmente impressionarão á Comissão[...] ³⁸⁶.

As faltas mencionadas pela comissão referiram-se ao fornecimento de gêneros alimentícios, considerado tanto de *péssima qualidade, como pela insufficiente quantidade*, descumprindo-se assim o contrato estabelecido entre o fornecedor e a Santa Casa. A denúncia da comissão ganhou um tom mais enfático quando ela destacou acerca da gravidade da situação na qual os loucos não poderiam reclamar da alimentação mediante a sua própria condição de insanidade: *... os infelizes alienados que, privados do uso da razão, nem sequer, podem reclamar contra a cruel violação do referido contracto – por parte do fornecedor*³⁸⁷.

Diante do exposto, a permanência do diretor Pessoa Montenegro a frente da direcção do asilo tornou-se complicada e, apesar de ter obtido anteriormente novo aumento, elevando seus vencimentos para um conto e quinhentos mil réis anuais, a mesa regedora da Santa Casa recebeu do próprio diretor um ofício no qual pedia demissão do cargo.

O pedido foi aceito e aprovado por unanimidade de votos sendo substituído, na mesma sessão, pelo capitão Zacharias Thomaz da Costa Gondim, motivo pelo qual a mesa administrativa ordenou que ele fosse imediatamente comunicado, *convidando-o, ao mesmo*

³⁸⁴ Sessões de 16 e 23.10.1890, pp. 128-9, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁸⁵ Sessão 18 de dezembro de 1890, p. 136, do Livro de 17 de novembro de 1889 (Acervo: SCM).

³⁸⁶ Sessão Extraordinária: 05 de junho de 1891, p. 31, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

³⁸⁷ Idem, p. 32.

*tempo, para assignar, quanto antes, o respectivo termo de contracto, e entrar na posse do cargo de director para que foi nomeado*³⁸⁸.

No que se referiu à questão da má qualidade e quantidade dos gêneros alimentícios do asilo de alienados, o contrato do fornecedor Antonio de Hollanda Cavalcante foi extinto a pedido do próprio comerciante, através de requerimento³⁸⁹. A Santa Casa recomendou que, na assinatura do novo contratante, houvesse a *maxima vigilância* no fornecimento de gênero alimentício ao asilo. Esta recomendação foi ressaltada, sobretudo para o novo diretor, tendo em vista que, como o asilo de alienados era considerado distante, *a uma légua da Capital*, tornava-se difícil para a comissão ou para o próprio mordomo responsável pelo asilo fazer visitas regulares ao local e inspecionar o serviço dos gêneros alimentícios³⁹⁰.

Finda a discussão sobre o problema da má alimentação dos pacientes do São Vicente de Paula, a Santa Casa, ainda em ata da sessão extraordinária, expôs outras duas questões delicadas enfrentadas pelo asilo – as condições financeiras, consideradas *precárias*, e a lotação de doentes. Além da mesa administrativa solicitar ao futuro gestor um equilíbrio entre a receita e a despesa, voltou a propor, como medida para evitar crescentes gastos, a entrada de novos loucos, fixando-os ao número de cinquenta; isto porque, o ano de 1890 foi encerrado com o registro de setenta e nove loucos no estabelecimento. Tal deliberação deveria ser transmitida ao governador do Estado, considerado pela mesa administrativa, aquele que mais solicitava a admissão de novos loucos. Mesmo argumentando desejar receber todos os doentes, a mesa justificou que era obrigada a *reduzir a caridade* tendo em vista as *precariedades* financeiras da Santa Casa.

Outra proposta apresentada pela mesa regedora e considerada mais eficaz para a redução dos problemas financeiros do asilo de alienados e da Santa Casa tratou-se da elevação do patrimônio do asilo a partir do uso de mais de setenta apólices da dívida pública em prol da formação de um patrimônio destinado originalmente ao asilo de mendicidade, mas que nunca chegou a ser efetivado, segundo a mesa: *por motivo de publica notoriedade, não chegou a ser inaugurada nesta Cidade*. As apólices, avaliadas em um conto de réis cada uma, estavam depositadas nos cofres do Tesouro do Estado. A mesa argumentou que a utilização desse recurso não desviaria de seu objetivo original já que seria empregado para o *patrimônio da caridade*, prestando *auxilio de pobres de outra natureza e de maior gravidade*.

³⁸⁸ Sessão Extraordinária: 05 de junho de 1891, p. 31, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

³⁸⁹ Sessão: 02 de julho de 1891, p. 39, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

³⁹⁰ Sessão Extraordinária: 05 de junho de 1891, p. 32, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

A intenção da mesa foi dividir apólices em duas partes, aumentando o patrimônio da Santa Casa e do São Vicente de Paula. Argumentando que este valor estava *esterilmente depositado sem o mínimo previsto a causa da sagrada caridade*, somente ele *fornecerá maior suficiente ao Asylo para vencer as dificuldades financeiras que o opprimem*³⁹¹.

Finalizando a extensa ata da reunião extraordinária, a mesa administrativa da Santa Casa providenciou uma cópia da mesma, a ser enviada ao governador do Estado e ao novo diretor do São Vicente de Paula.

Assim, encerrou-se a segunda gestão da diretoria do asilo de alienados aos cuidados de João Ribeiro Pessoa Montenegro que permaneceu à frente da instituição no breve período correspondente a menos de um ano. De forma semelhante ao que aconteceu com o primeiro gestor, sua saída foi motivada por problema graves contra os pacientes da instituição. O primeiro diretor foi exonerado do cargo em virtude da violência praticada contra um doente, individualmente. O segundo, contra todos, de forma coletiva.

O médico Meton de Alencar, nessa gestão, agiu de forma discreta, pelo menos no que diz respeito a não ter tido nenhuma ocorrência contra sua pessoa registrada nos autos das sessões da mesa regedora da Santa Casa. Assim, ele permaneceu no cargo após a admissão do novo diretor.

2.3 Gestão do Diretor Zacharias Thomaz da Costa Gondim (11/06/1891- 01/1895): crises financeiras e novo regulamento

Em reunião seguinte à demissão de João Ribeiro Pessoa Montenegro, a mesa administrativa apresentou um ofício do novo diretor, Zacharias Thomaz da Costa Gondim no qual aceitou o convite para dirigir o Asilo São Vicente de Paula, assumindo-o em junho de 1891. O ofício do novo diretor esteve permeado de expressões de modesta em relação às suas qualidades para ocupar tal cargo e, em mais de um momento, fez uso de imagens e alusões religiosas, afirmando que ele:

faltaria a um sagrado dever se não manifestasse a sua sincera gratidão ao Sr. Dr. Provedor e os dignos confrades pelo juízo lisongeiro e vantajoso que fizeram de sua obscura e humilde individualidade, attribuindo-lhe qualidades elevadas, que lhe desejara possuir, é verdade, mas que não as tem, e que só a nobreza e magnitude de seus corações de bons catholicos querem recolheceo-lhe.

³⁹¹ Idem, p. 34.

Ainda com humildade, segundo a mesa administrativa, ele teria escrito em seu ofício:

Que desejava possuir as qualidades tão necessárias a um director de uma repartição tão difficil de administrar como a de que se acha encarregado: confessa que se sente fraco para tão grande quão nobre empreendimento, ao passo que faz esta singela confissão, sente-se ao mesmo tempo animado, forte e corajoso para levá-lo adiante[...].

E encerrando a leitura do ofício, a mesa mencionou os atributos religiosos da jornada que se iniciava no asilo com o novo diretor:

Que, contando com as luzes e sábios conselhos dos nobres Mordomos que foram educados nos sãos princípios da Religião Christã, espera, com a somma de boa vontade que tem, corresponder, quando não *in totum*, ao menos em parte, á confiança plena que em si depositarem, etc. – Inteirada.³⁹²

Com a nova diretoria, as medidas de controle quanto à fixação do número de alienados em cinqüenta nas dependências do asilo continuaram sendo mantidas, sendo negada a entrada de seis alienados que estavam detidos na cadeia pública de Fortaleza: quatro homens e duas mulheres³⁹³. Os alienados permaneceram na cadeia, não recebendo qualquer tipo de tratamento especializado.

No que se referiram às denúncias da má alimentação oferecida aos doentes, a mesa administrativa da Santa Casa abriu nova concorrência para fornecimento dos gêneros alimentícios para o segundo semestre de 1891³⁹⁴. Inicialmente, foram apresentadas três propostas, entre elas a do antigo comerciante Antônio Hollanda Cavalcante que continuou sendo fornecedor de pães e bolachas da Santa Casa, pois segundo a mesa, tinha um preço mais vantajoso. Contudo, em se tratando do fornecimento de alimentos ao asilo de alienados, a sua proposta foi recusada.

As três propostas concorrentes apresentaram basicamente os seguintes gêneros alimentícios: arroz pilado, banha de porco, bolacha, cebola, coco, farinha de trigo americana, feijão, manteiga em lata, rapadura, bacalhau, mate, peixe fresco, sal, toucinho, vinagre. Foram estes os alimentos que seriam avaliados pela mesa regedora, quanto aos três concorrentes para a nutrição dos loucos no asilo e que deveriam ser fiscalizados em qualidade e quantidade, especial e cotidianamente pelo diretor Zacharias Thomaz da Costa Gondim³⁹⁵.

³⁹² Sessão: 11 de junho de 1891, p. 36, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

³⁹³ Sessão: 25 de junho de 1891, p. 37, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

³⁹⁴ Sessão: 25 de junho de 1891, p. 37, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

³⁹⁵ Sessão: 25 de junho de 1891, p. 37, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

Outros contratos sucederam posteriormente, como o assinado pelo comerciante João Manoel da Fonseca relativo ao fornecimento de pães, no qual constou, que: *os ditos pães serão de muito boa qualidade, iguaes as da amostra, e entregues no Asylo de Alienados ás seis e meia horas da manhã*. Advertiu ainda a mesa regedora que, caso o contratante não fornecesse os pães de acordo com o estabelecido, ele estaria sujeito à multa que variava de valor e, dependendo da reincidência do mau fornecimento, poderia haver recusa futura da assinatura de novos contratos.

No que tange à responsabilidade do diretor do asilo de alienados na inspeção dos pães, caso eles não estivessem em qualidade e quantidade de acordo com o firmado, os mesmos deveriam ser devolvidos, cabendo ao diretor comprar outros *em qualquer padaria outra nas mesmas condições* estabelecidas contratualmente³⁹⁶. Semestralmente, novos contratos foram assinados como forma de evitar abusos no fornecimento de gêneros alimentícios e exigir maior fiscalização por parte da diretoria do asilo.

A direção de Zacharias Gondim foi difícil logo no primeiro ano de sua gestão. Denúncias chegaram em 1892 ao conhecimento da Santa Casa pouco antes da posse da nova mesa regedora cujo provedor permaneceu sob a responsabilidade de Paulino Nogueira Borges da Fonseca. Desta vez, as denúncias não foram advindas de visitas feitas pelo mordomo responsável pelo asilo, mas pelo jornal liberal *O Libertador*. O conteúdo da matéria do jornal não foi mencionado em atas de reunião, mas sabe-se que foram feitas acusações não somente relativas à administração do Asilo São Vicente de Paula como também à do Cemitério São João Batista³⁹⁷.

Para averiguar as denúncias, o mordomo encarregado do asilo de alienados, o tenente coronel Antônio Felino Barroso, dirigiu-se então ao diretor da instituição para ouvir sua versão sobre os fatos que, mais uma vez, não foram expressas quais foram em ata de reunião. Após ter ouvido Zacharias Thomaz da Costa Gondim, o mordomo reproduziu sua fala afirmando que as acusações foram *injustas e de todo o ponto falsas*. A mesa administrativa não prolongou a discussão e considerando encerrada a questão, ordenou que o caso fosse arquivado³⁹⁸. Provavelmente, a não valorização acerca das denúncias feitas pelo jornal *O*

³⁹⁶ Contracto, que assigna o cidadão João Manoel da Fonseca do fornecimento de Paes para o consummo do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula de Porangaba, no semestre de janeiro a julho de 1894. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893. (Acervo: SCM).

³⁹⁷ Sessão: 10 de março de 1892, p. 72, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

³⁹⁸ Sessão: 07 de abril de 1892, p. 80, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

Libertador derivou de outras questões que suscitaram maiores preocupações por parte da mesa administrativa, como a crise financeira pela qual enfrentou a Santa Casa naquele ano.

Crises financeiras acompanharam toda a história da instituição no século XIX e primeiras décadas do XX. Somente em um momento, foi noticiada uma situação positiva, registrada em momentos que antecederam o fim da Monarquia. A regra, contudo, eram as dificuldades sempre relatadas pela mesa regedora em atas das sessões.

Na crise de 1892, a mesa administrativa convocou uma reunião de caráter extraordinário, comunicando acerca da *vertiginosa baixa de cambio* que elevou *extraordinariamente* os preços dos gêneros alimentícios, mercadorias e medicamentos, propondo a nomeação de três comissões para rever e aumentar o preço das mais importantes fontes de renda da Santa Casa que estavam diretamente subordinadas à sua administração, ou seja, a farmácia, a empresa funerária e o asilo de alienados. A proposta foi aumentar os preços do formulário da farmácia, da tabela dos serviços da empresa funerária e da tabela dos pensionistas do asilo de alienados³⁹⁹.

A comissão responsável pelo asilo de alienados foi formada pelos mordomos, Felino Barroso, Antônio da Justa e Arnulpho Pamplona, que apresentaram a nova tabela dos pensionistas, divididos em três classes. O pensionista de 1ª classe pagava até então a quantia de noventa mil réis mensais. Com a nova proposta, ele pagaria cento e dez mil réis. O pensionista de 2ª classe pagava sessenta mil, aumentando-se para setenta mil e por fim, o de 3ª classe, de trinta mil réis, pagaria cinquenta mil réis. Segundo a comissão, a partir do relato do diretor do asilo, o pensionista de 3ª classe era o que dava mais prejuízo à instituição. Depois de apresentada a proposta da nova tabela, a mesa regedora da Santa Casa, a remeteu para apreciação do governador do Estado⁴⁰⁰.

O aumento na tabela de preços dos pensionistas do asilo da Parangaba não deu garantias de resolução do problema da crise financeira da Santa Casa, pois no mesmo mês em que foi anunciada a proposta com os novos valores, a mesa regedora recebeu um ofício do cidadão Martiniano Theodorico da Costa no qual comunicou, *em nome de sua filha*, que o genro não poderia mais continuar no asilo como pensionista⁴⁰¹. Ou seja, com o aumento da

³⁹⁹ Sessão Extraordinária: 30 de abril de 1892, p. 81, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

⁴⁰⁰ Sessão: 05 de maio de 1892, p. 84, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

⁴⁰¹ Sessão: 19 de maio de 1892, p. 88, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

tabela, registrou-se a saída de um pensionista na instituição. Mesmo assim, as novas tabelas entraram em vigor a partir do mês de julho de 1892⁴⁰².

Outra medida para contornar a crise econômica relativa ao asilo de alienados foi a proposta apresentada pelo vice governador do Estado ao Congresso Estadual, solicitando uma verba exclusiva no valor de dez contos de réis anuais de subvenção ao estabelecimento⁴⁰³. A inclusão do asilo de alienados na distribuição dos benefícios das loterias do Estado também foi outra medida para contornar a crise⁴⁰⁴.

O ano de 1892 foi importante para mudanças administrativas realizadas no São Vicente de Paula, pois o provedor da Santa Casa solicitou a *necessidade de se rever* os regulamentos do asilo de alienados e do cemitério São João Batista, sendo nomeadas duas comissões distintas⁴⁰⁵.

No caso do asilo de alienados, a comissão foi formada pelos mordomos: Felino Barroso, João Câmara e Virgílio de Moraes, sendo este o procurador geral da Santa Casa e relator da comissão. A elaboração do novo regimento esteve inserida na perspectiva de atender às demandas da psiquiatria moderna e das reformas desenvolvidas pela nova política de assistência aos alienados, ocorridas em fins do século XIX.

Pouco antes da Proclamação da República, o quadro de mudanças em torno da assistência à alienação já se delineava no cenário brasileiro. Em 1884, houve a abertura de concurso para a cátedra de clínica psiquiátrica na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Após a República, foram publicados muitos trabalhos dos psiquiátricos brasileiros e realizados diversos debates entre parlamentares propondo uma fiscalização mais assídua nos estabelecimentos asilares e maior proteção legal aos enfermos, resultando em um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro em 1896 e dando origem no ano seguinte à lei de reforma da assistência a alienados (ENGELS: 2001, pp.134 e 137).

Segundo a historiadora Vera Portocarrero, através da necessidade de reformulação das instituições asilares no Brasil republicano, o médico psiquiátrico exerceu maior poder, ocupando uma *posição central* no estabelecimento configurando-lhe como uma *verdadeira*

⁴⁰² Sessão: 07 de julho de 1892, p. 103, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

⁴⁰³ Idem, p.84.

⁴⁰⁴ Sessão: 01 de setembro de 1892, p. 110, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

⁴⁰⁵ Sessão: 12 de maio de 1892, p. 86, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

instituição hospitalar e instituindo ao louco o estatuto de *doente* (PORTOCARRERO: 2002, p.97).

O São Vicente de Paula não seguiu grandes perspectivas de mudanças, posto que a atuação do médico não sofreu alterações com o novo sistema político. Entretanto, pela primeira vez, as atas das sessões da Santa Casa apresentaram um discurso em que o louco fora enfocado mais como um ‘doente’ que precisava de tratamento especializado do que um ‘pobre infeliz’ que necessitava da caridade pública. Visando desenvolver um raciocínio mais atualizado com as discussões de âmbito nacional no tratamento da loucura, o discurso do mordomo Virgílio de Moraes mesclou-se com um tom que, por um lado, esteve em sintonia com as mudanças advindas pelo ideário da modernidade e ‘civilização’, e, por outro, teve preocupações com as despesas que as mesmas proporcionariam à Santa Casa. Destarte, as questões de ordem financeira limitaram a perspectiva de se fazer mudanças efetivas no asilo São Vicente de Paula.

O discurso do procurador geral iniciou-se com uma longa exposição acerca da necessidade de uma *nova organização* do regimento do asilo, *de acordo com os preceitos e regras da sciencia moderna*. Atento ao regimento dos outros *institutos semelhantes*, ele salientou para a nova fase em que a *assistência aos alienados* estava passando, considerando-a *hoje matéria bem estudada*⁴⁰⁶.

Suas observações a respeito do tratamento especializado a ser submetido ao louco estiveram, ironicamente, atrasadas em mais de um século dos primeiros estudos realizados por Pinel, em fins do século XVIII. Entretanto, apesar da distância temporal que separa o discurso do procurador geral e do médico alienista francês, não se pode desconsiderar as questões levantadas por Virgílio de Moraes e suas representações. Seu discurso apresentou-se de forma singular, comparativamente aos dos demais colegas da mesa administrativa no que tange à concepção do louco, posto que, frequentemente a abordagem dos mordomos foi dimensionada no sentido do dever cristão cumprido de atender a demanda dos pobres infelizes que deveriam ser recolhidos no asilo. Em geral, os discursos da mesa regedora foram permeados de adjetivações e sentidos valorativos sobre os alienados.

Tratar a loucura como doença – abordagem esta presente no discurso de Virgílio de Moraes – significou atribuir-lhe conceitualmente um olhar diferenciado daquele existente nos asilos assistidos pela caridade pública. Se a loucura era vista como doença, o corpo de

⁴⁰⁶Sessão: 13 de outubro de 1892, p. 115, do Livro de 08 de janeiro de 1891, p. 116 (Acervo: SCM).

profissionais qualificado deveria ser uma condição requisitada para a nova configuração terapêutica, bem como a construção de um tratamento especializado com adequada medicação e emprego de aparelhos modernos, objetivando a melhoria ou a cura do paciente. O discurso do procurador geral foi ilustrativo nesse novo olhar:

O louco é hoje considerado um doente, que tem a necessidade de um tratamento particular; e além do pessoal do serviço, que deve ter habilitações especiaes, desde o director até o ultimo dos enfermos, accresce que são necessários diversos aparelhos, cuja obtenção, montagem e funcionamento regular não se tornam fáceis, tudo dependendo de sommas quantiosas, o que presentemente não passa, nem pode passar de uma simples aspiração⁴⁰⁷.

Enquanto comissão, Virgílio de Moraes, avaliou que o próprio edifício estava em desacordo com o *systema actual de serviço de alienados, pois tudo está longe e bem longe de corresponder as recentes e notáveis criações da sciencia*. Muitas foram suas críticas e as mais contundentes referiram-se ao que a *Comissão pode afirmar, sem exageração que o Asylo de Alienados de São Vicente de Paula é antes uma atrasada casa de detenção do que um verdadeiro manicômio. Tudo está por iniciar, e infelizmente nos falta o indispensável*⁴⁰⁸.

Passagem esta finalizada com a atribuição dada aos loucos, nomeando-os como: os *mais desgraçados dos seres humanos*⁴⁰⁹.

Apesar das críticas à estruturação do asilo de alienados, não se deve, contudo avaliar que a comissão da mesa administrativa estivesse mudando sua forma de proceder conceitual ou terapêuticamente em relação ao louco. Mesmo apresentando diferenciada percepção sobre o louco, pode-se considerar que o discurso do procurador geral foi pontual e distinto das práticas estabelecidas pela Santa Casa nas quais permaneceu a autoridade da mesa regedora na condução do cotidiano administrativo do São Vicente de Paula e, sobretudo permaneceu a falta de espaço para um possível discurso do médico do asilo referente aos seus problemas terapêuticos. Ou seja, não houve nenhum registro, nas atas das sessões da Santa Casa, relativo ao discurso do médico Meton de Alencar sobre a prática clínica realizada no asilo da Parangaba.

Convém ainda observar que, apesar do discurso do procurador geral estar em concordância com os novos tratamentos dados à loucura em outras instituições semelhantes, suas observações tiveram preocupações eminentemente financeiras e administrativas. Ao

⁴⁰⁷Idem, p; 116.

⁴⁰⁸Idem, p; 118.

⁴⁰⁹Idem, p; 118.

mesmo tempo em que ele justificou a necessidade de haver um tratamento moderno e adequado ao louco, acrescentou o alto custo que o mesmo acarretaria à Santa Casa, pois: *sem dinheiro e muito dinheiro, nada, absolutamente nada se pode fazer...*⁴¹⁰. Houve em seu discurso, por um lado, o reconhecimento da conveniente mudança terapêutica que deveria ser ofertada ao alienado, e por outro, a constatação da condição financeira desfavorável para poder efetivá-la.

A condição econômica foi negativa em vários sentidos. Em primeiro lugar, Zacharias Thomaz da Costa Gondim acumulou duas funções no São Vicente de Paula, como diretor e ecônomo, sem, contudo, receber novos vencimentos para este último cargo. Em segundo lugar, tornou-se comum a frequente falta de pagamento dos pensionistas, o que levou a mesa administrativa a exigir a figura de um fiador para evitar os *abusos* constantes⁴¹¹. Problemas de estrutura física também foram objetos de preocupação da mesa regedora que, após ouvir o pedido do mordomo do asilo, Felino Barroso, solicitando providências para o conserto do soalho da varanda principal do asilo, respondeu-lhe que a reclamação era *justa*, mas ressaltou que faltavam *meios pecuniários*, pois a *vertiginosa e progressiva baixa do cambio* quase *triplicou as despesas*⁴¹² da Santa Casa. Na tentativa de conhecer a dimensão dos problemas financeiros enfrentados pelo São Vicente de Paula, a mesa administrativa autorizou a contratação de um guarda-livros, para verificar o déficit anual do estabelecimento desde sua fundação e observar o montante da dívida contraída pela Santa Casa de Misericórdia⁴¹³.

A partir da exposição da situação financeira do hospital caritativo, narrada pelo próprio Virgílio de Moraes, as necessidades de mudanças no tratamento moderno para os loucos ficaram apenas no plano do seu reconhecimento. Efetivamente, o asilo de alienados continuou com sua mesma estrutura e funcionamento. As únicas mudanças registradas pela mesa administrativa referiram-se às visitas ao asilo de alienados nas quais o diretor Zacharias Thomaz da Costa Gondim determinou que as mesmas estabelecidas no domingo não deveriam estar abertas a todos. O objetivo foi evitar costumeiras visitas de pessoas cuja finalidade era apenas de divertirem-se com o espetáculo da loucura. Assim, o diretor afirmou que se alguém desejasse *conhecê-lo* [o asilo] *de perto*, deveriam fazê-lo somente se fossem pessoas *bem comportadas*, para que evitasse a *reprodução de cenas pouco edificantes*, pois

⁴¹⁰Idem, p; 118.

⁴¹¹Idem, p; 116.

⁴¹²Sessão: 01 de setembro de 1892, p. 110, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM)

⁴¹³Sessão: 09 de março de 1893, p. 137, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

alguns indivíduos somente visitavam o São Vicente de Paula, com o intuito de *divertirem-se á custa dos pobres loucos, dignos, por certo, de commiseração*.⁴¹⁴

Em 21 de fevereiro de 1893, morreu o médico do asilo de alienados, Meton de Alencar. Segundo a mesa administrativa, seu falecimento despertou *commoção geral e profunda nesta Capital, pois ele gosava da maior estima e popularidade, tanto das classes inferiores como superiores o que teria levado, no dia de seu enterro, a presença de representantes de todas as classes da sociedade cearense, sem distincções de crenças religiosas, nem política[...]*.⁴¹⁵

Com a morte de Meton de Alencar, houve mudanças não somente na clínica médica, como na diretoria do Asilo São Vicente de Paula.

2.4 Gestão do Diretor Antônio Pinto Nogueira Brandão (02/03/1895 - 13/03/1912): o médico-diretor e suas permanências e ausências no asilo de alienados

Após a morte de Meton Alencar, assumiu em julho de 1894, como segundo médico do asilo de alienados, o doutor Antônio Pinto Nogueira Brandão, que desde 1892 pertencia à irmandade da Santa Casa⁴¹⁶. No primeiro contrato assinado pelo médico com a Santa Casa, constou que os serviços prestados por ele no asilo de alienados corresponderiam ao período de um semestre, de julho até dezembro de 1894, podendo ser prorrogado. Seus vencimentos foram de setecentos e vinte mil réis anuais e sessenta mil réis mensais⁴¹⁷.

No ano seguinte, novo contrato foi assinado entre o médico e a Santa Casa, com duas importantes mudanças. Na primeira, determinou-se que o contrato se estenderia para o prazo de um ano e não mais seis meses, e, sobretudo, a segunda grande diferença estabeleceu que Antônio Pinto Nogueira Brandão, além de ocupar o cargo de médico, assumiria a função da direção da instituição, acumulando, portanto, dois poderes e recebendo a alcunha de *médico-diretor*⁴¹⁸. A partir da lei promulgada em 1894, foi criado o lugar de *médico-diretor* do asilo

⁴¹⁴Sessão: 03 de novembro de 1892, p. 119, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

⁴¹⁵Sessão: 02 de março de 1893, p. 133, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM)

⁴¹⁶Sessão: 05 de maio de 1892, p. 84, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM)

⁴¹⁷ Termo de contracto, que assigna o cidadão Dor. Antonio Pinto Nogueira Brandão, da prestação de serviço médico do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula de Porangaba. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893. (Acervo: SCM).

⁴¹⁸ Contracto, que assigna o cidadão Dor. Antonio Pinto Nogueira Brandão, da prestação de serviço de Médico Director do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula de Porangaba no período de Janeiro a Dezembro de 1895. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893. (Acervo: SCM).

de Parangaba⁴¹⁹ no qual a dupla função esteve atribuída a uma única pessoa. A diretoria de Zacharias Thomaz da Costa Gondim encerrou-se em 1895 e, com ela, as figuras distintas entre médico e diretor.

Com a nova função, os vencimentos de Antônio Pinto Nogueira Brandão passaram para dois contos e quatrocentos mil réis anuais e duzentos mil mensais⁴²⁰. Assim como seu antecessor, Nogueira Brandão não teve formação voltada para a psiquiatria ou medicina alienista. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, publicou a tese cujo tema foi os tumores na bexiga⁴²¹.

Ainda em 1894, algumas obras foram realizadas no asilo de alienados, com o financiamento da extração de loterias⁴²² e das subvenções estatais⁴²³. Contudo, Nogueira Brandão também conseguiu angariar donativos como roupas, alimentos e materiais para reformas no edifício⁴²⁴.

Em decorrência dos trabalhos realizados pelo diretor-médico, o presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Acioly, em relatório publicado em junho de 1898, afirmou que o São Vicente de Paula causava uma ótima impressão para quem fosse visitá-lo: *a excelente impressão deixada em seu espirito pelo grau de prosperidade e de adiantamento a que atingiu o Asylo, o que constitue o maior e mais merecido elogio que se possa tecer a seu actual Director, o Dr. Antonio Pinto Nogueira Brandão.*

Além de destacar o trabalho exercido por Antônio Pinto Nogueira Brandão, afirmando ter proporcionado melhoramentos nessa instituição e comparando-a as demais brasileiras em termos do bom tratamento dado à loucura, o presidente do Estado⁴²⁵, mencionou a *abnegação*

⁴¹⁹ Collecção das Leis Orgânicas do Estado do Ceará promulgada pela respectiva Assembléa no Anno de 1894 – 4º Volume (1894), p. 18. (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

⁴²⁰ Contracto, que assigna o cidadão Dor. Antonio Pinto Nogueira Brandão, da prestação de serviço de Médico Director do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula de Porangaba no período de Janeiro a Dezembro de 1895. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893. (Acervo: SCM).

⁴²¹ <http://www.ceara.pro.br/cearenses/Cearensesporbatismodetalhe.asp?idbatismo=2213>

⁴²² Mensagem do Presidente do Estado, Coronel José Freire Bezerril Fontenelle à Assembléa Legislativa do Ceará, de 1894, p. 15.

⁴²³ Collecção das Leis Orgânicas do Estado do Ceará promulgada pela respectiva Assembléa no Anno de 1896 – 6º Volume (1896), p. 22. (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

⁴²⁴ Sessões: 16 de abril; 07 de maio; 18 de junho; 10 de setembro, 08 de outubro, 19 de novembro de 1896, pp. 5-27, do Livro de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

⁴²⁵ Considera-se que havia um grau de parentesco entre o presidente do Estado e o médico do São Vicente de Paula, haja vista a semelhança de seus nomes.

e *devotamento* realizados pelas irmãs de caridade que contribuíram para *o estado lisonjeiro do estabelecimento*⁴²⁶.

Um aspecto novo observado na gestão do médico-diretor referiu-se à questão de ordem terapêutica, pois pela primeira vez, a mesa administrativa registrou um ofício encaminhado pela Secretaria dos Negócios do Interior ao tesoureiro da Santa Casa providenciando a entrega de dinheiro para que fosse comprado um *aparelho completo para douchas*.⁴²⁷ Poucos foram os momentos em que a mesa regedora mencionou o tipo de tratamento terapêutico utilizado nas dependências do asilo de alienados.

A gestão do diretor Antônio Pinto Nogueira Brandão diferenciou-se das demais não somente porque ele acumulou a função médica no São Vicente de Paula, mas por sua não dedicação exclusiva à instituição. Durante o período que esteve à frente da direção do asilo, exerceu o cargo de professor de aritmética⁴²⁸ da Escola Normal do Estado⁴²⁹ e o mandato de deputado da Assembléia Legislativa do Ceará, nos anos de 1903, 1905 e 1907, fazendo parte das comissões permanentes de *Instrução e Saúde Pública*⁴³⁰. Por exercer essas atividades, em mais de um momento, ele se ausentou de suas funções no São Vicente de Paula.

Durante o seu afastamento, substituiu-o o Dr. José Lino da Justa, que esteve à frente dos serviços médicos por um período de um ano, em 1893⁴³¹. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, José Lino da Justa também possuiu diploma de farmacêutico, sendo ainda secretário da Associação Médico-Farmacêutico do Ceará fundada em 1899⁴³². Assim como Nogueira Brandão, também não foi especialista em medicina mental, defendendo sua tese sobre o

⁴²⁶ Relatório da Presidência do Estado do Ceará – Antônio Pinto Nogueira Acioly, junho de 1898. Correspondências Expedidas – Paracuru, Porangaba (1870-1921); Arronches (1829-35). Fundo: Câmara Municipal. Ala: 20. Estante: 430. Cx: 67 s/ nº da pag. (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

⁴²⁷ Sessões: 16 e 30 de julho de 1896, pp. 15, 16, do Livro de 1896 a 1897. (Acervo: SCM).

⁴²⁸ Um professor da Escola Normal recebia como ordenado no valor de 2.240\$000 no qual incluindo gratificação totalizava a quantia de 3.360\$000. Valor bem superior ao cargo de médico-diretor do asilo de alienados. *Lei nº 265, de 30 de Setembro de 1895 – orçamento para 1896. Tabela nº 4. IN Colleição das Leis Organicas do Estado do Ceará promulgada pela respectiva Assembléa no Anno de 1894 – 4º Volume (1894).* (Acervo: Arquivo Público do Ceará).

⁴²⁹ Relatório Apresentado ao Dr. J. G. da Frota Pessoa, Secretario do Interior e Justiça pelo Dr. Pompilio Cruz, Director da Escola Normal do Estado – 5.06.1913 e Relatório do Secretario do Interior, junho de 1905, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, Presidente do Estado do Ceará, pelo secretario de Estado dos Negocios do Interior, José Pompeu Pinto Accioly, p.76. (Acervo: APC).

⁴³⁰ Annaes da Assembléa lesgislativa do Ceará, 3ª sessão da 3ª legislatura, anno de 1903 e Annaes da Assembléa lesgislativa do Ceará de 1905 e 1907 (Acervo: APC).

⁴³¹ Termo de contracto, que assigna o cidadão Dr. José Lino da Justa, da prestação de serviços médicos do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula de Porangaba. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893. (Acervo: SCM).

⁴³² Rev. do Inst. do Ceará. *Ephemerides – Ceará Republicano 1894- Parte II*, 1898. ANNO XIII, p. 227.

tema da cólera *morbis*. Interessado pelos problemas profiláticos da vida urbana, ele escreveu artigos sobre varíola e saneamento de Fortaleza, ocupando posteriormente, o cargo de Inspeção de Higiene do Estado⁴³³.

Em 1901, quando Antônio Pinto Nogueira Brandão ocupou suas funções como médico-diretor, o asilo São Vicente de Paula registrou a marca de cem alienados⁴³⁴, número este equivalente ao dobro do que foi estipulado pela mesa regedora como limite para o ingresso de novos doentes na instituição. O problema da lotação continuou a ser tema de discussão por parte da mesa administrativa e do poder executivo estadual. Em mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de 1902, o Presidente do Estado, Pedro Borges fez uma significativa associação entre a loucura e a criminalidade ao tratar da lotação do São Vicente de Paula. Em seu discurso, ele afirmou que por abrigar loucos de vários pontos do Estado, a cadeia de Fortaleza estava se:

Convertendo provisoriamente em asylo forçado desses infelizes, que não podendo ser recolhidos no de Porangaba nem vagar ao abandono das ruas sem constituir grave perigo publico, são postos em custódia na cadeia publica, onde se lhes ministra tratamento e alimentação pela respectiva enfermaria, para onde são removidos.

A mesa regedora da Santa Casa recusou-se a recolher os novos loucos que chegaram de várias localidades do interior, tornando a cadeia pública da capital o único local para serem encaminhados, numa demonstração do completo abandono em que estiveram submetidas essas pessoas, pois uma enfermaria de presídio não foi definitivamente o espaço mais apropriado para o tratamento da loucura. O objetivo da mensagem do presidente do Estado, ao abordar a relação entre o asilo de alienados e a cadeia pública foi mostrar à Assembléia Legislativa sobre a necessidade de ampliação dos leitos do São Vicente de Paula e oferecer maior auxílio do Estado para manutenção do seu funcionamento⁴³⁵. Entretanto, a situação não apresentou melhoras e os antigos problemas perduraram.

No ano seguinte, novamente Nogueira Brandão deixou o cargo no São Vicente de Paula, assumindo interinamente a função de diretor e médico, o doutor José Lino da Justa⁴³⁶. O médico do asilo recebia ordenado maior que o da Santa Casa, porque ele ocupava a função

⁴³³ <http://www.ceara.pro.br/cearenses/Cearensesporbatismodetalhe.asp?idbatismo=700>

⁴³⁴ Sessão: 07 de novembro de 1901, p. 125, do Livro de 1896 a 1897. (Acervo: SCM).

⁴³⁵ Mensagem Apresentada a Assembléia Legislativa do Ceará do Presidente do Estado, Pedro Augusto Borges, de 1º de julho de 1902, p. 17.

⁴³⁶ Sessão: 07 de maio de 1903, p. 03, do Livro de 1903-04 (Acervo: SCM).

de diretoria do estabelecimento. Enquanto o médico do hospital da misericórdia recebia 720\$000 réis, o do asilo de alienados ganhava 2:400\$000 réis⁴³⁷. Além do médico-diretor, uma nova personagem passou a fazer parte das decisões internas do asilo de alienados, a irmã superiora.

Em 1903, a irmã superiora do São Vicente de Paula, irmã Thomasia, foi quem ficou, em várias ocasiões, à frente dos serviços administrativos exercidos pela diretoria⁴³⁸. Nesse sentido, ela, ao invés do diretor, informou à mesa regedora, alguns procedimentos realizados no asilo, tais como: a entrega do mapa demonstrativo do movimento de doentes, os recibos relativos aos pensionistas, a folha de ordenado dos empregados – incluindo os das três irmãs de caridade do estabelecimento – e a compra de gêneros alimentícios⁴³⁹.

Foi também a irmã Thomasia, quem comunicou à mesa administrativa sobre uma licença que ela conseguiu para a construção da Escola Dominical em frente ao asilo de alienados, sob sua própria direção. A escola seria de propriedade do asilo⁴⁴⁰ e tinha como objetivo oferecer instrução aos meninos pobres que moravam na vila de Parangaba⁴⁴¹. A renda utilizada para sua edificação foi a mesma que sustentou as despesas do asilo de alienados, ou seja, proveniente dos juros de apólices, da mensalidade dos pensionistas, da subvenção do Estado e dos rendimentos da empresa funerária, além das *escolas*⁴⁴².

Outras atividades exercidas pela irmã Thomasia foi informar à Santa Casa sobre as necessidades dos reparos considerados *urgência* a ser realizadas no edifício, como a construção de quatro quartos para os alienados. Solicitou ainda à mesa regedora a permissão para que uma nova capela fosse construída junto ao asilo, sendo que a despesa efetuada seria *por sua conta própria*⁴⁴³.

⁴³⁷ Annaes da Assembléa legislativa do Ceará, 3ª sessão da 3ª legislatura, anno de 1903 e Annaes da Assembléa legislativa do Ceará de 1905 e 1907 (Acervo: APC).

⁴³⁸ As irmãs de caridade exerceram grande influência não somente no cotidiano do São Vicente de Paula, como nos hospícios administrados pelas Santas Casas em outras províncias, sobretudo no período monárquico. A administração pública, a partir da construção do Estado-Nação, deu às Santas Casas a responsabilidade pelas instituições de saúde e assistência. No Ceará, foram as Congregações Vicentinas as responsáveis pelas atividades caritativas, que permaneceram em ampla atividade durante a República.

⁴³⁹ Sessões: 12.03, 23.07., 29.10. 1903, pp. 02, 07 e 15 do Livro de 1903-04 (Acervo: SCM).

⁴⁴⁰ Sessão: 26 de novembro de 1903, p. 17 do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

⁴⁴¹ Relatório do Secretario do Interior, junho de 1905, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, Presidente do Estado do Ceará, pelo secretario de Estado dos Negocios do Interior, José Pompeu Pinto Accioly. Item: Asylo de S. Vicente de Paulo, p. 20. (Acervo: APC).

⁴⁴² Idem, p. 20. (Acervo: APC).

⁴⁴³ Sessão: 10 de janeiro de 1905, p. 32, do Livro: 1903-04 (Acervo: SCM).

Segundo o secretário do interior, José Pompeu Pinto Accioly, em relatório apresentado ao presidente do Estado, Nogueira Accioly de 1905, o São Vicente de Paula esteve dirigido *interna e economicamente*, por quatro irmãs de caridade, incluindo a irmã Thomasia. Elas foram as responsáveis pelo asseio e ordem em que se encontrava a instituição. Além de destacar positivamente o serviço das irmãs, o secretário elogiou a localização do asilo, considerando-o de *local magnífico* e destacando-o *cujos créditos dia por dia mais se firmam no espírito público*⁴⁴⁴.

O trabalho administrativo exercido pela irmã superiora do asilo de alienados era difícil e nem sempre desejado. Ainda em fins do século XIX, em 1898, a irmã de caridade, Thereza de Miranda, foi designada pela Congregação Vicentina a ser a superiora do asilo, mas não assumiu a função, pois dirigiu *constantemente supplicas* aos seus superiores para não estar à frente do estabelecimento⁴⁴⁵.

No caso da irmã Thomasia, além das atividades acima mencionadas, ela notificou outros problemas internos à mesa administrativa da Santa Casa, como os prejuízos ao patrimônio do asilo causados pela agitação de uma louca que havia *extragado todo o assoalho* do quarto onde estava recolhida. A irmã Thomasia solicitou mordomo Felino Barroso, responsável pelo asilo, que fosse examinar os danos para repor o estrago *sem demora*. O mordomo, em visita ao estabelecimento, observou o quarto e verificou seu *estado lastimoso*, concordando ser necessário tomar providências precisas pra seu conserto⁴⁴⁶.

A atuação da irmã superiora no asilo da Parangaba estendeu-se até o ano de 1906, quando Antônio Pinto Nogueira Brandão – até então ausente mais uma vez de suas funções – assinou novo contrato com a Santa Casa. Nele, entretanto, não constou mais a função de médico-diretor. Havia apenas a referência do cargo de médico através do qual Nogueira Brandão recebeu o ordenado no valor de quatrocentos mil réis mensais⁴⁴⁷. Assim, não se sabe com precisão se a irmã Thomasia permaneceu à frente da direção do asilo ou se o contrato foi apenas mal redigido ao não expor a função de direção do médico.

No mesmo ano, a Santa Casa recebeu um ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores solicitando informações sobre o serviço de assistência aos alienados, realizado no

⁴⁴⁴ Idem, p. 20. (Acervo: APC).

⁴⁴⁵ Sessão: 04 de setembro de 1919, p. 19, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁴⁴⁶ Sessão: 22 de novembro de 1906, p. 76, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

⁴⁴⁷ Termo de Contracto que assigna o Dor. Antonio Pinto Nogueira Brandão da prestação de serviço de médico para o Asylo de Alienados de São Vicente de Paula. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893. (Acervo: SCM).

Ceará para que as mesmas fossem enviadas ao Rio de Janeiro⁴⁴⁸, de acordo como o Decreto Legislativo de nº. 1.132 de dezembro de 1903, em que determinou a inspeção feita pelo Governo Federal a todos os estabelecimentos do País que recolhessem os loucos.

Segundo Vera Portocarrero, o Decreto Legislativo de 1903 foi o resultado de uma série de propostas de mudanças quanto à política de assistência aos alienados, intensificadas na virada do século. A partir de 1900, desenhou-se a formação do novo sistema de psiquiatria brasileiro no qual os médicos buscaram aprofundar estudos sobre as nosologias das anormalidades mentais, definindo e diferenciando os tipos de alienação e ampliando o saber psiquiátrico. Mudanças teóricas e práticas desenvolvidas pelos médicos delimitaram melhor o campo do estudo da anormalidade, surgindo categorias específicas, tais como as chamadas ‘personalidades psicopáticas’ (POTOCARRERO: 2002, p. 63).

Para José Leopoldo Antunes, a temática sobre a relação entre loucura e criminalidade constituiu-se em outra matéria de debate entre juristas, médicos, médicos-legistas e neurologistas. Em fins do século XIX, em 1896, o médico amazonense, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Márcio Ney, defendeu a idéia, de que a associação dos dois termos – loucura e crime – representava um antagonismo, pois: *Ou bem o indivíduo era louco e deveria ser tratado, explicava, ou era criminoso e deveria ser punido. As duas palavras repelir-se-iam e não deveriam ser pronunciadas juntas ‘por lábios de médicos nem de juristas’* (ANTUNES: 1999, p.98).

O extenso debate desenvolvido entre os campos da jurisdição e da medicina contribuíram na assinatura do Decreto Legislativo de nº. 1.132, de 1903. A lei, proposta pelo médico e deputado do Rio de Janeiro Teixeira Brandão, instituiu entre outras medidas, que o hospício deveria ser *o único lugar apto a receber loucos*, proibindo através do Art. 10 °, *expressamente a manutenção de alienados em cadeias públicas ou entre criminosos, obrigando as autoridades locais a providenciar alojamentos especiais provisórios para os doentes mentais, até que eles pudessem ser transferidos.* (ANTUNES: 1999, p. 103). A lei determinou que todos os estabelecimentos públicos e particulares voltados para a alienação deveriam estar subordinados ao controle e à fiscalização do Distrito Federal, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo punidas com multas e prisão as autoridades que lhe desobedecesse.

⁴⁴⁸ Sessão: 20 de dezembro de 1906, p. 78, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

Para Clementina Cunha, a lei de 1903 constituiu-se como a primeira legislação que definiu e regulamentou a assistência aos alienados com uma perspectiva de abrangência nacional (CUNHA: 1986, p. 45).

Através da lei, somente o médico poderia dar o parecer para a internação do doente. Para Vera Portocarrero: *Essa lei faz do psiquiatra a maior autoridade sobre a loucura nacional, e publicamente reconhecida*. Assim, a separação dos hospícios em relação à Santa Casa representou um grande divisor de águas no tratamento do louco, pois legitimou a *estatização do hospício* e colocou o Estado em situação de superioridade em relação às confrarias, à família e a qualquer estabelecimento particular (PORETOCARRERO: 2002, p. 97).

Embora a lei representasse uma mudança positiva quanto ao tratamento do louco, ela não agradou a todos, recebendo críticas, sobretudo do médico da Bahia, Nina Rodrigues, que argumentando contra o caráter centralizador do Distrito Federal quanto à fiscalização e aplicabilidade da lei, afirmou ser *pueril* imaginar que os governadores dos Estados e diretores dos hospícios sofressem punições por seu descumprimento (ANTUNES: 1999, p. 104).

Avaliação do médico baiano tinha procedência, pois a prática realizada nos hospícios do País foi diferenciada da lei sancionada. No Ceará, a lei não alterou significativamente o cotidiano do São Vicente de Paula. Ao contrário, antigas práticas continuaram presentes. Motivado pelo argumento da falta de acomodação e segurança no São Vicente de Paula, o diretor do asilo solicitou mais de uma vez ao chefe de polícia a transferência de loucos para a cadeia pública. A lei também não alterou a submissão do asilo de alienados à Santa Casa de Fortaleza no qual o poder do provedor permaneceu acima do médico. A atuação das irmãs de caridade – extremamente criticadas em instituições como o Hospital Nacional de Alienados que, visando proporcionar uma formação profissional aos funcionários, foram substituídas por enfermeiras – também não sofreu alteração com a nova lei no São Vicente de Paula, desempenhando a irmã superiora também a função de diretoria em determinadas ocasiões. (ENGELS: 2001, p. 322).

Destarte, a experiência vivenciada no Ceará esteve bem longe de acompanhar o processo de mudanças quanto à assistência ao alienado desencadeado na Capital Federal. Mesmo assim, em julho de 1907, o então presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly, discursou em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, sobre o trabalho realizado pelos Asilo São Vicente de Paula, Santa Casa e Asilo de Mendicidade, dando

testemunho dos serviços valiosos prestados à humanidade sofredora, tornando-se por isso dignos da protecção dos poderes públicos. Nogueira Accioly afirmava ser boa a situação econômica do Estado e, apesar das condições adversas do meio, a produção econômica apresentou-se com prosperidade⁴⁴⁹.

A despeito de Nogueira Accioly apresentar um quadro financeiro favorável do Estado e afirmar acerca dos benefícios proporcionados aos doentes do São Vicente de Paula, um mês depois de seu discurso à Assembléia, novas denúncias chegaram à mesa administrativa da Santa Casa contra o estabelecimento. Desta vez, relatada pelo mordomo Guilherme Rocha que, afirmou ter sido procurado por uma pessoa ‘respeitável’ da sociedade segundo a qual ao fazer uma visita a uma louca pensionista na hora da refeição, observou a precariedade da alimentação oferecida aos doentes no estabelecimento. A pessoa cujo nome não foi identificado teria afirmado que: *encontrou a doente a comer feijão e carne seca, perguntando-lhe se não tinha outra comida a doente respondeu que era o que lhe davão!*⁴⁵⁰

Destarte, novamente a problemática da má alimentação oferecida aos alienados no asilo da Parangaba fez parte das discussões da mesa regedora. A agravante da situação foi que aquela não tinha sido a única denúncia que havia *chegado ao conhecimento* do mordomo Guilherme Rocha, que sugeriu a instalação de uma sindicância no local, afirmando não haver no asilo de alienados *caridade e nem zelo e cuidados precisos*. Segundo o mordomo, a sindicância seria uma forma de *acabar com estas vergonhas que tanto desacreditão aquelle Estabelecimento digno de melhor sorte*⁴⁵¹. Com base no exposto, a mesa deliberou a formação de uma comissão para averiguar os fatos.

Uma semana após a denúncia, uma comissão formada pelo provedor geral, coronel Baptista Lopes e pelo mordomo do asilo, coronel Felino Barroso, fez uma visita surpresa ao edifício, encontrando-o *limpo*. Somente quando foi ao encontro da irmã superiora, Felino Barroso disse-lhe o motivo da inspeção, informando-lhe sobre as denúncias de como eram tratados os doentes, incluindo: *os próprios pensionistas, dando-se alimentação de má qualidade como diariamente feijão e carne de charque*⁴⁵².

⁴⁴⁹ Mensagem Dirigida á Assembléia Legislativa do Ceará do Presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly, item: *Assistência Pública*, de 1º de julho de 1907, p. 07.

⁴⁵⁰ Sessão: 08 de agosto de 1907, p.93, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

⁴⁵¹ Idem, p. 93.

⁴⁵² Sessão: 29 de agosto de 1907, p.94, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

Torna-se importante observar que a comissão dirigiu-se à irmã Thomasia, numa demonstração de que foi ela quem assumiu o papel administrativo maior da instituição. A mesma, após ouvir o mordomo, *respondeu respeitosamente ser uma falsidade* a denúncia motivadora da visita. Entretanto, ainda na atribuição de membro da sindicância, o mordomo interrogou *a pensionista origem da reclamação* que lhe respondeu *ser bem tratada* no asilo de alienados, fazendo apenas uma ressalva, de *que só a principio não gozara de certa liberdade*⁴⁵³. A visita encerrou-se, retomando a comissão para Fortaleza.

Se a conservação física do asilo de alienados causou boa impressão ao mordomo Felino Barroso, o mesmo não pode ser considerado quanto à avaliação do estado mental da pensionista feita pelo mordomo Assis Beserra. Este relatou à mesa administrativa que a pensionista em questão pareceu-lhe ser *uma senhora no gozo pleno de seu juízo perfeito*. Quanto ao estabelecimento, o mordomo fez *diversas ponderações (...) não só com relação a alimentação e hygiene*, mas em relação ao *serviço clínico*⁴⁵⁴. Após escutá-lo, o mordomo Coelho Arruda propôs que fosse entregue um ofício ao médico do São Vicente de Paula solicitando uma lista dos doentes que poderiam ser retirados do asilo, sem que houvesse prejuízo à sociedade, constando o nome, idade e residência.

Ao propor tal medida – aprovada unanimemente pela mesa regedora – o discurso do mordomo Coelho Arruda apresentou-se como uma prática de interferência em relação à autoridade médica, pois demonstrou questionar a permanência de alguns doentes no asilo de alienados. Indiretamente, o discurso do mordomo colocou em questão acerca da eficiência da conduta médica no cotidiano asilar haja vista que, se Nogueira Brandão considerasse que determinados loucos tivessem condições de receber alta, poderia já ter sido feito tal procedimento, não havendo a necessidade da indicação da mesa regedora nos assuntos de ordem clínica.

A proposta do mordomo foi mais um episódio ilustrativo em que se pode verificar o poder exercido pela mesa regedora nos assuntos médicos do São Vicente de Paula. Demonstra ainda a influência exercida pelo mordomo responsável pelo asilo na condução dos problemas institucionais asilares.

Em 1910, Paulo Moraes assumiu o cargo de mordomo responsável pelo asilo de alienados e, com a nova função, questionou a mesa administrativa sobre quais seriam seus

⁴⁵³ Idem, p.94. (Acervo: SCM).

⁴⁵⁴ Idem, p. 94.

direitos e obrigações como mordomo do estabelecimento, desejando *saber ao certo a extensão e natureza de suas atribuições*. Em resposta, o mordomo tesoureiro afirmou que ele era o *representante ou delegado da Mesa Administrativa junto aquelle estabelecimento*. Acrescentou ainda que o mordomo do asilo de alienados deveria sempre prestar informações à mesa regedora, visando *melhorar as condições do Asylo ou a corrigir abusos e irregularidades possíveis*. Complementando a fala do tesoureiro, o mordomo Raymundo de Arruda afirmou que competia ao mordomo do asilo a *ampla faculdade de fiscalização sobre os serviços* daquele *instituto de caridade*⁴⁵⁵.

Destarte, o mordomo responsável pelo asilo de alienados apresentou-se como o intermediário entre o São Vicente de Paula e a Santa Casa, possuindo autonomia para informar os problemas detectados no asilo e propor soluções com o aval da Santa Casa. Foi através do mordomo interino Joaquim Sá que a irmã superiora do asilo solicitou o envio de roupas para os loucos, a limpeza do prédio e a troca de *vaccas por outras que estejam dando leite*⁴⁵⁶. Foi ainda através das visitas realizadas pelo mordomo responsável pelo asilo que resultaram em mudanças administrativas internas ao longo da história da instituição, como a saída de seus diretores.

Em 1910, Antônio Pinto Nogueira Brandão mais uma vez ausentou-se da função de médico do asilo de alienados, sendo substituído pelo clínico da Santa Casa, José Francisco Jorge de Sousa, no período correspondente a um ano⁴⁵⁷. Em 13 de março de 1912, Nogueira Brandão pediu exoneração de seu cargo alegando simplesmente *não poder continuar a prestar os serviços de médico* à instituição, pedindo sua substituição.

Sua saída foi aparentemente amistosa, pois não foi registrado incidente algum nos autos das reuniões da mesa regedora da Santa Casa. Ao contrário, o tesoureiro propôs que se lançasse um voto de agradecimento ao médico pelos serviços prestados *em período bastante longo*, afirmando ainda que o estabelecimento ficaria *privado de tão valiosa coadjuvação*⁴⁵⁸. Desta forma, encerraram-se as atividades exercidas pelo médico Antônio Pinto Nogueira Brandão no São Vicente de Paula, através das quais, ao contrário da maioria dos diretores

⁴⁵⁵ Sessão: 28 de abril de 1910, p. 70, do Livro: 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁵⁶ Sessão: 17 de novembro de 1916, p. 394, do Livro: 1908 (Acervo: SCM)

⁴⁵⁷ Termo de Contracto que assigna o Dor. José Francisco Jorge de Sousa da prestação de serviço de médico do Asylo de Alienados de São Vicente de Paula, no período de janeiro a dezembro de 1910. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza Ceará – de 1893. (Acervo: SCM).

⁴⁵⁸ Sessão: 13 de março de 1913, p. 166, do Livro: 1908 (Acervo: SCM).

anteriores, sua saída não foi motivada por escândalos ou denúncias de violência praticada contra pacientes.

2.5 Gestão do Diretor José Odorico de Moraes (13/03/1912): dos problemas Financeiros à Reforma Radical no São Vicente de Paula

Na mesma ata do pedido de exoneração de Nogueira Brandão, foi lançado o nome de José Odorico de Moraes para ocupar o cargo de médico do São Vicente de Paula, que também passou a exercer a função de diretor. Durante a discussão em reunião sobre seus vencimentos, a mesa regedora propôs que o novo médico recebesse valor inferior ao do exonerado – prática esta comum entre os médicos e diretores recém assumidos. Entretanto, ao contrário do que ocorreu nos casos anteriores, o mordomo Paula Rodrigues propôs a manutenção dos vencimentos originais do médico-diretor, alegando que o serviço realizado no *hospício* era *trabalhoso* e que *a diminuição proposta de vencimentos nunca se cogitou em phase calamitosa*. Não especificando quais eram estas fases, a mesa administrativa votou favoravelmente ao pedido do mordomo⁴⁵⁹.

Odorico Moraes foi cearense do município do Crato. Antes de iniciar sua carreira médica, fundou e colaborou com alguns periódicos literários, como o *Iracema Literaria*, de Fortaleza. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1906, realizou na capital federal, trabalhos contra a febre amarela. No município de Bananal, em São Paulo, foi diretor médico da Santa Casa de Misericórdia e médico da municipalidade. Exonerou-se em 1908, quando retornou ao Ceará, clinicando no município de Quixadá.

De todos os médicos do Asilo São Vicente de Paula, Odorico de Moraes foi o único que teve trabalho publicado sobre a loucura através da tese intitulada: *Estudo Médico Legal da Simulação da Loucura nos Delinquentes*.⁴⁶⁰ Na ausência dos serviços prestados no asilo de alienados, por motivo de viagem ou outros, substituiu-lhe os médicos Cezar Cals de Oliveira e Arthur Eduardo de Oliveira⁴⁶¹. No primeiro ano de sua gestão, uma nova sindicância foi

⁴⁵⁹ Sessão: 13 de março de 1913, p. 166, do Livro: 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁶⁰ <http://www.ceara.pro.br/cearenses/Cearensesporbatismodetalhe.asp?idbatismo=725>

⁴⁶¹ Sessões: 13 de abril e 17 de novembro de 1916, pp. 366 e 394, do Livro de 1908 e Sessão: 21 de agosto de 1919 p. 17, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

realizada no São Vicente de Paula para verificar seu estado e promover os *melhoramentos que devem ser alli introduzidos*⁴⁶².

A gestão de Odorico de Moraes iniciou-se com dois problemas bem conhecidos pela mesa regedora. O primeiro, referente à situação financeira da Santa Casa e do São Vicente de Paula, e o segundo, quanto à questão da lotação, considerada crítica, pois segundo a mesa administrativa, juntando as duas instituições estimou-se o número de quinhentas pessoas assistidas – trezentas na Santa Casa e duzentas no asilo de alienados – incluindo doentes, órfãos e funcionários. O São Vicente de Paula tinha cento e sessenta e seis loucos internos. A crise foi tanta que a mesa administrativa propôs um voto de agradecimento na imprensa local em relação aos donativos destinados à Santa Casa, como forma de estimular o exemplo para novos doadores⁴⁶³.

Em meio à crise, surgiu uma denúncia na imprensa fortalezense, através do jornal *Unitário*, sobre o desvio de dinheiro praticado por membros da Santa Casa no valor de trinta contos de réis que deveriam ser destinados à construção de um hospital no município de Sobral. A acusação foi veementemente refutada pela mesa administrativa em reunião de novembro de 1913, chamando o denunciante – sem explicitar seu nome – de *cérebro demente e caluniador costumaz*⁴⁶⁴.

Não se estendendo acerca das acusações publicadas no jornal *Unitário* e encerrando o caso, a mesa regedora voltou-se para a problemática dos déficits contabilizados no hospital da misericórdia, quando o mordomo João Albano propôs três medidas para a contenção das despesas. A primeira referiu-se à diminuição dos vencimentos dos seis médicos da Santa Casa e do médico do São Vicente de Paula. A segunda sobre o aumento dos preços das tabelas de enterro da Empresa Funerária. A terceira que a mesa se dirigisse às Câmaras Municipais propondo a criação de um imposto em benefício da Santa Casa. Das três propostas, somente a segunda foi aceita, formando-se uma comissão para fazer o levantamento das alterações das tabelas. Na terceira, não houve nenhum comentário e quanto à redução dos salários dos médicos, a mesa regedora resolveu adiar a discussão para próximas reuniões⁴⁶⁵.

⁴⁶² Sessão 05 de setembro de 1912, p. ilegível, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁶³ Sessões: 09 e 23 de outubro de 1913, p. 200 e sessão extraordinária de 08 de novembro de 1913, p. 203, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁶⁴ Sessão: 13 de novembro de 1913, p. 209, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁶⁵ Idem, p. 209.

Na mesma reunião em que se discutiu o rebaixamento dos ordenados dos médicos, chegou à mesa administrativa um relatório de Odorico de Moraes, respondendo às críticas feitas por um mordomo da Santa Casa, quanto à denúncia do não cumprimento de suas obrigações, como a não assiduidade nas visitas ao asilo de alienados.

O médico respondeu às críticas justificando que, *uma visita ou outra, que deixa de fazer, é às vezes compensada por outra até fora de horas como tem acontecido*. Acrescentou ainda, que ele visitava outros locais fora do asilo da Parangada onde estavam recolhidos os loucos de Fortaleza, tais como o posto policial e a cadeia pública, argumentando que, assim, facilitava o *serviço de assistência*, pois diminuía *as despesas do Estado, em transporte continuados*⁴⁶⁶. Em sua própria defesa, Odorico de Moraes afirmou ter interesse no trabalho que realizava no *hospício* e mencionou que aplicava criteriosamente nos pensionistas, injeções hipodermicas etc. – uma espécie de sedativo – *fornecidos pelos interessados pouco pezando assim, na pharmacia da Santa Casa*. Concluiu o relatório comunicando ter *methotizado o serviço de observações e diagnósticos*, que segundo ele, estavam abandonados e que já havia tratado em outros relatórios sobre *inúmeros melhoramentos de que carece o hospício*⁴⁶⁷. Em síntese, Odorico de Moraes elencou as atividades que desempenhava na instituição, mostrando estar em dias com seus serviços e refutando quaisquer acusações contra ele.

A mesa regedora deu-se, aparentemente, por satisfeita com a defesa exposta pelo médico, não prolongando a discussão. A preocupação imediata da Santa Casa foi referente aos problemas de ordem financeira.

Segundo o pesquisador Vinícius Barros Leal, boa parte dos problemas financeiros da Santa Casa foi decorrente do processo de transição da Monarquia para República, pois a irmandade perdeu antigos direitos e privilégios, restando apenas a subvenção anual do Estado, nem sempre pagas em dia. Assim, a Santa Casa passou a ter *inteira responsabilidade do custeio do Asilo de Parangaba, do cemitério S. João Batista e da Empresa Funerária, entidades que antes tinham o inteiro apoio financeiro estatal*. Segundo o pesquisador, antes da mudança de sistema político, a Santa Casa possuía inclusive lucro porque a empresa funerária tinha privilégios especiais na exclusividade de seus serviços⁴⁶⁸. Todavia, com o

⁴⁶⁶ Sessão: 22 de novembro de 1913, p. 212, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁶⁷ Idem, p.212.

⁴⁶⁸ Leal, Vinícius Barros. Revista do Instituto do Ceará. *Nos Quinhentos Anos das Misericórdias*, de, 1998. ANNO CXII, 1998, p. 176.

advento da República, o discurso e a ação estatal apresentaram-se de forma diferenciada quanto à assistência dada as instituições denominadas caritativas.

Em 1911, o então presidente do Ceará Antônio Pinto Nogueira Accioly, dirigindo-se à Assembléia Legislativa, afirmou qual a sua concepção acerca do papel do Estado em relação ao auxílio dado às instituições de assistência pública, comunicando inicialmente, que: *a ação positiva da administração deve exercer-se em casos restrictos, sempre que for impossível á iniciativa particular*⁴⁶⁹. Assim, o presidente defendeu a limitação da ação estatal frente à ajuda permanente à Santa Casa.

Mesmo defendendo a restrição do auxílio estatal às instituições assistenciais, Nogueira Accioly não adotou o discurso de isenção governamental acerca dos seus problemas enfrentados:

O papel do Estado a tal respeito há sido o de auxiliar dos particulares, das associações e fundações, subvencionando-as e fiscalizando, por força dos preceitos aconselhados pela medicina, hygiene e o direito, a maneira por que se devam desempenhar de sua tarefa⁴⁷⁰.

O discurso de Nogueira Accioly constituiu-se no sentido de acompanhar as mudanças por que passava o campo da assistência pública a nível nacional, incluindo a oferecida aos loucos. Referindo-se ao asilo de alienados no Ceará, ele afirmou que:

É de summa conveniência adoptar no asylo de S. Vicente de Paulo algumas regras recommendadas pelo Congresso Nacional de Assistência Publica, taes como: a pratica dos processos da moderna psiquiatria, o tratamento hydrotherapico, o repouso no leito, o trabalho ao ar livre, a prohibição de conservar em commum a hospitalisação dos alienados choronicos e dos que padecem dos casos agudos das moléstias mentaes.

O discurso do presidente do Estado procurou estar em sintonia com a política assistencial voltada ao alienado de acordo com a psiquiatria contemporânea, ao defender formas terapêuticas variadas como a laborterapia para melhorar seu quadro patológico.

Com as relações do mundo do trabalho livre no Brasil, a laborterapia contribuiu para a difusão da idéia da ocupação do louco como uma maneira eficaz para o tratamento e

⁴⁶⁹ Mensagem Dirigida á Assembléia Legislativa do Ceará do Presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly, item: *Assistência Pública*, de 1º de julho de 1911, p. 09.

⁴⁷⁰ Mensagem Dirigida á Assembléia Legislativa do Ceará do Presidente do Estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly, item: *Assistência Pública*, de 1º de julho de 1911, p. 09.

contenção da doença mental. Nesse sentido, o trabalho realizado pelos loucos nos hospícios brasileiros, como nas colônias agrícolas da Ilha do Governador no Rio de Janeiro, por exemplo, onde foram ofertadas oficinas de tipografia, encadernação, sapataria, carpintaria entre outras, além de proporcionar-lhes a *ilusão de liberdade*, tornavam-nos úteis, *aliviando o ‘ônus’ que estes representavam para a sociedade* (ENGELS, pp. 311, 312).

No Ceará, além da matéria sobre o tratamento dado aos alienados, fez parte da prática discursiva governamental, a questão da assistência voltada aos detentos e aos pobres em geral. Quanto à cadeia pública, o presidente do Estado, Marcos Franco Rabello posicionou-se sobre a necessidade de reformas que envolvessem a questão da segurança, do conforto e da higiene. Isto porque em 1913, a cadeia de Fortaleza duplicou o número de presos em um ano, atingindo a cifra de cento e vinte e sete detentos. Segundo ele, *modificar o seu regimen penitenciário, que é por demais antiquado e defeituoso, exigindo uma reforma progressista, accôrde com as lições e sentimentos da criminologia hodierna e com as praticas humanitárias da punição regedora do delinqüente*⁴⁷¹.

Assim como mencionou as práticas terapêuticas utilizadas pela psiquiatria moderna para o tratamento do louco, o presidente embasou seu discurso recorrendo à criminologia para defender reformas no sistema penitenciário local, numa sugestão de que o posicionamento governamental no Ceará, frente aos ‘desvalidos’ socialmente, foi o de afinar-se com os discursos e as teses do direito e da medicina mental publicadas nos grandes centros urbanos.

Quanto ao auxílio dado aos pobres em geral, o presidente do Estado reconheceu que a iniciativa particular foi a grande responsável por sua assistência:

A assistência está no Ceará a cargo da iniciativa particular, sendo os principaes institutos que a praticam, a Santa Casa de Misericórdia, o Asylo de Mendicidade, a Sociedade S. Vicente de Paulo, o Collegio da Imaculada Conceição, que têm prestado grande auxilio á pobreza desvalida.

Os enfermos, os mendigos, os alienados, os orphãos tem encontrado, assim amparo na caridade publica, sempre solícita, no Ceará, em acudir os necessitados⁴⁷².

Convém observar que a ‘caridade pública’ mencionada pelo presidente do Estado não possuiu a conotação recorrentemente utilizada na contemporaneidade, isto é, não esteve associada à caridade exercida pelos órgãos estatais. A participação do Estado se deu através

⁴⁷¹ Mensagem Dirigida á Assembléa Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1913, pelo Presidente do Estado, Te. Cel. Marcos Franco Rabello, p. 07.

⁴⁷² Idem, item: *Assistencia*, p. 17.

do auxílio financeiro, muitas vezes, sob a forma de subvenções. A assistência aos enfermos, crianças, loucos, mendigos e outros desvalidos socialmente ficou ao encargo das instituições de caridade, consideradas pelo Estado como *iniciativa particular*. Em mais de um momento, em discursos dirigidos à Assembléia Legislativa, os presidentes do Estado deixaram claro sobre a limitação do papel do governo frente às mesmas. Assim, em 1917, o Presidente João Thomé de Saboya e Silva, ao referir-se às instituições de assistência do Ceará reafirmou que o *Governo do Estado não tem a seu cargo nenhum estabelecimento de Assistência. Esta é exercida por instituições autônomas, entre as quaes avulta a Santa Casa de Misericórdia, mantida pela respectiva associação beneficiante[...]*.⁴⁷³

E mencionando o asilo de alienados, de mendicidade e as instituições voltadas para a proteção à infância, considerou que *a todas essas instituições, o Governo do Estado subvenciona, sendo apenas de lamentar que não o possa fazer com mais pontualidade e em mais larga escala, afim de lhes facilitar a árdua tarefa*⁴⁷⁴.

No início do século XX, o Estado do Ceará passou por um *surto de progresso*, com *recorde de exportação* e por um processo de modernização nos setores energias e indústria e nos prolongamentos dos meios de transportes⁴⁷⁵. Para o pesquisador Barros Leal, o ano de 1912 foi bom para a Santa Casa, pois conseguindo recursos advindos de grandes comerciantes como os exportadores, ela realizou reformas em seu prédio, aumentando enfermarias e fundando uma maternidade. Em 1913, foi inaugurado o Centro Médico Cearense, instituição oficial representativa do corpo médico do Estado, cujas reuniões foram realizadas nas salas da Santa Casa.

A situação econômica, entretanto, complicou-se em todo o Estado e na Santa Casa, em particular, a partir do advento da seca de 1915 – imortalizada por Raquel de Queiroz, em sua obra literária. Em agosto daquele ano, através da lei de nº 1.286, assinada pelo presidente Benjamin Liberato Barroso, estabeleceu-se que toda a gestão da Irmandade da Santa Casa não teria mais intervenção estatal, sob a justificativa de que o Estado encontrava-se em dificuldades financeiras. A Santa Casa passou, então, por reformulações internas, criando três órgãos administrativos – a Assembléia Geral dos Sócios da Irmandade, a Mesa

⁴⁷³ Mensagem Apresentada á Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1917, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado, item: *Instituições de Assistência*, p. 30.

⁴⁷⁴ Mensagem Apresentada á Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1917, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado, item: *Instituições de Assistência*, p. 30.

⁴⁷⁵ Leal, Vinícius Barros. Revista do Instituto do Ceará. *Nos Quinhentos Anos das Misericórdias*, de 1998. ANNO CXII, 1998, p. 176.

Administrativa e o Conselho de Honra – objetivando construir estratégias para atenuar a situação econômica⁴⁷⁶.

Em 1915, o corpo médico da Santa Casa e o médico do São Vicente de Paula reuniram-se para tratar dos problemas de ordem clínica e administrativa. Dentre vários discursos analisados, destacou-se a fala do médico Odorico de Moraes comunicando que alguns dos pacientes do São Vicente de Paula fingiam ser loucos *afim de não sahirem* da instituição; enquanto outros que necessitavam de fato de tratamento, não poderiam tê-lo em decorrência da *aglomeração sempre existente nas enfermarias*⁴⁷⁷.

Em princípio, torna-se curioso observar o discurso do diretor, pois apesar das constantes denúncias de maus tratos aos loucos no São Vicente de Paula, houve pacientes que forjaram sua permanência na instituição passando-se por doentes. Porém, se for analisado que a maioria dos internos foi formada por indigentes que não possuía família ou casa, o asilo de alienados poderia ser-lhe um abrigo seguro, apesar da privação de liberdade e das precárias condições de alimentação e higiene, já anteriormente analisadas. Considerando a perspectiva acerca da análise das circunstâncias complexas em torno do cenário de pobreza no qual estiveram inseridos mulheres e homens da Província, o discurso do médico do asilo pode ser lido como verossímil e o olhar do estranhamento sobre o fato de pessoas ‘normais’ fingirem estar loucas ser dissolvido.

Ainda durante a reunião do corpo médico da Santa Casa e do São Vicente de Paula, a questão financeira foi mais uma vez mencionada, sendo sugerida a diminuição dos vencimentos, não de todos os médicos das duas instituições, mas apenas do médico do asilo, Odorico de Moraes⁴⁷⁸.

Uma nova reunião sucedeu-se, posto que a matéria em discussão não foi fácil de ser resolvida. Houve vários argumentos favoráveis e contrários ao rebaixamento do ordenado do médico do São Vicente de Paula, com discussões de diversos focos. Inicialmente, o tesoureiro da mesa administrativa afirmou que, sendo Odorico de Moraes moço, ele entenderia que a diminuição dos vencimentos representaria um benefício ao asilo, afirmando: *com certeza não se negaria a fazer as medidas modificações a bem do custeio do Asylo*. Já o procurador geral opondo-se ao rebaixamento, concebeu a matéria de forma diferente, considerando que

⁴⁷⁶ Idem, p. 178.

⁴⁷⁷ Sessão 15 de abril de 1915, p. 277, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁷⁸ Sessão 29 de abril de 1915, p. 283, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

Odorico de Moraes tinha mais serviços do que qualquer médico da Santa Casa. Após *longa discussão*, sem chegar a um consenso, a matéria ficou para ser consultada pelo Secretário do Interior a fim de que fosse analisada a tabela de vencimentos anexada ao regulamento da instituição⁴⁷⁹.

A situação do médico Odorico de Moraes não lhe foi favorável, pois ao contrário do que ele afirmou anteriormente sobre os serviços que prestara em benefício ao asilo de alienados, o mordomo Coronel Luis Perdigão Bastos, encarregado da fiscalização do mesmo visitou o estabelecimento, juntamente com o mordomo Antônio Theodorico e a impressão que teve foi *a mais desoladora*. No momento, estiveram internados cento e oitenta doentes cuja alimentação mais uma vez foi mencionada como precária. Aos loucos eram oferecidas apenas duas refeições ao longo do dia:

Um café simples pela manhã e uma única refeição ao meio dia, que era parca e com um pouco de comida no fundo de um prato para cada um delles, comida feita n'agua e no sal sem tempero, com vinte kilos de carne para toda aquella gente, a dar cento e onze grammas para cada infeliz accrecido de um bocado de pirão ou de arroz⁴⁸⁰.

Segundo o mordomo Antônio Theodorico, se a alimentação era ruim, a cozinha não se apresentou de forma diferente, afirmando ser necessário o conserto do fogão de ferro que estava *deteriorado*. A visita dos mordomos resultou em uma série de denúncias graves presenciadas no asilo de alienados, não apenas quanto ao quesito da alimentação, mas em relação a um conjunto variado de aspectos.

Segundo os relatos, no que tange à vestimenta, alguns alienados possuíram apenas uma muda de roupa, mas outros tinham somente a roupa do corpo. Quanto à medicação, afirmou-se que o médico prescrevia os remédios, mas que a Santa Casa só os fornecia *pela metade*. O mordomo Antônio Theodorico argumentou que alguns loucos poderiam melhorar sua saúde apenas com o *uso de tônicos e reconstituintes*, mas por não tomá-los, eles tornavam-se *cada vez mais incuráveis*, inclusive apresentando quadro de *anemia profunda que lhe assedia o organismo já pauperado pela falta de nutrição*. A questão da higiene também foi retratada, observando-se que o ar dos alojamentos era fétido, pois os *pobres enfermos os emporcalham inconscientemente*⁴⁸¹, além de não haver desinfetante para lavar as salas.

⁴⁷⁹Sessão 06 de maio de 1915, p. 287, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁸⁰Idem, p. 287.

⁴⁸¹Idem, p. 287.

Sobre a segurança e tratamento dado aos loucos, mencionou-se que os mais furiosos ficavam presos em jaulas e gaiolas. Entretanto, não foram esses espaços que denunciou o mordomo. O que mais lhe chamou a atenção foi a fragilidade dos cadeados que prendiam os loucos que, por não serem resistentes, poderiam ser arrebatados facilmente, dando trabalho aos funcionários para segurar os alienados em fugas.

Quanto aos meios terapêuticos, observou-se que os mesmos estavam longe de atender às expectativas dos sanatórios e hospícios modernos e que não curavam ou mesmo *paralisavam* as psicoses. Não havia banhos mornos⁴⁸², para os loucos em fúria, nem isolamento. O que existia de fato era uma:

Verdadeira promiscuidade como se faz a animaes ferozes; não há a applicação de agentes específicos para a debellação do mal. Não há nada. É uma cadeia onde os miseráveis, tendo perdido a luz da razão soffrem duplamente, porque nem sequer tem á fartar o alimento para o corpo⁴⁸³.

Destarte, fazendo um paralelo entre o discurso dos primeiros médicos alienistas europeus como Esquirol, em que concebeu o hospício como um local por si só propício à cura e o discurso dos mordomos da Santa Casa de Fortaleza, o que se viu no asilo de alienados do Ceará foi uma instituição que agravava o tratamento de seus doentes, contrariando quaisquer expectativas da psiquiatria moderna. Em 1915, a situação do asilo de alienados apresentou as mesmas dificuldades e quadro desolador que o registrado no início de sua fundação, com a agravante do número de loucos no qual só aumentava com o passar dos anos.

Diante do quadro exposto e após lidas as avaliações do mordomo, o tesoureiro da Santa Casa fez suas considerações sobre tentativas de resolução dos problemas elencados. Quanto à alimentação, afirmou que havia sido entregue há dias a quantia de um conto de réis à irmã superiora, para fazer as *compras de viveres e com ampla liberdade* e que o fogão seria consertado na *primeira oportunidade*. Quanto ao asseio, mandou que fosse comprada a quantidade necessária de potassa⁴⁸⁴, para ser usada em todos os compartimentos. E quanto à

⁴⁸² Os banhos ou duchas eram um tipo de tratamento adotado nos hospícios modernos, considerados pelos alienistas, como essenciais e um dos *meios mais notáveis na terapêutica da alienação mental* (WADI: 2002, p.152). No Rio de Janeiro, a hidroterapia ou balneoterapia, que incluía *banhos quentes ou frios, imersos ou sob a forma de fortes duchas*, foram meios empregados largamente nas instituições do serviço de Assistência do Distrito Federal, no início do século XX. (ENGELS: 2001, p.309).

⁴⁸³ Idem, p. 287.

⁴⁸⁴ Usado na fabricação de sabão.

ajuda financeira, a Santa Casa recorreu a uma lista de subscritores mensais que poderiam contribuir economicamente em prol do asilo⁴⁸⁵.

Em reunião seguinte, o tema da visita do mordomo Antônio Theodorico ao São Vicente de Paula novamente foi tratado, ressaltando que o estabelecimento *parecia mais uma prisão para criminosos que um asylo para recolhimento de loucos por faltar todos os aparelhos modernos para paralisação ou cura dos enfermos*. Foi mencionado mais uma vez o estado precário do fogão e a condição de alimentação dos doentes. Contudo, quando perguntado às irmãs de caridade sobre esta questão, elas responderam que *a alimentação alli distribuída é muito regular*⁴⁸⁶.

Após a narrativa dos fatos presenciados durante a visita realizada no asilo de alienados, a questão dos vencimentos do médico Odorico de Moraes voltou a fazer pauta das discussões da mesa regedora. Provavelmente pressionado pelas denúncias, o médico concordou com a diminuição de seu ordenado, passando o valor de quatrocentos para trezentos réis mensais, mas com a ressalva de que o cem réis retirados fossem *aplicados para o auxilio do referido estabelecimento*⁴⁸⁷.

A visita realizada pelo mordomo relatando a série de precariedades existentes no São Vicente de Paula pode ser lida como uma estratégia utilizada pela mesa administrativa da Santa Casa, para forçar ou mesmo justificar a diminuição dos vencimentos de Odorico de Moraes, com o intuito de poder amenizar as finanças do asilo. Estratégia esta paliativa, pois os problemas financeiros perduraram. Foram os donativos sob a forma de dinheiro, alimentos e objetos que mantiveram, em grande medida, a instituição⁴⁸⁸.

É oportuno observar que não foi a primeira vez que visitas realizadas no asilo de alienados através das quais os mordomos relataram as péssimas condições de vida e tratamento oferecidos aos loucos que provocaram mudanças administrativas no estabelecimento. Em situação semelhante, o então diretor, João Ribeiro Pessoa Montenegro havia sido demitido. Nesta, o médico Odorico de Moraes permitiu a redução de seus vencimentos. Assim, o mordomo foi uma peça importante na compreensão das permanências e rupturas vividas no cotidiano asilar.

⁴⁸⁵ Idem, p. 290.

⁴⁸⁶ Sessão 20 de maio de 1915, p. 292, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁸⁷ Sessão 20 de maio de 1915, p. 291, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁸⁸ Idem, p. 292. E sessões 27 de maio, 3 de julho de 1915, p. 293-5, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

Em julho de 1915, uma nova comissão de mordomos fez outra visita ao São Vicente de Paula. Naquele momento, o objeto de observação foi relativo às visitas de pessoas, que segundo a comissão, portavam-se de forma inconveniente ao se dirigirem aos alienados. Para manter a boa regularização do serviço, as mesmas foram proibidas, cabendo ao mordomo do asilo autorizar a entrada de pessoas à instituição, através de sua assinatura⁴⁸⁹. Observa-se assim que a influência do mordomo responsável pelo asilo na condução e intervenção na instituição mais uma vez mostrou-se efetiva.

No cotidiano asilar, além do médico e do mordomo, a presença da irmã superiora foi significativa para compreensão do seu funcionamento. A diretoria esteve na prática ao encargo da irmã de caridade, pois foi ela a pessoa que, além das funções anteriormente analisadas, recepcionou e respondeu às questões levantadas pelo mordomo nas visitas, bem como foi a responsável pelo recebimento dos donativos de particulares e pelo arrendamento de um terreno pertencente ao patrimônio do asilo de alienados para a prática do *Sport Foot Ball*⁴⁹⁰, numa sugestão de que a vila de Parangaba permaneceu como um bom local para a realização de atividades de entretenimento e lazer.

Enquanto isso, a situação financeira da Santa Casa, agravada pela seca de 1915, representou para a mesa administrativa *um momento de tantas apreensões para esta infeliz terra*, pois, com o flagelo, houve o aumento no número de doentes, incluindo os leprosos, levando a mesa regedora a isolá-los em uma chácara pertencente ao São Vicente de Paula⁴⁹¹.

Muitos dos episódios narrados durante a seca de 1877-79 foram revividos pela população na seca do quinze, como: a utilização de mão-de-obra flagelada em obras, alta mortalidade, recolhimento de pessoas em locais isolados, chamados de *campos de concentração* e denúncias de cadáveres enterrados – no caso, crianças – seminuas e sem nenhum sentimento de *civilização* ou *caridade*⁴⁹². Mesmo com os constantes relatos de flagelo e mortes e o pouco dinheiro arrecadado pelo bispo do Ceará e provedor da Santa Casa, D. Manoel, em viagem ao sul do País para o auxílio às vítimas⁴⁹³, a Santa Casa nomeou uma

⁴⁸⁹ Sessão 22 de julho e sessão extraordinária: 24 de agosto de 1915, pp. 303 e 312, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁹⁰ Sessão 02 de agosto de 1915, p. 309, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁹¹ Sessões 02 e 30 de setembro de 1915, pp. 313 e 319, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁹² Sessão 25 de novembro de 1915, p. 328, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁹³ Sessão Extraordinária: 24 de agosto de 1915, p. 312 e sessões 02 e 30 de setembro de 1915, pp. 313 e 319, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

comissão para angariar donativos para o natal dos pobres internados na Santa Casa e no São Vicente de Paula⁴⁹⁴.

No ano seguinte, com o fim da seca, uma sessão extraordinária foi realizada pela mesa regedora da Santa Casa para definir o orçamento de 1916. As pautas referiram-se, entre outras matérias, à proposta do aumento dos vencimentos de dois funcionários: o capelão da Santa Casa e do médico do São Vicente de Paula.

Sobre a primeira proposta, o mordomo Antônio Theodorico fez a defesa do capelão, argumentando que havia vinte anos que seus vencimentos mantinham-se os mesmos e que, entretanto o serviço estava bem maior, pois além de confessar cerca de trezentos doentes, dar extrema-unção a qualquer hora do dia ou da noite, o capelão dava atendimento também à maternidade, batizando as crianças *sem remuneração alguma extraordinária*. Segundo o mordomo, fora os doentes da Santa Casa, o capelão confessava os funcionários, preparava as festas da igreja, celebrava missa diariamente e ensinava catecismo às órfãs. Antônio Theodorico comparou ainda o trabalho realizado pelo capelão da Santa Casa com o capelão do Asilo de São Vicente de Paula, argumentando que este tinha menor serviço, pois não havia, segundo ele, confissão a ser feita para os loucos, mas apenas uma missa celebrada diariamente, além de dar assistência *aos últimos momentos de algum infeliz ali internado*. Mesmo assim, ambos os capelães recebiam a mesma quantia, além do padre do asilo de alienados ainda possuir uma casa para morar enquanto o da Santa Casa não ter *direito a comida*⁴⁹⁵.

A exposição de motivos feita pelo mordomo convenceu a mesa administrativa que votou favoravelmente ao aumento do ordenado do padre, passando o valor de cento e cinquenta para duzentos réis. O aumento beneficiou tanto o capelão da Santa Casa como o do asilo de alienados⁴⁹⁶.

Quanto à questão dos vencimentos do médico Odorico de Moraes, a pauta referiu-se a manutenção da sua redução ocorrida no ano anterior. O tesoureiro da Santa Casa argumentou desfavoravelmente ao mesmo, justificando que o médico tinha serviços *a toda hora*, além de ser obrigado a morar em Parangaba e estar em Fortaleza diariamente para prestar outros serviços. Entretanto, apesar do seu voto contrário, a redução dos vencimentos foi mantida pela

⁴⁹⁴ Sessão 16 de dezembro de 1915, p. 313, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁹⁵ Sessão Extraordinária: 05 de janeiro de 1916, p. 339, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁴⁹⁶ Idem.

maioria da mesa regedora⁴⁹⁷, numa demonstração de que, na medição de forças e poderes exercidos pela igreja e pela medicina, o capelão tanto da Santa Casa como do asilo de alienados havia alcançado melhorias salariais, ao contrário do médico da instituição asilar. Em março de 1917, os médicos da Santa Casa tentaram também aumentar seus vencimentos, posto que anos antes, tiveram a diminuição de 30\$000 réis, cada um, em decorrência da crise econômica. Mas a proposta foi recusada pela maioria da mesa administrativa, justificando a difícil situação financeira do hospital⁴⁹⁸.

Outra proposta de aumento de ordenado foi sugerida à mesa administrativa em setembro do mesmo ano. Desta vez por parte do mordomo Francisco Barcellos, que propôs o aumento dos vencimentos do contínuo do asilo de 40\$000 para 50\$000 mensais. O tesoureiro argumentou contrário, alegando que tanto o orçamento em vigor, como o *estado precário do cofre da Instituição* não permitiam tal medida. O mordomo contra argumentou que o aumento não acarretava *nenhum desequilíbrio* nas finanças. Em sessão seguinte, os novos vencimentos foram aprovados⁴⁹⁹.

Em abril de 1917, uma nova visita ao São Vicente de Paula foi registrada nos anais da Santa Casa onde estiveram presentes os mordomos José Brasil e Álvaro Weyne, este representando o estabelecimento.

No relatório, Álvaro Weyne considerou o local limpo, mas faltavam roupas aos alienados e a alimentação era insuficiente para todos, existindo apenas: *25 kilos de carne verde, em vista do numero excessivo de enfermos*. O tesoureiro, após o relato do mordomo, criticou o governo do Estado, responsabilizando-o pelas *condições precárias das finanças* em que se encontrava o asilo, haja vista que ele não havia *satisfeito em dia os seus compromissos*. Álvaro Weyne propôs, então, que fosse criada uma comissão para falar diretamente com o presidente do Estado, João Thomé de Saboya e Silva⁵⁰⁰.

De todos os anos em que a mesa regedora narrou a difícil condição econômica do asilo de alienados, aquela foi a primeira vez em que se registrou que o governo do Estado deveria ser chamado diretamente para discutir sobre sua situação. Tal medida pode ser lida como uma tentativa de reconfigurar a concepção tradicional de que o asilo fosse apenas uma instituição

⁴⁹⁷ Idem.

⁴⁹⁸ Sessão: 01 de março de 1917, p. 10, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

⁴⁹⁹ Sessões: 20 de setembro e 04 de outubro de 1917, pp. 47 e 48, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

⁵⁰⁰ Sessão: 17 de abril de 1917, p. 24, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

que exercia práticas de filantropia e caridade pertencente à irmandade da Santa Casa, para inseri-lo numa dimensão maior na qual a ação institucional e administrativa estatal deveria estar mais presente na resolução de seus problemas.

Em julho do mesmo ano, o mordomo Álvaro Weyne elaborou novo parecer sobre o São Vicente de Paula, afirmando que ele estava em *deplorável situação de miséria*. Chamando-o de um *departamento da Beneficente Santa Casa*, o asilo de alienados estava segundo ele, agonizando, sendo que o *remédio inadiável* era conseguir mais subscrições e benefícios estatais, pois era necessário realizar reformas no edifício, tais como: *remodelação e construção de diversos compartimentos do edifício; permissão para demolir o pavilhão outrora construído para a aplicação de duchas, mas que nunca teve tal realização*⁵⁰¹, *servindo actualmente de moradia de morcegos e empecilio ao conveniente arejamento do edifício[...]*.⁵⁰²

O discurso de Álvaro Weyne surtiu efeito significativo, pois diante de sua exposição, a mesa regedora deu ao mordomo toda autonomia para reverter a situação em que se encontrava o São Vicente de Paula, concedendo-lhe *todas as autorizações pedidas e mais plena liberdade para agir sem restrições e livremente com seus collegas destacados, no sentido de melhorar quanto possível as actuaes condições do Asylo de Alienados de Porangaba*⁵⁰³.

O mordomo Álvaro Weyne acompanhou os diversos problemas enfrentados pelo asilo de alienados, comunicando à mesa regedora desde episódios de roubos de frutas, madeiras e galinhas no sítio pertencente ao estabelecimento, ao solicitar duas praças de polícia para vigiarem o local⁵⁰⁴, até a solicitação de autorização para comprar material para conserto do soalho dos quartos destinados aos indigentes que estavam em estado de deterioração. Nos dois casos, obteve consentimento⁵⁰⁵.

Outras reformas foram realizadas como a do *soalho de quatro dos sete quartos destinados as mulheres indigentes*. Entretanto, segundo o mordomo era necessário consertar os demais que também estavam *igualmente deteriorados*⁵⁰⁶. Naquele ano, existiram no asilo de alienados cento e oito mulheres. Considerando que havia sete quartos para mulheres

⁵⁰¹ Não se sabe ao certo sobre a utilização efetiva das duchas como forma de tratamento terapêutico. Contudo, apesar do silêncio das informações, é oportuno observar a existência das mesmas, como elemento representativo de uma cultura material no interior do asilo de alienados.

⁵⁰² Sessão: 21 de julho de 1917, p. 37, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

⁵⁰³ Idem, p. 37.

⁵⁰⁴ Sessão: 09 de agosto de 1917, p. 39, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

⁵⁰⁵ Sessão: 15 de maio de 1919, p. 05, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵⁰⁶ Sessão: 07 de agosto de 1919, p. 15, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

indigentes, a estimativa foi de quinze mulheres ocupando um mesmo dormitório, sem levar em conta os vinte e quatro pensionistas que não estavam claros no mapa demonstrativo dos internos quantos eram os homens e quantos eram as mulheres.

Através das subvenções estatais e dos donativos de particulares, a mesa administrativa tentou contornar os problemas financeiros. Todavia, um fato inesperado ocorrido em 1919 reverberou negativamente em relação ao médico Odorico de Moraes, provocando indisposição entre os mordomos da Santa Casa, pois o médico do asilo teve a oportunidade de beneficiar financeiramente a instituição sem, entretanto, fazê-lo.

Tratou-se da votação do novo orçamento para 1920, referente à Santa Casa e ao São Vicente de Paula, em que o vice-provedor da Santa Casa, que também era deputado, apresentou uma proposta à Assembléia Legislativa para aumentar as subvenções estatais em benefício das duas instituições, passando de 36.000\$000 para 40.000\$000 réis, como medida de amenizar a situação financeira. Odorico de Moraes que, além de médico e diretor do asilo de alienados, exercia na época a função de deputado, votou contrário ao aumento, causando constrição direta com o vice-provedor da Santa Casa⁵⁰⁷. A atitude do deputado e médico repercutiu desagradavelmente entre os membros da mesa regedora que discutiram demoradamente o assunto em reunião de outubro de 1919.

Inicialmente, na reunião da mesa regedora foi lido um requerimento apresentado pelo mordomo secretário, Francisco Barcellos, dirigido ao provedor da Santa Casa em que questionou os cargos acumulativos exercidos por Odorico de Moraes, recorrendo aos estatutos da Santa Casa. Em seguida, referiu-se duramente a sua atitude do voto contrário em relação à emenda apresentada na Assembléia do Estado pelo vice-provedor da Santa Casa, considerando: *altamente grave este caso da creatura revoltar-se contra o creador e afirmando ser o médico inimigo da instituição que o protege*. A proposta inicial do secretário foi lançar um voto de desagrado ao *médico alienista*⁵⁰⁸.

Depois de lido o requerimento, a matéria foi posta em discussão. O mordomo Arthur de Oliveira foi além do voto de desagrado e propôs a dispensa de Odorico de Moraes do cargo de chefe de clínica do São Vicente de Paula. Outros mordomos foram mais ponderáveis quanto à matéria. Álvaro Weyne, narrando sua conversa com o médico sobre a justificativa do voto, relatou que ele assim procedeu por pressões políticas envolvendo a bancada democrata,

⁵⁰⁷ Sessão: 18 de setembro de 1919, p. 21, do livro 24 de fevereiro de 1919(Acervo: SCM).

⁵⁰⁸ Sessão: 02 de outubro de 1919, p. 24, do livro 24 de fevereiro de 1919(Acervo: SCM).

na qual havia recebido *instrucções do Governo do Estado, afim de não augmentar as despesas orçamentárias*⁵⁰⁹.

A questão político-partidária tornou-se um tema a ser visto com moderação pelo mordomo Tertuliano de Castro, pois argumentou que, se a mesa decidisse aprovar a dispensa do médico do asilo, esta medida poderia ser aproveitada politicamente por grupos opositores ao governo. Além do mais, segundo o mordomo, havia qualidades em Odorico de Moraes, afirmando ser um *medico distincto, zeloso cumpridor de seus deveres profissionaes* e que *nunca apareceu uma reclamação em seu desabono*. Dadas tais considerações, o mordomo Arthur de Oliveira retirou sua proposta, sendo aprovado apenas o voto de desgosto contra o médico⁵¹⁰.

O episódio não se encerrou com a votação, vindo à tona novamente na sessão extraordinária de novembro de 1919, onde o médico Odorico de Moraes enviou um ofício à Santa Casa justificando seu voto na Assembléia Legislativa. Na ata da reunião, entretanto, não foi exposto o conteúdo do seu ofício e novamente, os mordomos dividiram-se em defesa e acusação contra o médico. Alguns argumentaram que dispensar Odorico de Moraes da sua função clínica no asilo *poderia ser interpretado lá fora como um acto político* e que era necessário evitar *futuros comentários*. Outros, porém, lembraram sobre a importância de ter sido votada favoravelmente a emenda que beneficiaria a Santa Casa e o São Vicente de Paula e que estranhavam:

que o Snr. Doutor Odorico de Moraes, médico do Asylo, conhecedor das suas necessidades e das aperturas financeiras em que lutamos recuza-se o seu voto para minorar a situação angustiosa da quase totalidade de uma população soffredora, pois é sabido que a maioria da pobreza da Capital e do interior do Estado, recorre a estes dois estabelecimentos de caridade, como seu único arrimo, nelles demorando-se muitos doentes por longos meses e outros até morrerem⁵¹¹.

A discussão permaneceu, analisando a mesa regedora sobre o comportamento e as atitudes de Odorico de Moraes. Entretanto, com resultado da reunião, deliberou-se a permanência do médico no asilo de alienados, numa demonstração de que, quando o assunto envolvia questões de acirramento político e de grupos partidários, temas de relevância social tornavam-se secundários. O orçamento para o asilo da Parangaba continuou o mesmo, e com

⁵⁰⁹ Idem, p. 25.

⁵¹⁰ Idem, p. 26 e Sessão: 16 de outubro de 1919, p. 26, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵¹¹ Sessão Extraordinária: 10.11.1919, p. 29, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

eles, os problemas anteriormente narrados, com a agravante que foi aprovado no mesmo mês, o aumento dos vencimentos do contínuo do São Vicente de Paula⁵¹².

Como forma de encontrar uma saída para a falta de recursos, a mesa propôs telegrafar ao Presidente da República, Epitácio Pessoa, sobre a situação da Santa Casa, bem como organizar uma comissão destinada a encontrar-se com o presidente do Estado e prefeito de Fortaleza, pedindo providências imediatas – isto porque o asilo não havia recebido suas subvenções estaduais e municipais em dias⁵¹³. Em resposta à comissão, o presidente do Estado afirmou que também a situação financeira do Ceará era precária, podendo até *suspender o pagamento do funcionalismo publico*. Apesar disso, prometeu telegrafar para o presidente da República, intercedendo a favor das duas instituições. Por sua vez, a mesa administrativa, não esperando somente a ação do governo, enviou um telegrama ao provedor da Santa Casa e bispo de Fortaleza, Dom Manoel da Silva Gomes, informando que se não fosse modificada a crítica situação econômica, as portas da Santa Casa e do São Vicente de Paula poderiam fechar-se. No telegrama, a mesa regedora comunicou:

Situação da Santa Casa por demais critica, fornecedores não querem continuar, governo Estado e Municipalidade não mais pagaram contribuições, urge providencias antes fim mês evitar fechar estabelecimento ou lançar mão bens patrimônio, hospital Santa Casa e asylo de alienados, repleto de doentes. Pedimos V. Excia Revdmo aconselhe nesta triste situação⁵¹⁴.

Enviou ainda a mesa regedora um telegrama a alguns *capitalistas* residentes no Rio de Janeiro e em Recife, pedindo auxílio. Em resposta, eles informaram não ser possível ajudar o hospital da misericórdia.

O bispo do Ceará, em resposta ao telegrama enviado pela mesa regedora, conseguiu através do Tribunal de Contas, a liberação de cem contos a serem distribuídos para quatro entidades de assistência aos pobres: a Santa Casa, o São Vicente de Paula, o Instituto de Assistência à Infância e o Dispensário dos Pobres. O auxílio foi recebido com agradecimentos, mas foi descrito como *uma gota d'água no oceano*. O Governo Federal, em resposta ao pedido da Santa Casa, também enviou um auxílio, através da quantia de 50:000\$000, em 1919⁵¹⁵.

⁵¹² Sessão: 16 de outubro de 1919, p. 28, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵¹³ Sessão: 15 de janeiro de 1920, p. 36, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵¹⁴ Sessão Extraordinária: 20 de janeiro de 1920, p. 39, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵¹⁵ Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1919, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado, item: *Instituições de Assistência*, p. 34.

Além dessas medidas, antigas estratégias quanto à limitação no número de doentes e quanto aos pedidos de alta para aqueles que não ‘precisavam’ permanecer na Santa Casa foram propostas pela mesa regedora, sendo autorizada a entrada de novos enfermos apenas em casos extraordinários. Mesmo sendo aprovada a limitação de doentes, não foi fácil cumprir essas deliberações, pois muitos daqueles pacientes que receberam alta médica acabavam retornando ao asilo de alienados. Também foi prática comum os pensionistas deixarem o asilo sem pagar os medicamentos fornecidos pela farmácia⁵¹⁶.

Os momentos em que a Santa Casa mais expôs suas dificuldades financeiras foram aqueles em que houve novos períodos de estiagem. O ano de 1919 não foi diferente. Uma crise climática interferiu diretamente no cotidiano da Santa Casa. No ano seguinte, o Governo do Estado recebeu doações de particulares, como: cem sacas de farinha de trigo do Conde Francisco Mattarazzo de São Paulo, destinado aos flagelados da seca e donativos de dinheiro de Alfredo Ferreira à Santa Casa e ao asilo da Parangaba. Recebeu doações ainda de instituições, como o Banco Mercantil do Rio de Janeiro⁵¹⁷. As situações repetiram-se, sob o conhecimento de todos.

* * * * *

Problemas de ordem estrutural e física perduraram na história do Asilo São Vicente de Paula. Além das já mencionadas, houve a necessidade de recuperação de equipamentos, como um cata-vento, que desde o primeiro ano de funcionamento do estabelecimento apresentou problemas. Protelando a mesa administrativa na sua resolução efetiva, em 1907, ele foi mencionado como estando em estado *imprestável*, fazendo com que a obtenção de água somente fosse possível se puxada à mão, com *sacrifício* e *risco* e prejudicava a *boa higiene* do asilo⁵¹⁸. Vários mordomos, ao longo de anos, solicitaram a resolução do problema para acabar *de vez com o penoso serviço de baldes, para alimentar-se aquelle Estabelecimento*⁵¹⁹. Mas, até a data de 1915, a mesa regedora ainda mencionava a necessidade do seu conserto⁵²⁰.

⁵¹⁶ Idem, p. 39 e sessões: 05.02. e 06.05.1920, p. 39 e 56, do livro 24 de fevereiro de 1919(Acervo: SCM).

⁵¹⁷ Sessão: 09 de fevereiro, p. 43 e sessão extraordinária de 11 de março de 1920, p.47, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵¹⁸ Sessão: 10 de maio de 1907, p. 88, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM)

⁵¹⁹ Sessão: 06 de junho de 1907, p. 91, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM)

⁵²⁰ Sessão 01 de julho de 1915, p. 299, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

Em 1919, a Santa Casa não recebia a mais de um ano a subvenção da Prefeitura de Fortaleza, além do Governo do Estado ter atrasado 123:000\$000 réis do seu auxílio⁵²¹.

Em 1920, o mordomo Álvaro Weyne comunicou em reunião extraordinária da mesa regedora que desde o ano anterior intencionava fazer reformas no asilo da Parangaba com o intuito de melhorar as condições de tratamento dado aos loucos, através da construção de *dois pavilhões destinados a reclusão de doentes que actualmente se acham installados nas prisões de ferro*. Entretanto, as obras não haviam sido iniciadas em virtude da seca do ano anterior. Passado o período de estiagem, o mordomo apresentou uma planta dos pavilhões a serem construídos e um livro onde seriam registradas as doações para tal fim. O presidente do Estado e antigo mordomo da Santa Casa, Justiniano de Serpa, visitou o São Vicente de Paula de onde *sahiu pessimamente impressionado*⁵²².

Álvaro Weyne conduziu de forma atuante na proposta de reforma do edifício. Nas atas de sessões, demonstrou interesse não somente em abrandar os problemas do asilo de alienados como esteve presente em várias comissões dirigidas à Presidência do Estado e à Prefeitura Municipal, tratando das questões financeiras da Santa Casa. Nesse sentido, ele pediu a convocação de uma reunião extraordinária, para serem deliberadas medidas operacionais para a efetivação da reforma do asilo de alienados, resultando na nomeação de três comissões.

A primeira comissão, chamada de *Redacção de circulares*, teve a finalidade de solicitar apoio do Correio do Ceará na reforma. A segunda esteve encarregada da divulgação dos trabalhos junto à imprensa, sobretudo através do jornal *Correio do Ceará*, expondo a situação financeira da Santa Casa⁵²³, por fim, a terceira comissão, visou arrecadar donativos de modo geral. Foi acertada também a venda dos aparelhos de duchas do São Vicente de Paula que, segundo o mordomo, não tinham utilidade havia muito tempo⁵²⁴, como forma de angariar mais recursos.

As obras do Asilo São Vicente de Paula foram definidas pela mesa administrativa como uma *reforma radical* haja vista que a última realizou-se somente em 1890. A intenção

⁵²¹ Sessão extraordinária de 04 de junho, p.61, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵²² Sessão extraordinária de 04 de junho e sessão de 17 de junho de 1920, p.61, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵²³ Sessão: 08 de setembro de 1920, p.73, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵²⁴ Sessão extraordinária de 22 de junho de 1920, p.70, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

da mesa foi promover melhorias tanto na fachada externa como nas dependências do estabelecimento⁵²⁵.

Administrativamente, em fins do ano de 1920, a irmã Thomasia, superiora do São Vicente de Paula, solicitou à Santa Casa o encerramento de sua gestão, pois segundo a mesma encontrava-se em *avançada idade* e desejava uma substituta para desempenhar o *arduo cargo de supervisora* do asilo. O pedido foi aceito, sendo-a substituída pela recém irmã vinda do Rio de Janeiro, Irmã Marcadé,⁵²⁶.

A mesa regedora, objetivando sensibilizar as autoridades políticas e religiosas, para a questão das finanças da Santa Casa, mais uma vez, afirmou cogitar fechar suas portas, deixando de prestar *a missão para que foi instituída*. Dirigiu-se ao provedor da Santa Casa, D. Manoel, e ao presidente do Estado, Justiniano de Serpa, expondo a *situação inustentável em que se encontra* o hospital. Solicitou ao presidente que evitasse a *ruína desse estabelecimento de caridade pagando algumas mensalidades da subvenção*. Justiniano de Serpa respondeu ao provedor que não ignorava a situação do asilo e lamentava que o pagamento estivesse em atraso, contudo justificando as finanças do Estado, não poderia atender ao pedido⁵²⁷. Nova visita ao presidente do Estado foi proposta pelo mordomo Álvaro Weyne, solicitando uma audiência especial, pois os fornecedores da Santa Casa, do São Vicente de Paula e da Empresa Funerária recusavam-se a continuar prestando serviços mediante a falta de pagamento.

Da audiência com o presidente, resultou apenas o pagamento de quatro promissórias. Não surtindo efeito, o fornecedor da firma de medicamentos, Eduardo de Castro Bezerra, anunciou que não mais iria prestar serviços à Santa Casa no ano seguinte, alegando ter tido prejuízos com os constantes atrasos de pagamento⁵²⁸. Novamente, a Santa Casa recorreu ao presidente do Estado e ao prefeito municipal, além de telegrafar para o Ministério da Fazenda, solicitando o pagamento de *quotas de Loterias Federaes*⁵²⁹. Além da não renovação do contrato dos remédios, houve a ameaça do fim do fornecimento de pães à Santa Casa, diante da recusa dos comerciantes em revalidar os pedidos⁵³⁰.

⁵²⁵ Relatório Apresentado à Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, em 16 de novembro de 1922 pela comissão encarregada de levar a efeito os melhoramentos do Asylo de Alienados “S. Vicente de Paulo”, em Porangaba. Fortaleza. Off. Graf. “Diário do Estado”, 1922 (Acervo: SCM).

⁵²⁶ Sessão: 18 de novembro de 1920, p. 93, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵²⁷ Sessão: 16 de setembro de 1920, p.76, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵²⁸ Sessões: 20 de outubro, 04 e 18 de novembro de 1920, pp.85, 91, 93, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵²⁹ Sessão: 02 de dezembro de 1920, p. 94, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

⁵³⁰ Sessão: 20 de janeiro de 1921, p. 98, do livro 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

O ano de 1921 iniciou-se com a *medida extrema* da Santa Casa em convocar uma Assembléia Geral dos Sócios⁵³¹. O objetivo foi elaborar uma grande reunião com as instituições promovedoras da caridade em Fortaleza, entre elas: a Santa Casa, o São Vicente de Paula, o Asilo de Mendicidade, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, além de *grêmios caritativos*, como a Sociedade de São Vicente de Paula e a Associação das Senhoras de Caridade. Essa proposta já havia sido sugerida três anos antes pelo presidente do Estado, João Thomé de Saboya e Silva. A intenção era aumentar as *contribuições orçamentárias* e encontrar meios para angariar mais recursos a partir da reunião com todas *as associações sob a unidade de uma administração geral*,⁵³².

Mesmo com as dificuldades econômicas, as reformas no São Vicente de Paula perduraram. Em 1922, foi registrado um grande número de donativos tanto de pessoas físicas como jurídicas que doaram desde quantia pequenas como 2\$000 a maiores, como 5:000\$000 réis. Uma grande mobilização foi organizada em todo o Estado envolvendo a participação de prefeitos municipais e párocos do interior, através da circulação de cartas entregues às pessoas distintas com o intuito de descrever as *condições precaríssimas do estabelecimento e a necessidade de serem nelle realizados imprescindíveis melhoramentos*⁵³³.

A despeito da comissão objetivar a sensibilização de grande quantidade de pessoas no Estado, as doações advindas dos municípios cearenses foram aquém do esperado, embora a comissão alegasse que o São Vicente de Paula recolhia em suas dependências, sobretudo a população pobre do interior. Segundo a comissão, formada por Edgard Borges, Francisco Barcellos e Álvaro Weyne, é que a população do interior do estado ainda não se capacitou da obrigação de contribuir para estabelecimento de caridade, como o *Asylo de Alienados que, apesar de installado aqui, recebe seus leitos indigentes vindos em quase totalidade do interior*.

Mesmo apresentando dificuldades, as reformas do asilo foram planejadas e executadas. No que se refere à fachada externa do prédio, ela foi relatada como estando em *péssimo estado de conservação*, tendo em vista que havia vinte e cinco anos que não sofria nenhum tipo de reparo, como pinturas. O objetivo da comissão, ao modificar a fachada do

⁵³¹ Idem, p. 98.

⁵³² Mensagem Apresentada á Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1918, pelo Dr. João Thomé de Saboya e Silva, Presidente do Estado, item: *Instituições Diversas*, p. 52.

⁵³³ Relatório Apresentado á Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia, em 16 de novembro de 1922 pela comissão encarregada de levar a efeito os melhoramentos do Asylo de Alienados “S. Vicente de Paulo”, em Porangaba. Fortaleza. Off. Graf. “Diario do Estado”, 1922 (Acervo: SCM).

prédio, era proporcioná-la uma aparência mais agradável. Nesse sentido, foram substituídas a escadaria e as estruturas grosseiras de cimento por formas mais *artísticas e balaustradas*. As calçadas também foram consertadas, pois elas tinham sido *destruídas pelas raízes das enormes mangueiras existentes ali próximas do prédio*.

Internamente, a grande urgência de que necessitou o asilo de alienados foi ampliar o compartimento para abrigar as mulheres indigentes que, como foi visto, corresponderam à grande maioria dos internos. Argumentando que as indigentes estavam *recolhidas em verdadeiras jaulas*, a comissão planejou construir um pavilhão, dividido em compartimentos, pois essa estrutura era mais barata e com melhor higiene. O pavilhão seria dividido em vinte quartos e uma enfermaria, além do banheiro. O salão das pensionistas onde foi destinado o uso de aparelhos para banho de chuveiro e choque também sofreu reformas.

As obras atingiram vários compartimentos, sendo substituídos os soalhos da sala de visita, a entrada do prédio e o consultório médico que, segundo a comissão, estava em *lugar impróprio e pessimamente instalado*. A cozinha, copa, despensa, refeitório, troca de fogão, colocação de pias e de aparelho de iluminação, substituição de venezianas e portas, reforma nas dependências das irmãs de caridade – tudo isso foram outras benfeitorias anunciadas pela comissão. Um novo pavilhão destinado aos indigentes também deveria ser construído, assim como banheiro, telheiro, substituição do cata-vento e montagem de uma caixa d'água para a lavagem de roupa. Aspectos relativos à decoração do asilo, como as imagens e os retratos também ganharam novos lugares, destaques e reparos.

Todas essas mudanças deveriam atingir diretamente o cotidiano daqueles que faziam parte do São Vicente de Paula – médico, irmãs de caridade, funcionários e loucos: indigentes e pensionistas. A reforma realizada durante a década de 1920 representou uma expectativa da mesa regedora da Santa Casa em alterar o cenário de miséria e abandono em que se constituiu historicamente o São Vicente de Paula desde sua fundação. A intenção era realizar a *completa remodelação do estabelecimento* visando oferecer benfeitorias à instituição.

Entretanto, para além das expectativas que as mudanças estruturais apresentaram-se, constituindo-se uma nova fase para o asilo de alienados, a problemática da noção de loucura praticada internamente representou outra dimensão do cotidiano da instituição.

3. Entre a Problemática da Loucura como Doença e as Condições de ‘Cura’ no Asilo São Vicente de Paula

Ao longo deste capítulo foram investigadas as gestões dos diretores e médicos-diretores do Asilo São Vicente de Paula na condução de suas principais demandas, desde a fundação até 1920, ano em que se encerra esta pesquisa, com a ‘reforma radical’ anunciada pela mesa administrativa da Santa Casa. A partir do que foi analisado, torna-se oportuno problematizar acerca de quais elementos foram historicamente construídos para que dado indivíduo fosse considerado louco, resultando em sua internação no asilo de alienados. No sentido diretamente oposto, convém questionar também sobre quais foram as circunstâncias em que o louco encontrou-se na condição de curado, recebendo alta médica da instituição.

Sobre a primeira problemática, a partir de todo o levantamento e análise do material documental produzido pela Santa Casa de Misericórdia até 1922, considera-se que não foi efetivamente o médico que atribuiu a dado indivíduo a condição de louco. Durante a história do São Vicente de Paula no período retratado, observa-se que a nomeação da loucura deu-se, previamente, por outros sujeitos sociais.

O chefe de polícia, o presidente do Estado e, sobretudo a mesa regedora da Santa Casa, através do provedor ou vice-provedor, foram os grandes responsáveis pelo recolhimento de mulheres e homens na instituição asilar. Foram eles quem tiveram o primeiro contato, através de seus ofícios, com os indivíduos que perturbavam a ordem pública ou perambulavam pelas ruas de Fortaleza e das cidades do interior da Província, identificando-os de antemão aqueles que deveriam ser internados ou não no estabelecimento. A partir da avaliação das autoridades públicas e da Santa Casa, os indivíduos foram encaminhados ao asilo de alienados, recebendo a alcunha de loucos. Antes disso, eles eram identificados como indigentes, criminosos ou perturbadores da vida urbana. A internação no espaço asilar os instituiu a uma nova configuração social, recebendo a nomeação de loucos.

O médico do asilo da Parangaba apenas os recebeu na instituição, depois da intervenção das outras autoridades competentes. Considerando que somente Odorico de Moraes teve uma formação clínica voltada para medicina mental, os demais médicos que ocuparam esse cargo no asilo de alienados – cujas especialidades versaram em áreas distintas, como: clínica médica, profilática ou inspetoria de saúde – não possuíram o discurso especializado para a distinção de um indivíduo normal do desrazoado.

Desta forma, retomando as *Cartas da Loucura* publicadas pelo médico Francisco Ribeiro Delfino Montezuma em 1882, através das quais se apresentaram como discussões teóricas sobre os aspectos nosográficos e classificatórios para a identificação da loucura, efetivamente elas não corresponderam às práticas e aos conhecimentos clínicos exercidos pelos médicos no cotidiano do São Vicente de Paula, em fins do século XIX e primeiras décadas do XX. A grande maioria dos médicos da instituição nunca possuiu conhecimento teórico ou experiência clínica acerca do universo da mente humana antes de trabalharem no asilo da Parangaba.

Para a historiadora Magali Engel, a falta de cadeira em doença mental nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia durante o Império resultou na insegurança de muitos formandos em produzir teses sobre esse *terreno tão movediço da medicina*. Além disso, não havia em meados do século XIX, a menor articulação entre o conhecimento teórico dos médicos produzidos nas Faculdades e a prática cotidianas exercidas nas instituições asilares para loucos (ENGEL: 2001, p. 125).

A formação e vivência dos médicos no São Vicente de Paula não fugiram do quadro de despreparo dos médicos do século XIX. Contudo, o agravante foi que elas permaneceram também no período republicano, enquanto nos grandes centros brasileiros já havia uma maior profissionalização em relação ao campo da psiquiatria.

Quanto à questão do tratamento e da cura dos doentes internos no São Vicente de Paula, a situação da fragilidade profissional referente ao saber médico sobre saúde mental apresentou-se sob as mesmas circunstâncias. Pelos registros da Santa Casa não fica claro quais foram os meios terapêuticos utilizados no asilo de alienados. Foram raros os discursos da mesa administrativa mencionando o uso de duchas – prática comum utilizada nos hospícios em fins do século XIX – para a contenção dos loucos em crise ou em fúria. Referências ao uso de duchas apareceram somente em momentos pontuais, como ocorreu em 1906, quando o procurador geral da Santa Casa e o mordomo responsável pelo asilo comunicaram sobre o mau estado de conservação de alguns objetos e dependências do asilo, como o do banheiro para duchas, solicitando *maior urgência nos reparos precisos, pois grande falta fazem ao Estabelecimento*⁵³⁴.

Entretanto, pelos discursos dos mordomos da Santa Casa não está claro se as duchas estiveram desativadas ou simplesmente nunca foram empregadas de forma sistemática no

⁵³⁴ Sessão: 10 de maio de 1906, p. 65, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

asilo. O tratamento mais evidenciado pela mesa regedora relativo ao louco voltou-se basicamente para o uso farmacológico, sem explicitar o nome dos remédios, e para o isolamento e contenção em jaulas ou gaiolas dos pacientes mais *furiosos*⁵³⁵.

Além do tratamento, outra problemática a ser analisada refere-se à questão da cura e/ou saída do alienado na instituição. De maneira semelhante ao que ocorreu durante o ingresso do louco no asilo, nem sempre esteve ao encargo do médico a responsabilidade pela identificação se um dado louco estaria na condição de curado ou de receber alta.

Em raros momentos, os discursos da mesa regedora da Santa Casa mencionaram acerca da cura de loucos e quando eles apareceram não estiveram propriamente ligados à questão do tratamento ou medicação aos quais foram submetidos os alienados, mas relacionados à outra problemática interna: a questão da lotação no São Vicente de Paula. Assim aconteceu quando a mesa propôs em mais de um momento a saída de alienados para desafogar o estabelecimento devido à falta de vagas. Entretanto, a situação apresentou-se de maneira muito delicada, pois quando um louco indigente saía do asilo, ele ficava ou completamente desassistido pelo Estado e caridade particular ou, se cometesse alguma infração ou crime, era enviado para a cadeia pública.

Em junho de 1891, um ofício emitido pelo chefe de polícia do Estado à mesa administrativa da Santa Casa, solicitou providências para que determinados loucos fossem novamente internados no asilo da Parangaba. Eles, inicialmente encontraram-se recolhidos na cadeia da capital, depois foram transferidos para o asilo de alienados e, recebendo alta médica por estarem na condição de *curados*, acabaram retornando à cadeia pública. Esta não representou uma situação isolada. Para o chefe de polícia, repetidas vezes, os alienados seguiram este percurso, ou seja, da cadeia para o asilo e depois, para a cadeia novamente. Um deles chamava-se José de Carvalho Lima que *constantemente é para alli remetido*⁵³⁶.

Este tipo de solicitação em tom de reclamação foi significativo no sentido de se perceber as falhas do sistema asilar e o desejo da mesa regedora da Santa Casa em solucionar problemas de ordem estrutural e administrativa, numa atitude demonstrativa da ineficácia quanto ao tratamento submetido ao doente, que não apresentava cura ou melhoria efetiva. O

⁵³⁵ Esta pesquisa não identificou quais eram remédios utilizados no asilo de alienados em virtude da falta de documentos. Sabe-se que eles vinham da Europa, o que sugere que a medicação estaria condizente com o tratamento atualizado da época. Sessão: 12 de agosto de 1886, p. 124, do Livro de 30 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

⁵³⁶Sessão: 18 de junho de 1891, p. 36, do Livro de 08 de janeiro de 1891 (Acervo: SCM).

que propôs a mesa administrativa através do seu ‘diagnóstico’ de cura do alienado – respaldado pelo médico – foi evitar a aglomeração de doentes, que por sua vez, resultou na transferência do problema de local, na medida em que provocou a lotação da cadeia pública. Neste sentido, nem sempre a saída dos loucos no São Vicente de Paula foi uma prática motivada pela situação efetiva de cura dos homens e mulheres internos.

Além da medida de resolver o problema da lotação através da alta médica, registrou-se outro tipo de saída dos doentes no estabelecimento. Em maio de 1916, três loucos que estavam inicialmente recolhidos na cadeia pública e, que foram transferidos para o asilo de alienados, retornaram ao presídio por solicitação do médico Odorico de Moraes. Foram eles: José Xavier de Oliveira, Antonio de Souza e José do Carmo. O motivo não foi a lotação do asilo, mas o receio do médico de que os alienados fugissem do estabelecimento. A possibilidade de fugas foi, para ele, real. Odorico de Moraes lembrou no mesmo ofício que outros sentenciados, de nomes José Philomeno e Manoel Martins, conseguiram fugir anteriormente do asilo da Parangaba⁵³⁷. A solicitação do médico foi aceita pelo secretário de justiça e segurança pública que providenciou uma escolta feita pela guarda civil para transferir os loucos criminosos do asilo para a cadeia.

Nas duas situações analisadas, observa-se que houve uma transferência de problemas com a mudança do local destinado ao alienado. Se, por um lado o médico solicitou que alguns loucos fossem recolhidos para cadeia, alegando a falta de segurança, por outro, o chefe de polícia pediu a transferência dos criminosos para o asilo da Parangaba, justificando a desordem que eles causavam na cadeia. A questão da cura ou tratamento do indivíduo não foi a tônica do problema apresentado. Sem ter o asilo de alienados uma estrutura para receber os criminosos e sem ter a cadeia uma estrutura para receber os loucos, o médico do asilo e as autoridades de segurança pública empurraram o problema um para outro.

Em setembro de 1916, o chefe de polícia do Estado, José Eduardo Torres Câmara solicitou que os loucos sentenciados, José Xavier de Oliveira (o mesmo que foi reenviado para a cadeia a pedido do médico Odorico de Moraes) e José Ferreira do Cosmos, fossem transferidos para o asilo e que houvesse vigilância em relação aos mesmos. A mesa administrativa respondeu negativamente ao ofício, afirmando que não havia condições do estabelecimento asilar oferecer a *vigilância exercida pela lei*, numa atitude de não responsabilização sobre os dois alienados.

⁵³⁷ Sessão: 04 de maio de 1916, p. 367, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

Em outro ofício de agosto de 1917, o chefe de polícia solicitou semelhante transferência do preso sentenciado de nome Jerônimo Pereira Lima, que estava recolhido na cadeia de Fortaleza. Mais uma vez o pedido foi rejeitado, deixando a questão em aberto *até que se decida o que se deva fazer*. A preocupação da mesa regedora nesses casos foi apenas quanto à segurança, pois no mesmo dia chegou outro ofício solicitando o internamento de três loucos vindos do interior do Ceará, que estavam detidos na Delegacia da 3ª Região com sede no município de Iguatu e a mesa os aceitou⁵³⁸. Provavelmente, eles não eram agressivos ou não ofereciam ameaça a segurança do asilo.

A falta de segurança para receber sentenciados não foi problema somente do São Vicente de Paula. Mesmo quando houve necessidade de um preso ser levado à Santa Casa em virtude de alguma enfermidade, o hospital não teve condições de oferecer a devida vigilância. Assim, em janeiro de 1917, quando o chefe de polícia do Estado, José Eduardo Torres Câmara, novamente solicitou à mesa administrativa para que um preso fosse tratado no estabelecimento, teve como negativa a resposta, alegando a mesa não possuir *meios para exercer sobre o mesmo sentenciado a vigilância solicitada*⁵³⁹.

Em novo ofício, o chefe de polícia pediu tratamento para os presos correccionais, Pedro Maximiano de Carvalho e Henrique Caetano na Santa Casa e tiveram a seguinte resposta do diretor clínico, Doutor João Marinho de Andrade: as enfermarias estavam *repletas de doentes* e que: *parece-me que os presos doentes estarão melhor na enfermaria da cadeia, onde serão melhor tratados pelo respectivo médico, Dr. Anselmo Nogueira*⁵⁴⁰.

Destarte, o que se pode concluir é que o asilo de alienados esteve longe de ser uma instituição cujas práticas internas basearam-se essencialmente nos preceitos médicos. Ao longo de sua existência, ele apresentou-se mais como uma instituição destinada ao recolhimento dos pobres do que efetivamente um hospital que proporcionasse a cura ou o tratamento satisfatório da doença mental. Todas as precariedades estruturais e financeiras agravaram sua situação, limitando um tratamento eficaz tanto para os indigentes como para os pensionistas. De toda a história financeira do São Vicente de Paula apresentada pela documentação da mesa regedora da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, somente em março de 1908, registrou-se um saldo satisfatório do asilo durante a gestão do diretor e

⁵³⁸Sessão: 16 de agosto de 1917, p. 41, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁵³⁹Sessão: 04 de janeiro de 1917, p. 397, do Livro de 1908 (Acervo: SCM).

⁵⁴⁰Sessão: 21 de julho de 1917, p. 33, do Livro de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

médico Nogueira Brandão⁵⁴¹. Este foi o único registro da mesa administrativa em que se notificou uma condição econômica positiva no asilo de alienados do Ceará. Nas outras ocasiões, como foi visto, os discursos da mesa regedora se voltaram para a tentativa da solução dos déficits, recorrendo às autoridades públicas ou à caridade particular. A situação de mulheres e homens internos na instituição constituiu historicamente como precária na qual a condição de cura ou de melhorias apresentou-se como algo distante da realidade desejada pela psiquiatria moderna.

A ‘reforma radical’ divulgada pela mesa administrativa da Santa Casa intencionou apagar ou reverter o histórico de descaso em que se encontravam os loucos do São Vicente de Paula. Contudo, a forma como ela foi anunciada não indicou mudanças no que tange às práticas do tratamento médico realizado internamente. Não houve menção a qualquer alteração relativa à questão medicamentosa, o que possibilita o questionamento se realmente houve mudanças significativas correspondentes aos objetivos expostos pela comissão responsável pelas obras. Para que houvesse uma ‘reforma radical’, seriam necessárias alterações profundas na estrutura do asilo de alienados, incluindo a construção de novas práticas terapêuticas aplicadas aos doentes. Considerando que o São Vicente de Paula não passava havia anos por reformas maiores, como afirmou o mordomo Álvaro Weyne, pode-se conjecturar que as obras realizadas apenas supriram antigas demandas necessárias para o mínimo funcionamento satisfatório institucional.

Reformas radicais vão além de obras realizadas quanto ao aspecto físico e espacial. Elas correspondem a um processo mais demorado e amplamente discutido, envolvendo uma série de elementos de concepção sobre as práticas psiquiátricas realizadas no hospital as quais somente se realizaram a partir dos anos de 1960 com o movimento de reforma pela luta anti-manicomial.

⁵⁴¹ Sessão: 05 de março de 1908, p.06, do Livro de 1903-04. (Acervo: SCM).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o recenseamento realizado em 1920, a população do Ceará possuía 1.319.228 habitantes. Fortaleza registrou o número de 78.536 pessoas, enquanto o município da Parangaba contou com 11.429 habitantes⁵⁴². A população interna do São Vicente de Paula findou nesse ano com o registro de 144 doentes, numa estrutura recorrentemente denominada pela própria Santa Casa como precária.

A década de 1920 apresentou-se com um quadro de mudanças quanto às questões sociais no País, sobretudo em relação à maior organização dos trabalhadores a partir da fundação das associações sindicais e trabalhistas. No Ceará, o movimento trabalhista ocorreu de maneira mais intensa através da atuação dos ferroviários, gráficos e funcionários da imprensa, com a fundação dos jornais *Ceará Socialista*, *Voz do Graphico* e *O Combate* e do Partido Socialista Cearense (LEONARDI: 1991: p.242). Os anos de 1920, em nível nacional, constituíram-se também em uma nova configuração no campo da psiquiatria através da qual a eugenia ampliou o foco de interesse dos médicos quanto à intervenção de variados tipos de pessoas consideradas indesejáveis que causavam transtornos ao corpo ‘são’ da sociedade, resultando em um maior número de internações dos ‘desajustados’ nos hospícios (ENGEL: 2001). Ou seja, novas teias sociais em termos da organização do corpo produtivo e do controle médico-psiquiátrico urbano constituíram-se na segunda década do século XX, apresentando um quadro bastante distinto do desenhado no final do século XIX, momento em que se concentrou boa parte desta pesquisa.

Uma tessitura complexa de redes religiosas, políticas e sociais foram construídas em torno do Asilo de Alienados São Vicente de Paula. Compreender sua existência em fins do século XIX e início do XX passa pela perspectiva religiosa através da qual a atuação da Irmandade da Misericórdia foi decisiva em oferecer abrigo caritativo e assistencial aos pobres e, sobretudo aos indigentes alienados. Passa pela questão política quando as autoridades da Província, e depois Estado do Ceará, buscaram contornar os problemas causados pelos loucos de Fortaleza e das cidades interioranas que ora estavam recolhidos nas cadeias, sem receber nenhum tratamento especializado misturando-se aos demais detentos, ora estavam perambulando pelas ruas entregues a própria sorte; em ambos os casos, causando a desordem

⁵⁴² Revista do Instituto do Ceará, *População dos Municípios do Ceará (Recenseamento de 1920)*, 1922. ANNO XXXVI, p. 497.

pública. E passa ainda pelo desejo das elites sociais e dos transeuntes das ruas de Fortaleza, que através da doação de donativos, contribuíram para a criação de um estabelecimento voltado para loucura, retirando assim do seu campo de visão os insanos que os incomodavam.

Ao mesmo tempo em que a construção do Asilo de Alienados São Vicente de Paula esteve inserida na perspectiva de solução dos transtornos causados pelos loucos da Província, ela buscou acompanhar, em certa medida, uma política de assistência aos alienados em âmbito nacional, conseguindo inaugurar o asilo ainda em fins dos anos 1880, ao contrário da maioria das Provinciais brasileiras que não possuíam um local específico para a loucura. Os bons índices de desenvolvimento econômico do Ceará registrado nesse período e as redes sociais acima enfocadas contribuíram para tal empreendimento.

Entretanto, ao contrário das experiências vivenciadas em outros hospícios brasileiros, o São Vicente de Paula apresentou-se desde sua fundação até a década de 1920 como uma instituição cuja perspectiva foi muito mais assistencial que propriamente médica. As práticas discursivas analisadas ao longo desta pesquisa demonstraram a pouca ação terapêutica psiquiátrica realizada no asilo no qual o que mais se observou foi a privação de um tratamento eficaz a mulheres e homens submetidos às condições mínimas de vida e uma alimentação insuficiente em qualidade e quantidade.

Por ser o São Vicente de Paula um espaço mais assistencial que terapêutico, pode-se considerar que a tese da *medicalização da loucura* defendida por historiadores de outras instituições brasileiras semelhantes – que analisaram na construção dos hospícios, o início da sistematização do saber médico psiquiátrico – não correspondeu à realidade constitutiva do asilo de alienados do Ceará. Estabelecendo-se uma análise comparativa com outras experiências brasileiras, o poder médico desempenhado na instituição asilar cearense não representou uma prática decisiva na condução de suas demandas internas. Foi a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia quem, em várias circunstâncias, nomeou dado indivíduo como louco através de seu ingresso, permanência e saída da instituição. Prática esta que se estabeleceu não apenas durante o período monárquico, quando as Santas Casas de Misericórdia do Brasil administravam os hospícios, mas permaneceu na República.

Nesse sentido, muito mais apropriado que a utilização do termo ‘medicalização da loucura’ existente no Asilo São Vicente de Paula, seria a construção da idéia de *institucionalização da loucura*. Não se ignora nem se desmerece a atuação dos médicos e diretores-médicos no cotidiano asilar. De fato, a figura do médico representava o

estabelecimento asilar, entretanto, a inexistência do médico especialista no campo da alienação ou psiquiatria, por longo tempo no São Vicente de Paula, reforça a idéia de que a instituição possuiu características eminentemente caritativas e assistenciais que propriamente psiquiátricas; daí a denominação de ‘asilo’ de alienados e não ‘hospital’ para alienados que acompanhou sua trajetória desde a fundação até a década de 20 do século XX. Destarte, o que se observa de modo mais efetivo não foram práticas discursivas construídas pelo saber psiquiátrico e sim, a organização de ações sistematizadas e procedimentos de operacionalidade do ambiente asilar numa perspectiva de construção da institucionalização da loucura.

Na perspectiva da institucionalização da loucura, as autoridades provinciais e da Santa Casa embasaram seu discurso para a necessidade da construção de um lugar que atendesse aos anseios da psiquiatria moderna. Entretanto, contrariando as expectativas iniciais em que se apontavam o ambiente bucólico e harmonioso da natureza propício para a edificação do asilo de alienados, proporcionando um tratamento satisfatório aos loucos, o que se observou no cotidiano asilar foram relatos de maus tratos e privações aos alienados onde o ambiente aprazível deu lugar ao recurso das jaulas e gaiolas. A expectativa da água potável, tratada e de qualidade em torno da lagoa da Parangaba apontada nos discursos da pré-fundação do asilo como ideais para a promoção do bem estar dos alienados deu lugar às recorrentes solicitações feitas pelos mordomos e irmã de caridade, durante décadas à mesa administrativa da Santa Casa, para o conserto do cata-vento, sempre relatado como estando quebrado ou danificado. Nesse sentido, o discurso das autoridades responsáveis pelo São Vicente de Paula, sustentado teoricamente pelo saber médico alienista moderno que defendia um eficiente tratamento terapêutico ao louco, deu lugar às práticas de precariedades das mínimas condições de sobrevivência dos internos desde sua inauguração até a década de 1920.

A partir do discurso do mordomo Álvaro Weyne, responsável pelo asilo, sobre a defesa de uma ampla reforma no estabelecimento, a década de 1920 apresentou-se como um momento de expectativa de reversão do quadro dos graves problemas encontrados no estabelecimento asilar. Mudanças cuja amplitude beneficiaria desde o ambiente de trabalho do corpo administrativo e funcional às condições de vida e moradia dos loucos. Todavia, reformas radicais para serem realizadas necessitam de alterações profundas no sentido estrutural e terapêutico, incluindo a constituição e a humanização das várias relações sociais estabelecidas dentro do espaço asilar, entre elas, a construída pelos médicos e pacientes. A ‘reforma radical’ anunciada pela mesa regedora provavelmente não atendeu a estas novas

demandas. Entretanto, se ela representou em alguma medida uma nova fase para o asilo da Parangaba, isto somente outra pesquisa histórica pode responder.

Uma das grandes certezas a que aqui se chega, ao final deste trabalho, é que ele está apenas começando. Haja vista que as potencialidades de problematizações suscitadas pelo Asilo São Vicente de Paula e a institucionalização da loucura no Ceará estimulam novos olhares e perspectivas merecedoras de investigação que contribuam para novas reflexões historiográficas.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, Philippe. HERZLICH, Claudine. *Sociologia da Doença e da Medicina*. Bauru. Ed. Edusc, 2001.

AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865/66*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcante de. *Da Cadeia à Casa de detenção: A reforma prisional no Recife em meados do Século XIX* IN. Maia, Clarissa (org.). *História das Prisões no Brasil – Volume II*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme, *Barão de Studart – memória da distinção*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

ANTUNES, José Leopoldo F. *Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999.

ARAGÃO, Batista. *Perna de Morte*. Barraca do Escritor Cearense. Fortaleza, 1991.

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. *Historia da Saúde Pública do Ceará: da Colônia a Vargas*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

BARROS LEAL, Vinícius. *Nos Quinhentos Anos das Misericórdias*. Revista do Instituto do Ceará. Ano CXII, 1998.

BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. RJ-SP-Fortaleza. ABC Editora, 2004.

_____. *Terra do Sol*. 8ª ed. RJ/SP/Fortaleza: ABC Editora, 2006.

BASAGLIA, Franco. *A Instituição Negada*. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1985. 3ª Ed.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória – ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: M. Fontes, 1990.

BEZERRA, Antônio. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, Revista do Instituto do Ceará, 1895.

BEZERRA NETO, Eduardo. *A Idéia Republicana em Marcha*. Revista do Instituto do Ceará. Tomo Especial de 1987 – 1º centenário do Instituto do Ceará

BIRMAN, J. *A Psiquiatria do Discurso da Moralidade*. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1978.

BODEI, Remo. *A História Tem um Sentido?* São Paulo. Bauru: Edusc, 2001.

BURKE, P. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CÂMARA, José Saraiva. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1970. Série B – Estudos e Pesquisas, vol. 2.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: museu do Ceará/ Séc. Cult. Estado do Ceará, 2005 (Coleção Outras Histórias, p. 32).

CASTEL, Robert. *A Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: lartes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 174.

CORDEIRO, Celeste. “Antigos e Modernos - Progressismo e Reação Tradicionalista no Ceará provincial”. São Paulo: Annablume, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço: um conceito-chave da Geografia*. IN. CASTRO, Iná, Gomes, Paulo e Corrêa, Roberto. *Geografia: conceitos e temas*. 5ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo. Ed. Unesp, 1999, 7ª Ed.

COSTA, Jurandir Freire. *A Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 2004.

_____. *História da Psiquiatria no Brasil – Um corte ideológico*. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2007.

CUNHA, Maria C. Pereira. *O Espelho do Mundo – Juquery, a História de um Asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1986.

_____. *Loucura, Gênero Feminino: as mulheres no Juquery na São Paulo, início do séc. XX*. Revista Brasileira de História, São Paulo. Anpuh. Vol. 9, nº. 18, agosto-setembro, 1989.

CUNHA, Rodolfo Ferreira da. *Notas Históricas do Livro de tombo da paróquia de Porangaba*. Revista do Instituto do Ceará. 1929/30, p. 279.

DALGALARRONDO, Paulo. *Civilização e Loucura – uma introdução à história da Etnopsiquiatria*. Ed. Lemos

DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Bella Époque – a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo – uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará, 2001.

DIEHL, A. *Cultura Hiistoriográfica – memória, identidade e representação*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002

DANZIATO, Leonardo. *A Fortaleza da Psicanálise – a história da Psicanálise em Fortaleza*. Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará, 2000.

- DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo - uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará, 2001.
- DIAS, Leila Cristina, *Redes: Emergência e Organização* IN. CASTRO, Iná, Gomes, Paulo e Corrêa, Roberto. *Geografia: conceitos e temas*. 5ª Ed. RJ: Bertrand Brasil, 2003.
- DOCUMENTOS. Revista do Arquivo Público do Ceará – Ciência e Tecnologia. Fortaleza. Arquivo Público do Ceará, nº 01, 2005.
- EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos – Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil Séculos XVIII e XX*. Campinas. Ed. Unicamp, 1989.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830 – 1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- FERNANDES, Yaco. *Notícias do Povo Cearense*. 2ª ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Ufc, 1998.
- FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870 -1930. Projeto História do Ceará, política, indústria e trabalho. 1930-1964*. UFC/Stylus Comunicações. Fortaleza 1989.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano – da proclamação da república à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FRADINHO, Maria Lúcia Gomes. *Fragments da Análise de um Caso de Histeria (1905)*.
- FIGUEIRA, Sérvulo Augusto (org.). *Como Freud Analisava? – Ensaio sobre a técnica e casos clínicos*. Rio de Janeiro. Ed. Grypho, 1994.
- FREUD, Sigmund. *Estudos Sobre a Histeria (1893 -1895)*. Rio de Janeiro Ed. Imago, 1996. Volume II.
- FONTES, Eduardo. *As Poucas Lembranças das Igrejas de Fortaleza; subsidio a história dos templos católicos de Fortaleza*. Séc. de Cultura e Desporto.
- FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*, SP: Martins Fontes, 2001
- _____. *Doença Mental e Psicologia*. Rio de Janeiro. Ed. Tempo Brasileiro, 1988.
- _____. *Hstória da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva 1972.
- _____. *Microfísica do Poder*. RJ: Graal, 1979, 11ª reimpressão.
- GALENO, Juvenal. *Porangaba – Poema Indianista* IN *Porangaba: a lagoa e a índia Porangaba (Poema Indianista)*. Fortaleza: Edição da Casa Juvenal Galeno/Stylus Comunicações, 1991.
- GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil – principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte. Editora Itatiaia Ltda. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.
- GAY, Peter. *Freud para Historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989. 2ª ed.

GIRÃO, Raimundo. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1997.

_____. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza. Ed. Casa de José de Alencar/UFC, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro. Editora ltc, 1988.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *O polegar do panda – reflexões sobre história natural*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUAZZELLI (ORG.) *et alli. Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. universidade/UFRGS, 2000.

HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura - medicina, leis e sociedade no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HERMANN, Jacqueline. *Religião e Política no Alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado*. IN. FERREIRA e DELGADO (org.). *O Brasil Republicano – da proclamação da república à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HEIZER, Alda. *Os Instrumentos Científicos e as Grandes Exposições do Século XIX*. IN.

_____. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access, 2001.

HISTÓRIA, Ciência Saúde Manguinhos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Vol. 9, nº 2 – maio/ agosto de 2002.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

KURY, Lorelai, *A Comissão Científica de Exploração (1859-1861) A Ciência Imperial e a Musa Cabocla* IN. Heizer, A. e Videira, A. (org.) *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access, 2001.

LEITE FILHO, Rogaciano. *A história do ceará passa por esta rua*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, 2ªed.

LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As Razões de Uma Cidade – Fortaleza em Questão*. – Fortaleza: Sytlus Comunicações, 1991.

- LIMA Francisco de Assis Silva de. *Estradas de LIMA Francisco de Assis Silva de. Estradas de Ferro no Ceará*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2007.
- LUZ, Madel. *As Instituições Médicas no Brasil – Instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1986.
- LUZ, Nadia. *Ruptura na História da Psiquiatria no Brasil: Espiritismo e Saúde Mental*. São Paulo Ed. Unifran, 2006.
- MACHADO, Ana Lúcia. *Espaços de Representação da Loucura 0- religião e psiquiatria*. Campinas. Ed. Papirus, 2001.
- MACHADO NETO, A. L. *“estrutura social da república das letras” - sociologia da vida intelectual brasileira - 1870-1930*. São Paulo. Ed. USP. Editorial Grijalbo, 1973
- MAIA, Clarissa (org.). *História das Prisões no Brasil – Volume II*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- MARCONDES FILHO. *A Produção Social da Loucura*. São Paulo. Ed. Paulus, 2003,
- MARIA, Luiza de. *Sortilégios do avesso – razão e loucura na literatura brasileira*. São Paulo. Editora Escrituras, 2005.
- MARIZ, Silvana Fernandes. *O Passado como o Lugar da Violência* In. Arquivo Público do Ceará. *Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará*, v.1, nº4, semestral, Fortaleza: APC, 2005.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema – a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro, ACCESS, 1994.
- MEDEIROS, José Adailson de. *Ulisses Pernambucano*. Rio de Janeiro: Imago, CFP, 2001, p. 72.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia – limites e espaços de cura*. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2004.
- MONTENEGRO, Abelardo F. *Os partidos políticos do ceará*. Fortaleza: Ed. UFC, 1980.
- MOTA, ANDRÉ. *Quem é Bom já Nasce Feito – sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. DP&A, 2003.
- NASCIMENTO, Dilene (org.). *Uma História das Doenças*. Rio de Janeiro. Ed. Mauad X, 2006, vol. I
- NESTOR, Odilon. *Faculdade de direito de recife – traços de sua história*. 2ª ed. recife: imprensa industrial, 1976.
- NEVES, Frederico Castro. *A Miséria na Literatura: José do Patrocínio e a Seca de 1878 no Ceará*. Revista Tempo: *Cidadania e Pobreza*, nº 22. Universidade Federal Fluminense (UFF), RJ, 2006
- _____. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. RJ: Relume Dumará, 2000.

NEVES, Margarida de Souza. *Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX*. IN. FERREIRA e DELGADO (org.). *O Brasil Republicano – da proclamação da república à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOGUEIRA, Alcântara. *O pensamento cearense na segunda metade do século XIX*. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Filosofia (Seção do Ceará) sociedade cearense de geografia e história. Casa de Juvenal de Galeno, 1978.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. *As Idéias Científicas de Século XIX no Discurso do Club literário*. In. Souza, S. *Intelectuais*. Fortaleza, Ed. Demócrito Rocha, 2002.

_____. *A Loucura no Ceará: o projeto de construção do asilo de alienados e a seca de 1877-79* IN. NASCIMENTO, Dilene (org.) *Uma História Brasileira das Doenças – volume 3*. Belo Horizonte. Ed. Argumentum, 2010.

_____. *História e Literatura: relação de sentidos e possibilidades*. In, Vasconcelos, g. (org.) *linguagens da história*. Fortaleza: Imprece, 2003.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*: Vozes. 1996.

PAIVA, Melquíades Pinto. *Um Deputado do Império: Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841-1908)*, Revista do Instituto do Ceará. Ano CVI, 1992

PERROT, M. *Os excluídos da história – operários, mulheres e prisioneiros*. RJ: Paz e terra, 1988.

PESSOTTI, Isaías. *O século dos manicômios*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

PIMENTEL Filho, José Ernesto. *Urbanidade e Cultura Popular – a cidade de fortaleza e o liberalismo cearense no século XIX*. Fortaleza: UFC/ Casa de José de Alencar, col. Alagadiço Novo, 1998.

PIMENTEL FILHO, Ernesto; MARIZ, Silvana; FONTELES NETO, Francisco. *Cárceres, cadeias e o Nascimento da Prisão no Ceará*. IN. MAIA, Clarissa (org.). *História das Prisões no Brasil – Volume II*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

PRIORI, Mary Del. *Histórias do Cotidiano*. São Paulo Ed. Contexto, 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*, 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999, PORTER, PORTER, Roy. *Uma História Social da Loucura*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1990.

PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da Loucura – Juliano Moreira e a Descontinuidade Histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 2002.

PONTES, Cleto Brasileiro. *Hospital Psiquiátrico Seis Séculos de História*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.

REMOND, R. (org.). *Por uma história política*. RJ: UFRJ, 1990.

REVISTA Brasileira de História. *Repúblicas*. Anpuh, jul/ dez 2009, vol. 29, n 58.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marsal. *Saúde Mental no Brasil*. São Paulo: Ed. Arte e Ciência, 1999.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa (tomo i)*. Campinas, SP. Papyrus, 1994.

RIOS, Kênia Sousa, IN. Capanema, Guilherme de. *Estudos sobre Seca*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.

SÁ, Adísia. (coord.) *O ensino da filosofia no ceará (subsídios)*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1972.

SALES, Antonio. *Novos Retratos e Lembranças*. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1995. Coleção Alagadiço Novo, 1995.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. Universidade de SP. 2002.

SANTOS, NÁDIA MARIA WEBER. *Histórias de Vidas Ausentes – a tênue fronteira entre a saúde e doença mental*. Passo Fundo. Ed. UPF, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SERRES, Michel. *Diálogo sobre a ciência, a cultura e o tempo (conversa com bruno latour)*. Epistemologia e sociedade. Instituto Piaquet. Lisboa, 1990.

SILVA FILHO, Antonio. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza. Museu do Ceará/Secult, 2001.

SOUZA, Josinete Lopes de. *Da Infância “Desvalida” à Infância “Delinqüente”*: Fortaleza (1865-1928). Dissertação de Mestrado em História. PUC. SP, 1999.

SOUZA, Milton, 1995, *O Lugar e o Cotidiano* IN *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. SP: Ed Univ. SP, 2002 (Coleção Milton Santos, 1).

SOUZA, Simone (coord.) *História do ceará*. Fortaleza: UFC/ Fundação Demócrito Rocha, 1989.

_____. *Uma nova história do ceará*. Fortaleza: UFC/ Fundação Demócrito Rocha, 2000.

STUDART, Guilherme. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza, Typographia Studart, 1896, 2º volume.

SZASZ, THOMAS. *O mito da Doença Mental*. Rio de Janeiro. Zahar, 1974.

_____. *Ideologia e Doença Mental – ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem*. Rio de Janeiro. Zahar, 1977.

THEÓFILO, Rodolfo. *A Fome; Violação*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: ACL, 1979, col. Dolor Barreira, v. 2

_____. *História da Seca do Ceará (1877 a 1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

_____. *Variola e Vacinação no Ceará*. Fac-símile: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

TOURAINÉ, Alan. *A crítica da modernidade*. São Paulo: Vozes, 1994.

TURAZZI, Maria Inez. *A Exposição de Obras Públicas de 1875 e os 'Produtos da Ciência do Engenheiro, do Geólogo e do Naturalista'*. IN. Heizer, A. e Videira, A. (org.) *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 159.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da história: microhistória*; RJ: Campus, 2002.

VASCONCELOS, Argos. *Santa casa de misericórdia (1861-1962)*. Fortaleza, s/ed., 1994.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e Morte no Sertão – História das Secas no Nordeste nos Séculos XIX e XX*. São Paulo. Ática, 2001.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidade*. SP: Brasiliense Hucitec-Anpuh, 1993.

WADI, Yonissa Maritt. *Palácio Para Guardar Doidos – uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Ed. da Univ/UFRGS, 2002.

ZUCCONI, Guido. *A Cidade do Século XIX*. São Paulo. Ed. Perspectiva, 2009 (Debates: Urbanismo).

ANEXO**LIVRO DE ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA⁵⁴³**

1. Livro de Atas: 15/03/1861
2. Livro de Atas: 07/11/1870
3. Livro de Atas: 19/03/1873
4. Livro de Atas: 12/09/1875
5. Livro de Atas: 27/07/1877
6. Livro de Atas: 07/10/1878
7. Livro de Atas: 20/10/1880
8. Livro de Atas: 17/11/1887
9. Livro de Atas: Livro de Atas: 08/01/1891
10. Livro de Atas: 27/09/1894
11. Livro de Atas: 1896-1897
12. Livro de Atas: 1903-1904
13. Livro de Atas: 1908
14. Livro de Atas: 18/04/1916
15. Livro de Atas: 24/02/1919
16. Livro de Atas: 1922
17. Livro de Atas: 24/02/1927
18. 2º Livro de Contratos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza. Ceará – de 1893

⁵⁴³ A capa de muitos dos Livros de Atas não são originais. Os livros estão encapados com papel madeira. Portanto, não temos o título dos Livros no original.

ANEXOS

MAPAS DEMONSTRATIVOS DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULA, CORRESPONDENTES AO SÉCULO XIX (1886-1889)

ANEXO 1

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1886

1886	Matriculados	Em observação	Alta/ A pedido/ Curados	Recusados	Em tratamento
Janeiro	*				
Fevereiro					
Março					
Abril	15	5	2		18
Maiο					
Junho	23	6	1		29
Julho					
Agosto					
Setembro					
Outubro	33	1	3 cura**		31
Novembro	29	1	3 cura	2	30
Dezembro	31	2	1 cura		33 ⁵⁴⁴

* todos os espaços em branco correspondem à falta de informações do mapa demonstrativo.

** pela primeira vez, aparece o termo “curado”.

⁵⁴⁴ Sessões: 06.05; 08.07; 18.11 de 1886; 13.01; 17.02 de 1887, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

ANEXO 2

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1887

1887	Matriculados	Em observação médica	Alta/ pedido/ Curado	Recusados	Falecidos	Em tratam.
Janeiro	32	1	2 curas			33
Fevereiro	*					
Março	25	4	2 altas a pedido			29
Abril	30	1	2 altas a pedido	2	1	30
Maió	28	2	3 curas/ 1 a pedido			29
Junho	31	2	2 curas/ 1 a pedido			33
Julho						
Agosto	31	6	2 curas			27
Setembro	40	1	2 a pedido			39
Outubro	38	5			1	42
Novembro	43	2	2 curas/ 1 alta	1	2	40
Dezembro	41	1	2 curas/ 1 a pedido		1	39 ⁵⁴⁵

⁵⁴⁵ Sessões: 17.02, p. 133; 28.04., p.137; 05.05, p.137; 7.7, p.141; 6.10, p.146; 15.09, p.145; 3.11, p. 148; do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 e sessões: 15.12.87, p. 2; 5.1.1888, p.3 do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

ANEXO 3

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1888

1888	Matriculados	Em observação médica	Alta/ A pedido/ Curado	Recusados	Falecidos	Em tratamento
Janeiro	41	1	2 curas/ 1 a pedido	1	39	
Fevereiro						
Março						
Abril	44	3	1 cura	2	1	43
Mai	39	2	1 cura/ 1 a pedido	1	2	41
Junho	43		4 curas	1		39
Julho	46		3 curas/ 1 a pedido			42
Agosto	46	2	1 cura/ 1 alta a pedido			48
Setembro	50		1 alta a pedido			49
Outubro	49	4	4 cura			53
Novembro	53		1 cura			52
Dezembro	54	1	4 cura		1	50 ⁵⁴⁶

⁵⁴⁶ Sessões: 16.2, p.5; 3.5, p.13; 7.6, p. 15; 5.7, p. 17; 2.8, p. 19; 13.09, p.23; 15.11.1888 p. 26, 27; 12, p. 30; 17.01.1889, p.32, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

ANEXO 4

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1889

1889	Matriculados	Em observação médica	Alta/ A pedido/ Curado	Recusados	Falecidos	Em tratamento
Janeiro	53		4 curas		1	48
Fevereiro	50	2	1 cura			51
Março	53	1	1 cura			53
Abril	52	20	2 curas	1	1	60
Maiο	53	1	11 curas/ 1 alta melhorada	1	3	55
Junho	65		2 curas		3	60
Julho	65		1 cura		1	63
Agosto	71		1 cura	2	2	66
Setembro						
Outubro	79		3 curas			66
Novembro			2 curas			80
Dezembro	88		2 a pedido 3 curas	2	1	80 ⁵⁴⁷

⁵⁴⁷ Sessões: 14.2, p. 35; 7.3, p. 37; 4.4, p.43; 2.3, p.45; 13.7, p.49; 4.7, p.51; 1.8, p. 55; 5.9, p.62; 14.11.1889, p. 68; 5.12.1889, p. 71, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

ANEXO 5

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1890

1890	Matriculados/ Admitidos	Em observação médica	Alta/ A pedido/ Curado	Recusados	Falecidos	Em tratam.
Janeiro	83		4 curas			79
Fevereiro	86		1 cura/ 1 alta a requisição	1		83
Março	84		5 curas		1	68
Abril	79		11 curas	1	2	65
Mai			3 curas 1 a			62
Junho	73		1 cura 1 alta a pedido		1	69
Julho	73		1 cura/ 1 alta a pedido		1	69
Agosto	80		3 curas		3	74
Setembro	84		1 alta a pedido	1		82
Outubro	83		6 curas	3		74
Novembro	83		2 curas	2		79
Dezembro						548

⁵⁴⁸ Sessões: 6.2.1890, p. 77; 6.3, p. 85; 24.4, p.99; 1.5, p. 100; 12.06, p. 107; 7.8. p. 119; 7.8, p.119; 4.9, p. 122; 2.10, p. 125; 6.11, p. 131; 4.12, p. 134, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

ANEXO 6

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1891

1891	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maiο							
Junho	27/49	2/3	5/7			24/45	69
Julho	69		2				67
Agosto	22/45	5/1		1/1		26/45	
Setembro	71	3			1		73
Outubro	27/46	2/1		1/1		28/44	72
Novembro	28/44	2m	1m			27/44	71
Dezembro	28/43	3h	1h		1h	28/43	71 ⁵⁴⁹

⁵⁴⁹ Sessões: 2.7.1891, p. 39; 23.7, p. 42; 3.9, p. 48; 8.10, p.52; 12.11, p. 58; 7.12, p. 61; 17.12, p. 62; 7.1.1892, p. 66, do Livro de Atas de 8 de janeiro de 1891(Acervo: SCM).

ANEXO 7

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1892

1892	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta pedido H/M	a Falecim. H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro	28/43	1/3		1h		28/46	74
Fevereiro							
Março		1/1		1/1		28/46	74
Abril	28/45	2/2	1h		1m	29/46	65
Maió	29/46	3/2	2h		3h	27/48	75
Junho	27/48				1h	26/48	74
Julho	26/48	1m	2/1	1h	2h	21/48	69
Agosto	21/48	2m				21/50	71
Setembro	21/50	3h	1h	1h		11/50	72
Outubro	22/50	3/3	1/1	1h		23/52	75
Novembr o	23/52	3h	1/1			25/51	76
Dezembro	25/51	1h	1h	1h	2m	24/49	73 ⁵⁵⁰

⁵⁵⁰ Sessões: 11.2.1892; 7.4, p. 80, p. 69; 5.5, p. 84; 2.6, p. 89; 30.6, p. 102; 4.8, p.108; 1.9, p. 110; 13.10, p. 115; 3.11; 1.12. 1892 p. 123; 5.1.1893, p. 127, p. 119, do Livro de Atas de 8 de janeiro de 1891(Acervo: SCM).

ANEXO 8

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1893

1893	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas: H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro	24/49	1/1	1h	1/1		23/49	72
Fevereiro	23/49	1h	2m	1h		22/46	68
Março							
Abril							
Maió							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							551

⁵⁵¹ Sessões: 9.2.1893, p. 130; 2.3, p. 133, do Livro de Atas de 8 de janeiro de 1891(Acervo: SCM).

ANEXO 9

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1896⁵⁵²

1896	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas: H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam H/M	Total H/M
Janeiro							
Fevereiro							
Março	39/53	3/2		1/1	2m	41/52	93
Abril	41/51	7/3		1h	1h	38/51	89
Maió	38/52	3/1	2h		1m	39/52	91
Junho	39/52	2m	2h	1h	1h	35/55	90
Julho	38/55	7/4	½	1m	1h	40/56	96
Agosto	40/56	3/1	2h		1h	38/59	97
Setembro	40/57	1m		4/2	1/1	35/55	90
Outubro	34/58	12h	2m	1m		46/55	101
Novembro	46/55	4/1	2h	1h	1h	46/56	102
Dezembro	46/56	1h		1h		46/56	102 ⁵⁵³

⁵⁵² Não houve registros dos anos de 1894 e 1895, nas sessões da Santa Casa.

⁵⁵³ Sessões: 16.4.1896, p.4; 7.5, p. 8; 18.6, p. 12; 13.6, p. 14; 13.8, p.19; 10.10, p. 20; 8.10, p.22; 19.11.1896; 28.1.1897, p. 31; p. 28 do Livro de Atas de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

ANEXO 10

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1897

1897	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas: H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam H/M	Total H/M
Janeiro	45/56	1h	2/1	2/2	1h	41/53	94
Fevereiro	41/53	2/3	1h *		1h	40/56	96
Março	45/56	3/3	2m	4/1	1h	40/56	96
Abril	45/56	2/1	3m	1h	1h	40/54	94
Maiο	94	1/8	½	1/1	½	39/51	90
Junho	90	4/4	1m	2h	3h	37/58	90
Julho	90	1/3		1h**/1h	2h	38/56	91
Agosto							
Setembro	89	2/3		1h**	1m	30/61	91
Outubro	31/55	3/3	2m	1h**		32/55	87
Novembr o							
Dezembr o	32/55						554

* 1 homem fugiu

** saiu/alta melhorado

⁵⁵⁴ Sessões: 18.2, p. 34; 18.3, p. 39; 20.5, p.44; 10.6, p. 44; 15.6, p. 46; 2.9, p. 4821.10, p. 50; 11.11. 1897, p. 54; 3.2.1898, p. 54, do Livro de Atas de 1896 a 1897(Acervo: SCM).

ANEXO 11

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1898

1898	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas: H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam H/M	Total H/M
Janeiro	32/55	1/2	2m	1h*	2m	33/52	85
Fevereiro	85	2/3	1m	1h*		33/54	87
Março	97	2/1		1m*	2h	35/60	93
Abril	95	2/3	1h	1h	1h	34/61	95
Maió	91	3/2	1m	1h*/1m*	1m	36/60	96
Junho	96	1/1				37/61	98
Julho	39/61	3/1	3h		1/1	36/61	97
Agosto	91	2m	2m	1m*	2h	36/60	96
Setembro							
Outubro	93	3/2	2h		1h	34/61	95
Novembro	95	2/2	1m	1h*		33/62	95
Dezembro	97						⁵⁵⁵

*Saiu/alta melhorado

⁵⁵⁵ Sessões: 3.2.1898, p. 54; 5.5, p. 60; 17.2, p.55; 2.6, p. 64; 7.7, p. 65; 11.8, p. 68; 13.10, p.69; 17.11, p. 71; 29.12, p. 72; 6.4.1899, p. 76, do Livro de Atas de 1896 a 1897(Acervo: SCM).

ANEXO 12

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1899

1899	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro	97	4/1		1h*	2m	38/61	99
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maió						35/62	97
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							556

*saiu/alta melhorado

⁵⁵⁶ Sessões: 16.4.1899, p. 76; 8.6, p. 79, do Livro de Atas de 1896 a 1897(Acervo: SCM).

ANEXO 13

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1900

1900	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro							
Fevereiro						35/56	91
Março							
Abril							
Maió							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro						40/61	101
Novembro							97
Dezembro							96 ⁵⁵⁷

⁵⁵⁷ Sessões: 22.3.1900, p. 96; 29.11, p.105; 21.3.1901, p.112, do Livro de Atas de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

ANEXO 14

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1901

1901	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro							
Fevereiro							91
Março	97						
Abril							92
Maió	97- 37/55	14/4	4/1			40/54	94
Junho	94- 40/54	7/4*	¼				
Julho	95- 41/53	2/2	2h			41/5	
Agosto	41/54	2/4	1h		1/1	41/57	98
Setembro							
Outubro	41/54	1/2	1/1		1m	41/59	
Novembro							
Dezembro	98- 41/59	2/2	2/4			41/59	558

* aparece o termo pensionista

⁵⁵⁸ Sessões: 21.3.1901, p. 112; 25.4, p. 114; 9.5, p. 115; 1.7p.118; 8.8 p.121; 5.9 p.124; 5.12 p. 127; 16.1.1902 p. 127, do Livro de Atas de 1896 a 1897 (Acervo: SCM).

ANEXO 15

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1902

1902	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro	98- 41/57	3/3	2/1			42/59	101
Fevereiro	98- 41/57	1m	3h		1m	39/58	
Março	39/59	1/3	1/3		1h	38/59	97
Abril	37/59	1/1	1/3		1		93
Maiο	36/56	½	2m57/5 6		1h	32/58	90
Junho	37/56	3m	4h*				
Julho	90	7h	2m			39/56	95
Agosto	95- 39/56	1/3	3/1		1h	36/59	94
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							559

* saíram

⁵⁵⁹ Sessões: 6.2 p. 130; 6.3 p. 133; 17.2 p. 137; 22.5 p.138; 19.6 p.141; 7.8 p. 143; 17.9 p.145, do Livro de Atas de 1896 a 1897(Acervo: SCM).

ANEXO 16

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1903

1903	Existiam H/M	Entraram H/M	Curas H/M	Alta a pedido H/M	Falecim. H/M	Em tratam. H/M	Total H/M
Janeiro							
Fevereiro	98- 44/54	3	1			45/55	100
Março	100	3	6		2		96
Abril							
Maiο	95	6	1			40/60	100
Junho	100	5	3			40/60	100
Julho	100	4				40/57	97
Agosto	97	4	7*		3	35/56	91
Setembro							
Outubro	91	3	5*		1	35/57	92
Novembro	89	4	4*		1	36/56	92
Dezembro	92	8	3		3	35/59	94 ⁵⁶⁰

* alta melhorada

⁵⁶⁰ Sessões: 12.3 p. 2; 27.5 p.3; 18.6 p.5; 9.7 p.6; 6.8 p.8; 3.9 p.; 29.10 p.15; 12.11 p.16; 17.12 p.16; 17.12 p.19; 21.01.1903 p. 18, do Livro de Atas de 1903-04(Acervo: SCM).

ANEXO 17

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1904

1904	Existiam	Entraram	Saíram	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista*
Janeiro	94	8	4	3	36/59 – 95	7
Fevereiro	95	5	2**	3	36/59 -97	7
Março	95	5	3		36/61 -97	7
Abril	97	9	4	5	36/61 -97	8
Maiο	97	6	2	5	34/62 -96	7
Junho	96	7	4	2	33/61 -97	7
Julho	97	3	8	3	34/55 -89	7
Agosto	89	7		4	36/6 -92	9
Setembro	92	6	6		30/62 -92	6
Outubro	92	5	2		30/65 -95	6
Novembro	95	6	3	1	31/66 – 97	6
Dezembro	97	11	2	1	37/68-105	8 ⁵⁶¹

* pela primeira vez especifica-se o número de pensionistas

** saíram melhorados

⁵⁶¹ Sessões: 11.2, p.19; 17.3 p.22; 7.4 p.24; 19.5 p. 26; 18.8 p. 28; 15.9 p.29; 5.1.1905 p.32-35, do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

ANEXO 18

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1905

1905	Existiam	Entraram	Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	105	3	5		34/69-103	8
Fevereiro	105	3	1	1	34/72-106	9
Março	106	5	2	3	32/74-105	9
Abril	106	7	1	1	33/77-111	10
Maiο	111	5	7	4	32/73	11
Junho	105	5	7	2	31/70 - 101	10
Julho	101	4	7	2	29/67 -96	9
Agosto	96	8	2	2	33/67 - 100	11
Setembro	100	4	5	1	34/64 -98	9
Outubro	98	4	4	1	33/64 - 97	9
Novembro	97	3	2	3	33/62-	9
Dezembro	95	6	6		33/62	10 ⁵⁶²

⁵⁶² Sessões: 9.12 p.38; 30.3 p.44; 4.5 p 45; 27.7 p 48; 10.8 p. 49; 1.8 p.49; 28.9 p.51; 30.11 p. 52; 28.12 p.53; 25.1.1906 p.54, 3 do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

--	--	--	--	--	--	--

ANEXO 19

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1906

1906	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	95	9	1		38/65 -103	13
Fevereiro	103	7	4		40/66 -106	14
Março	106	5	1		40/70 -110	12
Abril	110	9	9	2	39/69-108	1
Maiο	108	6	5	2	38/69-107	11
Junho	107	6	1		40/72-112	11
Julho	112	8	9	7	38/66-104	8
Agosto	104	7	3		38/67- 105	9
Setembro	105	7	4	1	40/67 -107	9
Outubro	107	6	2	1	40/70-110	9
Novembro	110	4	7	1	40/66 106	9
Dezembro	106	6	9	2	37/64	9 ⁵⁶³

⁵⁶³ Sessões: do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

ANEXO 20

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1906

1907	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	101	7	2	2	36/68 - 101	9
Fevereiro	104	5	-	1	45/56 - 101	9
Março	101	10	8	1	36/66- 102	10
Abril	102	10	7	2	36/65 -103	10
Maió	103	9	7	2	36/67 -103	10
Junho	103	5	8	3	35/62-97	10
Julho	97	4	3	3	35/60 -95	9
Agosto	95	3h/10m - 13	4h/2m	1h	33/68	10
Setembro	101	4/6 -10	1	1	37/72 -109	10
Outubro	109	5/5 -10	2/4	1/1	39/73	11
Novembro	112	6	10	-	37/71	12
Dezembro	108	8	3	1	40/72	11 ⁵⁶⁴

⁵⁶⁴ Sessões: 14.02.1907, p. 80; 07.03, p. 83; 04.04; 10/05, p.88; 06/07, p.91; 08.08, p. 93; 26.09, p.95; 24.10, p.96; 21.11, p. 97; 16.01.1908, p.99, do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

ANEXO 21

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1908

1908	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	112	4	2	-	40/74 - 114	10
Fevereiro	114	5	2	-	39/78 - 117	9
Março	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados
Abril	118	8	1	2	42/81 - 123	9
Maió	123	10	5	4	43/81 - 124	11
Junho	124	8	7	1	40/81 - 124	8
Julho	124	6	3	1	42/84 - 126	8
Agosto	126	4	8	7	39/76 - 115	7
Setembro	115	6	9	3	37/72 - 109	7
Outubro	109	9	1	2	39/76 - 115	7
Novembro	115	15	1	2	47/80 – 127	7
Dezembro	127	5	7	1	49/75 - 124	7 ⁵⁶⁵

⁵⁶⁵Sessões: 06.02.1908, p. 1; 05.03, p. 7; 02.04, p. 10; 02.07, p. 15; 20.08, p. 22; 10.10, p. 25,26; 05.11, p. 30; 30.12, p. 32; 04.02.1909, p. 32, do Livro de Atas de 1903-04 (Acervo: SCM).

ANEXO 22

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1909

1909	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	124	8	7	1	124 (46/78)	9
Fevereiro	127	7	2	3	126 (46/80)	11
Março	126	9	3	-	126	11
Abril	126	11	6	2	129 (52/77)	10
Maió	129	4	10	1	122 (48/74)	9
Junho	122	7	2	2	125	9
Julho	125	7	6	1	125	9
Agosto	133	5	6	-	132	10
Setembro	132	9	9	1	132	12
Outubro	132	9	9	1	132	10
Novembro	132	10	3	1	139	9
Dezembro	139	9	5	-	143 (56/86)	12

ANEXO 23

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1910

1910	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	143	8	3	-	60/88 - 148	13
Fevereiro	148	11	3	1	64/91 - 155	14
Março	155	7	1	8	65/88 - 159	14
Abril	153	5	18			
Maiο	140	6	17			
Junho	129	8	3	-	134	
Julho	134	7	3	3	49/86 - 135	12
Agosto	135	11	8	1	51/86 - 137	13
Setembro	137	14	11	5	49/86 - 135	14
Outubro	135	11	11	2	49/84 - 133	142
Novembro	133	4	5	5	40/87 - 127	14
Dezembro	127	10	7	1	50/79 - 129	12 ⁵⁶⁶

⁵⁶⁶ Sessões: 31.03.1910, p.; 07.04, p.67; 07.07, p.71; 25.08, p.73; 10.11, p.74; do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

ANEXO 24

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1911

1911	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	129	Ilegível	Ilegível	Ilegível	128	14
Fevereiro	128	6	12	4	45/73 - 118	14
Março	119	4	4	4	42/72 - 114	12
13 Abril	114	14	2	-	48/78 - 126	13
Maiο	126	11	2	2	126	Não há dados
Junho	126	11	8	3	49/77 - 126	14
Julho	126	9	3	1	55/76 - 131	16
Agosto	128	9	4	4	57/72 - 129	18
Setembro	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados
Outubro	129	7	6	1	55/74-129	17
Novembro	129	17	7	-	56/83 -	19

					139	
Dezembro	139	5	4	3	54/83 - 137	21 ⁵⁶⁷

ANEXO 25

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1912

1912	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensio- nista
Janeiro	137	9	6	3	56/81 - 137	18
Fevereiro	137	8	7	-	57/81 - 138	18
Março	139	5	4	2	57/80 - 137	18
Abril	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados
Mai	133	7	7	5	46/82 - 128	17
Junho	128	8	Ilegível	1	50/81 - 126	16
Julho	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados	Não há dados
Agosto	119	8	5	2	38/82 - 120	18
Setembro	120	12	3	1	43/85 - 128	21
Outubro	128	7	1	-	46/87 - 133	21
Novembro	133	10	4	-	46/93 - 139	21

⁵⁶⁷ Sessões: 16.03.1911, p. 84; 08.06, p.87; 13.07, p. 90; 03.08, p. 91; 05.1; 09.11; 18.01.1912, pp. 103 e 104 do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

Dezembro	137	102 (*)	80 (*)	18	46/95 – 141	23 ⁵⁶⁸
-----------------	-----	---------	--------	----	-------------	-------------------

(*) provavelmente, o número elevado de doentes tenha sido um erro do redator, mas é assim que consta no documento.

ANEXO 26

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1913

1913	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro						
Fevereiro	147	9	Ilegível	-	145 – 50/95	23
Março						
Abril	147	8	5	2	148 – 52/96	23
Maiο	148	7	4	4	147 – 49/98	Ilegível
Junho	147	13	10	2	148 – 49/99	23
Julho	148	13	9	3	149 – 53/96	25
Agosto	149	19	5	2	161 – 60/101	26
Setembro	156	11	8	2	157 – 63/94	22
Outubro						
Novembro	157	8	6	-	159 – 63/97	25

⁵⁶⁸Sessões: 21.03.1912, p. 103; 18.04, p. 109; 06.06; 05.09, p. 90; 03.10; 07.11, p. 46; 05.12, p.150; 17.01.1913, do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

Dezembro						569
-----------------	--	--	--	--	--	-----

ANEXO 27

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1914

1914	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionis-ta
Janeiro						
Fevereiro						
Março	141	2	7	1	135 (49/86)	21
Abril	135	12	8	1	138 (53/85)	23
Maiο						
Junho	146	6	9	1	142 (53/89)	23
Julho	142	12	10	1	144 (52/92)	21
Agosto	144	16	5	1	154 (57/97)	16 ⁵⁷⁰
Setembro						
Outubro						

⁵⁶⁹ Sessões: 6/3, p. 163; 8/5, p. 180; 5/6, p. 180; 3/7, p. 186; 4/8, p. 196; 9/10, p. ?; 23/10, p. 205; 22/01, p. 222, 1913 do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

⁵⁷⁰ Sessões: 23/4/1914, p. 231; 27/5, p. 235; 13/8, p. 245 e 126; 24/9, p. 251, do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

Novembro						
Dezembro						

ANEXO 28

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1915

1915	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionis- ta
Janeiro						
Fevereiro						
Março	148	8	10	3	143 (47/96)	19
Abril	143	9	4	2	146 (48/98)	18
Maiο	146	6	3	3	146 (52/94)	17
Junho	146	Ilegível	5	3	148 (52/96)	19
Julho	148	5	5	5		20
Agosto	143	14	4	1	152 (52/100)	17
Setembro						
Outubro	161	16	6	5	166 (61/105)	21
Novembro	166	15	4	2	175 (65/110)	21
Dezembro	175	12	8	4	175 (65/110)	22
TODO	148	127= 375	66	34=100	175	22 ⁵⁷¹

⁵⁷¹Sessões: 8/4/1915, p. 275; 6/5, p. 284; 3/6, p. 295; 1/7, p. 300; 2/8, p. 307; 23/9, p. 316; 11/11, p. 325; 16/12, p. 331; 5/1/1916, p. 340, do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

ANO					(65/110)	
------------	--	--	--	--	----------	--

* A primeira vez que ao mapa faz a contabilidade de todo o ano da movimentação interna dos pacientes.

ANEXO 29

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1916

1916	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionista
Janeiro	175	10	14	2	169 (63/106)	20
Fevereiro	169	18	7	3	177 (68/109)	21
Março	177	14	13	9	169 (63/106)	19
Abril	169	12	14	7	160 (61/99)	19
Mai	160	11	14	5	152 (53/99)	19
Junho	152	11	4	6	152 (54/99)	20
Julho	153	11	9	2	155 (57/98)	21
Agosto	155	16	13	5	153 (59/94)	21
Setembro	153	18	12	0	159 (59/100)	21
Outubro	159	14	14	1	159 (56/103)	18
Novembro	159	15	15	1	164 (56/108)	18

Dezembro/ Todo ano	175		162	43	161 (55/106)	20 ⁵⁷²
-------------------------------	-----	--	-----	----	-----------------	-------------------

ANEXO 30

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1917

1917	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensio- nista
Janeiro	161	19	8	2	170 (63/107)	20
Fevereiro	170	6	4	1	171 (60/111)	21
Março	171	12	11	3	169 (62/107)	22
Abril	169	11	5	2	173 (62/111)	18
Maiο	173	7	5	5	170 (65/105)	21
Junho	170	10	7	3	170 (60/115)	21
Julho	170	24	10	4	180 (65/115)	20
Agosto	180	22	11	5	186 (67/119)	26
Setembro	186	16	13	1	188 (69/119)	22 ⁵⁷³

⁵⁷² Sessões: 4/2/1916, p. 350; 16/3, p.360; 6/4, p. 363; 4/5, p.367; 8/6, p. 376; 4/7, p. 378; 3/8, p. 383; 4/3, p.386; 19/10, p. 392; 17/11, p. 395; 4/1/1917, p. 399; 8/1, p. 1, do Livro de Atas de 1908 (Acervo: SCM).

⁵⁷³ Sessões: 15/2/1917, p. 7; 15/3, p. 15; 17/4, p. 21; 3/5, p. 26; 7/6, p. 31; 5/7, p. 36; 9/8, p. 40; 5/9, p. 44; 4/10, p. 47, do Livro de Atas de 18 de abril de 1916 (Acervo: SCM).

Outubro						
Novembro						
Dezembro						

ANEXO 31

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1918

1918	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionis-ta
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril						
Maió						
Junho						
Julho						
Agosto						
Setembro						
Outubro						
Novembro						

Dezembro						
-----------------	--	--	--	--	--	--

ANEXO 32

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1919

1919	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionis- ta
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril	184	18	15	3	184 (65/119)	23
Maiο	184	14	13	4	181 (65/116)	26
Junho	181	11	9	5	178 (64/116)	23
Julho	178	12	11	7	172 (64/108)	24
Agosto	172	9	5	3	173 (68/105)	26
Setembro	173	15	11	4	173 (68/105)	23
Outubro	173	21	11	5	178 (73/113)	21
Novembro	178	22	4	4	192 (79/113)	25

Dezembro	192	14	15	3	188 (77/111)	26 ⁵⁷⁴
-----------------	-----	----	----	---	-----------------	-------------------

ANEXO 33

Mapa Demonstrativo do Movimento do Asilo São Vicente de Paula de 1920

1920	Existiam	Entraram	Saíram Melhorados	Faleceram	Ficaram H/M	Pensionis- ta
Janeiro	188	18	4	6	196 (81/115)	26
Fevereiro	196	11	7	6	194 (84/110)	31
Março	194	17	17	3	73/113	28
Abril	191	13	8	6	190(74/116)	28
Mai	190	13	16	6	181 (69/112)	31
Junho	181	11	3	7	182 (71/111)	24
Julho	182	10	10	2	185 (72/113)	33
Agosto	185	24	11	4	194 (79/115)	26
Setembro	194	12	18	6	182 (69/113)	31
Outubro	182	14	10	7	179 (69/110)	28
Novembro	179	15	15	1	181 (69/112)	32

⁵⁷⁴Sessões: 15/5/1919, p. 6; 11/6, p. 8; 3/7, p. 12; 7/8, p. 16; 4/9, p. 20; 2/10, p. 23; 10/11, p. 29; 4/12, p. 34; 15/01/1920, p. 37, do Livro de Atas de 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).

Dezembro	181	11	9	2	181	34 ⁵⁷⁵
(67/114)						
⁵⁷⁵ Sessões: 5/2/1920, p. 40; 4/3, p. 44; 6/5, p. 55; 4/6, p. 59; 8/7, p. 64; 19/8, p. 71; 16/9, p. 77; 7/10, p. 80; 2/12, p. 93; 20/1/1921, p. 98, do Livro de Atas de 24 de fevereiro de 1919 (Acervo: SCM).						

ANEXO

Foto 1 – Fachada do Hospital São Vicente



Foto 2 – Escritura de Doação do Terreno de Arronches

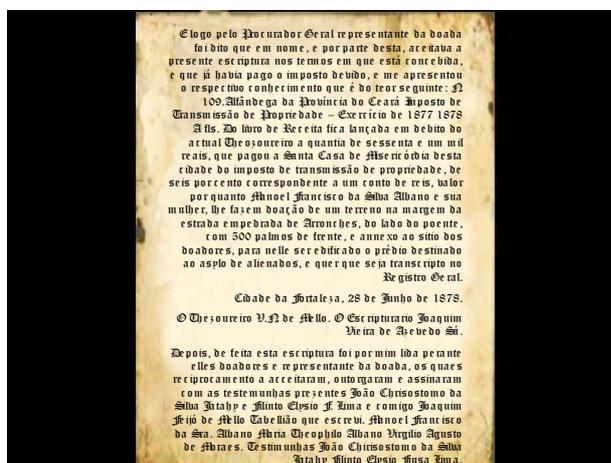
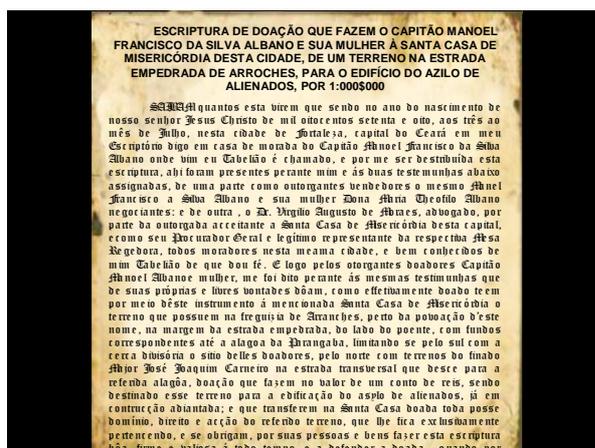


Foto 3 – Texto que consta na entrada do Hospital

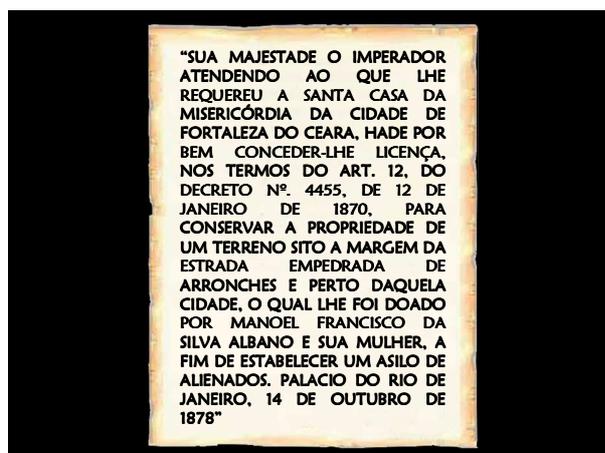


Foto 4 – Mapa de Fortaleza: Santa Casa de Misericórdia, Cemitério São João Batista e Hospital São Vicente de Paula

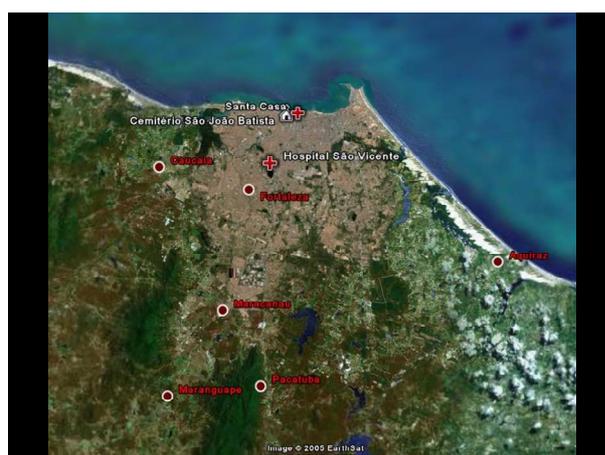


Foto 5 – Mapa do Hospital São Vicente de Paula

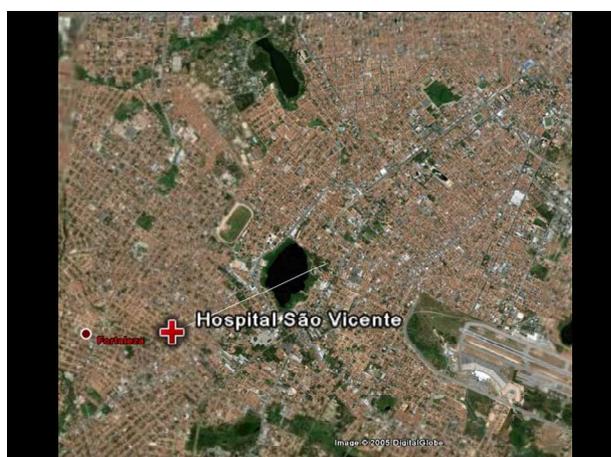


Foto 6 – Mapa do São Vicente de Paula no Século XX



Foto 7 – Dr. Meton de Alencar, 1º medico do São Vicente de Paula



**Meton da
França Alencar**
1º médico da instituição

Foto 8 – Ato de Fundação do São Vicente de Paula



Foto 9 – Reformas do São Vicente de Paula no Século XX



Foto 10 – Reformas do São Vicente de Paula no Século XX



Foto 11 – Reformas do São Vicente de Paula no Século XX

